

cescontexto

Escalas e Espaços

IX Edição do Congresso Ibérico

de Estudos Africanos – Volume III

Organização

Tiago Castela

Nº 20

Abril, 2018

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2018

Agradecimentos

Esta coleção de trabalhos não teria conhecido a luz do dia se as/os colegas que organizaram as edições anteriores do Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA) não nos tivessem desafiado a dar continuidade ao projeto. A Itziar Ruiz-Gimenez Arrieta e a Clara Carvalho, e respetivas equipas, agradecemos pelo desafio e pelo apoio que nos prestaram.

Um agradecimento muito especial ao Centro de Estudos Sociais (CES), cuja equipa profissional assegurou a logística do evento, designadamente a Alexandra Pereira, Inês Costa, André Caiado e Alberto Pereira, assim como ao seu diretor executivo, João Paulo Dias. Em vários momentos, muitas/os foram as/os que nos apoiaram e ajudaram a dar corpo a esta iniciativa. Sem ser possível agradecer a todas/os, gostaríamos de referir especialmente o contributo de Romina Mello Laranjeira, de Carolina Peixoto, de Nuno Gonçalves, de Begoña Dorronsoro e de Carlos Nolasco. Um agradecimento especial a Inês Elias pela edição dos textos, assim como a Ana Raquel Matos, coordenadora da Cescontexto-Debates, pelo apoio na edição dos três volumes que integram parte importante dos temas apresentados durante o congresso.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente aos/às colegas da Comissão Organizadora do IX Congresso: Maria Paula Meneses (CES), Bruno Sena Martins (CES), Margarida Calafate Ribeiro (CES), José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra), Tiago Castela (CES), Elena Brugioni (Universidade do Minho), Sheila Khan (Universidade do Minho), Cristina Valentim (CES) e Inês Rodrigues (CES), que nos apoiaram no construir desta iniciativa.

Este congresso não teria tido lugar sem o apoio incondicional da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em cujas instalações se realizou.

O reconhecimento do nosso apreço estende-se igualmente ao CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África), por todo o apoio dado e solidariedade para com a iniciativa, e a oferta de livros à biblioteca do CES. O nosso apreço igualmente a Peter Prout e à EuroSpan, igualmente pelos livros oferecidos à biblioteca do CES.

Finalmente, a nossa gratidão às instituições que acreditaram no projeto e generosamente o apoiaram financeiramente, nomeadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, o Banco BIC, a Fundação Portugal-África, a Porto Editora, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (especialmente através do projeto com as referências PTDC/AFR/121404/2010 - FCOMP-01-0124-FEDER-019531) e a Associação IUNA.

Índice

Tiago Castela

Introdução..... 6

Persistências e ruturas do *nomos* da ocupação Europeia

Ana Cristina Roque

Turning the Maputo river into a borderline: Amathongaland and the definition of the south Mozambique border (19th-20th Century) 9

Dário López Estévez

O papel da UA e do IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul: Dimensão e natureza das problemáticas intersudanesas depois da cisão nacional..... 26

Luís Manuel Brás Bernardino

A Estratégia Marítima Integrada de África 2050: Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana..... 48

José Palmeira

Potencialidades do eixo Luanda-Brasília na segurança regional 68

Mario Lozano Alonso

Surgimiento y desarrollo de los primeros estados musulmanes en Etiopía antes del yihad de Aḥmad Gḥagn..... 76

Redes espaciais coloniais e pós-coloniais

Silvia Almenara Niebla

La construcción del movimiento estudiantil nigeriano: modelos de resistencia heredados y su impacto en el periodo postcolonial (1950-1980) 90

Beatriz Ródenas Cerezo

Cofradías Musulmanas en contexto migratorio: asociacionismos, agencia y género entre Senegaleses/as en Valencia 99

Olga Iglésias

Guerra e paz em Moçambique. O poder colonial e o impacto do Islão (séc. XX e XXI): Estudo de caso nas províncias de Tete e da Zambézia..... 109

Eurídice Monteiro e Katia Cardoso

Um arquipélago à deriva? Controvérsias sobre as relações externas de Cabo Verde e as eventuais derivações europeístas, africanistas ou atlantistas 131

Rik Apolo de Carvalho

Corrida ao mar? O desafio da segurança marítima nos pequenos Estados insulares: o Caso de Cabo Verde..... 149

Eugénio Costa Almeida

O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional..... 179

Espaços do projeto do desenvolvimento pós-colonial

Pablo Muñoz González e Nicolás Pozo Serrano

Carlos Sempat Assadourian, la minería y la historiografía: El alcance de la transversalidad en las Ciencias Sociales 192

Fabrcio Dias da Rocha

“Outra vez não Vale a pena!” Um estudo de caso sobre a atuação dos megaprojetos de mineração em Moçambique e as reivindicações de participação cidadã feitas pelas comunidades afetadas..... 203

Lisandra Franco de Mendonça

Conservação da arquitectura e ambiente urbano modernos: O Jardim Tunduru em Maputo 214

Introdução ao Volume III: Escalas e Espaços

Este terceiro volume da ata da nona edição do Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA), intitulado “Escalas e Espaços”, junta trabalhos de várias sessões que contribuem para uma discussão coletiva da produção transescalar do espaço-tempo social no continente africano. Agrupamos esses trabalhos de acordo com três enfoques temáticos: as persistências e as ruturas na época após as independências políticas do *nomos* da ocupação europeia; a questão das redes espaciais coloniais e pós-coloniais; e os espaços situados do projeto do desenvolvimento na contemporaneidade. A literatura anglófona sobre o espaço-tempo social a várias escalas no continente africano tem-se concentrado em articular uma conceção de redes de práticas espaciais, por exemplo, nos trabalhos de AbdouMaliq Simone, de modo a desafiar uma conceção de redes centrada no estudo dos espaços de fluxos de sujeitos privilegiados. Tal literatura tem também explorado criticamente a lógica do desenvolvimento como base para a prospetiva urbana, como nos trabalhos de Timothy Mitchell ou Jennifer Robinson. O terceiro volume da ata da nona edição do CIEA mostra como a investigação feita em instituições de estados de língua oficial espanhola e portuguesa pode contribuir para tal debate.

Em primeiro lugar, como demonstra a seção “Persistências e ruturas do *nomos* da ocupação europeia”, tal literatura concentra-se utilmente no modo como a divisão e distribuição do território inerente à ocupação europeia do continente africano de meados do século XIX a finais do século XX é hoje um legado cuja formação contingente e multiagencial deve ser examinada – como nota o trabalho histórico sobre a especificidade do espaço da fronteira colonial de Ana Cristina Roque – e sem o qual a formação estatal pós-colonial não pode ser compreendida. Nota-se precisamente, no entanto, que os estados africanos não estão necessariamente condenados à reprodução da lógica de divisão e dependência do *nomos da* ocupação europeia ao evitarem alterações de fronteiras, ou à desordem, se novas fronteiras forem criadas. Se o trabalho de Dario Lopéz Estévez sugere que as ruturas do *nomos* da ocupação europeia, como no caso da recente independência política do Sudão do Sul, não devem ser compreendidas como eventos cataclísmicos, mas antes como processos merecedores de estudo rigoroso, os trabalhos de Luís Manuel Brás Bernardino e de José Palmeira demonstram como a lógica de divisão e de dependência inerente ao *nomos* da ocupação europeia está a ser desmantelada através da cooperação internacional no continente, ou através do estabelecimento contemporâneo de alianças interestatais no quadro mais amplo do Sul global, em particular no espaço marítimo. Finalmente, o trabalho de Mario Lozano Alonso recorda a negligenciada história das formações políticas dominadas por sujeitos muçulmanos no atual território da Etiópia, sugerindo que a rutura da lógica do *nomos* da ocupação europeia passa também por negar um enfoque nas fronteiras entre os estados contemporâneos.

Os trabalhos compilados na segunda seção, intitulada “Redes espaciais coloniais e pós-coloniais”, ensaiam uma ampliação dos tipos de desempenho de diferença que suportam a formação de redes espaciais, ou das escalas a que tal formação se processa. De facto, as redes espaciais são geralmente exploradas na literatura existente no continente africano através de perspetivas etnográficas nos estudos urbanos. Um primeiro conjunto de trabalho toma a associação como escala de análise: o trabalho de Silvia Almenara Niebla aborda a história das alianças entre associações de estudantes universitários na Nigéria, o trabalho de Beatriz Ródenas Cerezo as redes de mulheres migrantes senegalesas no quadro das associações religiosas muçulmanas na cidade espanhola de Valência, e o trabalho de Olga Iglésias os efeitos das práticas de associações islâmicas na formação estatal no centro de Moçambique. Nesta segunda secção, outro conjunto de trabalhos explora a escala do aparelho estatal enquanto escala adequada para o estudo da formação de redes. Os trabalhos de Eurídice Monteiro, Katia Cardoso, Rik Apolo de Carvalho e Eugénio Costa Almeida partilham uma

preocupação sobre o modo como Cabo Verde e Angola se posicionam flexivelmente num conjunto diverso de redes internacionais a várias escalas de prática espacial por exemplo, através das práticas dos pescadores de Cabo Verde.

A terceira e última seção, “Espaços do projeto de desenvolvimento pós-colonial”, contribui para uma rica literatura crítica sobre o desenvolvimento, que raramente tem abordado as especificidades históricas da ideia do desenvolvimento antes da difusão do discurso do desenvolvimento liderado pelos Estados Unidos da América após a Segunda Guerra Mundial, ou a espacialidade do desenvolvimento pós-colonial em Estados de língua oficial de origem ibérica. O texto de Pablo Muñoz González e Nicolás Pozo Serrano recorda a longa história da tensão entre discursos de progresso e práticas de violência na indústria mineira colonial, e o texto de Fabrício Dias da Rocha está atento à rearticulação contemporânea de tal tensão em Moçambique. O volume termina com um olhar atento de Lisandra Franco de Mendonça sobre um jardim na capital moçambicana que evoca a contraditória coexistência de várias linhagens do projeto de desenvolvimento nas cidades do continente africano.

Este volume demonstra o potencial de uma investigação multidisciplinar e transescalar sobre a produção do espaço-tempo social no continente africano. Urge agora que a investigação futura avance para uma consideração das implicações teóricas e metodológicas que os valiosos trabalhos feitos em instituições de estados de língua oficial espanhola e portuguesa – sobre a divisão espacial, as redes de práticas e os discursos do desenvolvimento – podem dar ao debate global sobre o espaço enquanto categoria central da análise social.

Tiago Castela

Persistências e ruturas do *nomos* da ocupação europeia

Turning the Maputo river into a borderline: Amathongaland and the definition of the south Mozambique border (19th-20th century)¹

Ana Cristina Roque,² Centro de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
anaroque@zonmail.pt

Abstract: Defining and implementing borderlines in southern Mozambique was not a homogeneous process. Although resulting from the need to specify the different spheres of European influence in the region and ensure the effective occupation of the areas historically attributed to Europeans, each border section was discussed separately and had its own process, which cannot be considered as automatically resulting from the Berlin Conference (1885).

Using the documents produced by the Commission of Borders Delimitation involved in the border definition between the former district of Lourenço Marques and the Maputaland (Amathongaland), this article discusses how this process was implemented and its resulting impacts, particularly the division of the Amathonga territories, in 1887, as this decision meant that the territories north of the river Maputo stayed under Portuguese sovereignty, while those south of the river would be, from then on, under British rule.

Keywords: Colonialism, Borders, Amathongaland, Maputaland, Mozambique

Resumo: A definição e implementação das fronteiras no Sul de Moçambique não foi um processo homogêneo. Com efeito, embora tenha resultado da necessidade de especificar as diferentes esferas de influência Europeia na região e de garantir a ocupação efetiva das áreas historicamente atribuídas aos Europeus, cada troço de fronteira discutido teve um processo

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “A Definição de fronteiras no espaço colonial europeu”.

² Doutorada em História dos Descobrimentos e da Expansão com a tese *Terras de Sofala: Persistências e mudança (Contribuições para História da costa sul-oriental de África nos séculos XVI-XVII)* publicada pela FCG em 2012. Foi professora na Universidade Eduardo Mondlane (Maputo) e investigadora do Instituto de Investigação Científica Tropical (Lisboa) onde integrou diversos projetos no âmbito da cooperação com Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste. É, desde Agosto de 2015, investigadora do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalha essencialmente sobre História de África, em particular Moçambique e, entre 1998 e 2015, desenvolveu trabalho sobre coleções do IICT, designadamente sobre a documentação da Comissão de Cartografia e do Arquivo de Fronteiras e sobre os espólios documentais e materiais da Missão Antropológica de Moçambique e da Missão Antropológica de Timor. Recentemente, coordenou um projeto FCT na área da História da Ciência, *Conhecimento e Reconhecimento em espaços de influência portuguesa: registos, expedições científicas e saberes tradicionais na África Subsariana e Insulíndia*. Os atuais interesses de investigação incluem história ambiental, cartografia e estudo da implementação das fronteiras de Moçambique, designadamente no que respeita os aspetos técnicos e científicos e os impactos da implementação da fronteira na paisagem e no quotidiano das populações.

próprio, impossível de se afirmar como automaticamente decorrente da Conferência de Berlim (1885).

Tendo como base a documentação produzida pela Comissão de Delimitação de Fronteiras diretamente envolvida no processo de definição da fronteira entre o antigo distrito de Lourenço Marques e a Maputolândia (Reino dos AmaThongas), pretende-se analisar tanto a forma como este processo foi implementado, como os impactos que dele resultaram, designadamente a divisão do Reino dos AmaThongas, em 1887, implicando que os territórios a norte do Rio Maputo ficassem sob soberania Portuguesa e os a sul deste rio, sob soberania Britânica.

Palavras-chave: Colonialismo, Fronteiras, Reino dos AmaThongas, Maputolândia, Moçambique

Introductory note

In April 2008, during a session of the Legislative Assembly, in Maputo, the representative Manuel de Araújo, president substitute of the International Relations Committee, stated that

Mozambique is a wide-open country. This means that our borders are not defined. Manica border has no beacons and we find Zimbabwean citizens cultivating small pieces of land for subsistence (*machambas*) in Mozambique. Border patrol agents work in awful conditions (Sambo, 2008).

In the same session, another representative, Leopoldino Ernesto, noticed that, in some areas,

the former beacons have been removed; many areas have no borderlines. Some of them have never ever existed in the past and borders became shapeless. There are roads that in a given moment are in Mozambique and in another, the same roads are in Malawi. People do not know if these roads belong to Mozambique or to another country [...] it becomes urgent the existence of beacons, borderlines or fences, if necessary, to show the people where the frontier is (Sambo, 2008),

so that people know where do they belong. Both representatives were members of the Commission of International Relations, and though they recognize the government's commitment to solve the problems related to the country's borders, they couldn't help emphasizing that the Mozambique border process was not only an internal affair as it depended on the cooperation and negotiation with other countries, namely neighbouring countries and the former colonial powers responsible for the previous definition of the extant borders.

Thus, far from being a specific problem of a country, the Mozambique border problem embodies the wider African problem of the rebuilding and readjustment of the official borders, and it concerns not only Africa but the broader international community, namely Europe.

On one hand, it requires the "rebuilding" of the borderlines according to the previous treaties and agreements of the early 20th century between the former colonial governments and the present independent countries. On the other hand, as most of the official documents concerning this issue are still kept outside African countries, in the national Archives of the former colonial powers, it requires an official collaboration between the different countries involved.

This "rebuilding" process corresponds to an internal political need.

Nevertheless, it must be considered also as a response to the African Union Border Declaration Programme (2007) in order to implement the Resolution on the Inalienability of

Colonial Boundaries assumed in Cairo, in 1964. According to this Declaration all the process of fixing African borders, should have been concluded in 2012. However, in 2011, due to several constraints the deadline was extended to 2017 (Lamamra, 2013: 7).

1. Portuguese documents concerning the border process on the colonial overseas territories

Regarding former Portuguese colonial territories, most of the historical information on the border process was produced by the Portuguese Commission of Cartography (C.C.) and, though dispersed within several Portuguese archives and institutions, such as the Ministry of Foreign Affairs (MNE), the National Library (BNP) and the Geographic Society of Lisbon (SGL), is largely at the Tropical Research Institute (IICT).

The C.C. legacy includes official and diplomatic documents, correspondence, proceedings of the meetings held by the joint commissions, reports, field notes, description and geographic coordinates of the beacons, topographic and geodesic works, sketches, maps, photographs, description of the territories that were crossed as well as the scientific equipment used during the survey missions, being the most relevant nucleus, the *Map Collection*, the *Archive of the Frontiers*, and the *Geographic registries*.

This huge repository of information concerns all the former Portuguese colonies and though some of these documents and registries have been used in the past, these Archives were kept for decades without any inventory, preventing free access from outside researchers, and only some recent IICT projects imposed the necessity of starting the systematic organisation and study of this documentation.³

In a broad sense, the work foreseen by these new projects reflect one of the strategic objectives of the IICT regarding the CPLP countries.⁴ Nevertheless, in the specific case of Mozambique, they must also be seen as an institutional response to a specific demand of Mozambique to access the official documents on the border process and for the necessary support to the border demarcation presently in progress, to implement the resolutions of the AU Border Declaration Programme.

In fact, the lack of these documents has been considered by Mozambique as a major restriction to the prosecution of the works needed to confirm the 6.912 km of international borders to be discussed and defined with eight neighbouring countries (Mucombo, 2013: 221-222).⁵ From 2009 onwards, this difficulty started being overcome when the organisation and study of this documentation became possible due to a cooperation between Portuguese and Mozambican institutions, benefiting from the work of Portuguese researchers and the involvement of a team of the IMAF - National Institute for the Sea and Frontiers – of Mozambique (Santos *et al.*, 2011; Roque, 2009, 2010, 2012, 2013; Mucombo, 2013).

³ Eg. Proj. FCT/HC 0067/2009 - *Meio século de ciência colonial: olhares cruzados sobre o arquivo e a actividade científica da Comissão de Cartografia (1883-1936)*; Proj. FCT/HC 0075/2009 - *Conhecimento e Reconhecimento em Espaços de Influência Portuguesa: registos, expedições científicas, saberes tradicionais e biodiversidade na África Subsariana e Insulíndia* and Proj. PTDC/ATP-GEO/4645/2012. *GEOBOUND – Tecnologias Geoespaciais na Demarcação e Gestão da Fronteira da Guiné-Bissau*.

⁴ For of the strategic objectives of the IICT regarding the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) see IICT website at <http://www2.iict.pt/?idc=1&idl=1>.

⁵ 2.685 km of terrestrial borders (Tanzania, Malawi, Zambia, Zimbabwe, Swaziland and South Africa), 1,205 km fluvial borders (Tanzania, Malawi, Zambia, Zimbabwe, and South Africa), 322 km lake borders (Malawi) and 2.700 km of maritime borders (Tanzania, Comoros, Madagascar and South Africa).

Considering this context, this article may also be seen as one of the outputs of these works and by presenting it we expect to propose some discussion on the relevance of the historical information related to this subject.

2. Information and knowledge: historical and geographic data

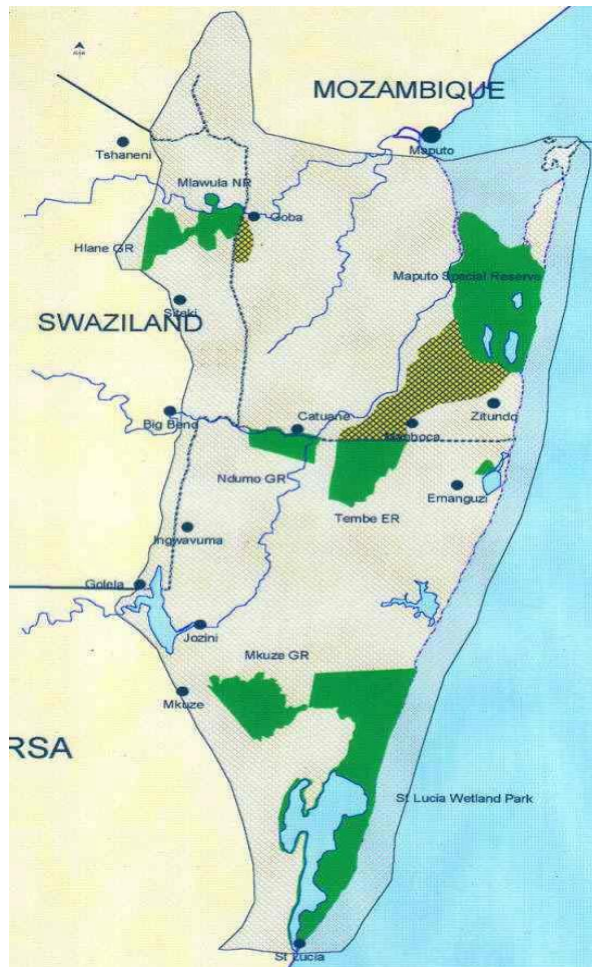
Historical and geographic data will be taken as the main references to show the relevance of these documents for a new approach to the history of Mozambique, using as an example, the southern border of Mozambique in the late 19th century, more precisely the area between the former Lourenço Marques district and the Maputaland.

Also referred to as Thongaland or “Kingdom of the AmaThongas” in the Portuguese documents, Maputaland was part of the ancient Tembe-Thonga chiefdom, or Mabudo-Tembe chiefdom (Felgate, 1982: 1),⁶ that was cut straight across by the borderlines defined by the European powers in the region, internationally recognized by the French president MacMahon in 1875.

While nowadays Maputaland refers to the Umkayakhude Municipality in northern KwaZulu-Natal (See Map 1),⁷ the border discussed in the 19th century currently corresponds to the area between Mozambique and South Africa near Ponta do Ouro (see Map 2), when the AmaThonga’s territory extended from Lourenço Marques bay (or Delagoa bay, the present day Maputo bay) to Kosi bay, and from the confluence of the Pongola and Maputo rivers to the Indian Ocean.

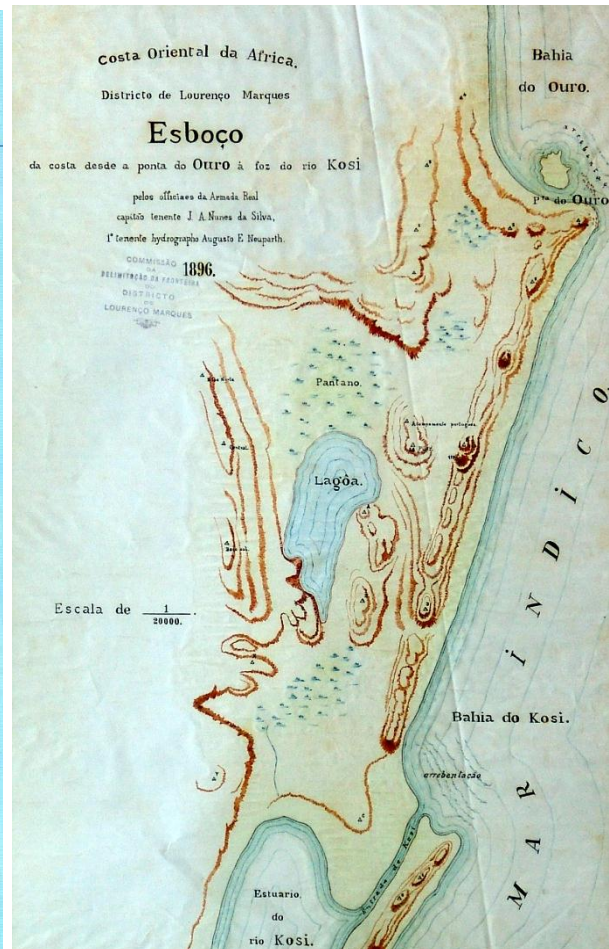
⁶ Mabudo-Tembe or Mabudo is the name of the junior branch of the Tembe-Thonga. In the Portuguese documents supporting this study they appear under the name of AmaThongas, Thongas, Rongas or Maputo people.

⁷ “The Umkayakhude Municipality covers the entire area between the Lubombo Mountains and the Indian Ocean and between the Mozambique/South Africa border and Lake St. Lucia” (Mountain, 1990: 1, *cit in* Kloppers, 2003: 6).



Map. 1. Maputaland

Source: Map compiled by James Culverwell, Global Environment Facility (Kloppers, 2003:5)



Map. 2. Costa Oriental da Africa: Distrito de Lourenço Marques, esboço da costa desde a ponta do Ouro à foz do rio Kosi (Joaquim António Nunes da Silva, 1896)

Source: IICT – AHU CEHCA Pasta10-012 MLITGJI

According to Hedges (1978), in the early 19th century the Mabudo chiefdom was the most important chiefdom south Lourenço Marques bay encompassing a vast territory stretching from Maputo bay (in the north), to Lake St. Lucia (in the south), between the confluence of the Pongola with the Maputo (to the east) and the Indian Ocean (to the west). In recent years this area has been widely studied by Kloppers, focusing on an ethnographic approach of the ways in which the Mabudo chiefdom's history has been manipulated for political purposes (Kloppers, 2003), as well as on the resulting emergence of a new cultural and ethnic landscape or *borderlandscape*, with specific social meanings and identities (Kloppers, 2004). However, despite his extensive analysis of the Mabudo-Tembe history, a few issues still remain open, namely the way the border process was implemented and its immediate consequences, whose discussion could benefit from the analysis of the Portuguese documentation that, so far, has not been used.

Thus, three operating assumptions underlie the way we will approach the subject:

1st. The Mozambique-Thongaland border process resulted either from the need to specify the different spheres of European influence in the region or from the real need to guarantee the effective occupation of the areas historically assigned to European powers; being both situations not a result of the Berlin Conference (1885) but in accordance to previous

decisions, such as the MacMahon Award (1875), or to the subsequent agreements between the colonial powers, totally disregarding the AmaThonga's refusal to accept the division of their country;

2nd. By giving detailed descriptions on the region these documents inform on regional features, as well as on the political and economic situation contributing to a wider perception of the regional and local problems and evincing that border conflicts in the area result mainly from the colonial powers' decision of splitting the territory of the AmaThonga chiefdom by imposing and implementing an arbitrary borderline, as well as from the consequences of this division within the AmaThonga people;

3rd. Once the AU Border Declaration Programme was accepted, the reconstruction or redefinition of the southern Mozambique border must be based upon the scientific work done in the past but ratified by the present-day official institutions responsible for the management of the boundaries of Mozambique and South Africa, in result of updated scientific knowledge and the development of new geo-referenced systems.

2.1. Background of a border and a political framework: Historical overview

After a long series of disputes with the Dutch (1730) and the Austrians (1781) for the possession of Lourenço Marques bay, the building of a Portuguese "presidio" in 1789 confirmed the authority claimed by the Portuguese crown over the territories of the bay since the explorations of Lourenço Marques in the 16th century. Simultaneously, the Portuguese settlement was recognized by the British as the southern limit of the Portuguese territories in East Africa, which extended along the coastal area from this bay up to the north to Cape Delgado and the Quirimbas Islands (C.A.T., 1817).

Nevertheless, the British continued having a particular interest in the area, as clearly demonstrated by Owen's survey in AmaThongaland in 1882 (Owen. 1833), and settled temporarily in the islands of Inhaca and Elefantas where, between 1822 and 1825, they were able to obtain the formal subjection of the two strongest local chiefs of Maputo and Tembe. Although they didn't make a direct attempt against the Portuguese, the relation with these two chiefdoms assumed that their lands would then be under British protection thus providing the British a relevant basis for future interference in the area and a support to their pretensions to re-occupy the two islands in 1861 and in 1870.

Despite the unsuccessful occupation of these strategic points in the bay, whose Portuguese rule was recognised in December 1877 (MCP 30 1: 16), the occupation of Natal in 1843 and the annexation of the area north of the Orange river (Orange River Sovereignty) in 1848, reinforced the British power in the region and enabled them to start the hydrographical surveys of the rivers Maputo, Catembe and Pongola (Leal, 1869).

Later on, by the protection of the Mussuate chiefdom (in present-day Swaziland), recognized as independent in 1881, the annexation of Zululand (in March of 1887), and the Treaty with the Queen of Maputo (in November 1887), the British expected to guarantee their influence in the bay and its inland territories, in spite of having accepted the MacMahon Award (1875) regarding the southern limits of the Portuguese territories in East Africa.

Furthermore, they were committed to isolate the Boers of the Transvaal with the creation of a buffer area, under their direct rule or influence, to prevent them to access either to the Portuguese port of Lourenço Marques or to the English port of Durban in the coast of Natal and, not less importantly, the possibility of creating new alternative ports in the coast to facilitate exports from Swaziland, under British control (MCP 30 1: 27; Machado 1889b: 28-29; Gibbs (1889: 53). Within this context, Thongaland was considered crucial to ensure the closing of this circle.

The diplomatic approach to the Mabudo regent queen – Queen Zambili – and the conditions imposed by the Treaty of 1887 (Machado, 1889a: 8-9) were part of a strategy to manipulate the AmaThonga rulers against the decisions consigned by the MacMahon Award. By inducing them to ask for the British protection they were forging a situation that would guarantee their influence and the priority of their decisions and interests over the Mabudo's territories, even over those that were internationally accepted and recognized as being under Portuguese sovereignty (MCP 30 1:3 and 1:44), or those that for a long time had paid taxes to the Transvaal Republic, such as the lands of chiefs Mngomezulu and Nyawo, living between the Pongola river and the Lubombo mountains.

Recognizing the increasing pressure of the British and its allies of Natal and Mussuete in the region, as well as their strategy to manipulate the AmaThonga rulers, both the Transvaal and the Portuguese authorities reacted, and the Portuguese Consul at the Cape even proposed, in January 1888, the unilateral occupation of the AmaThonga's territories under dispute while stating the urgency of finishing the demarcation of Lourenço Marques District (MCP 30 1:3).

Similar preoccupations were also evinced by Joaquim José Machado in 1889, in a series of conferences at the Sociedade de Geografia de Lisboa. The former Governor of Mozambique, appointed Commissioner for both the Commissions of Delimitation of the Mozambique-Transvaal border and the Mozambique-Swaziland Border, had no problem in admitting that the Portuguese authorities were powerless to fight against the British pretensions in East Africa. While alerting for the arbitral annexation of territories, as it was recently proved by the annexation of the small area North of the Mkuzi river,⁸ ruled by chiefs Umcamana and Sibonda, both vassals of Queen Zambili of Maputo (Machado, 1889a: 6), Machado also drew attention to the previous British surveys in this same area, namely on Mkuzi river and Sodwana bay,⁹ in order to evaluate the viability of a port to be used as terminal for a new railway line coming straight from the Swazi mines, with possible extension to the Transvaal, and consequently with severe damages for traffic of at the Lourenço Marques harbour (Machado, 1889b: 29).

In addition, the Governor José d'Almeida de Ávila noted the inconveniences of the division of the Maputo territories (MCP 30 1: 37), sharing Machado's opinion on the need to preserve the unity of Thongaland (Machado, 1889a: 20) and underlining that either the previous Portuguese relation with this chiefdom or the AmaThonga's will of preserving their lands should be respected and considered as more important than any other later agreements with the Natal or the British authorities (MCP 30 1: 37).

The length of these discussions justified the British request for the urgent delimitation and demarcation of AmaThongaland in 1888, forcing the division of the Portuguese Commission in two to ensure simultaneous work on implementing the final Mozambique-Swaziland and Mozambique-Thongaland borders (MCP 30 5: 1), and enlightened the different opinions of the Portuguese authorities of Lourenço Marques and the Portuguese Government (Machado, 1889a).

More acquainted with the regional situation, the Portuguese authorities of Lourenço Marques were often more aggressive against the British, insisting on the necessity of a delimitation and demarcation of the territories under Portuguese sovereignty, and considering either the priority of the Portuguese presence in the region or the possible benefits; while the

⁸ In the Portuguese documents Mkuzi river is called river Umkusi.

⁹ In the Portuguese documents Sodwana bay is Sardwana bay.

Portuguese Government, preventing possible confrontations and being more conscious of the difficulties in assuming a strong position in case of conflict, always defended that any territorial delimitation in this area should consider the historical relations with the local chiefdoms but, above all, had to be in conformity with the previous treaties and international arbitrages recognized both by Britain and Portugal (MCP 30 1: 10 e 1: 48).

The international recognition and acceptance of every decision was conditioned either by the approval of the European countries involved in the Berlin Conference or by other previous international decisions – considered unquestionable because historically well-founded. Portugal was not in a position to oppose any of them. The British pressure over Portugal and its African territories was far beyond southern Mozambique, and in the case of the AmaThongaland border the borderline had already been defined, in 1875, by the MacMahon Award, on the basis of the previous agreement between the governments of Transvaal and Mozambique in 1869.

In fact, in 1869, under the pressure of President Pretorius and fearing a new lunge of the British in the area, Portugal and the Transvaal signed a *Treaty of Peace, Friendship and Boundaries* (29 July 1869) in which, in fact, defined the first border of Mozambique (Almada, 1943).

The Treaty was discussed and signed by President Pretorius of Transvaal and by the Portuguese Consul in the Cape, Alfredo Duprat, and was ratified in 1871, before its international recognition through the MacMahon Awarded in 1875. Even though the main purpose was the definition of the Mozambique-Transvaal border and the recognition of the Portuguese priority on the occupation of Lourenço Marques bay, the treaty also established the southern limit of the Portuguese territories in East Africa, the moment it considered that the borderline between Mozambique and Transvaal would be the almost straight line along the Lubombo mountain's crest from the 26° 30' lat. South up to the confluence of the rivers Pafuri and Limpopo (see Map 3).

From that moment on and whatever might have been the historical relations and agreements of Portugal with the chiefdoms south of Lourenço Marques bay, the 26° 30' parallel became the official Southern limit of the Portuguese territories in the East Coast of Africa. Yet, 20 years later, this same parallel became a source of conflict as, when preparing the work for the final delimitation and demarcation of the Maputaland border, both Portuguese and British commissioners had to face the fact that the parallel divided the AmaThongaland in two parts, each one submitted to a different colonial power, and had to face the AmaThonga's refusal in accepting the division of their country (MCP 30 1, 2, 4 and 5).



**Map 3 –Transvaal border according to the Treaty of July 1869.
Source: IICT – AHU. MCP 33:1.**

Historical relations between Portugal and Mabuto-Tembe chiefdom (MCP 30 1:16) as well as the former vassalage treaties of the AmaThonga chiefs to Portugal in 1823 and 1870 (MCP 30 2-12) were not of much consideration in this process and just a few readjustments were possible in reason of the geographical features and the difficulties of implementing *in loco* the previous borderline agreements.

Redefined by the Anglo-Portuguese Treaty of 1891, the borderline would be finally settled at 26° 52' Latitude South granting Portugal the territories south of Lourenço Marques bay until the Maputo river, from its mouth near Ponta do Ouro to its confluence with the Pongola river and, along the Pongola, to the north, until the Lubombo mountains. Nevertheless, this variation of 22' was merely the necessary adjustment between the European colonial powers. This readjustment concerned the fact that the line established by the MacMahon Award didn't correspond to any previous fieldwork and was arbitrarily sketched quite near the waters of the river Maputo but crossing it several times, from its confluence with the river Pongola to the coast. Thus, the new line was mainly the result of the fieldwork discussions between Portugal and Britain in order to facilitate the future management and control of the border.

Therefore, none of these discussions considered the AmaThonga's petitions presented to Joaquim José Machado in 1887 in order to preserve the unity of the territory under Portuguese sovereignty; being this territory a much wider area extending from South of Lourenço

Marques bay to the parallel 72° 30' Latitude South, near the river Mzimkhulu (MCP 30-1 Doc. 18).¹⁰

The negotiations between Portugal and Queen Zambili during 1887 and 1888 in view of the Portuguese effective occupation and the subsequent protection of all their land had solved some basic problems of relationship resulting from the misunderstandings that had taken Zambili to sign, in 1887, the Treaty of friendship with Natal (MCP 30 2: 10), but were not in conformity with the Mac Mahon decision on the limit (MCP 30 1: 10).

Whether this limit considered or not AmaThongaland as a political, social and cultural unity was something that Portugal was not in a position to solve as the border limit itself had been previously recognized and accepted by the Portuguese Government, and any new compromise with Zambili had to be in conformity with this new reality (MCP 30 1: 14).

2.2. The border as a focus of knowledge and conflict

We will now focus on the works of the joint commissions specifically created to implement the agreements on the definition of the border, considering three different levels: the scientific work, the recognition of the territory and the regional resources, attempting to show both the relevance of the technical and scientific works and the local changes following this work.

Fieldwork mobilized quite a good number of people, scientific instruments, groceries, cattle, means of transportation and all the necessary equipment to guarantee the achievement of the work foreseen as well as the indispensable logistic backing to ensure camping facilities all over the surveyed area (MCP 30 5: 2). The need for systematic and rigorous work, namely to determine the coordinates of the beacons to be built, on the topographic and geodetic registries or on the drawing of precise maps, compelled the use of accurate instruments and techniques, as well as the presence of experts in using them. Both were indispensable, and once one of them was missing, the works had to be postponed (MCP 30 5: 1). The description of all the technical works and procedures used as well as the way the instruments responded efficiently or not to the different situations, bind exhaustive descriptions of the instruments and the way they were used enabling a better understanding of its potentialities and new experiments (MCP 30 5: 2). Thus, in the colonizer's perspective, the demarcation and implementation of the borders was also perceived as a process of knowledge on the territory and a *campus* for the application of new scientific methods and experiments strange to the restrictions of the physical border but related to the process of demarcation of the borderlines.

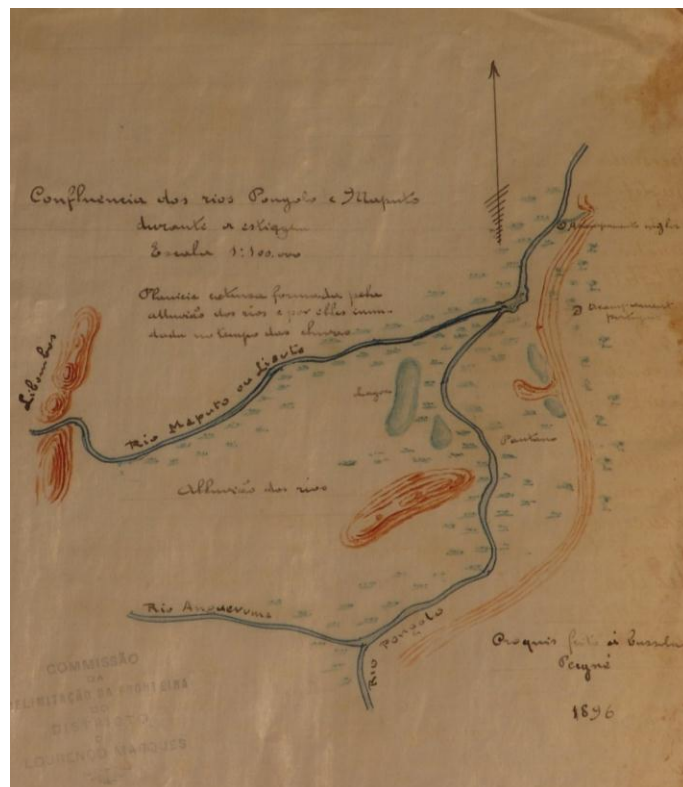
Therefore, the documents related to the different technical aspects of the border process can help to reveal the way scientific development was used in Africa to serve European colonial purposes. Yet, notwithstanding the capital role of surveying and map-making the territory as powerful instruments at the service of the coloniser (Braun 2005), the fact is that both contribute to a better and precise knowledge of the African territories and people.

The final demarcation of the Mozambique-AmaThongaland border dates back to 1897, when the whole borderline was subjected to a systematic fieldwork by a joint Anglo-Portuguese commission (MCA 2: 1-8; Brownlie, 1979: 1243-1245), later ratified by both governments on the 25th of January of 1899 (MCA 21: 12 and 14; Brownlie, 1979: 1245-1246). The readjustments and the final demarcation works provided the descriptions and the precise location of the beacons, and were based on the previous recognition of the areas

¹⁰ In Portuguese documents, river Mzimkhulu is river Ozimkulu.

around and between the beacons as well as over a wider area, with special focus on geographic features, as well as on natural and human resources (MCP 30 5: 3).

While for other border areas, official documents inform on fauna, flora or water facilities (Roque, 2009), the documents related to the AmaThongaland border report mainly on local forestry resources, namely on the existing flora and vegetation, or on the different edaphic associations, and their regional distribution. Nevertheless, as most of the references were made in close connection with the landscape and its variations during the year (Map 4), we often have an overview on some of the different ecozones of this area, with special relevance for the several swamp areas and seasonal lagoons along the Pongola and Maputo river banks (MCP 30 5: 3).



Map 4 – Confluence of the Pongola and the Maputo in the dry season, 1896.
Source: IICT – AHU. MCP 30: 4.

Other than these descriptions, the documents also inform on the local authorities and the political, social and economic organization of the small and dispersed settlements along the borderline and on the density of population, pointing out the most populated areas and the almost desert ones. This situation is often described in the reports of the Portuguese Commission, particularly in the final Report of Augusto Neuparth (MCP 30 5: 3), enhancing the difference between the areas suitable for any economic activity and those considered useless.

Unlike the border delimitation, the previous works to implement the beacons had an immediate impact. The borderline was not only a mere line division identified by a string of landmarks demarcating the border between Portuguese and British colonial territories (Kloppers, 2004). From the moment the beacons were implemented, profound changes in the landscape were produced with almost immediate environmental consequences. They imposed severe transformations upon the landscape affecting the possible traditional use of these areas

as the implementation of the borderline agreements required a clear field providing total visibility from one beacon to another. The length of this clearing and deforestation process was defined, *in loco*, by the joint commission according to the characteristics of the territory but, in some cases, could impose a clear field with a width of 1,2 km over a distance of 6,5 km separating two beacons (MCA 21: 7).

Other than the landscape change, this process might have deprived the local communities from a substantive part of their vital resources, namely the collecting of wild fruits, berries and firewood, though most of the cuts seemed to have been done in areas of very thick bushes with few specific benefits for local human communities (MCP 30 5: 3).

Nevertheless, the fieldwork of the joint commission resulted in an important *corpus* of information reporting the first systematic recognitions and mapping of the territory (IICT – ex-CEHCA Pasta 10), its resources and inhabitants. The reports on these works provide valuable and precise information on the location of all the boundary marks along the borderline (MCA 21:8) and show that the agreements on the need of a border did not consider the different petitions presented by the local communities, namely the ones under Queen Zambili's authority.

As stated above, all the petitions pointed out the importance of the indivisibility of the AmaThonga territories under Queen Zambili's rule, and the preservation of its unity under Portuguese influence. Zambili's authority extended from the south of Lourenço Marques bay to the Mzimkhulu river in South Africa, including the inland territories of Mussuete (Swaziland) in the west; preserving its unity would allow the Queen to receive tribute from all her subjects and avoid either the separation of the AmaThonga community or the double payment of taxes imposed by the splitting of the territory between Britain and Portugal.

Therefore, notwithstanding the inexistence of fences, the borderline deeply affected the organisation of the AmaThonga people and the ability of the Queen to exercise her authority all over the chiefdom.

On one hand, the absence of fences featured a fluid border area allowing trans-frontier movements of animal (wild fauna and cattle) and people with little impact in the daily life of the community. However, every time people and cattle were moving from one side of border to the other they would be subjected to different tax systems imposed not by the Mabudo rulers but by the two different colonial powers sharing the AmaThonga's territories. Watering, collecting, hunting and herding, for instance, would have been much affected by this situation. Much dependent on the seasonal existence of water and food for the cattle, men could not simply drive the herds to the areas that were beyond the limits of the European colonial power they were subject to. This could entail political conflicts and eventual penalties for the community.

On the other hand, the fact that the territory was split in two, constrained the separation of the AmaThonga people, depriving the group of its original territory and thus creating cultural fragmentation and inner disunity affecting their identity as a community, and forcing internal organisation changes (MCP 30 1: 18).

According to the petitions of Queen Zambili, the area south of Kosi bay had the best lands of her territory (MCP 30 2: 1). Suitable for crops and animal husbandry, people and cattle had good conditions to settle there seasonally or permanently. The management of these areas, though much dependent on the communities living and using them, was inscribed in the general management of all the area under her sovereignty, which was deeply affected by the splitting of the territory along the Maputo river.

In turn, the lands further north were shortest in water and couldn't support any permanent settlement. Local chiefs would have problems to convince people to move and stay there as the lack of basic conditions would risk an ethnic conflict, next to Lourenço Marques, between the people of Maputo and those of Catembe (MCP 20 2:1). Consequently, by denying the

indigenous communities the free access to a substantive part of their territory and by depriving them of its fruition and management, the border became an obstacle to the local economy and introduced an element of disturbance on their daily life.

Imposing drastic restrictions to the natural circulation of animals and people, it compromised herding, hunting and collecting activities forcing the inhabitants to face dramatic situations, especially in the dry season, by denying them the access to vital resources and contributing to a considerable decrease of the regional biodiversity. Thus, it contributed to a significant disruption of the traditional economy of the hinterland in the border areas, mostly dependent on an intense use of different natural resources complemented with few crops and grazing cattle to maintain livelihoods (Matthews, 2006; Smith & Leader-Williams, 2006), and consequently to the impoverishment of the local communities and to considerable landscape and biodiversity changes.

In this sense, from a focus of knowledge on the territory and its inhabitants, the Mozambique-Thongaland border became a conflict area. The splitting of the Thonga territory was the main reason of this conflict.

In spite of the fact that borderland identities are not being analysed here, it is not excessive to underline that the documents we are using in this study also enhance that the forced splitting of the Thongaland territory and people imposed by the new colonial order deeply affected the AmaThonga identity, fostering new identities related to the context and side of the border people found themselves on, and reflecting the later influence of different experiences during the colonial period. This information is particularly relevant when considering the historical framework for a present day anthropological approach to this area.

2.3. Rebuilding and redefining the border today

As mentioned above, part of this work tries to respond to the specific demand of Mozambique to access the archival documents related to the Mozambique borders, namely the ones of the *Archive of the Frontiers* as, in fact, these documents include all the information requested for the present reconstruction of the borderline.

However, making them available doesn't exempt them from being accepted and ratified by the present official institutions responsible for the management of the Mozambique and South Africa boundaries in result of knowledge update and the development of new geo-referenced systems, as well as of the political will of both nations expressed in new agreements between the two governments.

Inherent to this process, the reviewing of the historical background of the border will bring to discussion the present necessity of recognising and knowing the limits of the territory of Mozambique as a country and as a sovereign nation, but it will also enhance the urgency of a reflexion on the current role of the border and on the possible ways of an effective management of the border areas, as well as on the importance of the implementation of cooperation policies between Mozambique and the neighbouring countries.

The present needs to know the exact limit of the national territory, as expressed by Manuel de Araújo and Leopoldino Ernesto, does not seem to be inconsistent with the possibility of a joint management of the predefined borderlines within an "open space" borderland in order to boost repopulation and the re-establishment of regional traditional uses and techniques that can contribute to the development of large areas that were abandoned in result of the lack of basic living conditions.

Despite the many discussions, recent transnational projects, namely those based on the creation of Trans-frontier Conservation Areas (TFCA) or on Conservation Planning Systems (CPS) such as the Lubombo TFCA (PPF, s/d) or the Maputaland CPS (Smith and Leader-Williams, 2006), might be a step to boost either economic development or biodiversity

management (Kloppers, 2001; Osofsky, 2009), in view of an “integrated human development and nature conservation” (Els, 1996: 20-21, *cit in* Kloppers, 2001: 9). While evincing the need for a straight multi-level cooperation between the different countries involved, they reinforce the idea of the borderland as a potential focus of development and enhance the importance of historical information as an indispensable support for the knowledge of the territory, its inhabitants and the indigenous practices regarding the local/regional renewable natural resources.

Considering this perspective, the analysis of the information on the Mozambique-Thongaland border (as on all Mozambique boundaries) might contribute to a better perception of the whole region. It will provide an important basis for a global understanding of the regional evolution and changes, as well as for a better comprehension of the present-day situation, while contributing for possible regional alternative solutions.

Acknowledgments

Project FCT HC0075/2009 - *Knowledge and recognition in areas of Portuguese influence: Registries, scientific expeditions, traditional knowledge and biodiversity in Sub-Saharan Africa and Insulindia.*

References

1. Archive documents

1.1. Historical overseas archive (ahu – iict)

Leal, Fernando da Costa (1869), “Ofício 30-IV-1896 para o Ministro do Ultramar”, AHU- *Correspondência para o reino de 14-I-1868 a 3-XI-1869*, fls.126v.-129v.

IICT – ex CEHCA Pasta 10

Commission Anglo-Portugaise (1897), *Croquis de la Frontière Anglo-Portugaise depuis la jonction de la rivière du Pongolo avec la rivière du Maputo*. AHU- Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA Pasta 10-054 MLITGJIU.

Comissão para a Delimitação de Fronteiras (1896), *Perfil Longitudinal do Terreno ao Longo do Paralelo da Confluência dos Rios Pongolo e Maputo: Fronteira Sul do districto de Lourenço Marques*.AHU- Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA P Pasta 10-011MLITGJIU.

Comissão para a Delimitação de Fronteiras (1896), *Planta do terreno em torno do Pilar de observação do Pongolo*. AHU - Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA Pasta 10-057MLITGJIU.

Direcção Geral de Obras Públicas (1896.), *Rio Maputo*. AHU - Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA Pasta10-050 MLITGJIU.

Silva, Nunes da e Neuparth, Augusto (1896), *Planta do Rio Maputo: Da Confluência do Pongolo a Maxaene e Estudo Para o Traçado do Paralelo da mesma confluência até à Costa*. AHU- Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA Pasta 10-053 MLITGJIU.

Silva, Nunes da e Neuparth, Augusto (1896), *Planta da confluência dos rios Maputo e Pongolo*. AHU- Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA Pasta10-014 MLITGJIU.

Silva, Nunes da e Neuparth, Augusto (ca.1897), *Planta do Rio Maputo desde a fronteira da Swasilândia até Salamanga*. AHU - Cartoteca da Comissão de Cartografia, CEHCA Pasta10-020 MLITGJIU.

1.2. Department of Global Development – (DES-IICT)

MCP - Moçambique Cx. Preta 30:1-5. IICT - *Arquivo de Fronteiras: Documentos sobre a fronteira do Distrito de Lourenço Marques com o Maputo /Amathongas*.

MCP - Moçambique Cx Preta 33:1-3 IICT - *Arquivo de Fronteiras: Documentos sobre a fronteira do Distrito de Lourenço Marques com o Transvaal*.

MCA - Moçambique Cx. Azul, Envelope 21. IICT - *Arquivo de Fronteiras: Documentos sobre a fronteira do Distrito de Lourenço Marques com o Maputo /Amathongas*.

2. References

Almada, José de (1943), *Tratados aplicáveis ao Ultramar*, vol. V. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Braun, Lindsay F. (2005), “Spatial Institutionalization and the Settler State: Survey and Mapping in the Eastern Transvaal, 1852-1905”, *South African Historical Journal*, 53: 147-178.

Brownlie, Ian (1979), *African Boundaries- A Legal and Diplomatic Encyclopedia*. London: C. Hurst & Company.

C.A.T. (1818), *Convenção adicional ao Tratado de 22 de janeiro de 1815, entre os muito altos, e muito poderosos senhores El-Rei do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves, El-Rei do Reino Unido da Grande Bretanha, e Irlanda: feita em Londres pelos Plenipotenciarios de huma e outra Corte em 28 de julho de 1817, e ratificada por ambas*. Edição digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Last access on November 25, 2014. Available at <http://bd.camara.gov.br>.

Els, H. (1996), *Die benutting van hernubare natuurlike hulpbronne by die Vanhlanganu-Mnisi van die Mhaladistrik*. PhD (Philosophy). Pretoria: University of Pretoria.

Felgate, W. S. (1982), *The Tembe-Thonga pf Natal and Mozambique: An ecological approach*. Occasional publications (1), Department of African Studies. Durban: University of Natal.

Gibbs, Eduard J. (1889), *England and South Africa*, BiblioBazar, LLC, 2008 (reed). Last access on November 25, 2014, available at http://books.google.co.uk/books?id=XMpan8dTPrUC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s#v=onepage&q=&f=false.

Hedges, David (1978), *Trade and Politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and earl nineteenth centuries*. PhD (Philosophy), School of Oriental and African Studies. London: University of London.

Kloppers, Roelof J. (2001), *The utilisation of Natural Resources in the Matutuine District of Southern Mozambique: Implications for the Transfrontier Conservation*. MA (Anthropology), School of Social Sciences, Faculty of Humanities, University of Pretoria. Last access on December 1, 2014, available at <http://hdl.handle.net/2263/30419>.

Kloppers, Roelof J. (2003), *The History and Representation of the History of the Mabudu-Tembe*. MA (History), Department of History. Faculty of Humanities: University of Stellenbosch.

Kloppers, Roelof J. (2004), *In Border Crossing: Life in Mozambique / South Africa Borderland since 1975*. PhD (Anthropology), Faculty of Humanities. Pretoria: University of Pretoria. Last access on November 25, 2014. Last access on November 20, 2014, available at [http://www.bing.com/search?q=Kloppers,+R.+J.+\(2005\),+In+Border+Crossing%3A+Life+in+Mozambique+%2F+South+Africa+Borderland+since+1975&form=IE10TR&src=IE10TR&pc=MATMJS](http://www.bing.com/search?q=Kloppers,+R.+J.+(2005),+In+Border+Crossing%3A+Life+in+Mozambique+%2F+South+Africa+Borderland+since+1975&form=IE10TR&src=IE10TR&pc=MATMJS).

Lamamra, Ramtane (2013), “Préface”, in *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l’Union Africaine (PFUA)*. Addis-Abeba: Commission de l’Union Africaine, Département de Paix et Sécurité, pp. 6-7.

Machado, Joaquim José (1889a), *Maputo – Lourenço Marques – Mossamedes*, Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa na sessão de 1 de Abril de 1889. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Machado, Joaquim José (1889b), *Fornecimento de armas aos Matabeles – Zambézia britânica e o território dos Swasis*. Comunicação à Sociedade de Geografia de Lisboa na sessão de 11 de Novembro de 1889. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

Matthews, W. (2006), *Contributions to the Ecology of Maputaland, Southern Africa, with Emphasis on Sand Forest*. Ph.D. Thesis. Pretoria: University of Pretoria.

Mountain, Alan (1990), *Paradise Under Pressure - St Lucia, Kosi Bay, Sodwana, Lake Sibaya. Maputaland*. Johannesburg: Southern Book Publishers.

Mucombo, José Elias (2103), “Démarcation et maintenance des frontières internationales du Mozambique”, in *Délimitations et Démarcation des Frontières en Afrique – Programme Frontière de l’Union Africaine (PFUA)*, Addis-Abeba: Commission de l’Union Africaine, Département de Paix et Sécurité, pp. 221-245.

Osofsky, Steve (2009), “Beyond Borders”, *IUCN - World Conservation*, 4:14-15.

OUA (1964), *Resolution on the Inalienability of Colonial Boundaries*. OAU Assembly, Cairo.

Owen, William F. W. (1833). *Narrative of Voyages to Explore the Shores of Africa, Arabia, and Madagascar; Performed in H. M. Ships Leven and Barracouta, Under the Direction of Captain W. F. W. Owen, R.N. By Command of the Lords Commissioners of the Admiralty*. London: Richard Bentley.

PPF – Peace Park Foundation (s/d), *Limpopo TFCA*. Last access on December 1, 2014, available at <http://www.peaceparks.org/story.php?pid=1006&mid=1063>.

Roque, Ana Cristina (2009), “Rethinking Borders in South Mozambique”, Paper presented to the ABORNE Conference on *How is Africa Transforming Border Studies?* Johannesburg, 10th-14th September, 2009. (Unpublished paper available for reading at <https://www.academia.edu>).

Roque, Ana Cristina (2010), “Sources for the history of the southern border of Mozambique: Preliminary results of a project on the archives of the *Portuguese Commission of Cartography*”, *Journal of Borderland Studies on African Borders*, 25, 2, 77-93.

Roque, Ana Cristina (2012), “Mozambique in the early 20th century: borders as a source of knowledge and conflict”, in Pires, Iva (coord.), *Borders and borderlands: today’s challenges and tomorrow’s prospects - Proceedings of the Association for Borderlands Studies Lisbon Conference*. Lisbon: Centro de Estudos Geográficos, 476-491.

Roque, Ana Cristina (2013), “Sources for the history of the southern border of Mozambique: The archives of the *Portuguese Commission of Cartography*”, in Wolputte, Steven van (coord.), *Borderlands and frontiers in Africa*. Berlin: LIT Verlag, 23-54.

Sambo, Emildo (2008), “Moçambique: fronteiras escancaradas? (6 de Abril de 2008).” Last access on November 25, 2014, available at <http://manueldearaujo.blogspot.pt/2008/04/mocambique-fronteiras-escancaradas.html>.

Santos, Paula; Roque, Ana Cristina; Mucombo, José (2011), “Revision of the Mozambique Frontiers: a Cooperation Project”, *FIG Working week 2011 - Bridging the gap between cultures*, Marrakech, May, 18-22, 2011. Last access on November 25, 2014, available at http://www.fig.net/pub/fig2011/papers/ts06g/ts06g_santos_santos_et_al_5017.pdf.

Smith, Robert J.; Leader-Williams, Nigel (2006), *The Maputaland Conservation Planning System and Conservation Assessment*, DICE: University of Kent. Last access on December 1, 2014, available at <http://www.bing.com/search?q=The+Maputaland+Conservation+Planning+System+and+Conservation+Assessment,&form=IE10TR&src=IE10TR&pc=MATMJS>.

O papel da UA e do IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul: Dimensão e natureza das problemáticas intersudanesas depois da cisão nacional¹

Dario Lopez Estévez,² Universidade Rey Juan Carlos I de Madrid
dar.lopezestevez@gmail.com

Resumo: A independência do Sudão do Sul em julho de 2011 foi alcançada sem que muitas das questões que tinham provocado a separação nacional fossem resolvidas. A repartição dos ganhos da produção petrolífera, a demarcação da fronteira exacta entre Norte e Sul, entre outros aspectos, ficaram pendentes de uma resolução. Com este propósito, a União Africana, junto com as partes envolvidas, tem criado todo um mecanismo de segurança e paz no qual, aos poucos, tem possibilitado que o Sudão do Norte e o Sudão do Sul tenham resolvido os seus principais diferendos. Apesar das críticas de que recentemente o multilateralismo tem sido alvo, a ação da União Africana, na gestão nas problemáticas entre os dois Sudão, tem recolhido numerosos sucessos, que adquirem mais valor à luz da volatilidade que caracteriza a política sudanesa e regional. Neste sentido, a organização pan-africana constitui uma garantia da continuação do progresso de paz e consenso entre dois Estados que partilham muito mais do que recursos económicos e que tem influência no contexto regional e Africano atual.

Palavras-Chave: Abyei, Fronteiras, Segurança, Sudão, União Africana

Introdução

No dia 8 de julho de 2011, apenas três dias antes da independência do país mais novo do mundo, o Sudão do Sul, o “*Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana para o Sudão*” (AUHIP em inglês) emitiu um documento retrospectivo que sintetizava todos os principais aspetos conflituais entre as duas renovadas entidades políticas sudanesas. Tal

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional”.

² Licenciado em Línguas e Mediação Linguístico-Cultural pela Universidade de Roma Tre e estudante do Mestrado em Análise de Inteligência da Universidade Rey Juan Carlos I de Madrid. É membro do Painel de Expertos do Observatório de Paz, Segurança Defesa da Universidade de Zaragoza. Poliglota e arabista, complementa o ensino de línguas estrangeiras com o estudo da geopolítica sudanesa. Darío López Estévez nasceu nas Ilhas Canárias em 1990. Ao longo da sua formação académica em Humanidades teve a oportunidade de viver em Roma, Paris, Madrid e Marrocos. É, desde 2012, *mediador linguístico-cultural* pela Universidade Roma Tre, em Itália e *analista de inteligência* desde 2015 pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid. Combina a sua especialização nos setores da tradução árabe-espanhol e do turismo com o estudo e divulgação da atualidade sudanesa através da página web sudanatualcance.weebly.com. Aliás, colabora, como analista especializado no Sudão, com centros de análise estratégica e geopolítica como o Instituto Español de Estudios Estratégicos (IEEE); o Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar portuguesa (CINAMIL); o Centro de Análisis de las relaciones internacionales de la región MENA Baab al-Shams; o Observatorio de Paz, Seguridad y Democracia da Universidade de Zaragoza (PSYD); e o Centro de Estudios Internacionales para el Desarrollo, em Argentina (CEID).

documento não constituiria o marco apenas da cooperação bilateral entre os novos estados soberanos, mas também da ação mediadora das organizações regionais, nomeadamente a União Africana (UA) e a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento da África Oriental (IGAD em inglês). Com o decorrer do tempo, a nova máxima do multilateralismo que aposta em “soluções regionais para problemas regionais” achou a sua melhor implementação na estratégia multilateral na complexa relação entre o Sudão, o Sudão do Sul, a IGAD, a UA e as Nações Unidas (NU) no intuito de dirimir as intensas e recorrentes crises entre as duas nações irmãs.

Num momento em que a eficácia do multilateralismo na resolução e prevenção de conflitos está a ser questionada, e apesar dos contínuos focos de violência na região, a gestão bi-multilateral³ dos conflitos intersudaneses na nova configuração política da África Oriental é, *grosso modo*, um exemplo de sucesso. Esta é a conclusão que se extrai do seguimento da evolução das relações bilaterais entre os dois estados em questão, diretamente proporcional à resolução dos assuntos recolhidos no documento citado anteriormente, cujo título é indicativo da posição que iriam manter as organizações multilaterais: “*Preparando-se para dois Sudão – Um futuro de paz e cooperação*”.

O seguimento da relação entre as duas organizações regionais nomeadas para limar as arestas entre os dois Sudão revelará até que ponto a sua intervenção tem sido decisiva não só no que se refere ao cessamento de hostilidades, mas também na delineação dos itinerários a seguir em cada caso para chegar a acordos satisfatórios para ambas partes. Porém, o sucesso da mediação da UA e do IGAD não teria sido possível sem o consenso dos estados envolvidos. Tal como o documento já referido demonstra, as partes interessadas têm delegado, desde o princípio, a resolução dos seus problemas comuns às entidades multilaterais. Parece ser, contudo, difícil estabelecer com certeza se tal depósito de confiança se deve à inércia dos dois anos de negociações sob o auspício da UA para a implementação do Acordo Global de Paz, assinado em 2005, ou à persuasão dos atores acerca dos benefícios de tal mediação. Provavelmente tratar-se-á de uma combinação dos dois elementos, onde a capacidade de coordenação das organizações internacionais (OI) e a garantia de umas negociações sem armadilhas, baseadas em regras obrigatórias e do conhecimento das partes, reveste um papel capital.

As teorias institucionalistas de Robert Keohane e Lisa Martin conjugadas com a visão construtivista do institucionalismo sociológico de Michael Barnett e Martha Finnemore constituem o marco teórico adequado para acompanhar e analisar as causas dos sucessos e das falências do multilateralismo encarnado pela UA e a IGAD na resolução das problemáticas entre o Sudão do Norte e o Sudão do Sul. Uma análise destas dimensões apresenta uma complexidade extrema devida à quantidade de interesses e de atores envolvidos, bem como à rápida sucessão de eventos, à extensão temporal e à dificuldade de acesso a fontes de informação provenientes diretamente dos atores interessados. Essa complexidade explica a necessidade de enquadrar o estudo da evolução dos pontos de fricção intersudanesas no marco teórico do institucionalismo sociológico com uma aproximação construtivista, onde as teorias

³ Conceito desenvolvido pelo professor Luís Brás Bernardino em 2010. Segundo o autor “... não se pode saber o que se passa num país sem saber o que se passa na Organização Regional onde se insere, e de igual forma, não parece ser adequado cooperar e interagir com as Organizações sem se procurar entender a política dos Estados que a integram...” É esta a reflexão que subjaz à conceitualização de uma estratégia baseada numa combinação entre a cooperação bilateral entre os Estados que integram as Organizações Regionais e a cooperação bilateral entre os Estados e as mesmas OI, que o autor define como “bi-multilateral”.

anteriormente citadas sejam complementadas pelas reflexões de outros autores para que contribuam para melhor perceber a dimensão do papel da UA e da IGAD nas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul.

No entanto, a função das teorias das Relações Internacionais apresentadas neste documento não vai além do mero suporte científico. A aplicação dos postulados dos autores mencionados à(s) realidade(s) sudanesa(s) seguindo uma metodologia científica merecerá, contudo, um outro trabalho de investigação. Como veremos, a maioria dos assuntos por resolver têm a ver com a segurança e a integridade do Estado, constatação cuja explicação podemos extrair da investigação de David L. Rousseau (1999).

Como se pretende demonstrar com este trabalho, o papel do multilateralismo regional e continental africano, ao menos no que respeita à gestão da conflitualidade intersudanesa, tem sido brilhante apesar das suas fraquezas e dos impasses temporais. Neste sentido, o *paradoxo do aviso* (*warning paradox*), teorizado por Jan Goldman, se aplicado à atividade das organizações internacionais, pode ter o efeito de tornar as acusações de ineficácia em critérios de sucesso. Perante a abundância de interesses em jogo, a vulnerabilidade da população e dos sistemas económicos tradicionais, e as vontades bélicas omnipresentes na região da África Oriental, seria difícil imaginar o nível de destruição a que se teria chegado sem o papel mediador e de orientação político-estratégica da UA. Neste contexto, este documento pretende ser, também, um merecido reconhecimento ao trabalho destas duas organizações. Esperamos assim que a natural “...propensão (das OI) para um comportamento disfuncional, e mesmo patológico...”, como afirmam Barnett e Finnemore (1999), continue sem dar sinais de vigência na trajetória quase impecável, destes atores multilaterais africanos.

1. Os preparativos para a independência do Sul

O envolvimento direto da União Africana nos assuntos intersudaneses adveio em 2009, com a criação do Painel de Alto Nível para a Implementação no Sudão (AUHIP). O Painel era constituído por reputados ex-presidentes do continente africano: o sul-africano Thabo Mbeki, o nigeriano Abdulsalami Abubaker e o burundiano Pierre Buyoya. Embora o painel tenha sido concebido, num primeiro momento, para supervisionar a aplicação do acordo de 2005 sobre Darfur, pouco depois o Conselho de Paz e Segurança da União Africana encarregou-lhe a missão de supervisionar e ajudar na preparação da independência do Sudão do Sul, de acordo com o definido em 2005. A partir desse momento, as relações bilaterais entre os dois Sudão têm tido como marco de ação os acordos concluídos entre as partes sob o patrocínio e mediação do AUHIP, mediação à qual tem participado na presidência da IGAD.

1.1. A segurança como eixo: a criação do Mecanismo Conjunto Político e de Segurança e o acordo sobre segurança transfronteiriça

Duas semanas antes da declaração da independência, a 29 de junho, teve lugar, em Adis Abeba, a assinatura do primeiro acordo de segurança entre os representantes do Sudão e do futuro Sudão do Sul. Acordo que estabelecia prazos para a entrada em funcionamento de órgãos responsáveis pela gestão dos assuntos que ficariam por resolver após a cisão. Como era de esperar, a segurança foi o primeiro aspecto com que se preocuparam os novos dirigentes políticos. A gestão conjunta de uma fronteira tão extremadamente porosa, com uma quantidade e qualidade de fluxos humanos e económicos significativos, e que pressupõem uma ameaça à segurança nacional precisava da maior celeridade.

O acordo veio a confirmar o compromisso das partes com as disposições já firmadas anteriormente. Em concreto, em 7 de dezembro de 2010 e a 30 de maio de 2011, sempre sob a

supervisão e assessoria do AUHIP, o governo da República do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo Sudanês, tinham acordado a criação de um **Mecanismo Político e de Segurança Conjunto** (JPSM, em inglês), que deveria entrar em operacionalidade antes de 9 de julho (artigo 2).

O referido documento aprovou a criação de uma **Zona Fronteiriça Desmilitarizada Segura** (SDBZ, em inglês), em virtude da qual as partes deviam retirar as suas tropas para dez quilómetros a norte e sul da fronteira intersudanesa vigente desde 1956, ano da independência sudanesa do Protectorado Anglo-Egípcio. Os mapas seriam fornecidos pelo **Comité Técnico da Demarcação da Fronteira** (artigo 2), e as forças da UNISFA, a missão das Nações Unidas em Abyei, seriam responsáveis pela segurança das equipas internacionais de supervisão sobre as questões transfronteiriças. No artigo quarto, aliás, concorda-se que a constituição de uma missão de supervisão e monitorização da segurança na SDBZ será tarefa conjunta das partes e da UNISFA.

No dia 10 de fevereiro do ano seguinte, as duas partes assinariam um memorando de entendimento sobre segurança onde aprofundariam os detalhes dos mecanismos a pôr em prática. Em 23 de junho seguinte assinar-se-ia um novo acordo de cooperação em assuntos de segurança, e sucessivamente, a 27 de setembro do mesmo ano, os acordos sobre a matéria seriam clarificados com a assinatura de uma série de acordos que viriam a ser incluídos num tratado global de cooperação (cf. *infra*).

1.2. Ainda muito por resolver. Relatório recapitulativo de 8 de julho de 2011

Os preparativos para os dois Sudão requeriam, como ficou estipulado no documento redigido pelo AUHIP a 8 de julho de 2011, a resolução de uma numerosa série de questões vitais para ambos os Estados, mas que, contudo, não tinham sido esclarecidas nos seis anos de transição entre a assinatura do Acordo Global de Paz em 2005 e a data da separação do Sudão do Sul, a 11 julho de 2011. Depois de referir o princípio capital de “promover dois estados viáveis”, como o qual se tinham comprometido as partes, isto é, o Governo do Sudão (GoS, em inglês) e o Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM, em inglês), o documento articula os problemas bilaterais a resolver em três grupos:

1) **Os pontos do Acordo Global de Paz ainda sem resolver.** Na altura da separação do Sul, depois de seis anos da assinatura do Acordo Global de Paz (*Comprehensive Peace Agreement*, CPA), ainda ficavam por resolver assuntos que iam influir de maneira decisiva nas relações entre as duas novas entidades políticas, tais como a administração e desmilitarização da região fronteiriça de Abyei, a demarcação da fronteira comum e a soberania dos estados do Kordofão do Sul e o Nilo Azul.

2) **Os acordos necessários após a separação.** O documento tem neste contexto três importantes aspectos onde os dois Sudão teriam de chegar a acordos definitivos. Em primeiro lugar, seria preciso regularizar a situação dos cidadãos sudaneses no estado vizinho assim como garantir as suas liberdades. Em segundo lugar, teriam de aplicar quanto estipulado num acordo assinado esse ano mesmo em matéria de segurança transfronteiriça. Por último, e relacionado com o ponto anterior, as partes comprometiam-se a garantir certa permeabilidade da fronteira, a chamada “soft border”, de maneira a não entravar os fluxos humanos e económicos tradicionais nessa zona.

3) **As questões económicas.** Colocou-se a necessidade de chegar a acordos sobre a gestão e a exploração dos hidrocarbonetos e dos recursos hídricos, de garantir as pensões e os subsídios dos trabalhadores, de preservar as comunicações e as redes de transporte, e de estabelecer a responsabilidade pelo pagamento da dívida, entre outras questões.

Uma análise do documento permite-nos reparar na riqueza de elementos cooperativos acordados pelas partes e potenciados pelo AUHIP. A preparação para “os dois Sudão” recolhe

aqueles organismos que nessa altura tinham sido criados ou cuja formação tinha sido acordada com o fim específico de resolver cada uma das questões pendentes. É o caso do **Mecanismo Político e de Segurança Conjunto** (*Joint Political and Security Mechanism, JPSM*), que teria como função canalizar as negociações acerca da fronteira comum; e a missão ISFA, aprovada pelas Nações Unidas mediante a resolução 1990 desse mesmo ano, o 2011, que seria dispersada na região de Abyei com o fim de garantir o cumprimento do acordado acerca da sua administração e desmilitarização. Este último representa um exemplo de colaboração entre organizações multilaterais, no qual a ação da União Africana vê-se secundada pelas Nações Unidas no âmbito militar, enquanto as negociações diretas com as partes e a promoção de acordos são realizadas pelas organizações regionais.

Para além dos organismos, mecanismos e protocolos anunciados, o documento também estabelece a forma como os dois estados cooperarão em alguns dos âmbitos mais espinhosos, como é o da dívida. Em concreto, lê-se que “...as partes têm acordado que a República do Sudão assumirá a responsabilidade da dívida...”, mas não obstante, “os dois estados empreenderão uma campanha colaborativa para obter um alívio da dívida sudanesa.”

Aliás, não podiam faltar as tão questionadas declarações de intenções das partes interessadas. No que se refere à gestão dos recursos hídricos, lê-se “As partes reconhecem a necessidade de cooperar no longo prazo na gestão dos recursos hídricos, fazendo uso dos modelos e princípios aceites regional e internacionalmente”.

Também fica patente no documento como o AUHIP emite conselhos acerca da posição e atitude que deverão adotar em cada assunto. Assim, lê-se, por exemplo, no que concerne à moeda do neostado, “Os dois Estados devem tentar impedir que a introdução da nova moeda tenha um impacto económico adverso para qualquer dos dois Estados”.

Em suma, os problemas que teriam afligido o Sudão do Sul após a sua independência já tinham sido tratados pelas partes interessadas quando esta aconteceu. Quer a segurança dos cidadãos e do Estado, quer as questões económicas e comerciais tinham, no momento da emancipação, ao menos no papel, um caminho de resolução traçado.

2. À procura de uma viabilidade para os dois Sudão

Contudo, apesar do clima de cooperação em que se tinham desenvolvido os encontros políticos, a realidade demonstrou ser, mais uma vez, muito mais volátil e mutante do previsível. O conflito armado entre as autoridades sudanesas e os grupos rebeldes, alguns com conexões com as Forças Armadas do Sudão do Sul, não demorou em deflagrar apenas dois meses depois da secessão. No ano seguinte, o Sudão e o Sudão do Sul declaravam uma guerra que se prolongaria por mais de um ano, desde janeiro de 2012 até abril de 2013. Neste caso, o acordo sobre a gestão e a repartição dos benefícios do petróleo foi determinante para a guerra e a paz entre os Sudão (an-Nour, 2013), o que constitui um argumento de apoio das teorias economicistas.

Porém, a ação das organizações multilaterais operantes *in situ* permaneceu constante e firme. Até durante o conflito armado, os esforços multilaterais viram-se recompensados pela assinatura de vários acordos bilaterais sob o auspício da IGAD e o AUHIP. Hoje em dia seguem em suspenso as questões relacionadas com a segurança e a integridade do Estado, âmbitos em que os *ganhos relativos* imperam, perante o receio que as disposições de um acordo ao respeito confirmem à contraparte vantagens não previstas pelo adversário (apud Marsheimer, 1994). É precisamente esta, entre outras, a principal vantagem das organizações internacionais: “As instituições podem fornecer informação, reduzir os custos de transacção, tornar os compromissos mais críveis, estabelecer pontos de coordenação e, em geral, facilitar a **reciprocidade**” (Keohane e Martin, 1995: 42).

A lista de assuntos intersudaneses a resolver que a UA e IGAD têm pela frente, sem perder de vista o princípio fundamental de “promover dois estados viáveis”, não pode embaraçar os enormes sucessos colhidos ao longo destes quatro anos. Um seguimento da evolução destas questões sob o auspício e assistência da União Africana e, em menor medida, da IGAD, permitir-nos-á avaliar melhor a relevância do papel destas organizações na solução das disputas intersudanesas. Um rol que se limita, *grosso modo*, à coordenação de esforços e ao fornecimento de garantias de respeito dos compromissos concordados.

2.1. A regularização da situação dos cidadãos do Estado contrário e a garantia das suas liberdades

A 13 de março de 2012, menos de três meses após o início da guerra entre os dois estados, as autoridades sulsudanesas e as nortesudanesas chegaram a um acordo quadro sobre o estatuto dos cidadãos do estado contrário e a garantia das suas liberdades. Em concreto, garantem-se a liberdade de residência, de movimento, de intentar atividades económicas e de aquisição e posse de propriedades. Aliás, as partes se comprometem a não privar de nenhuma destas liberdades dos indivíduos que já tiverem exercido alguma daquelas, no caso de modificação ou conclusão do acordo em questão.

O **Acordo-Quadro sobre a situação dos nacionais do outro Estado e assuntos relacionados** firmou a criação de um **Comité de Alto Nível** presidido conjuntamente pelos ministros do Interior de ambos países e harmonizado por outros ministros relacionados com as matérias em discussão, cuja função será a de supervisionar o cumprimento das disposições do mencionado acordo e seguir a situação dos nacionais norte e sul sudaneses, sendo o “responsável da situação e o tratamento dos nacionais de cada estado no estado contrário.” O acordo está aberto à inclusão de medidas concordadas sucessivamente pelos Estados, que têm a liberdade de criar quantos subcomités considerem necessários para cumprir as suas missões.

Contudo, a maioria das disposições do acordo é referida ao âmbito de atuação da União Africana e à margem de que dispõem as partes para chegar a acordos bilaterais. Fica patente no documento que o AUHIP será a única via válida de contacto com a comunidade internacional acerca do tema tratado no acordo. É isso o que se observa no artigo 2.2.: “Os dois estados poderão, de maneira conjunta e através do Painel de Implementação de Alto Nível da União Africana, pedir à comunidade internacional qualquer tipo de apoio técnico que for requerido.” Pelo contrário, a UA não terá de se pronunciar acerca da conclusão, a modificação ou as disputas derivadas de interpretações divergentes acerca dos termos do acordo, como se lê na parte III do acordo, dedicada a disposições várias.

Deste acordo entre as partes sob o patrocínio da UA conclui-se que:

1) O papel da União Africana reduz-se à coordenação de esforços e ao fornecimento de garantias acerca do respeito de um itinerário claro para a resolução do problema, como se lê no artigo 3.2., “O Painel deverá trabalhar com os dois Estados para facilitar a aplicação deste acordo”. Recolhe prazos temporais (artigos 1.3, 3.1.), os tipos de órgãos que convém criar, assim como a sua composição (artigos 1.1, 1.2, 1.6, 7.1. e 7.2.) e outros passos que deverão suceder a assinatura do acordo (artigos 3.1. e 4.3.). Desta maneira apaga-se o principal obstáculo para a cooperação interestatal, o “desacordo acerca da forma específica da cooperação” (Barnett e Finnemore, 1999).

2) O compromisso da UA chega até onde e até quando o consenso entre as partes se mantiver em pé. No caso o consenso se quebrar, estipula-se que corresponderá às partes mesmas a resolução das diferenças ou à conclusão do acordo (parte VII), mas seguindo uns passos já concordados e recolhidos pelo AUHIP no documento, o que coloca a UA como garante do cumprimento de umas “regras do jogo”, em relação com a primeira conclusão.

Isto é, tal e como afirmam Keohane e Martin no que respeita às instituições internacionais, a União Africana “torna os compromissos mais credíveis”.

3) A ação bilateral é prevista e encorajada enquanto tiver lugar entre as duas partes interessadas e/ou dentro das estipulações do Acordo-Quadro. Neste sentido, o artigo 1.5 resulta exemplar: “...o Comitê guiar-se-á por este acordo e quaisquer disposições ou princípios adotados pelos dois Estados.” Todo apelo à comunidade internacional deverá ser canalizado pela União Africana, como se desprende do artigo 2.2, anteriormente referido. Desta maneira evita-se a ingerência de atores e interesses externos, o que tornaria o acordo numa ferramenta que permitiria a alguma das partes obter uma vantagem sobre a contraparte, nas palavras de Keohane e Martin (1995), “...as instituições internacionais podem aliviar os temores de ganhos desiguais derivados da cooperação”.

2.2. O prolífico 27 de setembro de 2012

Sob o patrocínio do AUHIP, representado pelo General Abdusalami Abubaker, a quinta-feira, dia 27 de setembro de 2012, foi o culminar de meses de sessões e de negociações entre as autoridades e representantes sudaneses de ambos lados da fronteira. O período esteve profundamente marcado pelo conflito militar em que se enfrentavam os dois países desde que o Sudão do Sul tivera decidido deter a produção de petróleo. Mesmo assim, os esforços da comunidade internacional, em concreto da UA e da IGAD, não cessaram, assim como as negociações entre as partes para avançar nas linhas estipuladas nos acordos anteriores. Nesse dia, na capital etíope, foram assinados nove acordos que abrangiam todas as questões pendentes de resolução entre as duas partes. Alguns, como o referente às liberdades dos cidadãos do estado contrário, mesmo se assinados antes, foram incluídos no compêndio de acordos que tornaram esse 27 de setembro um dia memorável do entendimento intersudanês. Eis a lista dos nove acordos, segundo o acordo global de cooperação:

- 1) Acordo sobre disposições de segurança ente a República do Sudão e a República do Sudão do Sul.
- 2) Acordo entre o Governo da República do Sudão do Sul e o Governo da República do Sudão acerca de petróleo e outros assuntos económicos.
- 3) Acordo entre o Governo da República do Sudão do Sul e o Governo da República do Sudão sobre questões fronteiriças.
- 4) Acordo entre o Governo da República do Sudão do Sul e o Governo da República do Sudão acerca assuntos económicos específicos.
- 5) Acordo sobre comércio e outros assuntos comerciais entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul.
- 6) Acordo de Cooperação entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul.
- 7) Acordo sobre um quadro de cooperação sobre assuntos da Banca Central entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul.
- 8) Acordo-quadro para facilitar o pagamento das pensões correspondentes aos futuros cidadãos da República do Sudão e a República do Sudão do Sul.
- 9) Acordo-quadro sobre a situação dos nacionais do outro estado e outros assuntos entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul.

Este conjunto de acordos supôs a materialização dos propósitos recolhidos no relatório sobre questões pendentes de julho de 2011. Verifica-se como a intervenção da União Africana e da IGAD tem sido essencial para trazer à mesa das negociações as duas partes apesar dos numerosos actos de violência e as contínuas acusações de ingerência e apoio a grupos armados antigovernamentais. É isso o que se desprende do artigo 12 das actas do quinto encontro do Fórum Consultivo sobre o Sudão, celebrado o mesmo 27 de setembro de 2012 em Nova Iorque:

Os participantes agradecem os esforços do AUHIP e a Presidência da IGAD por assistir as partes na resolução do conflito nos Estados de Kordofão do Sul e Nilo Azul. Têm urgido o Governo do Sudão a iniciar negociações diretas através da ajuda do AUHIP e a Presidência da IGAD a fim de concordar e implementar uma cessação das hostilidades, necessária para assegurar uma assistência humanitária efetiva, e criar um ambiente favorável a futuros progressos em matéria política e de segurança.

2.2.1. A dívida

Entres as questões que ficaram resolvidas nestes acordos, acha-se a repartição da dívida. As partes escolheram a assim chamada “Opção Zero”, em virtude da qual o Sudão, como o *estado continuador*, seria responsável do pagamento da dívida, equivalente ao 83% do PIB sudanês em 2011. Esta decisão foi motivada pela impossibilidade do Sudão do Sul de desfrutar de programas de alívio da dívida para HIPC (*High Indebted Countries*), pela sua condição de país produtor de petróleo. Mesmo assim, no **Acordo sobre alguns assuntos económicos**, onde se trata o problema da dívida, a União Africana estabelece um prazo de trinta (30) dias a partir da data de assinatura do documento para as partes concordarem quanto à forma e a modalidade de uma ação conjunta com o fim de aliviar a dívida (artigo 6.1.3.). Esta última disposição do acordo materializou-se mais de um ano depois, em dezembro de 2013, com a celebração do primeiro encontro do **Comitê Tripartito para a Aproximação Conjunta à Comunidade Internacional**, assinado por representantes de ambos estados e do AUHIP.⁴ As suas funções, porém, já tinham sido avançadas no artigo 6.1.2. do acordo assinado o 27 de setembro de 2012 sobre alguns assuntos económicos. Em concreto, a delegação conjunta deverá procurar a ajuda internacional a fim de:

- 1) Obter contribuições económicas para fornecer um terço do total necessário para compensar a República do Sudão pelas perdas derivadas da independência do Sul. Um segundo terço seria creditado pelo Sudão do Sul, e o terço restante seria satisfeito com as poupanças obtidas pelo Governo da República do Sudão com medidas de austeridade.
- 2) Obter financiamento para os projetos de desenvolvimento da República do Sudão do Sul.
- 3) Conseguir medidas de alívio da dívida por parte dos credores da República do Sudão, incluindo medidas previstas pelos programas HIPC.
- 4) Assistência no levantamento de todas as sanções económicas impostas à República do Sudão.

Este comité emergiu como um dos poucos casos de órgão tripartido entre ambos Sudão e a UA, fruto do consenso sobre as maiores possibilidades de sucesso que apresenta uma aproximação à comunidade internacional, nomeadamente ao Clube de Paris, através da União Africana. O último encontro deste comité, ilustrativo da implicação e do compromisso da União Africana com a paz e a construção de dois estados de Sudão viáveis, teve lugar o 3 de junho deste ano. Após uma campanha internacional de sensibilização levada a cabo por

⁴ Peter Louis (2013), “The Tripartite Committee for the Joint Approach to the International Community held its inaugural meeting in Addis Ababa on The committee was established under the Agreement between the Republic of the Sudan and the Republic of South Sudan on Certain Economic Matters.” Página consultada a 27/08/2014, em <http://petergume.wordpress.com/2013/12/17/the-tripartite-committee-for-the-joint-approach-to-the-international-community-held-its-inaugural-meeting-in-addis-ababa-on-the-committee-was-established-under-the-agreement-between-the-republic-of/>.

ambos estados, o comité técnico elaborou um roteiro e as partes concordaram uma estratégia para “guiar a futura interação com a comunidade internacional”.

2.2.2. O comércio intersudanês

No que respeita às questões comerciais, no **Acordo sobre comércio e outros assuntos** estipula-se a criação de um **Comité Ministerial para as Relações Comerciais** (artigo 3.1), no prazo de 30 dias a partir da ratificação do acordo, composto por 12 membros, metade de cada estado. Este comité seria assistido por um **Subcomité Técnico Conjunto** (artigo 5.1.), que deveria ser estabelecido no prazo de 30 dias a partir da ratificação do acordo e que seria composto por membro de vários ministérios de ambos países (artigo 5.2.).

As funções de cada um destes órgãos acham-se devidamente detalhadas no documento, como também a contribuição igualitária de ambos estados no orçamento dos comités, uma estipulação que já aparece noutros acordos patrocinados pela União Africana. Em definitivo, o Comité Ministerial para as Relações Comerciais e o seu subcomité técnico encarregar-se-ão de melhorar as relações comerciais, tanto no que se refere ao tráfego transfronteiriço como à criação de zonas de livre comércio. Salienta-se neste acordo o artigo sétimo, onde se insta às partes a partilhar e fornecer a informação necessária para o desenvolvimento das suas missões:

[...] as partes devem estabelecer mecanismos para partilhar dados importantes e informação relacionada com o comércio e assuntos com ele relacionado e devem fornecer ao outro toda a informação relacionada quando a outra parte a pedir razoavelmente.

2.2.3. Pagamento de pensões e subsídios

O **Acordo para facilitar o pagamento de pensões** prevê a mesma fórmula organizativa para gerir o pagamento das pensões e outros subsídios económicos de funcionários públicos e pessoal ao serviço do Estado. Isto é, um **Comité Ministerial de Pensões** (capítulo 4) composto por três membros de cada país e presidido conjuntamente pelos ministros nortesudanês e sulsudanês correspondentes. A ação deste comité está assistida por um **Comité Técnico de Pensões** (capítulo 5) composto por dez membros, cinco de cada estado, e co-presidido por um representante de cada parte. Como no caso anterior, estabelecem-se prazos temporais para a constituição de cada comité assim como para as suas primeiras reuniões e as funções de cada organismo.

O artigo 6.1. do citado acordo lista os *termos de referência* do Comité Técnico, que deverá identificar os indivíduos com direito a receber uma pensão de qualquer um dos países em razão dos serviços desenvolvidos para o Estado, assistir o Comité Ministerial, achar métodos que facilitem o pagamento de tais benefícios, etc. Deixa-se também a porta aberta à cooperação bilateral, no capítulo sétimo, no que concerne ao troco de informação: “As partes deverão estabelecer mecanismos para partilhar (...) todos os dados, registos, documentos e informação importante em relação com os *benefícios post-serviço*.” O capítulo oitavo também prevê a cooperação bilateral, indicando a Organização Internacional do Trabalho ou “qualquer outra instituição internacional que as partes concordarem” como árbitro para a resolução de qualquer disputa que surgir.

Verifica-se então, nestes dois últimos acordos, o quanto afirmado por Keohane e Martin (1995): “Os estados que seguem estratégias de reciprocidade estão comprometidos com o intercâmbio entre si e, portanto, requerem informação acerca do valor dos seus trocos”. É precisamente isso o que garante a União Africana com a sua mediação nos acordos e disputas entre ambos estados de Sudão, facilitando a reciprocidade e dissipando as dúvidas sobre o respeito das regras do lado da contraparte.

2.2.4. O petróleo

O **Acordo sobre petróleo e assuntos relacionados** é o mais extenso de todos os subscritos nesse dia, indicativo do papel central que o ouro negro ocupa nas relações intersudanesas. É preciso reparar que o conflito bélico em que estavam imersos ambos países foi detonado pelas discrepâncias acerca das tarifas que o Sudão do Sul devia pagar à República do Sudão pelo transporte do seu petróleo através dos oleodutos que atravessam o Norte caminho da exportação em Port Sudão.

Perante o buraco nas finanças estatais setentrionais, provocado pela perda de um terço da produção petrolífera, o governo do Sudão quis renegociar as tarifas, algo que as autoridades sulsudanesas rejeitaram. Isto, unido à instabilidade na fronteira e as acusações cruzadas de apoio a grupos rebeldes, levaram as nações sudanesas à guerra. Perante a falta de acordo, o Sudão ameaçou com fechar os oleodutos, e o Sudão do Sul respondeu com uma paragem total da produção em janeiro de 2012. O momento mais grave do conflito produziu-se em abril de 2012, quando as Forças Armadas sulsudanesas ocuparam durante dez dias a área petrolífera sudanesa de Heglig, onde se acha uma das refinarias mais importantes do país, gerida pela China National Petroleum Company.

O Acordo sobre petróleo e assuntos relacionados começa esclarecendo o “princípio territorial nos sectores petrolíferos de ambos estados”, resolvendo assim as reivindicações de soberania sobre certas jazidas e infraestruturas petrolíferas no país vizinho. O documento lista medidas cooperativas para evitar a repetição dos acontecimentos que levaram à guerra. Estipula-se, por exemplo, que no caso em que a produção petrolífera no Sul resultasse inviável, as autoridades comunicá-lo-iam ao governo do Norte com sessenta dias de antecipação à suspensão da atividade (artigo 3.6). De facto, o Sudão do Sul tinha parado a produção sem aviso prévio.

Estabelece-se o preço que o Sudão do Sul deveria pagar ao Sudão por barril, isto é, 1.60 USD, em conceito de processamento do hidrocarboneto (artigo 4.1.). No entanto, a tarifa em conceito de transporte através das infraestruturas da petroleira GNPOC aumenta a 8.4 USD por barril (artigo 4.2.1.), tarifa que se reduz a 6.5 USD para o transporte através das infraestruturas da Petrodar.

Especificam-se os métodos de pagamento e outros pormenores, como os direitos e deveres de cada uma das partes (artigos 6.1 e 6.2), a resolução de litígios, os canais de anulação ou modificação do acordo, etc. Acorda-se a criação de um **Comité de Monitorização do Petróleo** a constituir em 21 dias a partir da assinatura do acordo (artigo 10.1), que será dirigido por um representante de cada país (artigo 10.2) e atuará por consenso. No caso de este não ser possível, a disputa passará para os ministros de Petróleo.

As partes também se comprometem a “perdoar as reclamações de atrasos⁵ relacionados com o petróleo e outras reivindicações”. Fica pendente de negociação, porém, a participação estatal na petroleira Sudapet, a companhia sudanesa de petróleo. O acordo recolhe que as partes terão de se sentar à mesa de negociações nos dois meses seguintes à assinatura do acordo. Uma cláusula de transparência também é incluída, em virtude da qual as partes se

⁵ A paralisação da produção petrolífera no Sudão do Sul adveio depois de uma longa disputa entre os dois Estados acerca da tarifa que aquele devia pagar ao Sudão do Norte pelo trânsito e a exportação do seu petróleo. Enquanto o Sudão do Sul pagava uma tarifa anteriormente concordada com as autoridades do país vizinho, este reclamava a sua renegociação. A diferença entre o preço reclamado e o creditado foi considerado pelo Sudão do Norte como atrasos até a assinatura do acordo em discussão.

comprometem a “manter uma completa transparência mútua sobre toda a informação relevante para as atividades petrolíferas”. Apesar dos pontos importantes terem sido resolvidos no acordo assinado em setembro de 2012, não foi até abril de 2013 que o Sudão do Sul retomou a produção. O conflito entre os dois Estados considerou-se então resolvido.

2.2.5. A fronteira

Contudo, são os acordos sobre segurança, onde os estados tendem a ver os ganhos como relativos e não absolutos mais do que em qualquer outro âmbito de cooperação (Rousseau, 1999), que apresentam uma maior articulação não apenas no que concerne os mecanismos para a resolução de problemas específicos, mas também no que se refere a prazos, indicações e outras disposições. O **Acordo sobre questões fronteiriças** instrui sobre como se deve desenvolver, e através de que mecanismos, o processo de demarcação da fronteira entre os dois estados. No artigo 12.4, a União Africana demonstra mais uma vez a sua disponibilidade a prestar assistência financeira ou técnica aos estados interessados a fim de facilitar o processo de demarcação, mas só após petição das partes. O documento recolhe o consenso dos Sudão na conformação de uma longa lista de mecanismos e entidades de gestão conjunta da segurança:

1) A **Aproximação à Gestão Fronteiriça Integrada** (capítulo 3), baseada em cooperação bilateral, cooperação entre agências, cooperação intra-agência e participação local (capítulo 4).

2) O **Comité Conjunto de Demarcação**, que pertenceria à Comissão Conjunta da Fronteira, e a **Equipa Técnica Conjunta**. Aquele deveria ser constituído nas duas semanas seguintes à data de ratificação do acordo (artigo 8.1), e a equipa técnica seria empossada nas duas semanas seguintes à primeira sessão do Comité Conjunto de Demarcação (artigo 9.1). O processo de demarcação começaria não mais tarde que sessenta dias após a ratificação (artigo 7.2) e não se prolongaria por mais de três meses (artigo 7.1) a menos que as partes, sob recomendação do Comité Conjunto de Demarcação, apresentassem argumentos técnicos que justificassem o prolongamento do processo (artigo 7.3). A implicação da UA é aqui maior, pois “deverá prover supervisores para assistirem a Equipa Técnica Conjunta, especialmente na anotação dos acordos e desacordos para serem referidos ao Comité Conjunto de Demarcação.”

3) O **Comité Conjunto da Fronteira** e o **Depósito Comum**. Este último receberia as *sumas* correspondentes de cada estado para o orçamento do processo de demarcação, e seria instituído uma semana depois da posse do Comité Conjunto da Fronteira, cuja criação teria lugar nas duas semanas seguintes à ratificação do acordo. O artigo 19.1 estipula que o Comité “deverá estabelecer e facilitar comités conjuntos para desenvolver as suas funções específicas”, isto é: assuntos económicos e sociais, gestão de recursos transfronteiriços, infraestruturas e desenvolvimento fronteiriços e cooperação legal e judiciária.

4) O **Foro de Governadores da Fronteira**, um fórum intersudanês apoiado pelos governadores das regiões fronteiriças.

2.2.6. A segurança

Pela sua parte, o **Acordo sobre medidas de segurança**, assinado esse mesmo dia, apresenta-se como um compêndio de disposições acordadas em documentos anteriores. Em concreto, as partes comprometem-se a tornar operativa uma **Missão Conjunta de Monitorização e Verificação da Fronteira** (JBVMM, em inglês), a tornar operativa a **Zona Fronteiriça Desmilitarizada Segura** (SBDZ, em inglês) e um **Comité Ad-Hoc** com a função e dirimir as

disputas entre os dois estados acerca de problemas na fronteira. Este último comitê deveria ser activado pelos co-presidentes do Mecanismo Conjunto de Segurança e Paz como seu subcomitê (artigo 4). Acorda-se também a abertura de dez corredores transfronteiriços acordados previamente (artigo 5). Na zona desmilitarizada reconhece-se a autoridade dos mecanismos tribais conjuntos na resolução de eventuais disputas. Contudo, a SBDZ ainda não foi demarcada devido a diferenças entre as partes, tal e como se lê no último relatório do AUHIP, de 13 de fevereiro de 2013.

O passo dado pela comunidade internacional nesse dia foi histórico mesmo se muitas questões ficaram ainda por resolver, nomeadamente as relacionadas com a segurança. Eis o que os ensinamentos do David Rousseau (1999) se revelam de extraordinária ajuda para compreender por quê a resolução de problemáticas como a demarcação da fronteira e a administração da região de Abyei, apesar dos acordos, ficavam ainda longínquas. As lides relacionadas com a segurança e a integridade do Estado – a administração e a soberania das regiões fronteiriças de Abyei, Nilo Azul e Kordofão do Sul e a demarcação da fronteira – são aquelas problemáticas que mais se prolongaram no tempo.

3. A incessante disputa por Abyei

As reivindicações de soberania sobre a região de Abyei por parte dos dois estados sudaneses têm ocupado um papel central nas disputas que infelizmente costumam explodir entre as duas nações. De facto, o Acordo Global de Paz (CPA) de 2005 recolhe a questão no conhecido como “Protocolo de Abyei”, que estabelecia os passos a seguir para gerir a problemática. O protocolo foi tomando forma e aprofundando os detalhes com a assinatura de outros acordos a respeito antes e depois da independência do Sul.

Em janeiro de 2011 assinaram-se os **Acordos de Kadugli** entre as tribos maioritárias de Abyei, a *ngok-dinka* e a *massiriya*.⁶ A quatro de março desse mesmo ano, assinou-se um acordo entre o Governo da República do Sudão e o Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA, em inglês) onde as partes se comprometiam a implementar os Acordos de Kadugli e criavam os mecanismos necessários para tal fim, com igual representação das duas partes. Aprovou-se também a dispersão de **Unidades Integradas Conjuntas** em determinados lugares da região de Abyei e instava à retirada de quaisquer outras forças militares. Não obstante, este acordo acudia às Nações Unidas como fornecedor de ajuda para a implementação dos acordos de Kadugli. Contudo, o oito de março seguinte, a União Africana interveio num comunicado para, em vez de dar os parabéns às partes por terem assinado o acordo, condenar os atos de violência na região de Abyei. No comunicado, emitido pela presidência da Comissão da UA, então presidida por Jean Ping, aproveitava-se a ocasião para mostrar a disponibilidade da organização para ajudar na implementação dos acordos sobre Abyei, através do AUHIP.⁷

Vários meses mais tarde, alguns dias antes da independência do Sul, a 20 de junho de 2011, o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM)

⁶ O acordo garante a liberdade de migração dos nómadas misseriya não só nos limites da região, mas também além, pois a sua vida transumante desenvolve a Norte e a Sul da fronteira intersudanesa. O acordo também garante a segurança dos deslocados internos no seu retorno para Abyei e Sudão do Sul, assim como a dispersão de Unidades Integradas Conjuntas (JIUs, em inglês).

⁷ União Africana (2011), “Communiqué: The African Union calls for renewed effort to resolve the Abyei issue”. Consultado a 23/02/2014, em <http://www.au.int/en/content/african-union-calls-renewed-effort-resolve-abyei-issue>.

concluíram um acordo transitório para a implementação do acordado sobre a administração e a decisão da soberania sobre a região em concreto. O **Acordo sobre medidas transitórias para a administração e a segurança da região de Abyei** firmava, no artigo primeiro, a redistribuição das tropas nor e sulsudanesas como consequência da disposição das tropas duma Força Interina de Segurança para Abyei (ISFA, em inglês), integrada por tropas etíopes. Reitera-se, aliás, a necessidade de desmilitarizar a zona, com a excepção das tropas da ISFA (artigo 20).⁸ No artigo segundo, as partes se comprometem a respeitar os limites da região de 1956, definidos pelo Tribunal Permanente de Arbitragem em 2008. Finalmente, no artigo terceiro, as partes dirigem-se à UA e às Nações Unidas para as apoiarem na aplicação do acordo.

Uma leitura do resto do acordo projectará luz sobre o papel de primeira ordem que as partes acordaram à União Africana, até o ponto de delegar no Presidente da Comissão da UA a eleição de membros – sem direito de voto – do **Comité Conjunto de Supervisão de Abyei** (AJOC, em inglês). Prevê-se e acorda-se a criação de um serviço de polícia específica para Abyei que ainda não foi posto em pé, como bem reconhece a resolução 2156 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a 29 de maio de 2014, sobre a situação em Abyei.

Apesar de terem passado mais de três anos, as organizações internacionais implicadas na pacificação e normalização das relações intersudanesas, nomeadamente a IGAD, a UA e as Nações Unidas, ainda instam à completa implementação das medidas transitórias acordadas em 2011. As denominadas “três zonas” – Nilo Azul, Kordofão e Abyei – continuam a apresentar sérios problemas de segurança. As lutas tribais sucedem-se, especialmente na região de Kordofão do Sul, um território tradicionalmente atravessado por rotas de povos nómadas como os massiriya, tal como Abyei. Recentemente observa-se uma escalada armamentista na região que ameaça todos os esforços dos atores implicados.

Em outubro de 2013 saltaram os alarmes sobre uma reativação da violência em Abyei. A comunidade ngok dinka, a população maioritariamente sedentária da região, organizou unilateralmente um referendo popular que terminou em mais de um 95% dos votos a favor da incorporação ao Sul. A comunidade massiriya, favorável a uma anexação da região por parte do Sudão, ameaçou concelebrar uma consulta popular unilateral onde só os seus membros teriam direito de voto. Por fim, o referendo ficou só por um sobressalto. A União Africana, através da presidente da Comissão, senhora Nkosazana Dlamini-Zuma, emitiu um comunicado de imprensa onde condenava a ação multilateral qualificando-a de “inaceitável e irresponsável”, “uma violação das decisões do Conselho de Paz e Segurança da União Africana”. No comunicado, a presidência da organização panafricana remete para o **Acordo sobre medidas transitórias para Abyei**, apelando à necessidade de acelerar a sua implementação e celebrando os acordos concluídos nas reuniões bilaterais entre Salva Kiir e Omar al-Bashir que desde abril de 2013 têm lugar com regularidade.⁹

Este episódio supôs uma nova oportunidade para testar a coesão da comunidade internacional e a sua influência sobre os atores da cena sociopolítica intersudanesa. Aliás, perante a reação contrária das Nações Unidas e da IGAD, tanto as autoridades sulsudanesas como as sudanesas condenaram a celebração do referendo e não concederam valor algum aos

⁸ O nome oficial da missão seria UNISFA a partir da data da sua dispersão a 27 de junho de 2011. Naciones Unidas, “UNISFA, Fuerza Provisional de las Naciones Unidas para Abyei”. Consultado a 01/09/2014, disponível em <http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/unisfa/>.

⁹ União Africana (2013), “The African Union strongly condemns the holding of a unilateral referendum in Abei”. Consultado a 10.03.2014 em <http://www.sudan-embassy.de/News/auc.press.release.abyei.28.10.2013.pdf>.

resultados das urnas. Não obstante, as partes ainda não concordaram a celebração de um referendo válido, sendo o principal entrave a escolha dos indivíduos com direito de voto. A etnia ngok dinka é sedentária na sua maioria e a massiriya é predominantemente nómada. Apresenta-se de novo a necessidade, tal e como defende a teoria institucionalista, de acudir a uma autoridade superior à estatal para estabelecer métodos de ação e resultados equitativos, perante o risco de estagnação ou, pior, de conflito aberto, que apresenta a resolução bilateral de problemáticas interestatais por parte exclusiva dos atores envolvidos. Ainda assim, a União Africana tem visto obrigada a emitir ultimatots para forçar as partes a se sentar à mesa de negociações, nomeadamente no que concerne a gestão da região de Abyei e as questões fronteiriças.¹⁰

Numa zona tão incendiária, qualquer faísca é suscetível de inflamar conflitos de colossais proporções. Não há melhor prova que a guerra que enfrentaram ambos estados durante dezasseis meses, onde o Sudão do Sul foi capaz de bloquear a produção de petróleo mesmo quando esta atividade económica representava mais do 95% do seu PIB. A contenda resolveu-se de maneira efetiva em abril de 2013, quando as autoridades sulsudanesas decidiram retomar a produção petroleira, mais de seis meses depois da assinatura do **Acordo sobre questões económicas** de 27 de setembro de 2012.

A região de Abyei revela-se, neste sentido, o protótipo de conflito interestatal visto por ambas partes como um jogo de soma zero. A decisão da soberania sobre uma região que é, aliás, rica em hidrocarbonetos, torna muito difícil que os ganhos derivados da resolução da problemática possam ser vistos como absolutos em lugar de relativos (Rousseau, 1999). É esta a razão pela qual ainda questões essenciais para empreender a aplicação das medidas temporais acordadas para Abyei, como a formação dos corpos de polícia ou a comissão eleitoral necessária para a celebração do referendo popular, ainda estão pendentes de execução. A Proposta da União Africana sobre o estatuto final de Abyei, remetida a 21 de setembro de 2012 às partes, foi aceite pelo Sudão do Sul e rejeitada pelas autoridades sudanesas, ficando como único quadro de referência o acordo de 20 julho de 2011 sobre medidas transitórias para Abyei, a ser aplicado seguindo uma matriz de implementação adoptada a 13 de março de 2013.

4. Estado atual e prospetivas

O 13 de março de 2013 constituiu outra data histórica para a atividade do AUHIP. Foi assinada uma **Matriz de implementação** dos acordos intersudaneses, sobre o antecedente marcado pelo Acordo de cooperação de 27 de setembro do ano anterior. A assinatura deste acordo precedeu o fim do conflito bélico entre as duas nações e aplanou o solo para a série de cimeiras e encontros bilaterais regulares que manteriam os presidentes de ambas repúblicas daí em diante. A Matriz de implementação recolhe todos os assuntos pendentes de resolução, os prazos e os encarregados da ativação ou aplicação de tais medidas. Muitos, mormente os relacionados com a segurança fronteiriça e os territórios em disputa, continuam sem ser resolvidos.

A questão de Abyei em concreto está destinada a apresentar não poucos escolhos na regularização das relações bilaterais e na normalização da vida dos seus habitantes. A região

¹⁰ The Africa Report (2013), “Sudan and South Sudan get AU ultimatum”. Consultado a 02/09/2014, disponível em <http://www.theafricareport.com/East-Horn-Africa/sudan-and-south-sudan-get-au-ultimatum.html>.

rica em petróleo, como é sabido, não é a única em disputa entre os dois Sudão. Na resolução 2156 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 29 de maio de 2014, ainda se remete para o Acordo sobre medidas transitórias de 20 junho de 2011 perante a situação de paralisia que sofre a questão de Abyei. Reitera-se a obrigação das partes de retirar as tropas da área, perante a ocupação militar das jazidas de Diffra por parte do Sudão, facto que contradiz a decisão adoptada pelo **Comitê Conjunto de Supervisão de Abyei** nesse mesmo mês de declarar a região uma zona livre de armas.

A UNISFA tem dificuldade em exercer a sua missão com independência e em segurança, dadas as incursões periódicas de grupos armados e a elevada capacidade de armamento da população. Depois de cerca de nove anos, as partes ainda não acordaram a composição e a criação da comissão eleitoral encarregada de celebrar o referendo sobre a soberania.

Além disso, as *wilāias*¹¹ de Nilo Azul e Kordofão¹² são o campo de operações do Movimento de Libertação do Povo Sudanês – facção Norte, grupo armado herdeiro do antigo Exército de Libertação do Povo Sudanês, o qual passou a compor as Forças Armadas sulsudanesas após a independência do Sul. Aliás, é preciso não esquecer o interminável conflito de Darfur, que não deixa de provocar numerosas vítimas e ameaça desestabilizar o resto das regiões fronteiriças. Estas ameaças já se materializaram mais de uma vez. A mais significativa adveio em setembro de 2011, quando o SPLM e o Movimento de Libertação e Justiça de Darfur (JEM, em inglês) aliaram-se e lançaram uma ofensiva em Kordofão e Nilo Azul contra as autoridades sudanesas. O conflito demorou vários meses, as acusações de apoio a grupos rebeldes armados ativos no país contrário sucederam-se e uniram-se ao desacordo sobre a repartição dos ganhos petrolíferos. Em janeiro de 2012, a guerra tornou-se inevitável.

Os assuntos fronteiriços ainda têm um longo caminho a percorrer. A **Zona Fronteira Desmilitarizada Segura** ainda não foi ativada devido às diferenças acerca do traçado da sua linha central. A promessa de uma fronteira permeável (*soft border*) que permita o livre-trânsito das diferentes comunidades e a troca de mercadorias, sobretudo em direção Norte-Sul, está muito longe de ser realidade. Nem sequer a assistência sanitária e humanitária escapa a esta imobilidade na fronteira. Por este motivo, no passado 8 de julho, Juba e Cartum assinaram um acordo no qual República do Sudão permitia a passagem de material de assistência humanitária destinada a combater o sofrimento dos civis no vizinho do Sul.¹³ O acordo foi contido num Memorando de Entendimento (MoU, em inglês) subscrito entre os dois governos.

Contudo, estas carências não devem embaçar os avanços conseguidos graças à celeridade e prontidão da União Africana. Face a uma proposta do Presidente do AUHIP a 9 de junho de 2013, ambos governos sudaneses aceitaram a criação de um **Mecanismo de Investigação Ad-Hoc** (AIM, em inglês) para indagar nas acusações cruzadas entre os governos de apoio a rebeldes ativos no estado contrário. O AIM visita com regularidade ambos países, cujas

¹¹ Transliteração do termo árabe com que se denominam os estados que compõem a Federação Sudanesa.

¹² A região natural de Kordofão está dividida em três *wilāias*: Kordofão do Norte, Kordofão do Sul e Kordofão Ocidental. A região do Nilo Azul está governada por Malik Aggar, dirigente do SPLM-N.

¹³ Sudan Tribune (2014), “Khartoum and Juba sign agreement on transit of humanitarian relief”. Consultado a 10.09.2014, disponível em <http://www.sudantribune.com/spip.php?article51626>.

autoridades têm reconhecido a sua contribuição para o melhoramento das relações de segurança interestatais.¹⁴

No que concerne às questões económicas, comerciais e financeiras, a mediação e a atividade sempre atenta da União Africana conseguiu pôr de acordo as partes para decidirem e aceitarem umas tarifas razoáveis ao trânsito e exportação do petróleo sulsudanês através do Sudão, acabando com o conflito bélico entre as duas nações irmãs. Recentemente, o governo da República do Sudão renegociou as tarifas que as empresas petrolíferas do Sudão do Sul pagam às autoridades pelo trânsito do ouro negro sulsudanês através do território do norte.¹⁵

O **Comitê tripartito para a aproximação conjunta à comunidade internacional** teve a sua última reunião em junho deste mesmo ano. De momento, prevalece a “Opção Zero”, pela qual o Sudão será o responsável oficial da dívida pública contraída até a data da independência do seu vizinho meridional. Os movimentos diplomáticos empreendidos por ambos países para sensibilizar a comunidade internacional acerca da necessidade de aliviar o peso da dívida sudanesa ainda não deram os seus frutos devido ao bloqueio norte-americano e às atividades bélicas do regime sudanês, que desobedece as ordens das Nações Unidas e da União Africana. Não obstante, é precisamente a diminuição do caráter belicista do regime e a sua adequação às regras internacionais a condição que têm imposto os seus credores para uma renegociação da dívida. A última sessão do comitê tripartito teve lugar o 3 de junho de 2014.¹⁶

5. Valoração do papel das o.i. e a cooperação bi-multilateral nas problemáticas intersudanesas

À luz dos fatos aqui expostos, a centralidade do papel mediador da UA na gestão e resolução dos assuntos pendentes entre os dois Sudão é inegável. A ação da organização internacional, através do AUHIP, confirma os postulados institucionalistas de Keohane e Martin (1995). Coordenação, garantia do cumprimento de umas regras preestabelecidas, fornecimento de informação e imparcialidade no processo de resolução dos conflitos são, sem dúvida, as razões que explicam tal delegação de confiança por parte dos governos nacionais em instituições multilaterais. Já desde 2009 a UA mostrou o seu compromisso com a criação de “dois estados do Sudão viáveis” com a ampliação das funções do AUHIP, órgão que tinha sido criado para supervisionar a aplicação do Acordo Global de Paz de 2005 em Darfur, que passaria também a se ocupar da supervisão dos trabalhos preparatórios para a independência do Sul no respeito de quanto firmado no acordo referido.

O AUHIP tem sido, desde então, o promotor, coordenador, supervisor e consultor dos responsáveis sudaneses e sulsudaneses na resolução das suas diferenças. Tem dado o seu beneplácito aos acordos bilaterais assinados pelas partes envolvidas, ajudado à criação e composição dos diversos órgãos com funções específicas nos relacionamentos intersudaneses, e até tomado parte direta nalguns deles, como é o caso do Comitê Tripartito para a

¹⁴ União Africana (2013), “Report on the activities of the African Union High-Level Implementation Panel for Sudan and South Sudan and other Related Issues”. Consultado a 26.02.2014, disponível em <http://www.peaceau.org/en/article/report-on-the-activities-of-the-african-union-high-level-implementation-panel-for-sudan-and-south-sudan-and-other-related-issues>.

¹⁵ Sudan Tribune (2014), “Khartoum will soon receive 183 million dollars from South Sudan oil companies”. Consultado a 19/07/2014, disponível em <http://www.sudantribune.com/spip.php?article51747>.

¹⁶ União Africana, “Réunion du Comité Tripartite sur le soutien international au Soudan et au Soudan du Sud”. Consultado a 23.06.2014, disponível em <http://www.peaceau.org/fr/article/reunion-du-comite-tripartite-sur-l-appui-international-au-soudan-et-au-soudan-du-sud#sthash.XVEjWCes.dpuf>.

aproximação conjunta à comunidade internacional. O segredo do seu sucesso deve-se em parte à ampla margem de manobra concedida à cooperação bilateral entre os dois Sudão, como se pode constatar na Matriz de implementação de março de 2013, onde o Governo do Sudão e o do Sudão do Sul aparecem como responsáveis da implementação da maioria dos deveres.

Contudo, esta ampla margem de manobra apresenta-se como uma arma de dois gumes: se por um lado permite à União Africana conservar a sua imparcialidade e, portanto, a sua autoridade perante as duas nações em litígio, por outro propicia a prolongamento das diferenças e as situações de estagnação. Remetemo-nos ao conflito armado de janeiro de 2012 a abril de 2013, à paralisação já mais que trianual da aplicação do acordo sobre medidas temporais para Abyei, à paralisação na demarcação da linha central da Zona Fronteiriça Desmilitarizada Segura, à constituição da comissão eleitoral para a celebração do referendo sobre a soberania de Abyei, à insegurança na fronteira...

Isto não quer dizer, não obstante, que as instituições internacionais não tenham efeito algum nas dinâmicas internas e nos comportamentos dos atores estatais, tal e como defendem os realistas encabeçados por Mearsheimer. Em fases de paralisação crítica na implementação dos acordos, a UA não tem hesitado em emitir ultimatos às partes instando-as a negociar e apresentar resultados satisfatórios, obtendo o efeito esperado. Por ocasião do prolongamento do conflito armado entre os dois Sudão, apesar da assinatura dos acordos do 27 setembro 2012, a União Africana advertiu as partes acerca da sua intenção de delegar a participação na mediação às Nações Unidas. A resposta do ministro de Exteriores sudanês, Ali Ahmed Karti, não demorou em chegar. O ministro defendeu a mediação da União Africana como a única efetiva e possível na redução da tensão. Pouco tempo depois, as negociações foram retomadas em Adis Abeba, sob o patrocínio do AUHIP.

Em todos estas matérias, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento na África Oriental, a IGAD, tem ocupado um papel secundário, mas nem por isso menos importante. A sua contribuição é de natureza organizativa, sempre em conjunção com as políticas da União Africana. O seu Presidente, Primeiro-Ministro da Etiópia, Haleimariam Desalegn, faz parte do Comité consultivo sobre o Sudão e o Sudão do Sul, que celebra reuniões regulares nas Nações Unidas para seguir a situação intersudanesa. A sua ação regional subordinada às directrizes da União Africana junto com o papel das Nações Unidas por meio da UNISFA, cujas atividades estão estreitamente coordenadas com a ação do AUHIP, como se pode verificar na Matriz de implementação de março de 2013, são um perfeito exemplo de cooperação entre organizações multilaterais. A União Africana informa e conduz a evolução das disputas intersudanesas, exercendo o rol de qualquer organização multilateral típica, com a autoridade implícita das instituições deste tipo derivada do consenso de uma multidão de atores estatais respeito à sua criação e à cessão de parte da sua soberania.

Ao mesmo tempo, a particularidade da UA reside na sua estreita coordenação com outras O.I. como a IGAD e as Nações Unidas, o qual supõe um ganho absoluto a todos os efeitos para as instituições internacionais. Acrescenta a sua autoridade, esforços e reduz duplicidades. Estas características tornam-se mais evidentes à medida que se consolidam as diferentes redes de cooperação tanto entre O.I. como entre estas e os estados. Desta maneira, estas instituições internacionais e em especial a União Africana, vão dotando-se, aos poucos, de instrumentos de pressão à medida que se compromete com a resolução de problemas específicos dos seus países membros. Se é verdade, tal e como afirmam os institucionalistas, que as instituições internacionais evoluem até adquirirem objetivos próprios independentes dos interesses dos estados que as compõem, órgãos como o Comité Tripartito para o alívio da dívida sudanesa ou a proteção jurídica que a UA tem garantido a condenados pelo Tribunal Penal Internacional, como Omar al-Bashir, podem ser eventualmente usados como medida de pressão para forçar as partes à procura da paz. De outra maneira não se compreenderia a

efetividade dos ultimatoss da mencionada organização e a relevância dos seus apelos ao diálogo.

Porém, a imposição de autoridade da União Africana tem ainda de lidar com a dificuldade que enfrentam as organizações internacionais: os ganhos relativos. Isto é, a visão de um problema como um jogo de soma zero. Quando tal eventualidade advém, podem-se apresentar problemas *informativos*,¹⁷ quando os “atores não estão seguros do valor das soluções disponíveis e podem beneficiar duma partilha do seu conhecimento”. Mas também podem ser de natureza distribucional, quando “os atores têm preferências diferentes quanto às soluções” (Morrow, 1994).

A natureza da maioria das disputas ainda ativas entre os dois Sudão apresenta matizes distributivas: as partes não concordam uma solução satisfatória para as duas, uma situação susceptível de verificar-se em jogos de soma zero, como são as reivindicações territoriais. Nestes casos, a função das O.I. é a distribuição dos benefícios de maneira a os ganhos relativos se tornem ganhos absolutos, para assim aumentar exponencialmente as possibilidades de chegar a um acordo.

As explorações de David Rousseau (1999) esclarecem ulteriormente as causas da estagnação na aplicação de certos acordos relativos às reivindicações territoriais e às questões fronteiriças. A importância dos ganhos relativos diminui à medida que se afasta do âmbito da segurança, observação que acha uma rotunda confirmação nas disputas intersudanesas. Os primeiros acordos a serem concluídos após a independência do Sul, que porventura também foram os de mais fácil implementação, tinham a ver com a regularização dos nacionais, os assuntos comerciais, as questões financeiras e outros temas não associados com a segurança nacional. A decisão da soberania sobre os territórios em disputa e a segurança fronteiriça apresentam uma complexidade bem maior. Não só porque se trata de um jogo de soma zero onde, contudo, ainda há espaço para uma ação distributiva, mas também devido às dinâmicas sociais e económicas vitais que estão em jogo. O princípio acordado por ambas partes e sacralizado pela União Africana de criar uma fronteira permeável, adiciona mais um degrau de dificuldade à aplicação dos acordos na matéria.

Apesar dos numerosos escolhos à conciliação sudanesa, a labor da União Africana, e mais diretamente da AUHIP, é incontornável e digna de admiração. Malgrado a lentidão dos avanços, um olhar retrospectivo à sua atividade em prole da construção de dois Sudão viáveis projetará luz sobre quão imprescindível tem sido a sua mediação. A organização panafricana tem demonstrado ser capaz de construir e consolidar laços de confiança tanto com os seus países membros como com outras organizações internacionais envolvidas no terreno. Numa aplicação institucionalista da teoria sobre liderança e poder de Joseph Nye, o sucesso da União Africana deve-se à combinação da sua liderança inspiracional, derivada do seu mais que declarado panafricanismo e a sua inegável imparcialidade nas lides interafricanas, e a sua liderança transaccional derivada da sua própria natureza de entidade internacional. A compenetração de que desfruta com outros atores de semelhante natureza representa, sem dúvida, uma garantia de sucesso na sua missão de preservar a paz e a estabilidade no continente.

¹⁷ “Informational” é o termo utilizado pelo autor no seu corpus teórico. Este calco do inglês responde a dois motivos: a necessidade de adaptá-lo às regras de derivação adjetival da língua portuguesa, e a utilidade de respeitar a natureza setorial do termo. Ambos termos são neologismos.

Conclusões

O onze de julho de 2011 marcou uma data tão importante como desafiante para a capacidade de gestão e resolução de conflitos da União Africana numa das zonas mais deprimidas e deliberadamente instáveis do planeta. O Sudão do Sul conseguia a independência daquilo que os analistas sudaneses ainda chamam *a nação mãe* (*al-dawlat al-umm*). Apenas uns meses depois, em janeiro de 2012, todos os temores de desestabilização revelaram-se fundados, na altura dos confrontos entre os dois exércitos regulares pelo controlo dos recursos naturais. A lamentável história moderna africana, marcada por lutas motivadas pelo poder económico, repetia-se mais uma vez.

A situação poderia ter piorado se a União Africana não tivesse intervindo, já por essa altura, os meios para gerir os assuntos pendentes entre as novas entidades políticas sudanesas. O Painel de Alto Nível da União Africana para a Implementação no Sudão, o AUHIP, criado em 2009, tinha desenvolvido a aplicação do Acordo Global de Paz de 2005, que deveria ter aplanado o terreno para que a emancipação do Sul fosse o menos disruptiva possível. O dia 8 de julho de 2011 redigiu, após consulta das partes, um relatório recapitulativo dos assuntos que ainda estavam pendentes de resolução, tarefa na que teriam de trabalhar as partes envolvidas junto da União Africana após a famosa data. Mediante uma constante atividade de mediação, o AUHIP tem promovido e presenciado a assinatura de todos os acordos destinados a resolver as referidas questões, e ao mesmo tempo tem exercido um louvável papel de garante do cumprimento de quanto estipulado nos acordos e da correta interpretação dos conceitos chave como o de “agressão”. A 23 de junho de 2012, um acordo sobre assuntos de segurança entre as duas Repúblicas, iniciava com a definição consensual do termo: “o uso de força armada ou a realização de qualquer outro ato hostil por um Estado ou outra entidade contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de um outro Estado”.

Depois de meses de negociações infrutíferas, acordos violados e uma escalada de violência que atingiu a confrontação bélica aberta, os esforços do AUHIP, sustentados pela IGAD e as Nações Unidas, por meio da UNISFA, viram-se recompensados e materializados a 27 de setembro de 2012, quando as partes assinaram nove acordos que estabeleciam o caminho a seguir para a resolução das disputas que os enfrentavam. Os acordos foram incluídos num tratado de cooperação entre ambas repúblicas que foi ratificado pelos respetivos parlamentos nacionais no mês seguinte. Em março de 2012, perante a situação de impasse em que tinha ficado a implementação dos acordos, deu-se um outro passo na frente com a assinatura de uma matriz de implementação, uma guia para a aplicação de tudo quanto estipulado no acordo de cooperação de setembro do ano anterior.

Mais de um ano depois, os relatórios do Conselho de Segurança das Nações Unidas acerca da UNISFA e da situação em Abyei, do Conselho de Paz e Segurança da União Africana e do AUHIP revelam que muito tem sido feito, mas muito fica ainda por fazer. A solução das questões fronteiriças e as reivindicações territoriais sofrem de uma paralisia sem precedentes, que se prolonga há já mais de nove anos. Esta estagnação, contudo, não deve embaçar nem pôr em questão a eficácia da ação da UA, pois afinal, por mais que as O.I. se apresentem hoje em dia como atores imprescindíveis do panorama internacional, não deixam de ser órgãos subsidiários da falta de consenso entre estados, com poderes de intervenção limitados, decididos pelas mesmas nações que as conformam.

Referências

- An-Nour, Hamed (2013), “fura ṣnaḃā ḥal-ḥiwār al-waṭanī al-sūdānī wa taḥdiyātuḥu”. *Sīāsāt ‘arabiya*, 8, 43-55.
- Barnett, Michael N.; Finnemore Martha (1999), "The Politics, Power, and Pathologies of International Organizations", *International Organization*, 53(4), 699-732.
- Brás Bernardino, L. M. (2010), “O instrumento militar como produtor de segurança e desenvolvimento nos países de língua portuguesa. Contributos para uma estratégia de segurança nacional”. *Iº Congresso Nacional de Segurança e Defesa*, 24/25 de junho de 2010. Consultado a 25 de fevereiro de 2014, disponível em http://database.jornaldefesa.pt/politicas_externas/portugal/O%20instrumento%20militar%20como%20produtor%20de%20Seguran%C3%A7a%20e%20Desenvolvimento%20nos%20Pa%C3%ADses%20de%20l%C3%ADngua%20portuguesa%20Contributos%20para%20uma%20estrat%C3%A9gia%20de%20Seguran%C3%A7a%20nacional.pdf.
- Conflict Risk Network (2012), “The Sudan and South Sudan Agreements, a long way to go”. Consultado a 25 de agosto de 2014, disponível em <http://endgenocide.org/wp-content/uploads/2012/10/Sudan-South-Sudan-Agreements-Final.pdf>.
- Morrow, James D. (1994), “Modelling Forms of International Cooperation: Distribution versus Information”. *International Organization*, 48(3), 387-423.
- Keohane, Robert O.; Martin, Lisa L. (1995) "The Promise of Institutional Theory", *International Security*, 20(1), 39-51.
- Rousseau, David (1999) "Relative and Absolute Gains: Beliefs and Behavior in International Politics", *University of Albany*. Consultado a 28 de julho de 2014, disponível em <http://www.albany.edu/~dr967231/papers/absrel5.pdf>.
- Peter Louis (2013), “The Tripartite Committee for the Joint Approach to the International Community held its inaugural meeting in Addis Ababa on the committee was established under the Agreement between the Republic of the Sudan and the Republic of South Sudan on Certain Economic Matters.” Consultado a 27 de agosto de 2014, disponível em <http://petergume.wordpress.com/2013/12/17/the-tripartite-committee-for-the-joint-approach-to-the-international-community-held-its-inaugural-meeting-in-addis-ababa-on-the-committee-was-established-under-the-agreement-between-the-republic-of/>.
- Resolução 2156 de 29 de maio de 2014. Conselho de Segurança das Nações Unidas. S/RES/1256 (2014)
- Sudan Tribune (2014), “Khartoum and Juba sign agreement on transit of humanitarian relief”. Consultado a 10 de setembro de 2014, disponível em <http://www.sudantribune.com/spip.php?article51626>.
- Sudan Tribune (2014), “Khartoum will soon receive 183 million dollars from South Sudan oil companies”. Consultado a 19 de julho de 2014, disponível em <http://www.sudantribune.com/spip.php?article51747>.

União Africana (2014), “Réunion du Comité Tripartite sur le soutien international au Soudan et au Soudan du Sud”. Consultado a 01 de julho de 2014, disponível em <http://www.peaceau.org/fr/article/reunion-du-comite-tripartite-sur-l-appui-international-au-soudan-et-au-soudan-du-sud#sthash.XVEjWCes.dpuf>.

União Africana (2011), “Communiqué: The African Union calls for renewed effort to resolve the Abyei issue”. Consultado a 23 de fevereiro de 2014, disponível em <http://www.au.int/en/content/african-union-calls-renewed-effort-resolve-abyei-issue>.

União Africana (2013), “The African Union strongly condemns the holding of a unilateral referendum in Abei”. Consultado a 10 de março de 2014, disponível em <http://www.sudan-embassy.de/News/auc.press.release.abyei.28.10.2013.pdf>.

União Africana (2014), “Réunion du Comité Tripartite sur le soutien international au Soudan et au Soudan du Sud”. Consultado a 3 de junho de 2014, disponível em <http://www.peaceau.org/fr/article/reunion-du-comite-tripartite-sur-l-appui-international-au-soudan-et-au-soudan-du-sud#sthash.XVEjWCes.dpuf>.

Versões originais das traduções no texto

“Preparing for Two Sudans – A Future of Peace and Cooperation”

“Promoting Two Viable States”

“The Parties have agreed that the Republic of the Sudan will assume responsibility for the debt”

“...the two States will undertake a collaborative campaign to obtain a relief for Sudan’s debt”

“The Parties recognise the need for a long-term cooperation in the management of water resources, using regionally and internationally accepted principles and standards.”

“The two States shall seek to prevent the introduction of the new currency creating adverse economic impacts for either State.”

“Institutions can provide information, reduce transaction costs, make commitments more credible, establish focal points for coordination, and in general facilitate the operation of reciprocity”.

“Framework Agreement on the Status of Nationals of the other State and Related Matters”

“...responsible for all matters relating to the status and treatment of the nationals of each State in the other State.”

“The Two States may jointly, through the African Union High Level Implementation Panel (AUHIP), appeal to the international community for any technical support that may be required...”

“The Panel shall work with the two States to facilitate the implementation of this Agreement.”

“...the Committee shall be guided by this agreement and any relevant principles and arrangements adopted by the two States.”

“Participants welcome the efforts of the AUHIP and the Chair of IGAD to assist the Parties to resolve the conflict in Southern Kordofan and Blue Nile States. They urged the Government of Sudan and the SPLM-N to engage in direct talks through the facilitation of the AUHIP and the Chair of IGAD, to urgently agree and implement a cessation of hostilities, which is necessary to ensure effective humanitarian access, and create a conducive environment for further progress on political and security issues.”

“...guider l’interaction future avec la communauté internationale.”

“...the Parties shall establish mechanisms for the sharing of relevant information related to trade and trade-related issues, and shall furnish to each other all such information related thereto as the other Party shall reasonably request.”

“...any other international institution agreed by the Parties...”

“States using strategies of reciprocity are engaged in exchange with one another and so require information about the value of their exchanges.”

“...forgiveness of claims of oil related arrears and other claims”.

“...shall provide surveyors to assist the JTT, particularly in the recording of agreements or disagreements to be referred to the JDC.”

“...the Commission shall establish and facilitate joint committees for effective carrying out of its specific functions...”

“...unacceptable and irresponsible...”

“...violation of the relevant decisions of the AU Peace and Security Council.”

“...the use of armed force or the conduct of any other hostile act by a State or entity against the sovereignty, territorial integrity or political independence of another State”.

“...maintain full mutual transparency of all information relevant to the petroleum activities...”

A Estratégia Marítima Integrada de África 2050: Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana¹

Luís Manuel Brás Bernardino,² Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento da Academia Militar (CINAMIL)
bernardino.lmb@hotmail.com

Resumo: Os mares e os oceanos sempre constituíram uma importante fonte de recursos e consequentemente de conflitos, sendo fundamentais para o desenvolvimento e para a segurança das comunidades que dependem do mar para sua subsistência... assim é atualmente em muitos países do continente Africano. Segundo este paradigma, a Estratégia Marítima Integrada de África 2050 constitui o garante e o compromisso institucional da União Africana (e de toda a África) para esse desiderato, contribuindo a longo prazo, para reforçar o desenvolvimento e segurança marítima no Domínio Marítimo Africano, constituindo, em nossa opinião, uma nova dimensão para a segurança marítima em África.

Palavras-chave: África; Estratégia Marítima Integrada de África 2050, segurança marítima

Abstract: The seas and oceans have always been an important source not only of resources but also of conflict. They are essential to the security and development of communities that depend on the sea for their livelihood in many African countries. The Africa's 2050 Integrated Maritime Strategy represents the support for and commitment of the African Union (and African states) to this issue. In the long run they will help to strengthen African maritime development and security. In our view, this constitutes a new dimension in maritime security in Africa.

Key Words: Africa, 2050 Africa's Integrated Maritime Strategy, maritime security

...a vertente da segurança [onde se pode incluir a segurança marítima] sem a qual não há desenvolvimento económico nem político, exige a formulação de um instrumento e de uma doutrina que legitime e torne eficazes as intervenções em nome dos interesses da Humanidade. (Moreira, 2002: 448)

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional”.

² Tenente-Coronel do Exército Português, licenciado pela Academia Militar em Infantaria e habilitado com o Curso de Estado-Maior. Mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa e Doutorado em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais pela mesma Universidade (ISCSP/UL). É investigador no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e investigador do Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento da Academia Militar (CINAMIL). Membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA). Participa regularmente em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos em revistas da especialidade sobre a temática da segurança e defesa em África. Atualmente é Professor Doutor no Departamento de Estudos Pós-Graduados (DEPG) e regente da unidade curricular de Teoria das Relações Internacionais na Academia Militar em Lisboa.

Introdução

A transição do século XX para o XXI provocou o fim de uma “velha” ordem internacional que assentava a relação de forças estratégicas numa forte bipolaridade e na confrontação político-ideológica entre dois blocos - o leste e o oeste. Esta relação político-estratégica de forças foi posta em causa mais recentemente, com o surgimento de novos poderes emergentes que, circunstancial e conjunturalmente, transportaram para essas latitudes, problemáticas, que não sendo novas, são globais e cada vez mais consideradas globalizantes, não só pelos seus efeitos e pelo impacto que tem na política, diplomacia, economia e na segurança mundial, como pela dificuldade no seu entendimento e ainda na identificação e construção de estratégias que possam minimizar riscos para a sociedade.

Acontecimentos mais recentes e relacionados com a nova geopolítica dos conflitos e o envolvimento de novos e erráticos atores numa conflitualidade regional e local com impacto e empenhamento global implicou, entre outros aspectos, a adopção de um conceito mais alargado, abrangente e globalizado de segurança. Este novo paradigma securitário global, transversal para a segurança e defesa dos Estados e das Organizações Internacionais, levou a que a segurança de cada Estado passa-se a constituir preocupação de todos, nomeadamente ao nível da segurança marítima,³ pois a geopolítica e a geoestratégia dos mares e dos oceanos e principalmente a problemática atual da escassez de água potável e a luta pelo acesso aos recursos hídricos, constitui um factor de constante “preocupação” para os Estados, Organizações e para o mundo em geral.⁴

O factor segurança passou assim a dominar as agendas internacionais, especialmente em complexos contextos de crise regional e particularmente em quadrantes que até então tinham um reduzido valor potencial, estamos a referir-nos concretamente aos pequenos países costeiros (ou ribeirinhos) e insulares, nomeadamente ao continente Africano, pois que o seu valor geoestratégico e geopolítico parecia estar secundarizado em face da imensidão do poder terrestre em que assentava a política da “*detente*” e que reduziu o interesse das grandes potências neste continente. Situação que se alterou significativamente no final do século XX e

³ Considera-se que uma abordagem globalizada de segurança, mas centrada no mar e na sua “segurança” (segurança marítima), abrange todas as noções tradicionais, estatais, regionais e continentais para a protecção dos Estados e das populações que dependem ou lidam com o mar e as suas atividades conexas, exigindo consequentemente uma protecção mais integrada, abrangente e centrada nos espaços marítimos e terrestres contíguos. Esta protecção pode ser garantida por meios militares e não militares, estando a ênfase colocada na segurança humana, abarcando os direitos humanos, direitos económicos, o direito de participação popular no processo de tomada de decisões e questões de apoio ao desenvolvimento e à governabilidade. O desafio para a governabilidade constitui a forma de aplicação e de acesso a recursos e a satisfação das necessidades básicas da vida, direito à protecção contra ameaças (como a fome e a pobreza) aposta na educação e na saúde, a protecção contra a marginalização com base no género e a vigilância contra a degradação ecológica e ambiental. Consequentemente, o conceito de “segurança marítima” centra-se na melhoria do desenvolvimento socioeconómico sustentado, na condição que reflecte a capacidade das entidades públicas e privadas para realização de actividades legitimadas, como exercício de direitos soberanos e jurisdicionais, extracção de recursos no mar, comércio, transporte e turismo, livre de ameaças ou prejuízos resultantes de actos ilegais ou agressão, para uma África integrada e próspera. In Anexo B: EMIA 2015, 2012.

⁴ A água cobre mais de dois terços da superfície terrestre e afecta a vida em toda parte e em todas as suas dimensões. O segundo maior continente (para alguns a maior ilha) com aproximadamente 43 milhões km² de área (incluindo os 13 milhões km² das Zonas Económicas Exclusivas dos Estados-membro da UA) de África cobre um quinto da superfície total da Terra. O seu comprimento total de linha costeira, incluindo as ilhas, é mais de 26.000 milhas náuticas (48.152 Km) e tem 38 países que são litorais ou Estados insulares, cerca de um pouco mais de metade (52) de 100 das suas instalações portuárias operam com várias formas de carga e são já uma referência no tráfego global de produtos por via marítima. Contudo, os navios propriedade de armadores ou empresas sediadas em África constituem apenas cerca de 1,2% da embarcação mundial, representando cerca de 0,9% da tonelagem bruta, os portos operam com somente 6% tráfego de cargas transportadas por via marítima de todo o mundo, e apenas cerca de 3% do tráfego de contentores global (EMIA 2015, 2012: 9).

no início do século XXI onde África e as problemáticas Africanas estão no centro da agenda internacional, nomeadamente no que concerne à segurança marítima.

Neste sentido, as Organizações Internacionais (e Regionais) passaram a incluir nas suas agendas da cooperação para a paz, o importante vector da segurança e da defesa da maritimidade, pois num contexto mais global, não se pode falar em desenvolvimento sustentado sem uma segurança partilhada e não existe segurança partilhada sem uma assunção de uniformidade nos princípios (e nas estratégias) que cada Organização tece como valores e mecanismos fundamentais. Assim é em terra ou no mar, assim é nas organizações em que o objectivo fulcral é a cooperação na vertente da segurança e defesa, e assim será nas organizações que centram a sua história voltada para o mar e onde a problemática do acesso à água potável e a gestão dos recursos hídricos adquirem uma importância vital, como é o caso da maioria dos países em África e, mais especificamente da União Africana (UA), como principal organização de cooperação pan-africana.

No quadro da cooperação regional para a segurança, a UA idealizou desde meados de 2002, a Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA), onde a componente naval e a preocupação pela temática da segurança marítima não fazia parte do seu quadro de acção estratégica, nem das principais linhas de acção política, pois que as Forças Armadas dos países Africanos se encontram mais vocacionadas para o emprego da componente terrestre. Contudo, não deixa de ser importante que surjam propostas de complementaridade e de desenvolvimento para a nova realidade, nomeadamente apostando no emprego conjunto de outras componentes (aérea e terrestre) nas operações de paz e ajuda humanitária em África. Até porque se assiste a um aumento dos conflitos no mar, e estes tendem a constituir-se num novo factor de risco para o desenvolvimento sustentado e seguro nessas regiões, com reflexos em terra e impacto directo na economia dos Estados ribeirinhos e de África.

Neste contexto, a UA apresenta-se internacionalmente como uma Organização maioritariamente composta por países ribeirinhos e arquipelágicos⁵ onde tudo aponta para que tenha primazia o lançamento das bases necessárias para que se possa desenvolver, num futuro próximo, uma cooperação estruturada da vertente marítima em apoio do desenvolvimento sustentado e da segurança marítima dos países e das regiões onde exercem influência, nomeadamente através da aposta no desenvolvimento da sua componente naval, quer seja assente numa Guarda Costeira ou Marinha de Guerra.⁶

Contudo, pensamos que o futuro faz-se no seio das Organizações de entendimentos políticos e assente numa cooperação institucional estruturada, factor que para o desenvolvimento das componentes navais/marítimas dos Estados-membro, se revela essencial e estrategicamente indispensável. Segundo este prisma, a reflexão que apresentamos procura

⁵ Existem atualmente em África 16 países dos 54 Estados que não tem contacto directo com o mar ou com o oceano, tendo, contudo, no seu interior acesso a fontes de água (ladões, rios ou ribeiras) que são vitais para a sua economia das populações. Os países em África que não tem acesso directo ao mar são: Botswana, Burkina Faso, Burundi, Chade, Etiópia, Lesoto, Mali, Malawi, Níger, República Centro Africana, Ruanda, Sudão do Sul, Swazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

⁶ Para compreender as diferenças entre uma Guarda da Costeira e uma Marinha de Guerra, recomenda-se a leitura de *“Marinha versus Guarda Costeira: Definir as funções das Forças de Segurança Marítima Africanas”* de Augustus Vogel, do African Center for Strategic Studies (ACSS) publicado em dezembro de 2009 e onde refere que *“...As marinhas e as guardas costeiras desempenham papéis fundamentalmente distintos, conquanto complementares. Os marinheiros são operadores internacionais responsáveis, em primeiro lugar, pela defesa nacional. As guardas costeiras, por outro lado, actuam primordialmente como polícia marítima, prevenindo o crime e promovendo a segurança pública. Indicam-se abaixo cinco dimensões que diferenciam estas duas forças. Embora não possam ser aplicadas universalmente, estas proporcionam um quadro útil para avaliar os papéis e as contribuições das forças de segurança marítima africanas...”*. [http://africacenter.org/wp-content/uploads/2011/02/ASB10Final_POR.pdf].

fazer uma abordagem contextual sobre a importância da “Estratégia Marítima Integrada de África 2015” (EMIA 2050), como elemento político-estratégico de afirmação continental e mundial da UA, ligando países, regiões, continentes e Organizações, onde iremos procurar dar alguns modestos contributos para uma reflexão que possibilite um melhor entendimento dos principais objetivos e implicações para África e concretamente saber “*Porquê devemos considerar que a Estratégia Marítima Integrada de África 2015 será uma nova dimensão para a segurança marítima Africana?*”.

A segurança marítima em África como factor estratégico de desenvolvimento

No período pós “guerra-fria” a dinâmica evolutiva dos conflitos acompanhou a dinâmica da evolução dos Estados, tendo-se assistido a uma mudança radical da intensidade e principalmente da tipologia e da regionalização da conflitualidade. Estes conflitos trans-regionais transitaram para o interior dos Estados e mais recentemente para os mares internacionais e as águas costeiras sob jurisdição nacional, caracterizando uma nova conflitualidade que se fazendo nos mares, tem impacto nas populações e na economia em terra. Pois como refere o professor João Borges Coelho, o espaço marítimo permaneceu (permanece) sem definição de fronteiras, responsabilidades e de utilização mundial, o que contribui para muitos dos problemas que aí tem a sua origem (2013: 3-4).

...The sea has always been stranger than land, an unexplored area where a permanent human presence and the demarcation of boundaries seemed impossible. For a long time, the politics of measuring such boundaries had as yardstick the reach of the cannonball and the rule of the mare liberum formulated in the early century by Grotius’s declaration that the sea should be used by all and would not belong to anyone. Hence the perspective, which to a great extent still exists today, of the sea as a common space that that everyone could benefit from and has the duty to preserve. (Coelho, 2013: 4)

Talvez por este motivo e desta forma e muito por via da “globalização” da conflitualidade marítima regional, assistiu-se em África a uma fragilização da capacidade dos Estados e das suas estruturas sociais, políticas e militares, com reflexos directos numa incapacidade estrutural em garantir a salvaguarda da sua soberania e em combater a marginalidade e o crime no mar. Cumulativamente, a permeabilidade das fronteiras marítimas e alguma fragilidade governativa, resultou num aumento das dificuldades dos Estados Africanos em exercerem a soberania e o controlo das suas costas e especificamente da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE) e das águas internacionais (incluindo as rotas marítimas) de sua directa jurisdição. Este aspecto causou uma perturbação crescente no Sistema Político Internacional, revelando-se uma permanente ameaça transnacional à segurança global, demonstrando que o factor “segurança no mar” é primordial na consolidação do “desenvolvimento em terra”, e que ambos são atualmente elementos estratégicos no desenvolvimento sustentável no continente Africano.

Neste contexto, a nova geopolítica dos conflitos em África, associada à fragilidade do Estado Africano, tem levado a Comunidade Internacional a intervir crescentemente neste continente, com vista a contribuir para a consolidação da paz e criando condições para melhorar a segurança e o desenvolvimento, sendo nas costas oceânicas da África subsariana que a sociedade internacional, por via maioritariamente das Nações Unidas, da União

Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte tem vindo a intervir com maior frequência e intensidade.⁷

Por outro lado, em África, a transição entre o pré e o pós-colonial, não só no aspecto geoestratégico e geopolítico, mas em outros domínios da responsabilidade do Estado, tais como o económico-financeiro, político-diplomático, social, securitário e mais concretamente na gestão dos recursos naturais (onde se pode incluir a água), têm contribuído para a perfusão de conflitos nesta região, tendo o Estado Africano assumido, quase sempre, o ónus destes fenómenos conjunturais. Em complemento, constata-se que é possível constatar a existência de uma complexidade de causas intrínsecas que caracterizam transversalmente os conflitos na região, principalmente aqueles que se materializam em acções de rapto, roubo ou simples banditismo no mar, que apresentam uma tipologia própria, normalmente associados a uma amálgama difusa de “*root causes*”, de carácter interno e externo de matriz indiferenciada, assentando directa ou indirectamente (quase sempre) nas lacunas governativas do Estado Africano, e na impossibilidade de governar os seus espaços marítimos, embora se constate que cada conflito é um conflito e que a conflitualidade em terra tem repercussões no crescimento da instabilidade no mar (e vice-versa).

Ainda por outro lado, os atribulados processos de descolonização,⁸ vividos pela grande maioria dos países Africanos, levou a que ficassem fragilizados e dependentes da ajuda externa e na sua grande maioria, incapazes de exercerem a sua soberania governativa e assumirem valências de Estado Democrático. Aspeto que conduziu à inépcia da entidade “Estado”, tendo levado reciprocamente à fragmentação regional do continente Africano e à proliferação da criminalidade de ordem mais diversa, bem como ainda ao crescente desregular do controlo das fronteiras marítimas (muitas ainda por traçar e definir), dos portos, das costas oceânicas e das rotas comerciais marítimas que transitam nos seus espaços. Este singular aspecto conduziu a uma luta pela identidade regional (cultural, religiosa ou de poder) constatando-se que, as pressões políticas, económicas, raciais ou religiosas e militares, levou ao surgimento de conflitos no interior destes Estados frágeis ou inviáveis, constituindo-se nos aspectos geopolíticos primordiais de uma “nova” conflitualidade, que agora se expandiu também nos mares e oceanos (Fisas, 2004: 52-62).

Assim, os assuntos do mar e dos oceanos, nomeadamente, a temática da segurança marítima e a gestão dos recursos marítimos, passou a constar nas agendas das Organizações Regionais e do Estados Africanos, constatando-se que seria necessário uma maior capacidade estratégica de gerir os recursos hídricos e criar sinergias para garantir uma melhor segurança marítima e após 2012, sugeriu-se que a “Estratégia Marítima Integrada de África 2050”, a que dedicaremos os próximos parágrafos, parecia ser o caminho ideal para melhorar a segurança e o desenvolvimento marítimo no continente.

⁷ Conforme salienta o relatório de 2014 do *Centre for Security Studies*, “*Strategic Trends 2014*” elaborado por Michael Haas, Jonas Grätz, Prem Mahadevan, Lisa Watanabe and Martin Zapfe, http://www.css.ethz.ch/publications/DetailansichtPubDB_EN?rec_id=2919.

⁸ Entre 1945 e 1975, durante cerca de trinta anos, os processos de descolonização, foram responsáveis por fazer desaparecer o essencial dos Impérios Europeus em África, e subverteram o mapa do continente e do mundo, tendo sido responsáveis pela triplicação do número de Estados Africanos (54) que atualmente corresponde a mais de 30% do número de países no mundo (193 segundo a Organização das Nações Unidas), in <http://www.un.org/en/members/>.

A Estratégia Marítima Integrada de África 2050⁹

Os oceanos, mares e as águas lagunares ou afluentes interiores da África estão atualmente sob uma enorme pressão social, política e económica, pois constituem fonte de subsistência para muitos milhões de Africanos e são um recurso vital para muitos milhares. Ao longo dos tempos muitos agregados familiares vêm exercendo atividades económicas e comerciais no agora designado “Domínio Marítimo de África”¹⁰ (DMA), constituindo importante fonte de recursos para a economia local, regional e com reflexos na economia global.

Contudo, segundos dados do *African Development Bank Group*, publicado no “*African Economic Outlook 2014*”, as atividades marítimas tradicionais, tais como o transporte marítimo local e a pesca intensificaram-se, nunca constituindo uma verdadeira preocupação do Estado regular e controlar verdadeiramente esses recursos e essas práticas. Por outro lado, estão emergindo novas atividades relacionadas com o mar, tais como a aquicultura, o turismo ou as energias renováveis associadas às marés que vieram dar uma outra dimensão económico-social ao mar e aos oceanos. Embora constatamos que atualmente mais de 46% dos Africanos vivem na pobreza (um número que está em constante crescimento), o pescado e a piscicultura tradicional tem ainda uma contribuição vital para a segurança alimentar para mais de 200 milhões de Africanos e proporciona rendimento para mais de 10 milhões. Por outro lado, o comércio internacional é muito importante para muitas economias Africanas, com mais de 90% das exportações e importações de África a serem realizadas atualmente por via marítima, constatando-se que ao longo das últimas décadas, o volume de comércio marítimo mundial mais do que quadruplicou, sabendo-se que cerca de 90% do comércio mundial e dois terços dos fornecimentos de energia são realizados por via marítima.¹¹

No entanto, o aumento da intensidade das atividades no mar está a realizar-se num cenário de insegurança, onde as várias formas de tráfico ilegal, a acentuada degradação do ambiente marinho, a perda da biodiversidade e os consequentes efeitos agravados sobre as mudanças climáticas globais, são cada vez mais uma realidade atual. Sabemos ainda que os oceanos e os mares estão interligados e a acção num mar ou numa determinada área económica tem um impacto directo ou indirecto noutra mar e pode ter efeitos positivos ou negativos sobre outros espaços geopolíticos marítimos contíguos. Da mesma forma, o uso cada vez mais intenso dos oceanos e mares por vários sectores, combinado com as alterações climáticas, o aumento da pressão sobre o ambiente marinho, tem conduzido a um incremento na poluição e na degradação desregulada dos recursos piscatórios e do meio ambiente marinho em geral (EMIA 2050, 2012: 9).

Reflectindo sobre este paradigma, a agenda de desenvolvimento da UA procurou promover, entre outras coisas, o desenvolvimento do capital humano e a melhoria da qualidade de vida, intimamente associado ao recurso à água potável e à economia marítima, estando na base de uma abordagem centrada no “ser humano para o desenvolvimento”, onde

⁹ [<http://pages.au.int/maritime>] [<https://www.facebook.com/aimstrategy.portuguese>]

¹⁰ O “Domínio Marítimo de África” refere-se a todas as áreas (e os recursos de, sobre, sob) relativamente, ao lado, ou na fronteira com um mar africano, oceano ou lagos, intra-costeiros e das vias marítimas internas navegáveis, incluindo todas as atividades africanas ligadas ao sector marítimo, da infra-estrutura, de carga, de navios e de outros meios de transportes. Inclui-se igualmente o ar acima dos mares africanos, oceanos, lagos, intra-costeiros e vias marítimas internas navegáveis e também ao espectro electromagnético dos oceanos. In Anexo B: EMIA 2015, 2012.

¹¹ [<http://www.afdb.org/en/knowledge/publications/african-economic-outlook/>]

todos os grupos sociais estejam integrados num ecossistema e o equilíbrio produza paz, segurança, desenvolvimento e bem-estar societal.

Segundo esta abordagem, a agenda atual da UA reconhece que existe uma “África” que, usando os seus próprios recursos marítimos, procura tomar o seu lugar de direito num mundo multipolar, global e mais equitativo na distribuição da riqueza e do desenvolvimento. No Domínio Marítimo Africano, a grande variedade de actividades relacionadas com os oceanos estão inter-relacionadas e todas têm um impacto potencial sobre a prosperidade através da contribuição para a estabilidade socioeconómica, político-social e com repercussão na paz e segurança das populações. Assim, a necessidade de se proceder a uma melhor regulamentação e gestão dos assuntos e dos recursos marítimos não pode ser confinadas a alguns sectores ou a indústrias ou mesmo a actividades seleccionadas, devendo envolver todo o continente e todos os países, todas as organizações, organismos e actividades, num desafio constante e a longo prazo, centrado numa gestão estratégica integrada da água e dos recursos marinhos em prol das futuras gerações Africanas.

Neste contexto e depois de muitas conversações no seio da UA e das Organizações Regionais Africanas (ORA) na Declaração Final da Reunião de Ministros e Chefes das delegações que participaram na Iª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos Assuntos Marítimos, realizada em Adis Abeba a 21 de Abril de 2012, referia-se o seguinte “...expressamos o nosso apoio incondicional a esta iniciativa extremamente importante e garantimos a Comissão da nossa inteira cooperação. Solicitamos ainda a todas partes interessadas a apoiar este particular projecto que irá reforçar as normas de segurança global e beneficiar as gerações vindouras de cidadãos Africanos...”. Esta comunicação marcava, em nossa opinião, o virar de uma página na História de África, quando esta deixava de estar apenas virada para o seu interior (parte continental terrestre) e virava-se para o exterior...a parte marítima...vista agora como veículo de ligação e união de futuro com o mundo globalizado e não factor de separação e barreira natural ao desenvolvimento de África e à inclusão na economia global.

Com esta mudança de paradigma, o desenvolvimento da EMIA2050¹² pretende consciencializar a sociedade Africana que o DMA tem um enorme potencial para criação de riqueza e que é necessário que os Estados-membro da UA tenham idênticas oportunidades e responsabilidades para gerar a vontade política desejável para a implementação desta estratégia e principalmente apoiar as ideias e visão, bem como o Plano de Ação que está subjacente à estratégia.¹³

¹² A estratégia é produto de contributos transversais de especialistas Africanos, incluindo Grupos de Reflexão, ONG's e Academias, as Comunidades Económicas Regionais (CER), os Mecanismos Regionais, os Estados-membros da UA, instituições especializadas e outros intervenientes, tais como as Nações Unidas, a Organização Marítima da África Central e Ocidental (MOWACA) as Associações de Administrações Portuárias Africanas, o Conselho dos Carregadores Marítimos Africanos (UASC), as Instituições de Formação Marítima Africanas, as inspecções do Estado dos Portos, a Organização Marítima Internacional (OMI), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial do Comércio (WTO), a Organização Internacional das Alfandegas (WCO), a Câmara do Comércio Internacional (ICC), o Fórum dos Carregadores Globais (GSF), a Organização Internacional de Hidrografia (IHO) e o sector privado, estruturados para atender desafios contraditórios, emergentes e futuras oportunidades marítimas em África, tendo em conta o interesse dos países sem litoral, com um claro enfoque na criação de riqueza maior a partir de uma governação sustentável das águas interiores, oceanos e mares de África.

¹³ O DMA apresenta contudo algumas ameaças e vulnerabilidades que incluem: o crime transnacional organizado no domínio marítimo (incluindo o branqueamento de capitais, o tráfico ilegal de armas e drogas, a pirataria e assalto à mão armada no mar, roubo de petróleo/roubo de petróleos bruto ambos nas costas africanas, o terrorismo marítimo, o tráfico de seres humanos, a clandestinidade de imigrantes e requerentes de asilo que viajam pelo mar; a pesca ilegal não declarada e não regulamentada - a pesca ilegal e o regime excessivo de pesca, crimes ambientais e pesca ilegal (incluindo o naufrágio

Assim, a EMIA2050 oferece um quadro amplo para a protecção e exploração sustentável do DMA para a criação de riqueza e de preservação dos recursos para um futuro mais sustentável. A estratégia integra um Plano de Acção para a sua operacionalização, apresentando uma visão bem definida e com metas (que talvez não sejam alcançáveis no imediato) que traçam um caminho, incluindo a formulação de objectivos específicos intermédios desejáveis, actividades e metas para atingir o estado estratégico final de criação de riqueza acrescida num DMA estável e seguro em prol de uma África mais segura e mais desenvolvida.

Tendo em conta o supracitado e pelos factores apresentados, os Chefes de Estado e de Governo da UA tomaram as medidas julgados adequados "... para desenvolver uma estratégia global e coerente...", como refere a Decisão [Assembly/AU/December/252 (XIII)] adoptada pela 13ª Sessão Ordinária da Conferência da UA realizada em Sirte (Líbia), em julho de 2009, onde encarregam, igualmente, as ORA e demais interlocutores da África para desenvolverem, coordenarem e harmonizarem as políticas e estratégias e melhorarem as normas de segurança e da protecção marítima, bem como a economia marítima para a criação de mais riqueza nos seus mares e oceanos, garantindo o bem-estar ao povo Africano.

Constatava-se ainda que a necessidade da adopção de uma estratégia marítima integrada estava inerente aos objectivos e princípios do Acto Constitutivo (artigo 3º e 4º), pois que o artigo 3º do Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da UA prevê que os objectivos para os quais o CPS foi criado devem incluir concepção de uma desejada "Política Comum Africana de Defesa e Segurança" (CADSP) para a UA, em conformidade com o artigo 4º (d) do seu Acto Constitutivo, centrando-se na problemática da conflitualidade no mar que vinha ganhando espaço e protagonismo nas costas Africanas.

Em conformidade com o acima mencionado, a EMIA2050 é entendida como uma ferramenta sistémica e orientada para enfrentar os atuais desafios marítimos da África para o desenvolvimento sustentado e para a segurança, e tem como objectivo principal fomentar a criação de mais riqueza nos oceanos, mares e nas águas territoriais interiores da África através do desenvolvimento de uma economia marítima dinâmica e valorizando o potencial das actividades marítimas, de forma ambientalmente sustentável e economicamente mais rentável. Parece, contudo, evidente que a preservação do ambiente marinho é vital para o crescimento do seu PIB, fazendo parte do comércio global e regional, onde a competitividade, o crescimento a longo prazo e o emprego são factores potencialmente dinamizadores desta nova abordagem para o mar. Ainda assim, de acordo com os princípios da UA e os valores consagrados no Acto Constitutivo e nos programas e documentos aplicáveis, foram definidos os seguintes objectivos que orientarão as actividades da EMIA2050:

- Criação da Zona Marítima Exclusiva Convencionada da África (CEMZA);
- Envolvimento da sociedade civil e todas as outras partes interessadas para melhorar a sensibilização sobre as questões marítimas;
- Reforço da vontade política a nível comunitário, nacional, regional e continental;
- Reforço da criação de riqueza e do desempenho do comércio regional e internacional através do reforço de capacidades e desenvolvimento de aptidões centrada no mar;
- Garantia da segurança e protecção dos sistemas de transporte marítimo;

deliberado de navios e derrame de petróleo bem como descarga de resíduos tóxicos); catástrofes naturais e degradação do meio ambiente marítimo e alterações climáticas; comunicações estratégicas e a cibercriminalidade; um quadro jurídico vulnerável e insipiente; escassez ou deficiente manutenção de instrumentos de ajuda à navegação e levantamentos hidrográficos modernos e actualizados (EMIA2050, 2012: 12).

- Minimização dos danos ambientais e aceleração da recuperação (resposta) pós acontecimentos catastróficos;
- Prevenção dos actos hostis e criminais no mar e incremento da coordenação/harmonização dos procedimentos judiciais contra infractores;
- Protecção das populações, incluindo o património, bens e infra-estruturas do DMA provocados pela poluição marítima e descarga de resíduos tóxicos e nucleares;
- Melhoria da Gestão Integrada da Zona Costeira em África;
- Promoção de ratificação, incorporação e aplicação dos instrumentos jurídicos internacionais nas legislações nacionais;
- Garantia de sinergias e da coerência entre as políticas sectoriais dentro e entre as ORA;
- Proteger o direito de acesso ao mar e liberdade de trânsito de mercadorias dos países sem litoral (sem acesso directo ao mar).

Assim, para cumprimento dos objectivos supracitados foi criado um “Plano de Acção da Estratégia” que descreve as principais linhas de desenvolvimento e onde são definidas por actividades conexas,¹⁴ resultados previstos, prazos e principais agentes de execução as actividades e iniciativas a levar gradualmente a efeito até 2050. As linhas de desenvolvimento dão indicações precisas para a criação de novas Instituições e estruturas, implicando a criação de riqueza e de desenvolvimento de recursos humanos associados às múltiplas atividade marítimas, bem como criação de actividades de reforço de capacidades nos domínios do controlo dos portos nacionais, da protecção do ambiente e da pesca, da segurança marítima e principalmente da consciencialização do conceito adjacente ao DMA e da necessidade de o preservar estrategicamente.

Principais Linhas do Plano de Acção da Estratégia Marítima Integrada de África 2050

O Plano de Acção da Estratégia Marítima Integrada de África 2050¹⁵ viria a ser adoptada na sede da Comissão da União Africana em Adis Abeba, a 6 de dezembro de 2012 por ocasião da 2ª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos assuntos marítimos, organizada em paralelo com o 5º Workshop Africano de peritos intersectoriais marítimos, realizada a 3 e 4 de dezembro de 2012 e ainda com a reunião de alto nível dos altos funcionários intersectoriais marítimos que decorreu a 5 de dezembro desse ano.

O Plano de Acção constitui um *roadmap* destinado principalmente a delinear os principais objectivos numa tentativa de melhorar a economia marítima de África, adoptando as principais actividades ou acções para atingir esse desiderato, bem como as adequadas

¹⁴ O sector marítimo Africano e as áreas conexas de reforço de capacidades envolvem as seguintes actividades: governação marítima; comércio marítimo; defesa marítima e segurança marítima (serviços de protecção militar e civil, público e privado); ensino no domínio dos assuntos do mar e pesquisa científica (hidrografia, oceanografia, pesca, formação interna e costeira, pesquisa e transferência de tecnologia); turismo marítimo (em terra e flutuante); indústria de pesca e aquicultura; indústria de reparação naval; transportes marítimos e serviços auxiliares; criação de riqueza; gestão de portos e cais marítimos; segurança marítima da navegação (avisos de navegação, serviços meteorológicos e de aviso, serviços de busca e salvamento, serviços hidrográficos, ajudas à navegação, tripulação do navio, etc.); promoção da posse de navios Africanos; promoção e protecção dos interesses dos carregadores Africanos; promoção do bem-estar dos marítimos; acesso ao mar e liberdade de trânsito dos Estados sem litoral; exploração e aproveitamento *offshore*; desenvolvimento de cursos águas interiores e o desenvolvimento de infra-estruturas marítimas (EMIA2050, 2012: 15).

¹⁵ [[http://www.pages.au.int/sites/default/files/2050 AIM Strategy \(Pt\).doc](http://www.pages.au.int/sites/default/files/2050_AIM_Strategy_(Pt).doc)]

medidas de verificação, a responsabilidade e quais as principais Instituições que seriam responsáveis pela implementação das actividades detalhadas no plano. O documento traça os objectivos que envolvem a criação de novas instituições e estruturas, a criação de riqueza e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a capacitação para a boa governação marítima e pretende-se que seja revisto e actualizado a cada três anos.

A Comissão da UA será o órgão de coordenação principal para a facilitação da implementação do Plano de Acção, tal como refere a Declaração da Reunião de Ministros e Chefes de delegações que participaram na 1ª Conferência dos Ministros Africanos responsáveis por assuntos marítimos, Adis Abeba em 21 de abril de 2012, onde salientando

“...manifestamos o nosso apoio incondicional a esta iniciativa extremamente importante e garantimos à Comissão a nossa plena cooperação. Solicitamos ainda a todas os intervenientes que apoiem este projecto específico que irá impulsionar os padrões de segurança global e beneficiar as gerações futuras de cidadãos Africanos...”. (2012: 4)

A EMIA2050 irá ser interpretada e implementada em conjunto com muitos organismos e Instituições relevantes da UA e das ORA, integrando os quadros de regulamentação nacionais e internacionais e demais iniciativas ligadas à problemática dos oceanos em curso em África, que incluem, entre outras, as seguintes:

- Instituições e Associações regionais especializadas, o Memorandum de Entendimento (MdE) do Oceano Indico, o MdE do Mar Mediterrâneo, e o MdE da África Ocidental e Central sobre a Inspeção do Estado do Porto (MdE de Abuja), que são instrumentos assinados em resposta à iniciativa global para a erradicação de navios que não obedecem aos estandartes, condições de trabalho para os marinheiros e preservação do ambiente marinho;
- A Convenção das Nações Unidas sobre o contrato de mercadorias internacionais transportadas totalmente ou parcialmente através do mar (Regras de Roterdão de 2009), a Convenção das Nações Unidas sobre o comércio de trânsito dos Estados sem litoral (1965) e a Convenção sobre a facilitação do Transporte Marítimo Internacional (Convenção de FAL-1965).
- O MdE da Organização Marítima de África Central e Ocidental (MOWCA), sobre a criação de uma rede integrada de guardas costeiras;
- O Simpósio da Energia do Mar para África (SPAS), uma reunião periódica dos Almirantes das Marinhas e Guardas Costeiras Africanas;
- A Estratégia Regional Africana para a Redução de Risco de Catástrofe iniciada pela UA em conjunto com a Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Catástrofe, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Gabinete de Programa das Nações Unidas do Desenvolvimento para a Prevenção e Recuperação de Crises, bem como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- A Declaração de Abuja sobre as Pescas e Aquicultura sustentáveis em África (2005);
- O Plano de Acção de Ouagadougou da UA (2007) para Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, especialmente mulheres e crianças, lançada pelo Departamento de Assuntos Sociais da Comissão da UA em parceria com o Grupo de Desenvolvimento Social e Humano ONU/UA;
- O Centro de Coordenação da Zona “D” do Centro Regional para Segurança Marítima dos Estados da África Central (CRESMAC),
- A Carta Africana dos Transportes Marítimos (AMTC), de 2010, bem como a Resolução de Durban sobre segurança marítima, e a protecção do ambiente marinho na África;
- O Código da Comunidade da Marinha Mercantil da CEAC.

No âmbito concreto da segurança marítima, uma das maiores preocupações dos governos em África, é criar, no contexto da EMIA2050 uma “Zona Marítima Exclusiva Convencionada da África” (CEMZA), o que irá exigir a criação de uma “Task Force Especial Estratégica” (S2TF) que constitui a vertente naval da APSA, agora mais integrada e estrategicamente articulada. Espera-se que a CEMZA permita a África benefícios e a possibilidade de apoiar a realização de práticas e iniciativas integradas na EMIA2050, quer seja no âmbito geoestratégicos, económicos, políticos, social e na segurança marítima, uma vez que irá gerar sinergias colectivas e potencialmente reduzir os riscos de algumas das ameaças transnacionais que proliferam no continente.

Quais são então as iniciativas que estão inscritas no Plano de Acção e quais os contributos, mais significativos, que podem ser dados para a operacionalização da EMIA2050? Todos reconhecemos que existe um enorme esforço e que as metas são muito ambiciosas, assim como as iniciativas propostas no Plano de acção, que podendo não ser realizáveis no médio-curto prazo, propõem-se, contudo, abrir o caminho para um conjunto sistémico de Institutos, organismos, legislação, capacitação de pessoal e infraestruturas, que poderão constituir alavancas de futuro para um desenvolvimento sustentado e segurança marítima em África. Algumas destas iniciativas referidas incluem (EMIA2050, 2012: 18-19):

- Incrementar a cooperação interagências/transnacional e melhorar a coordenação sobre a defesa e segurança marítima;
- Promover o desenvolvimento das capacidades necessárias para obter um DMA eficaz em África, nomeadamente melhorar a vontade política nacional e regional, aumentando o conhecimento da importância da estratégia como um instrumento importante na construção de segurança e protecção no DMA;
- Aumentar as operações conjuntas de vigilância regionais no mar e o estabelecimento de navios chefe e/ou redes da Guarda Costeira em toda a África, com função de perseguição transfronteira e capaz de realizar operações marítimas transterritoriais;
- Criar um “*Water Continental Early Warning System*” (WCWAS) que ligará todas as agências relevantes e sustentar uma cooperação interagências, capaz de integrar os sistemas relevantes de comando, controlo, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR) e os conceitos operacionais;
- Promover a criação de “Centros Regionais de Excelência” para a formação, operações e desenvolvimento de equipamentos de segurança e protecção marítima;
- Promover o estabelecimento de mecanismo de Equipa de Ligação entre os Estados-membro vizinhos e dentro das ORA tendo em conta as recomendações da IMO sobre o Acordo Regional de Cooperação para a prevenção e supressão de actos de pirataria e dos assaltos à mão armada contra navios (IMO MSC 1/Circular 1333);
- Estabelecer, em colaboração com os intervenientes relevantes e interessados, acordos continentais e regionais, incluindo capacidades, mutualização de activos para lidar com tais agendas comuns como a fiscalização de incumprimento da legislação, busca e salvamento, crises humanitárias, apoio a catástrofes, etc.;
- Reforçar a cooperação através das ORA associadas com a pesca, o comércio e transporte marítimo regional e local;
- Reunir em torno de uma abordagem intersectorial e interagências para melhorar o conceito de “Gestão Integrada da Área Costeira” (ICAM) em África.

Indubitavelmente, podemos constatar que a EMIA2050 é um projecto de dimensão continental, que não pode ser completamente analisada neste artigo, embora possamos identificar muitas iniciativas que nos parecem ajustadas, bem planeadas e estrategicamente bem articuladas no Plano de Acção, existem contudo algumas vertentes que apesar da mensagem inicial enviada em finais de 2011 pelo Embaixador Erastus Mwencha, Vice-

Presidente da Comissão da UA para todo o staff e organismos internacionais, como ilustra a página da internet dedicada a EMIA2050 e que reproduzimos, referir “... *together, let’s navigate the future... now! Keep an eye on www.au.int/maritime, and swim with us on Twitter and Facebook in Arabic, English, French, Portuguese and... Kiswahili. Fair winds!*”. Existem, contudo, em nossa opinião, alguns aspectos que precisariam de ser analisados, incluídos na EMIA2050 e que abordamos, muito resumidamente, em seguida.

Uma reflexão crítica sobre os vectores de cooperação para uma estratégia

Os assuntos relacionados com o mar, nas suas mais diversas formas e expressões (económica, comercial, cultural, diplomática, segurança, etc.) constituem um domínio político-estratégico para garantia de um desenvolvimento sustentado de cada um dos Estados-membro, bem como da própria UA. Pelas suas características geoestratégicas, especialmente pela latitude dos seus espaços de soberania marítima, os países da organização formam uma rede privilegiada de desenvolvimento sustentável assente nos recursos existentes nos seus mares e oceanos... ainda pouco explorados e em parte desconhecidos...

No quadro da UA pensamos que poderiam ser considerados objectivos gerais para uma verdadeira “Estratégia dos Mares Africanos”, os seguintes: Promover no seio dos Estados-membro os princípios estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Contribuir para uma boa gestão dos recursos e do desenvolvimento sustentável dos oceanos (defesa, ambiente, investigação científica e tecnológica, social e económica); Apoiar ou patrocinar a criação de áreas marinhas protegidas e jurisdição nos Estados-membro da organização; Promover medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras; Contribuir para o reforço de uma rede de recursos humanos capacitada para desenvolver uma política de oceanos integrada e promover medidas de aproveitamento económico dos recursos marinhos, incluindo parcerias multissetoriais e multinacionais.

Como vimos, os objectivos da estratégia abrangem e interligam os vários aspectos dos assuntos do mar, no entanto, pela sua relevância, merecem ser destacados alguns vectores de cooperação que julgamos poderem ser melhor implementados no seio da UA e das ORA, com ganhos evidentes para o desenvolvimento e para segurança marítima em África.

- **Cooperação Estrutural na Segurança Marítima:** Na vertente da cooperação da segurança marítima, o objectivo essencial consiste na efectiva capacitação das componentes navais dos Estados-membro e na operacionalização de sistemas de controlo, vigilância marítima, gestão da informação estratégica relacionada com o mar e na criação de um mecanismo de alerta e resposta que permita operacionalizar as funções supracitadas. As actividades de segurança e vigilância marítima dizem respeito a aspectos relevantes para todos os Estados-membro da UA, onde se inclui, entre outros, a busca e o salvamento no mar, a monitorização meteorológica das áreas oceânicas, a luta contra a pesca ilegal, o combate ao tráfico de seres humanos, ao contrabando, ao tráfico de estupefacientes e ainda o combate contra o crime organizado, bem como a capacidade de intercepção e de fiscalização e de perseguição das actividades supracitadas.

Estas capacidades podem ser criadas, numa primeira fase, com base em parcerias regionais (e internacionais) e na inclusão de mecanismos complementares entre a vertente da defesa e da segurança pública (área que se encontra numa fase embrionária de desenvolvimento no seio da UA e que importa reflectir no futuro) com vista a otimizar recursos e a obter sinergias na segurança marítima. A partilha de informações estratégicas relacionadas com a utilização dos espaços marítimos e a criação, no âmbito da UA, de uma base de dados dedicada revela-se, pensamos nós, de crucial importância e constituiriam um instrumento fundamental no controlo dos mares e na salvaguarda do interesse nacional de cada Estado-membro.

Mecanismos que em ligação com sistemas regionais e supranacionais, podem, em determinados espaços geográficos conjunturais, possibilitar e contribuir para a segurança marítima e para a protecção de pessoas, bens e dos recursos naturais. Neste contexto, parece-nos ser possível que a ideia da criação de um “Observatório de Informações Estratégicas Marítimas” possa estar mais vocacionado para a criação de capacidades em cada Estado-membro, em que partilhando uma base de dado (supostamente comum, intercomunicável e integrada em outras redes regionais e internacionais) capacite cada Estado-membro a integrar-se em redes e sistemas regionais (e internacionais) complementares, gerando conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento dos sistemas de informação e alerta navais mais efectivos e operacionais.

Cooperação na Concertação Político-Diplomática Marítima: A concertação político-diplomática no plano internacional, sendo um dos principais objectivos da UA desde a sua origem, implica, nesta vertente marítima, a criação de mecanismos e órgãos específicos, tal como as já citadas “Reuniões de Ministros dos Assuntos do Mar”, a criação de um organismo ou “Secretariado Técnico para os Assuntos do Mar”, a ocupação concertada de lugares/cargos considerados estratégicos em fóruns regionais/internacionais que individualmente representa para cada Estado-membro, de per si, um custo insuportável e eventualmente uma oportunidade perdida.

O reforço das Reuniões de Ministros do Mar (ou equivalentes), implica numa fase inicial uma abordagem multidisciplinar (o que até deve ser visto numa perspectiva positiva), pois em cada Estado-membro da UA, a temática do mar está atribuída a ministérios e organismos diferentes (implicando também aqui uma concertação político-diplomática de ordem interna, sem a qual se torna difícil concertar posições nos fora internacionais) e que terão por objectivo principal a concertação entre estratégias dos oceanos dos Estados-membro com vista a que a UA assuma uma voz concertada e dinâmica nas instâncias internacionais que abordam questões relacionadas com os oceanos. Nas reuniões que se seguem deverão ser constituídos grupos de trabalho em áreas consideradas de maior relevo para a EMIA20150, bem como uma rede de “Pontos Focais” que facilite a partilha de informações e torne mais consequente as decisões e o aprofundamento das estratégias genética, estrutural e operacional. Para além de posições sobre os assuntos em debate na Comunidade Internacional, a concertação entre países Africanos na área dos oceanos permitirá integrar e participar em iniciativas de âmbito internacional, contribuindo para a afirmação da UA e de África no contexto da agenda global dos oceanos.

Torna-se assim necessário que a EMIA20150 constitua um passo para uma política inter-Estados para os oceanos, afirmativa e assertiva no contexto internacional, promovendo os interesses dos Estados-membro de forma sustentável e que transporte para a legislação nacional aquilo que de melhor se possa conseguir multilateralmente, pois só assim existe mútuo benefício para África.

Neste contexto e como exemplo, outro assunto que tem vindo a merecer algum destaque nos fóruns relacionados com o mar e o acesso aos recursos marinhos diz respeito ao pedido de extensão da plataforma continental dos países Africanos e que constituirá no futuro um objectivo comum estratégico, pelas potencialidades que encerra e pela importância que tem para uma melhor definição das fronteiras marítimas em África e no contexto geopolítico global.

A preparação do processo de submissão das propostas de extensão da plataforma

continental a apresentar à “Comissão de Limites da Plataforma Continental da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar”¹⁶ é complexa e dispendiosa, principalmente pelo envolvimento de meios tecnológicos na identificação dos espaços marítimos e na elaboração jurídica do próprio processo de candidatura, devendo por esse motivo ser estimuladas sinergias de cooperação entre os Estados-membro da UA (e eventualmente com o apoio internacional), mormente dinamizando e conferindo uma prioridade estratégica na operacionalização de um “Centro de Estudos Marítimos da UA” e dedicando à “Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar” uma missão clara e urgente de contribuir para o propósito supracitado. A localização conjunta da “Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental” constitui não só uma questão de bom senso, mas uma otimização de sinergias e o aproveitamento de conhecimento (e eventualmente de recursos) que podem projectar África no contexto internacional dos fóruns ligados aos assuntos do mar e constituir-se até num dos elementos centrais da Estratégia Marítima Integrada de África 2050.

Cooperação para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre os Oceanos:

No que respeita à cooperação para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre os oceanos, releva-se a importância da investigação e do conhecimento técnico e científico, da partilha de dados e de informação científica e ainda da formação de recursos humanos ligados ao mar, mormente com a operacionalização de um “Centro de Estudos Marítimos de África”, que deve poder integrar redes de conhecimento (governamentais, universitárias, industriais e outras) numa partilha do conhecimento e das reflexões multisectoriais sobre o mar e os oceanos.

A realização de cursos/estágios e a atribuição de bolsas de estudo e o apoio a projectos de investigação e desenvolvimento (possibilitando a interacção entre alunos/investigadores) contribuirão para a formação de recursos humanos qualificados e para o aprofundamento do conhecimento científico no seio de cada Estado-membro e (mais tarde) a produção de conhecimento sobre o mar e os oceanos (para além dos demais recursos hídricos) em África. O conhecimento concreto dos recursos naturais existentes nas regiões marítimas Africanas constitui um objectivo comum pelas potencialidades que encerra para a cooperação da UA neste domínio, como para o comércio e economia global.¹⁷

Noutro contexto, mas directamente relacionado como conhecimento do mar e das áreas costeiras, constata-se que o ordenamento do espaço marítimo constitui-se uma ferramenta de governação essencial para permitir a optimização do desenvolvimento de uma economia marítima sustentável e simultaneamente contribui para a preservação e melhoria da gestão do meio marinho, evitando conflitos entre os variados usos dos oceanos e dos mares. A necessidade de se produzir documentação cartográfica e hidrográfica será facilitada através

¹⁶ A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi criada com o objectivo de adoptar um regime jurídico relativo ao mar, no qual se incluem os regimes das zonas marítimas dos diversos Estados. Esta Convenção veio também introduzir alterações aos critérios até então em vigor na delimitação e jurisdição sobre a plataforma continental de cada um dos Estados costeiros, consagrando a possibilidade da sua extensão para além das 200 milhas, tal como refere o artigo 76.º da Convenção “...a plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância...”.

¹⁷ As biotecnologias marinhas constituem um forte exemplo de um ramo em forte expansão onde se adivinha um potencial elevado. Neste campo, é essencial a difusão do conhecimento e partilha de informação entre os vários Estados-membro, bem como o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e o reforço de redes de ciência e de investigação, aspectos que deverão ser prioritários e que merecem da parte dos governos uma definição clara do contributo que cada um pode dar em proveito do conhecimento mútuo.

da partilha de experiências e de meios científicos dos países cientificamente mais desenvolvidos no seio das ORA e da UA.

O ordenamento costeiro permite e otimiza a cooperação entre Estados-membro na gestão dos oceanos e das zonas costeiras, bem como no desenvolvimento de actividades marítimas através da partilha de conhecimentos e do aproveitamento de experiências nacionais, na elaboração de planos de ordenamento costeiro e no planeamento das infraestruturas junto à costa. Planos estes que são essências para se criar um desenvolvimento sustentado das áreas ribeirinhas, adoptando-se planos de reabilitação e valorização das áreas protegidas e da linha de costa e zonas insular Africanas.

Cooperação no desenvolvimento de “clusters marítimos”¹⁸ na criação de uma Indústria Naval Africana: A criação de clusters marítimos permite por definição a criação de vantagens competitivas que geram valor acrescentado nas suas relações, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das actividades marítimas. Os clusters do sector marítimo têm obtido resultados de sucesso com a coordenação estratégica de políticas, o envolvimento da sociedade civil, académica e política, agregando áreas como a Economia, Gestão, Direito, Oceanografia, Biologia, Engenharia Naval, entre outras. Constitui, neste propósito, um relevante impulso para a dinamização do sector marítimo e das principais actividades relacionadas com o mar no seio dos Estados-membro da UA e numa visão mais lata, no âmbito dos mares Africanos.

O sucesso do desenvolvimento de clusters depende da ação inovadora do sector privado e de outras partes interessadas, mas também da coordenação entre entidades públicas dos vários Estados-membro das ORA, sendo fundamental definir prioridades, sectores e áreas privilegiadas de desenvolvimento e simultaneamente dinamizar a comunicação institucional dentro da UA, para que sejam produzidas dinâmicas inter-Estados e intersectoriais que possibilitem a adopção de estratégias particulares geradores de desenvolvimento sustentado.

Neste contexto, a constituição de um “cluster Africano” representa certamente um objectivo ambicioso, mas não deixa de ser uma oportunidade que poderá revelar-se vantajosa, sendo especialmente interessante a possibilidade de se desenvolver um cluster relacionado com a criação das bases para se conseguir desenvolver oportunamente uma indústria naval nos países Africanos. Esta iniciativa, tendo como propósito o desenvolvimento sectorial de determinadas capacidades no seio de uma indústria naval, poderá permitir a aquisição ou a formalização de boas possibilidades de negócio numa base empresarial e iniciadora de um maior vínculo entre as Marinhas (e sector naval, nas suas múltiplas vertentes) no seio da organização. Pois que a teoria da ocupação dos “espaços vazios” e a defesa da soberania exigem às nações responsabilidades ao nível da aquisição de meios e de tecnologias que podem ser pensadas numa base industrial e não meramente de aquisição ou contratação de serviços. A criação das bases primárias para uma indústria naval

¹⁸ Por exemplo, de acordo com a Comissão Europeia e no caso da Europa esta considera que os “clusters” promovem o máximo desenvolvimento do potencial do sector marítimo, com ênfase nas ligações inter-industriais e complementaridades. As aptidões especiais adquiridas na tecnologia *off-shore*, por exemplo, contribuem para inovações em embarcações especializadas para exploração em águas profundas, na exploração da nova biotecnologia ligada ao “azul marinho” ou na investigação de métodos para a extracção e exploração seguras de energia a partir de hidratos de metano. Protecção do meio ambiente. Os “clusters” podem ajudar a responder a considerações ambientais – através da colaboração eficaz para a aplicação de engenharias de alta tecnologia e design para propulsões alternativas de navios ou navios de águas de lastro livres, por exemplo. A combinação de actividades complementares por institutos de investigação marinha pode igualmente contribuir para um melhor entendimento do impacto das actividades marítimas no meio ambiente – e como minimizar os danos. [www.marocano.pt/component/docman/doc.../67-clusters-maritimos].

nos países Africanos representa um enorme desafio no futuro, mas certamente uma oportunidade, assente numa interoperabilidade de meios e na possibilidade de se adoptarem estratégias navais convergentes que é um dos objetivos da EMIA2050.

Cooperação na Gestão Portuária e nas Operações Marítimas: A actuação da maioria dos Estados-membro nas áreas tradicionais da actividade portuária, dos transportes marítimos e da construção, desmantelamento e reparação naval apresenta um potencial apreciável, especialmente tendo em conta a significativa percentagem de bens e serviços que circulam por via marítima e o contributo que estas actividades dão ao PIB de cada país. Representam ainda um conjunto de actividades relacionadas com a exportação e importação de todo o tipo de produtos, contribuindo directamente para o desenvolvimento do país. Neste contexto, estas áreas de actividade representam uma oportunidade para o conjunto dos países Africanos, dadas as condições geográficas excepcionais dos Estados-membro, motivada por geoestrategicamente dominarem um conjunto de rotas comerciais marítimas relevantes, sendo porto de entrada de mercadorias e de passagem entre a Europa, América e Ásia.

O objectivo principal na cooperação na área da gestão portuária traduz-se, de forma simplista, na troca de experiências e nas práticas entre os diversos países, bem como na partilha de meios e tecnologias navais que permitam fazer uma gestão dos portos de forma a poderem contribuir para o desenvolvimento do país. Para além do funcionamento dos portos e de todas as actividades associadas, fundamentais para a dinâmica exportadora (e importadora) de um país, é também relevante assegurar a formação de profissionais do mar, através das escolas técnico-profissionais, procurando-se uma solução global e proficiente que passe por cativar e especializar recursos humanos para estas áreas de actividade muito específicas e altamente técnicas. Esta especialização pode ser partilhada, com recurso às recentes tecnologias da informação e ao *e-learning*, mas deve basear-se numa aprendizagem “on-job-training” e na interoperabilidade de procedimentos e equipamentos que possam contribuir e ser facilitadores do conhecimento e das aprendizagens, bem como da gestão das operações portuárias e marítimas.

Cooperação na protecção do meio ambiente marinho: A protecção do meio ambiente está intimamente ligado com o desenvolvimento sustentável, quando se pretende melhorar a qualidade de vida das pessoas dentro das capacidades potenciais do sistema de sobrevivência do planeta terra, o que significa satisfazer as necessidades das gerações actuais, sem prejudicar os recursos naturais de tal forma que as gerações futuras fiquem impedidas de as satisfazer. Este paradigma recente assume na protecção do ambiente marinho um importante vector de cooperação, associando uma preocupação de Estados, Organizações e da Comunidade Internacional, em geral, pois o desenvolvimento sustentável é pois um objectivo transversal aos assuntos do mar e pilar da EMIA2050.

Neste sentido, aponta a Declaração do Milénio,¹⁹ que estabelece o objectivo sete “...*garantir a sustentabilidade ambiental...*” e na correspondente meta número nove “...*integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a actual tendência para a perda de recursos ambientais...*”, desígnios assumidos actualmente pela maioria das Organizações Internacionais. Assim, os principais actores do xadrez mundial foram levados a adoptar um conjunto de medidas estruturantes que possibilite, nos seus espaços marítimos, um desenvolvimento sustentado, com especial prevalência para os recursos marinhos, pois estes estavam a degradar-se muito rapidamente e

¹⁹ Cf. <http://www.objectivo2015.org/pdf/DeclaracaodoMilenio.pdf>.

em alguns casos mais graves, de uma forma irreversível. Pretendia-se adoptar estratégias que contribuíssem positivamente para “...pôr fim à exploração insustentável dos recursos hídricos, formulando estratégias de gestão nos planos regional, nacional e local, capazes de promover um acesso equitativo e um abastecimento adequado...” (Declaração do Milénio:8).

Na área ambiental, destaca-se a necessidade de desenvolver medidas de compreensão e de adaptação à mudança do clima nas regiões costeiras, bem como facilitar a implementação de uma “Gestão Integrada de Áreas Marinhas e Costeiras” no âmbito da “Convenção da Diversidade Biológica” e em acções de prevenção da poluição marinha, nomeadamente no âmbito da “Convenção Internacional de Prevenção e Combate à Poluição Marinha”. Actualmente a exploração das energias renováveis encontra-se em crescimento (contudo ainda pouco expressivo em África), como alternativa de futuro aos hidrocarbonetos,²⁰ pela inovação e complexidade, sector em que a partilha de informação administrativa, técnica e científica constitui um objectivo para os países Africanos e para o mundo em geral.

Os oceanos são, pela sua natureza, espaços de cooperação multidimensionais, partilha e utilização comum. No entanto, pela diversidade de intervenientes, pelas especificidades regionais e locais existentes em cada país, bem como pela multiplicidade de actividades relacionadas com o mar, torna-se necessário desenvolver ferramentas de governação adequadas que sejam claras e consensuais, de forma a contribuir para uma estratégia para os oceanos competitiva e sustentável. Para tal, o enquadramento institucional poderá ser ajustado à necessidade de desenvolver políticas marítimas integradas (ao nível das ORA e da UA), que tenham em conta a diversidade de modelos de gestão dos assuntos do mar, a necessidade do planeamento e ordenamento espacial das actividades marítimas nos vários países em África e o diverso enquadramento dos regimes legais vigentes em diferentes níveis.

É, pois, em nossa opinião, desejável apostar numa partilha de boas práticas, desenvolvendo abordagens participativas que envolvam os diversos interessados, apostando em mecanismos específicos de cooperação que poderão funcionar como forma de concertar não só as políticas dos oceanos entre os países Africanos, como também as posições dos diversos Estados-membro nos assuntos do mar nos vários foruns internacionais. A concertação de políticas deverá assentar numa dinâmica de comunicação (aos vários níveis) permanente entre os Estados-membro através da recentemente instituída EMIA2050. A partilha de conhecimentos neste campo é um reconhecido objectivo desta estratégia, respeitados os acordos de confidencialidade e a legislação vigente em cada país.

Cooperação na divulgação e Informação Pública sobre os Oceanos: A informação pública sobre a importância estratégica actual dos oceanos e da relevância de se adoptarem políticas defensoras dos mares, e que possam contribuir para o desenvolvimento sustentado dos países Africanos constituem uma alta prioridade no “Plano de Comunicação” a ser implementado no âmbito da EMIA2050. Paralelamente constitui um elemento relevante do conhecimento e de sensibilização da sociedade civil para a importância do mar e da preservação dos seus recursos. A criação de um “Plano de Comunicação da UA para os Mares e Oceanos”, parece ser uma necessidade evidente, pois simultaneamente com os esforços internacionais, deve-se fazer um esforço nacional de cativação da opinião pública e dos órgãos de comunicação social para o desenvolvimento de multi-acções com o objectivo de promover a importância dos mares e oceanos no seio da UA e das ORA.

²⁰ São exemplos mais significativos a energia proveniente das marés e das correntes marítimas (maremotriz), a energia das ondas, o aproveitamento da biomassa marinha, a conversão da energia térmica e ainda a energia eólica.

Se existe uma EMIA2050 única então deve também existir um Plano de Comunicação dessa estratégia o mais integrado possível. Este documento será fundamental para arregimentar vontades em prol de um melhor conhecimento dos oceanos e saber quais as potencialidades que encerram, até porque alguns dos vectores da estratégia só serão concretizáveis se existir uma opinião pública informada, esclarecida e potencialmente aderente. A colocação dos meios (imprensa sob todas as formas) nacionais a “passar” programas e reportagens sobre esta estratégia seria o primeiro (melhor) contributo para a sua futura operacionalização.

Cooperação para o desenvolvimento das economias associadas aos Mares e Oceanos: Como vimos, os mares sempre constituíram para as sociedades ribeirinhas uma forma de vida e representaram, ao longo da história, um vector importante de desenvolvimento e de subsistência local. As áreas tradicionais de actividade marítima que podem ser promovidas e desenvolvidas no seio dos Estados-membro da UA, são a pesca comercial (de grande importância social e económica para a maior parte dos países), representando a pesca artesanal em paralelo com a pesca industrial, uma grande percentagem do total da actividade e a pesca desportiva, uma área em franco crescimento, associada desejavelmente a um turismo de qualidade, num ambiente sustentável.

No âmbito da pesca comercial, ao pretender-se introduzir factores de desenvolvimento, devem ser tidas em conta as realidades sociais das comunidades ribeirinhas e o desenvolvimento de capacidades e competências que lhe permitam pescar, conservar e exportar o pescado (concebendo uma rede de pesca comercial), devendo ser criados programas de capacitação direccionados ao aperfeiçoamento técnico dos membros dessas comunidades e ao estabelecimento de parcerias estratégicas para a aérea da pesca tradicional. A cooperação entre os diferentes Estados-membro permite aumentar a organização da actividade e a maior eficiência na fiscalização da pesca ilegal através da partilha de experiências e de meios humanos e materiais. A experiência das conferências de ministros responsáveis pelas pescas, constitui um ponto de partida para a realização de encontros de cooperação sobre a temática de criar sustentabilidade e desenvolvimento na actividade piscatória no seio da ORA e da UA.

Também a aquicultura representa uma oportunidade que se desenha de forma cada vez mais dinâmica e necessária, à medida que aumenta o consumo de pescado e que a recuperação de determinadas unidades populacionais e a gestão de outras ao nível da sustentabilidade impõem significativas limitações das capturas. Esta necessita, contudo, de um desenvolvimento tecnológico e científico muito exigente. Esta temática será porventura uma das prioridades das áreas de cooperação, a ser estudado no proposto “Centro de Estudos Marítimos da UA”. Na pesca e na aquicultura o objectivo central consiste também na cooperação entre Estados-membro nos domínios da formação de recursos humanos e na investigação científica, através da troca de experiências e de boas práticas com vista à gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e à disseminação de conhecimentos nestas áreas específicas.

Por outro lado, no campo do turismo marítimo (associado a actividades como a pesca desportiva, a observação de peixes e o turismo de mar) praticamente todos os países Africanos possuem recursos naturais excelentes, pois estão geralmente situados em locais com boas capacidades para o desenvolvimento destas actividades. O sector do ecoturismo está em expansão global e o ecoturismo marítimo representa uma oportunidade, pois desenvolve-se sem grande investimento inicial, sem grande desgaste das regiões (mares) onde é praticado, e quando desenvolvido profissionalmente tem actualmente grande procura em termos mundiais.

Condições que parecem estar ao alcance da maioria dos países de África onde a concertação de esforços é determinante nestes campos, pois poderão ser objecto da

organização de eventos desportivos no espaço Africano e gerar a possibilidade de criação de rotas marítimas temáticas de índole turística, ancoradas no vasto património cultural marítimo dos povos de África, constituindo um grande potencial no domínio do turismo e com reflexos positivos no desenvolvimento económico e social dessas regiões. Neste contexto, a edificação de reservas e de locais qualificados e identificados internacionalmente como zonas de ecoturismo pode projectar estes locais e estas actividades à escala global, com evidentes ganhos para as economias locais, regionais e para o futuro de África.

Conclusões

Os mares e os oceanos sempre constituíram ao longo da História da Humanidade uma importante fonte de recursos e conseqüentemente de conflitos. Estes são fundamentais para o desenvolvimento e para a segurança das sociedades, em especial para as comunidades ribeirinhas que dependem, directa ou indirectamente, quer seja na actividade económica diária de pesca de subsistência ou na indústria extractiva, quer ainda como vector de comunicação e elemento gerador de recursos estratégicos, do mar como factor de identidade, subsistência e motivo de constantes disputas e de conflitos.

Como factor geopolítico, mais recentemente, o mar veio transmitir um novo relevo às problemáticas da maritimidade, conferindo uma crescente importância geoestratégica aos mares e oceanos, pois grande parte do comércio e da economia mundial cruza estes espaços, tendo por esse motivo impacto na economia global e na segurança mundial. Assim, países e organizações passaram a definir sistemas e mecanismos nacionais de protecção e a articular (nas organizações onde estão inseridos) políticas, mecanismos de cooperação e a definirem estratégias consentâneas com os seus interesses de protecção e salvaguarda dos recursos hídricos e da afirmação da soberania sobre os seus espaços marítimos. Pois que, as ameaças e os riscos que incidem sobre os mares e os oceanos são agora mais evidentes, transnacionais e carecem de estratégias de maior alcance, só possíveis de desenvolver integrados em Organizações Regionais, Continentais (caso da UA) ou Internacionais, que funcionam, atualmente, como os principais responsáveis, na sua área de jurisdição conjuntural, pela protecção e salvaguarda dos recursos no mar e pela assunção das responsabilidades de exercer soberania de defesa e de desenvolvimento marítimo no seu “Domínio Marítimo”.

Neste contexto, a União Africana, na senda da Organização de Unidade Africana, procurou desde meados de 2012 adoptar uma postura teoricamente mais proactiva para os oceanos, ao criar a “Estratégia Marítima Integrada de África 2050” e apostando num ambicioso Plano de Acção, que tem em vista convergir uma miríada de organismos, estruturas e de Estados na criação de estruturas, legislação, recursos e assim criar uma consciência Africana para a protecção e desenvolvimento do “Domínio Marítimo Africano”, apostando na necessidade de proteger os recursos hídricos, os mares e os oceanos do continente.

Esta iniciativa, integrada num contexto global em que a protecção dos recursos marítimos é factor de importância acrescida, procura assim integrar e alinhar numa orientação político-estratégica inovadora as principais iniciativas que visam projetar a importância do mar e dos factores económicos associados, e contribuirá para um desenvolvimento em África mais sustentado e uma segurança mais efectiva...o que representa, em nossa opinião, uma nova dimensão para segurança marítima Africana e para o futuro de África...

Referências

African Union (2009), *Durban Resolution on Maritime Safety, Maritime Security and Protection of the Marine Environment in Africa*. Consultado a 19 de maio de 2016, disponível em http://pages.au.int/sites/default/files/Durban%20resolution_0.pdf African Union (2014), *African Integrated Maritime Strategy*. Addis Ababa: African Union.

A Estratégia Conjunta África-EU (2010), *Análise e Desafios da implementação após a Cimeira UE-África. Plataforma Portuguesa das ONGD*. Consultado a 19 de maio de 2015, disponível em backoffice.plataformaongd.pt/.../Estudo%20UEAfrica%20-%202010.pdf.

Brenthurst Foundation, African Union Commission, and the African Centre for Strategic Studies (2010), “Maritime Development in Africa: An Independent Specialists’ Framework”, *Brenthurst Discussion Paper*, 3/2010.

Coelho, João Paulo Borges (2013), *African Approaches to Maritime Security: Southern Africa*. Maputo: Fredrich-Ebert-Stiftung. Consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/10671.pdf>.

Moreira, Adriano (2002), *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Editora Almedina. [4ª Edição]

United Nations (2008), *Oceans and the law of the sea*. Report of the Secretary-General, UN General Assembly Document A/63/63, 10 March 2008. New York: United Nations.

Vogel, Augustus (2009), “Investing in science and technology to meet Africa’s maritime security challenges”, *Africa Security Brief*, 10, February.

Potencialidades do eixo Luanda-Brasília na segurança regional¹

José Palmeira,² Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho
palmeira@eeg.uminho.pt

Resumo: O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. Os dois países integram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), lançada em 1986, e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada uma década mais tarde (1996). O Brasil é membro do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Angola está inserida em vários espaços regionais africanos. Têm em comum um crescimento económico significativo nos últimos anos, em parte sustentado nas receitas do petróleo. Pelo seu potencial, manifesto ou latente, o eixo Luanda-Brasília reúne condições para poder desempenhar um papel de ponte entre os dois continentes, designadamente no plano da cooperação regional e no domínio da segurança. Este artigo analisa esse potencial numa perspetiva geopolítica, atendendo, em particular, ao contributo que os dois países lusófonos poderão dar à paz e segurança no Atlântico Sul.

Palavras-chave: Angola, Brasil, Atlântico Sul, segurança regional

Introdução

Com o beneplácito da Organização das Nações Unidas (ONU), através da resolução 41/11,³ Estados costeiros da América do Sul e de África criaram, em 1986, por iniciativa do Brasil, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS). Foi aplicado o artigo 52º, nº 1 da Carta das Nações Unidas, onde se lê que “nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organizações regionais destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Paineil “Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional”.

² Professor Auxiliar do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública, na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, onde é membro das comissões diretivas do Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais e do Mestrado em Ciência Política. Integra o Centro de Investigação em Ciência Política, com sede na mesma universidade e é diretor da revista científica *Perspectivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, editada por aquele centro. É doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade do Minho, instituição onde se licenciou em Relações Internacionais e concluiu o mestrado em Estudos Europeus. É autor da obra *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, editada em 2006, pela Prefácio (Lisboa) e de vários artigos científicos, nos domínios da geopolítica, relações transatlânticas, política externa portuguesa e estudos políticos lusófonos. É membro da Associação Portuguesa de Ciência Política e da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

³ ONU: Resolução da Assembleia Geral 41/11, de 27 de outubro de 1986. Consultado a 2.09.2014, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>.

ou organizações regionais e suas atividades sejam compatíveis com os objetivos e princípios das Nações Unidas”.⁴

A iniciativa de Brasília coincidiu com o princípio do fim da guerra fria, iniciado com a chegada ao poder, no Kremlin, de Mikhail Gorbatchev. O período subsequente culminou com a queda do muro de Berlim e a implosão da União Soviética, a que se seguiu o acentuar da globalização, com a liberalização do comércio mundial, dinamizada a partir da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituída em 1995.

Embora a guerra fria tenha sido um confronto global entre dois blocos político-militares, divididos entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), instituída em 1949, e o Pacto de Varsóvia, celebrado em 1955 (e extinto em 1991), o seu principal epicentro foi a Europa. Com o fim do conflito Este-Oeste ganhou importância geopolítica o hemisfério sul e em particular os mares e oceanos por onde circula a maior parte do comércio mundial, incluindo produtos energéticos de relevância estratégica para os Estados exportadores e importadores.

Enquanto no Atlântico Norte a OTAN, atualmente com 28 Estados membros, permanece como a entidade capaz de zelar pela segurança deste espaço, a dispersão e a falta de uma réplica no Sul coloca desafios à segurança regional e internacional que têm sido minimizados por ações unilaterais ou bilaterais. É verdade que o Brasil e os Estados Unidos da América não deixaram de intervir no domínio da segurança do Atlântico Sul, apresentando-se a ZPCAS como uma resposta multilateral, sul-americana e africana.

Entre os vinte e quatro Estados signatários da ZPCAS figuram os seis Estados africanos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP),⁵ criada em 1996, três dos quais são também membros da Comissão do Golfo da Guiné (Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe) - que desde 2007 tem sede em Luanda - cuja região se tem revelado um dos pontos mais críticos do Atlântico Sul no plano da segurança, dado o registo de atos de pirataria marítima.

Com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, adotada em Montego Bay, em 1982, e entrada em vigor em 1994, ficou definida a jurisdição marítima dos Estados costeiros e, em especial, a Zona Económica Exclusiva (ZEE). Por outro lado, a liberalização do comércio mundial aumentou os fluxos de transporte por via marítima e a emergência de novas potências alargou o consumo mundial de hidrocarbonetos, designadamente ao nível do petróleo e do gás natural. Assistiu-se, igualmente, a uma diversificação das origens, acentuada pelas crises cíclicas no Médio Oriente e a descoberta significativa de novas jazidas, designadamente no Brasil, ao nível da camada pré-sal.

O presente artigo visa analisar o tipo e o grau de cooperação estabelecidos entre Angola e o Brasil e verificar as suas potencialidades em termos do reforço da segurança no Atlântico Sul. Definimos três hipóteses de trabalho: Angola, no contexto das Áfricas central e austral, e o Brasil, no âmbito da América do Sul, têm potencial de liderança regional; Angola e Brasil cooperam, nos planos bilateral e multilateral, tendo em vista os interesses comuns quanto à segurança no Atlântico Sul; Angola e Brasil, como dois países produtores e exportadores de energia (máxime petróleo), têm particular interesse em combater as ameaças à segurança no Atlântico Sul. Como método de pesquisa recorreremos a fontes documentais e bibliográficas.

⁴ ONU: Carta das Nações Unidas, consultada a 2.09.2014, em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>.

⁵ Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

Cooperação Brasil-Angola

O Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência de Angola, em 1975 (11 de novembro). Mais de vinte e cinco anos de guerra civil (1975-2002) dilaceraram o tecido económico e social angolano e limitaram este Estado em matéria de política externa. Brasília e Luanda revelaram, no entanto, apetência pela cooperação, tanto no plano bilateral como multilateral, tirando partido de algumas afinidades.

Ambos foram colónias portuguesas, embora o Brasil tenha deixado de o ser em 1822. Têm em comum a língua portuguesa, geopoliticamente exponenciada na CPLP, e a sua condição de países do Sul ligados pelo oceano Atlântico. Da herança lusitana têm ainda a religião católica, que é maioritária em ambos os países.

Os atuais sistemas políticos brasileiro e angolano também têm afinidades, embora a natureza dos regimes seja diferente. A democracia funciona no Brasil desde 1985, enquanto Angola, formalmente democrática, tem entorses de que se queixa a oposição a José Eduardo dos Santos (Presidente da República desde 1979) e ao partido que lidera, o MPLP (Movimento Popular de Libertação de Angola), que tem uma posição hegemónica no parlamento. Segundo José Reis Santos, “(...) o poder (político) em Angola é não democrático, fracamente institucionalizado e demasiado personalizado, prevalecendo por vezes as redes informais em detrimento das instituições edificadas” (Santos, 2009:49).

Os sistemas de governo brasileiro e angolano são personalizados na figura dos respetivos Presidentes que são, simultaneamente, chefes de Estado e de Governo, como é próprio do sistema presidencialista.

Dada a sua longevidade no cargo, o presidente angolano lidou com oito presidentes brasileiros, desde João Figueiredo (1979-1985), o último do regime militar, até à atual presidente, Dilma Rousseff. A política externa brasileira conheceu um maior protagonismo, particularmente em relação a África, a partir do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), cuja parte final coincidiu com o fim da guerra civil em Angola. A aproximação acentuou-se com Lula da Silva (2003-2011) e tem-se mantido com a atual titular do Palácio do Planalto.

Lula da Silva e José Eduardo dos Santos assinaram, em 2010, em Brasília, uma declaração conjunta sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os dois Estados. O entendimento renovou o acordo geral de cooperação económica, técnico-científica e cultural que remontava a 1980.

Brasil e Angola integram espaços geopolíticos comuns – designadamente a ZPCAS e a CPLP – com capacidade de intervenção ao nível da segurança no Atlântico Sul.

A CPLP, atualmente constituída por nove Estados membros e seis observadores associados, está dotada de um Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), sediado em Lisboa, e de um Centro de Análise Estratégica (CAE), a funcionar em Maputo, e as forças armadas dos Estados membros realizam exercícios militares conjuntos e combinados, da série Felino, desde o ano 2000.⁶

A ZPCAS não tem revelado grande dinâmica, dada a heterogeneidade dos seus membros. O seu potencial pode, no entanto, vir a ser aproveitado, dada a crescente importância geopolítica do Atlântico Sul e os desafios que se colocam à sua segurança.

⁶ Potencial estratégico da CPLP (Palmeira, 2012 e 2014).

Geopolítica do Brasil

A diplomacia brasileira caracteriza-se por uma grande estabilidade dada a proeminência do Ministério das Relações Exteriores (MRE) na sua definição e execução. Citando Carmen Fonseca, “o Itamaraty é tido como a instituição de onde, desde os tempos do Barão do Rio Branco, e com brechas efémeras, emanam as estratégias da política externa do Brasil” (Fonseca, 2011:100). Este facto dá ao MRE um protagonismo que não encontra paralelo na diplomacia angolana, mais centralizada na figura do presidente.

A geopolítica brasileira tem um enfoque regional e global. No primeiro caso, procura assumir uma posição de liderança na América do Sul, tendo como principais instrumentos o Mercado Comum do Sul (Mercosul), lançado em 1991, e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), cuja criação remonta a 2008. Apesar da sua participação na Organização de Estados Americanos (OEA), fundada em 1948, com carácter pan-americano, o Brasil tem orientado a sua política externa de forma autónoma de outras grandes potências, privilegiando as relações Sul-Sul e fóruns como o G-20 (principais economias do mundo), BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), designadamente no âmbito da sua estratégia para aceder a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no cenário de uma reformulação deste órgão.

O Brasil rejeitou a proposta norte-americana para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e aproximou-se da União Europeia (UE) com a celebração de uma parceria estratégica em 2007.

A ZPCAS é um instrumento para a projecção externa de poder do Brasil que vê nela “um fórum privilegiado para a cooperação Sul-Sul” e “para a construção de uma multipolaridade que não seja a da rutura e do conflito, mas sim a multipolaridade do diálogo, da justiça social, da segurança alimentar e nutricional e da paz sustentável” (Patriota, 2013).

Apesar da sua criação “não ter sido bem vista pelos EUA (Estados Unidos da América)” (Almeida; Bernardino: 2013), a ZPCAS é um recurso da política externa brasileira que contrapõe o *soft power* ao *hard power* norte-americano, simbolizado pela presença da 4ª frota dos EUA no Atlântico Sul.

No contexto da sua aproximação a África ganha importância a CPLP, em particular os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), assim se compreendendo também o apoio dado à integração da Guiné Equatorial, um país influente no Golfo da Guiné e também com elevadas capacidades energéticas.

O Brasil conta nesse processo com algumas potenciais vantagens face a outros concorrentes, como a China e a Índia. Além da proximidade geográfica à África Ocidental, há uma afinidade cultural, dado que uma percentagem significativa da sua população é afro-brasileira, e não vai à procura de fontes de energia como outros investidores, caso de Pequim, que muitas vezes impõem a sua própria mão-de-obra. Os investimentos brasileiros em África “são altamente concentrados em mineração, petróleo e gás e infraestrutura” (Stuenkel, 2012).

Também a nível energético o Brasil procura autonomia estratégica, tendo rejeitado um convite de Angola para integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Geopolítica de Angola

A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC),⁷ a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e a Comissão Internacional para a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) são, no plano multilateral, os principais pilares da diplomacia angolana.

Angola assume cada vez maior protagonismo enquanto potência regional nas Áfricas Central e Austral, regiões que do ponto de vista geopolítico podem caminhar para uma integração, tendo como ponte este país africano de língua oficial portuguesa que é membro da CEEAC e da SADC.

A influência de Angola é porventura maior na primeira daquelas organizações do que na segunda, dado que representa 15 por cento da população dos Estados que compõem a CEEAC e 7 por cento na SADC; e em termos económicos tem cerca de 51 por cento do produto interno bruto (PIB) do conjunto dos 10 membros da CEEAC e cerca de 17 por cento do PIB no conjunto dos catorze membros da SADC.⁸

Pelo seu potencial militar e pelos seus interesses estratégicos na segurança regional, Angola esteve na linha da frente para a criação no âmbito da CEEAC de um Conselho de Paz e Segurança na África Central (CPSAC) que contempla uma Força Multinacional de Manutenção de Paz na África Central (Fomac) e um Sistema de Alerta Prévio da África Central (MARAC). Luanda foi convidada a liderar, em 2012, a força militar criada no âmbito da CEEAC, a qual opera em consonância com as Nações Unidas e a União Africana. No âmbito da prevenção de conflitos, a União Europeia coopera com a CEEAC num projeto intitulado “Organização Humana, Paz, Estabilidade e Segurança”.

Idêntico protagonismo tem sido assumido por Angola no seio da Comissão do Golfo da Guiné que desde 2007 tem sede em Luanda, bem como na Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos, que integra doze Estados e é presidida pelo presidente angolano no biênio 2014-2015.

Angola teve um papel decisivo na integração da Guiné-Equatorial na CPLP, organização que desde 2014 passa a incluir três dos oito Estados membros da CGG (Angola, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe) que têm em comum – a par da Nigéria – um elevado potencial energético (nomeadamente petrolífero). Luanda integra o cartel da OPEP desde 2007, conjuntamente com mais onze Estados.

Segurança marítima

A segurança é um dos principais problemas do Golfo da Guiné, designadamente pela ocorrência de atos de pirataria tendo como alvo sobretudo petroleiros e tráfico humano e de estupefacientes (este em trânsito entre a América Latina e a Europa).

A extensão das zonas económicas exclusivas e a escassez de meios navais e aéreos para a sua vigilância é uma dificuldade com se debatem Angola e os restantes países da região do Golfo. Conforme Luís Bernardino, “a Marinha de Guerra é o ramo com menores capacidades operacionais (pessoal e meios navais) no âmbito das FAA [Forças Armadas Angolanas],

⁷ SADC (Southern African Development Community), sigla da denominação em língua inglesa, pela qual é mais conhecida a organização.

⁸ Fonte: AIP (2014: 28).

carecendo de um crescimento sustentado em face da significativa ZEE que é suposto proteger (...)” (Bernardino, 2013: 615).

Angola criou, entretanto, um Centro Nacional de Vigilância Marítima que será dotado de um Centro Operacional de Coordenação, mas, como reconhece o brigadeiro Manuel Correia de Barros, do Centro de Estudos Estratégicos da Angola, “há que reforçar os bons exemplos de cooperação, como é o caso da Organização Marítima da África Ocidental e Central – OMAOC, assinada entre 25 países da região, desde a Mauritânia a Angola, dos quais 20 são costeiros e 5 não têm fronteiras marítimas” e concretizar o novo “Centro de Troca de Informações sobre o Comércio Marítimo – MTISC, em vias de ser estabelecido no Gana, que além da colheita e difusão de informação, abarca também a formação em segurança marítima, no seu centro de formação regional” (Barros, 2014).

A OMAOC conta com o apoio técnico da Organização Marítima Internacional (OMI) e trabalha em articulação com a Associação de Gestão de Portos da África Ocidental e Central (PMAWCA). Estão ainda envolvidos a Oficina das Nações Unidas para a África Ocidental (UNOWA), o Comando dos Estados Unidos para África (US Africom) e a União Europeia.⁹

Para superar o seu défice ao nível do poder naval, Angola está a desenvolver um Plano de Desenvolvimento do Poder Naval (Pronaval) que contará com o apoio técnico do Brasil, nos termos de um memorando de entendimento celebrado pelos ministros da Defesa dos dois países, em 2014, em Brasília.¹⁰

“Temos bastantes riquezas a defender e a nossa principal fonte de financiamento está localizada no mar”, afirmou, na ocasião, o ministro angolano da Defesa, João Lourenço.¹¹

No âmbito do mesmo acordo, Angola negocia com o Brasil a aquisição de sete navios patrulha, quatro dos quais deverão ser construídos no Brasil e três em Angola (Cuanza Sul). Segundo o comandante da Marinha de Guerra angolana, almirante Augusto Cunha, os navios destinam-se a “missões de vigilância e policiamento, controlo de navegação e de poluição, busca e salvamento, combate ao tráfico de drogas, contrabando e pesca ilegal e apoio às operações militares”.¹²

O acordo insere-se na parceria estratégica que o Brasil e Angola estabeleceram em 2010, durante um encontro entre os presidentes Lula da Silva e José Eduardo dos Santos e na sequência do acordo de cooperação económica, técnica, científica e cultural que remonta a 1980.

Considerações finais

Angola e Brasil têm em prática uma “parceria estratégica” que maximiza o potencial geoestratégico dos dois Estados.

A segurança no Atlântico Sul é um objetivo comum a Luanda e Brasília tanto no plano bilateral como multilateral. O primeiro consubstancia-se num acordo de cooperação no domínio da Defesa, designadamente para reforço da capacidade naval angolana; enquanto a ZPCAS é um projeto de natureza intercontinental, envolvendo Estados africanos e sul-americanos ribeirinhos do oceano.

⁹ Fonte: OMI (2014).

¹⁰ Fonte: Angonotícias (2014).

¹¹ Fonte: Angop (2014).

¹² *Idem*.

O governo angolano e o brasileiro têm revelado consonância no reconhecimento dos méritos de uma cooperação Sul-Sul, tanto no plano político como económico. Angola, ultrapassados os constrangimentos provocados pela guerra civil, procura assumir-se como uma potência regional, no âmbito das Áfricas central e austral. O Brasil, além de potência regional, aspira a uma projeção de poder no plano global, sendo o continente africano um dos primeiros alvos da sua política externa.

A diplomacia brasileira tem procurado nos PALOP, e particularmente em Angola, uma das portas de entrada no continente africano, como forma de alargar os seus mercados e de estabelecer parcerias no plano político.

Luanda encontrou em Brasília um dos apoios à melhoria e modernização das suas forças armadas, em especial da Marinha que é o ramo mais carenciado e necessário, juntamente com a Força Aérea, à segurança do espaço marítimo.

Como grandes produtores de energia no Atlântico Sul, Angola e Brasil têm particular interesse na segurança no espaço marítimo por onde circula a maior parte do crude com destino aos grandes consumidores do Norte (Europa e Estados Unidos). As principais preocupações centram-se no Golfo da Guiné, onde se concentram outros produtores significativos, como a Nigéria, a Guiné Equatorial e em termos potenciais São Tomé e Príncipe.

O apoio angolano e brasileiro à recente integração da Guiné Equatorial na CPLP não deixa de ser um sinal do protagonismo que estes países poderão ter na organização que tenderá a acentuar a componente da cooperação económica.

A CPLP poderá tornar-se instrumental para os dois países, designadamente ao nível do desenvolvimento das capacidades de Defesa da organização - em articulação com as Nações Unidas, a União Africana e a União Europeia – tendo em vista a segurança regional e a sua influência no sistema internacional de poderes.

A ZPCAS é um instrumento estratégico subdesenvolvido, mas o seu potencial estratégico poderá emergir face aos problemas de segurança supracitados e no âmbito da “geometria variável” que caracteriza a política externa dos Estados.

Bilateralmente ou no âmbito multilateral, Luanda e Brasília poderão constituir um eixo que ajude a combater as vulnerabilidades que se detetam tanto ao nível dos mercados regionais que integram como da segurança no Atlântico Sul.

Referências

AIP (2014), “São Tomé e Príncipe: Integração regional na CEEAC e relacionamento com países da CPLP”, *Lusofonia Económica*, Maio.

Almeida, Eugénio; Bernardino, Luís (2013), “A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica”, *Revista Militar*, 2532, 43-61.

Angonotícias (2014), “Angola compra navios patrulha no Brasil”, 8 de setembro, consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/44026/>.

Angop (2014), “Brasil/Angola: Rubricado memorando no domínio da Defesa”, 7 de setembro, consultado a 19 de maio de 2016, disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/8/36/.

Barros, Manuel (2014), “A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana”, consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://idi.mne.pt/conferencias/conferencia-seguranca-do-golfo-da-guine/>.

Bernardino, Luís (2013), *A Posição de Angola na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*. Coimbra: Almedina.

Fonseca, Carmen (2011), “Brasil”, in Freire, Maria Raquel (coord.), *Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: IUC.

OMI (2014), “Fortalecimento de la Protección Marítima en Africa Occidental y Central”, www.imo.org.

ONU (2014), Resolução da Assembleia Geral 41/11, de 27 de outubro de 1986, consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>.

ONU (2014), *Carta das Nações Unidas*, Consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>.

Palmeira, José (2014), “Potencial geopolítico da CPLP na segurança internacional”, *Interfaces da Lusofonia*, 191-198.

Palmeira, José (2012), “Cooperação entre Estados Lusófonos: A Segurança no Atlântico”, *Eixo Atlântico*, 19, 39-50.

Patriota, António (2013), “VII Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas) – Texto-base do discurso do Ministro das Relações Exteriores António de Aguiar Patriota – Montevidéu, 15 de janeiro de 2013”, Consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos>.

Santos, José Reis (2009), “Entre o Futuro e a Assembleia: considerações sobre o sistema político angolano”, in Lobo, Marina Costa; Neto, Octavio Amorim, *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: ICS.

Stuenkel, Olivier (2012), “O Brasil na África: uma ponte sobre o Atlântico?”, consultado a 19 de maio de 2016, disponível em <http://www.postwesternworld.com/2012/04/02/>.

Surgimiento y desarrollo de los primeros estados musulmanes en Etiopía antes del yihad de Aḥmad Gragn¹

Mario Lozano Alonso,² Universidad de León
mlozanoalonso@gmail.com

Resumen: La historia del islam en Etiopía no ha sido tan bien estudiada como la de sus rivales del imperio cristiano. En el presente trabajo pretendemos realizar un análisis de su evolución histórica, las relaciones con el imperio cristiano etíope y las principales características de las formaciones políticas musulmanas que surgieron en la región desde el siglo VII hasta 1529, cuando comienza el gran yihad de Aḥmad Gragn.

Palabras clave: Etiopía, Eritrea, islam, cristianismo, sultanatos

Resumo: A história do Islão na Etiópia não tem sido tão bem estudada como a dos seus rivais do Império Cristão. Neste trabalho temos a pretensão de fazer uma análise da sua evolução histórica, as relações com o Império Cristão Etíope e as principais características das formações políticas muçulmanas que surgiram na região desde o século VII até 1529, quando começa a grã *Jihad* de Ahmad Gragn.

Palabras-chave: Etiopia, Eritreia, Islão, cristianismo, sultanatos

Aún hoy en día, el estudio del islam en Etiopía es algo marginal y periférico, siempre supeditado a la figura central que ocupa la Etiopía cristiana, considerada una sorprendente isla en medio de un mar musulmán (Fauvelle-Aymar *et al.* 2011: 12). En realidad, la concepción de un islam periférico con respecto a lo etíope empieza a fraguarse en el siglo XIX, cuando el emperador cristiano Menelik II consigue conquistar los estados musulmanes *periféricos* del este y el sur, integrándolos definitivamente en el nuevo imperio etíope.

Los estudios islámicos en Etiopía siempre han adolecido de una importante carencia de fuentes, especialmente locales. Esto se debe a varios factores: en primer lugar, la rareza y el carácter disperso de las fuentes relativas al islam y las sociedades musulmanas en la región; en segundo lugar, la oscuridad de las fuentes producidas entre los siglos XIII y XVI,

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Islão e Islamismo em África”.

² Mario Lozano Alonso (León, 1982) es secretario del Instituto Bíblico y Oriental (IBO). Licenciado en Historia en 2009, en 2010 obtuvo el Máster de Cultura y Pensamiento Europeo y su proyección, y en 2012 el Máster en formación del profesorado, todos ellos en la Universidad de León (ULE). Doctorando en Historia por la ULE, es profesor de etiópico clásico (Ge'ez) y cultura etíope en el IBO de su ciudad natal y en el Centro de Estudios del Próximo Oriente y la Antigüedad Tardía (CEPOAT) de la Universidad de Murcia.

principalmente debida a la inestabilidad político-militar; y en tercer lugar, la escasez de estudios arqueológicos en la zona (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2011: 13-14).

Otra problemática, igualmente importante, es el desconocimiento de cuáles eran las estructuras de poder de los estados musulmanes radicados en el área. Tradicionalmente conocidos como *reinos* o *sultanatos*, en la mayoría de los casos tan sólo podemos constatar la existencia de comunidades políticas musulmanas más o menos complejas que, bien situadas en las estribaciones del macizo central o bien ocupando la llanura costera, mantenían una relación simbiótica con el reino cristiano de Etiopía, pues éste controlaba los recursos –oro, marfil y esclavos- y aquéllos las redes comerciales que daban salida a dichos productos, aunque esta simbiosis se alternase con períodos de enfrentamiento militar (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2011: 15).

A grandes rasgos, podemos afirmar que el islam penetra en Etiopía gracias a la debilidad de los últimos tiempos del reino de Aksum, a quien pronto logra arrebatarse la franja costera. Nace así un dualismo islam-cristianismo, ya establecido por Braukämper (2002: 12), representado por un estado cristiano heredero de Aksum – regido primero por la dinastía Zagwe y luego por los salomónidas – y el conjunto de entidades políticas musulmanas que veremos aparecer en sus márgenes septentrionales y, especialmente, sudorientales. Sin embargo, las políticas expansionistas de ambos bloques chocarán, ya que para el imperio cristiano era vital conseguir una salida al mar, mientras que los musulmanes pretendían conquistar e islamizar la vasta región geográfica del macizo Etíope. Esta rivalidad se mantendrá durante siglos, si bien en ocasiones uno de los dos bandos se impondrá sobre el otro; así, el cénit del imperio cristiano lo encontramos en el reinado de ‘Amdä Šəyon I (1314-1344), quien establecerá una época de indiscutible hegemonía cristiana que durará casi dos siglos, mientras que los musulmanes tendrán que esperar a que una personalidad tan carismática como la del imán Aḥmad Gragn o Graññ (1529-1543) los aglutine en un yihad victorioso contra el estado cristiano, al que sólo la ayuda portuguesa (1541-1543) salvará de la desaparición.

Para las diferentes etapas de este trabajo, emplearemos la periodización sugerida por Fauvelle-Aymar, Hirsch y Shiwangizaw (2011), quienes utilizan el término medieval para referirse a todo el período comprendido entre los siglos VII y XVI. Asimismo, se subdivide en dos etapas: primer medievo, del siglo VII a 1285, caracterizado por la implantación del islam en zonas costeras por parte de comerciantes árabes y el nacimiento de las primeras formaciones políticas autóctonas; y segundo medievo, del 1285 al 1529, en el que se observa el desplazamiento de los centros político-económicos del islam local de la región del escarpe del Macizo Central hacia el macizo oriental, el puerto de Zeila y otras ciudades de lo que hoy es Somalilandia. El final de la época medieval lo constituye el propio yihad de Aḥmad Gragn, puesto que supuso una alteración significativa de todos los equilibrios de poder existentes hasta la época (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2011: 23).

El trasfondo étnico

Una cuestión importante es saber cuáles eran las etnias que fueron islamizadas en el período que estamos estudiando. Debido a los múltiples cambios étnicos que ha experimentado la región, como por ejemplo la semitización de los pueblos agaw (cushitas) ya durante la última etapa del reino de Aksum, o la expansión de los pueblos oromo a partir del siglo XVI, es complicado realizar una reconstrucción del mapa de pueblos entre los siglos VII y XVI. Braukämper (2002: 19) propone, para el área del sureste, un estrato étnico doble: por un lado, el del grupo semítico Ḥarāla-Ḥarāri de la ciudad de Ḥarār y su área circundante, y el grupo Haddiyya-Sidama para el resto de la región. Para las áreas del norte y el este, el panorama hubo de ser similar al de hoy en día, ocupando los afar la planicie homónima, mientras que la

costa eritrea era habitada por los saho y, más al norte, los beja. Estos grupos fueron islamizados entre los siglos VII y IX (Mohammad, 2013: 164).

1. Primera Edad Media (S. VII – 1285)

Primeros contactos entre el islam y Etiopía

Las raíces del Islam en Etiopía se retrotraen a los tiempos del propio profeta Mahoma, cuando la región era controlada por el reino de Aksum, una potencia regional que pugnaba con los diferentes reinos sudarábigos por el control del comercio que, a través del Mar Rojo, transitaba entre las cuencas del Mediterráneo y del Océano Índico (Bowersock, 2013: 63). Estos primeros contactos entre musulmanes y aksumitas han sido definidos por los historiadores como periféricos (Trimingham, 1952: 44; Braukämper, 2002: 12)

Según la tradición recogida primero en los hadices (versión castellanizada del árabe *ḥadīth*, obras que recogen dichos y hechos de la vida de Mahoma) y después en las obras de diferentes autores árabes, el primer contacto entre aksumitas y musulmanes se produce en el año 615, cuando un grupo de once musulimes llega a tierras etíopes buscando refugio de la persecución a la que les sometían los quraisíes mequíes (Cuoq, 1981: 28). Su líder era Ya'far ibn Abī Ṭālib, primo de Mahoma y hermano del futuro califa 'Alī ibn Abī Ṭālib (Cerulli, 1992: 575). Según esta tradición, el *nəguś* (rey) de Aksum, llamado por los árabes *najāšī*, era Aṣḥama ibn Abjar, quien se negó a entregar a los primeros refugiados musulmanes a sus enemigos quraisíes tras escuchar los motivos de su huida del país y las bondades de la nueva fe islámica, a la que éstos relacionan con el cristianismo (Munro-Hay, 1991: 261, Trimingham, 1952: 45). El hadiz indica que el rey de los *ḥabaša* – nombre que se les daba a los etíopes – era un hombre de justicia y equidad (Munro-Hay, 1991: 261). Según Phillipson (2012: 211), Aṣḥama ibn Ajmar es identificable con el rey aksumita Armah, el último que acuña moneda.

Otra tradición sobre el *najāšī* es la referida a su supuesta conversión al islam y posterior muerte, ocurrida en el 630, tras lo cual es enterrado en el lugar donde hoy aún se alza la pretendida mezquita más antigua de Etiopía, ubicada en Negash, a diez kilómetros de Wuqro (Tigray) (Munro-Hay, 1991: 261, Phillipson, 2012: 211).

Algunos meses más tarde, al primer grupo de refugiados musulmanes se les unirá otro más grande, de 101 personas -83 hombres y 18 mujeres-, la mayoría de los cuales permanecerán en el país durante trece años (Cuoq, 1981: 28). Entre las mujeres se encontraban una hija de Mahoma, Ruqayya y dos de sus futuras mujeres, Umm Ḥabiba y Umm Salama, quien describiría a Mahoma, ya en su lecho de muerte, el maravilloso interior de la iglesia de Santa María de Sión en Aksum (Munro-Hay, 1991: 56). Durante este tiempo se producen las dos primeras apostasías registradas de la historia del islam, las de Sukran y 'Ubaid Allah bin Jahš, quienes se convierten al cristianismo (Cuoq, 1981: 31-32). Se cree que los refugiados volvieron a Arabia en el 628 (Muir, 1923: 69).

La presunta amistad entre islam y Aksum consagrada por Mahoma no duró demasiado tiempo, comenzando incluso antes de su muerte, en el 632. El mismo autor sugiere que al principio los aksumitas tuvieron una clara ventaja sobre los musulmanes debido a su mayor experiencia en navegación, si bien con el advenimiento de los omeyas se desarrolla una flota musulmana que facilitará la ocupación de las islas Dahlak a comienzos del siglo VIII (Tamrat, 1972: 32).

En algunas de las fuentes originarias (Ishaq, 1955: 153-154) se refleja uno de estos primeros enfrentamientos, el cual se produce en el puerto de Jidda, cuyos habitantes se enfrentaron a los musulmanes con apoyo etíope.

La destrucción del principal puerto aksumita, Adulis, se achaca a la obra de una flota musulmana en el 640. Sin embargo, Munro-Hay (1982: 260) alude a las fuentes musulmanas para desmentirlo, ya que la expedición fue un fracaso; plantea, pues, la posibilidad de un ataque pirata como responsable de la destrucción de la ciudad.

Por último, cabe citar a la figura de Bilāl, de origen abisinio y esclavo liberto de Abū Bakr, futuro califa, quien fue la segunda persona en convertirse al islam y el primer muecín de la historia. Todas estas tradiciones vendrían a explicar la supuesta preferencia que tuvo Mahoma por los abisinios (Cerulli, 1992: 575-576).

El islam de costa

Sabemos con certeza que el islam consigue afianzarse con prontitud en la zona costera, principalmente alrededor de tres focos como son las islas Dahlak y los puertos de Zeila y Mogadiscio,³ sin que haya grandes cambios entre los siglos VII y XII. Tamrat (1972: 50) indica que durante los tres primeros siglos de islam en Etiopía las comunidades musulmanas eran tributarias del poder *indígena*, esto es, el reino cristiano heredero de Aksum. El mismo autor resalta que fueron las transacciones comerciales quienes atrajeron a la región a estas primeras comunidades, que no tardaron en hacerse con el control del comercio a larga distancia entre Etiopía y el exterior. Esto se tradujo en un aumento de su influencia en el reino cristiano, lo que conllevó la aparición de los primeros asentamientos musulmanes.

Trimingham (1952: 60) también habla de la importancia de las primitivas bases costeras para la expansión del islam, a partir de las cuales se procedió a la islamización lenta y progresiva de las tribus nómadas que habitaban el terreno entre la línea de costa y el Macizo Etíope, como los beja, los saho, los afar y los somalíes.

Primer foco: el archipiélago de las Dahlak

Hoy en Eritrea, estas islas se hallan escasamente pobladas. Sin embargo, durante siglos sus puertos supusieron excelentes fondeaderos para los barcos mercantes que ligaban las costas árabes con las africanas, especialmente para el comercio esclavista y de otros bienes africanos demandados en Arabia. Cuoq (1981: 40) las compara con otras islas de la costa oriental africana – Pate, Mombasa, Kilwa, Pemba y Zanzíbar- que funcionaban como escalas del comercio árabe en la costa oriental africana.

Gracias a una serie de inscripciones funerarias halladas en la isla de Dahlak Kabir, sabemos que el archipiélago de las Dahlak formó un sultanato que, por lo menos, existió durante 157 años. El primer sultán registrado, Mubarak, se remonta al año 1063, si bien es plausible que anteriormente existieran otros gobernantes cuyo nombre no se ha conservado. En cualquier caso, y salvo algún momento en que estuvieron sujetas a la autoridad abisinia, las islas tuvieron que luchar por mantenerse independientes de las apetencias expansionistas de los yemeníes (Trimingham, 1952: 61).

El último gobernante dahlakí conocido fue Abu al-Saddad III (1250). Después de esa fecha poco más se sabrá de dicho estado hasta la época de los ataques marítimos portugueses, que provocaron la huida masiva de sus habitantes (Cuoq, 1981: 49).

³ Dado que Mogadiscio se integra en el área cultural somalí, en el presente trabajo no hablaremos de la importancia de dicha ciudad.

Segundo foco: el puerto de Zeila

El autor al-Ya'qūbī nos da la primera referencia al puerto de Zeila, en el siglo IX, que por entonces era un pequeño puerto independiente cuyos habitantes no profesaban aún el islam (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2011: 51). En el siglo XII ya es un enclave plenamente islamizado, principalmente por los fuertes lazos comerciales desarrollados con el mundo islámico ribereño del Océano Índico (Cuoq, 1981: 57). Durante los siglos venideros será el puerto más importante de la región, incluso después de su destrucción por los portugueses en 1517, si bien la fundación de Djibouti por los franceses y el apoyo inglés a Berbera provocarán que entre en un declive del que no se ha recuperado (Trimingham, 1952: 77).

Si bien se lo considera englobada dentro de Adal, en la práctica era casi independiente, ya que cada una de las siete tribus que componían la ciudad debía fidelidad a sus respectivos líderes a través del *hutbāh* (Pankhurst, 1997: 55). Por otro lado, es reconocida la influencia de la ciudad como foco islamizador entre los cercanos pueblos nómadas afar y somalíes (Trimingham, 1952: 62).

Gracias a los viajeros y soldados europeos que la visitaron a comienzos del siglo XVI – Ludovico di Varthema, Andrea Corsali y Duarte Barbosa- sabemos que, en efecto, la ciudad era un verdadero emporio comercial que contaba con abundante ganado y productos derivados de éste, fruta, mijo, cebada y trigo, aunque los principales bienes exportados eran oro, esclavos y marfil, procedentes del macizo Etíope. Su puerto, muy transitado, era la principal vía de salida de los productos del país del *Preste Juan* a Persia, Arabia, Egipto e India. (Pankhurst, 1997: 127).

Ejes de expansión

A partir de los enclaves costeros de las Dahlak y Zeila observamos la aparición de dos ejes de penetración del islam hacia el interior: el primero, el más antiguo (entre los siglos IX y X), va en dirección norte-sur, partiendo de las islas Dahlak para, a través del Tigray, llegar hasta los límites orientales del Macizo Etíope; por su parte, el segundo, más moderno (siglo XIII), parte en dirección este-oeste del Golfo de Adén –donde se emplaza Zeila- hacia las Tierras Altas del Macizo Oriental y el Valle del Rift (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2011: 19).

Ambos ejes también coinciden con los tres polos arqueológicos del islam en Etiopía indicados por Fauvelle Aymar, Hirsch y Shiwangizaw (2011: 16-18). El primero de ellos es la región occidental de la actual Somalilandia, donde, además del importante pero poco estudiado puerto de Zeila, hay numerosos yacimientos, igualmente escasamente conocidos; el segundo es el macizo de Čärčär, destacando la ciudad amurallada de Harar y numerosos restos de ciudades medievales abandonadas (Curlé 1937); y, por último, la región oriental de la antigua provincia de Shoa, en los escarpes del Macizo Central Etíope, con los yacimientos de Goze y Fäqi Däbbis (Fauvelle-Aymar *et al.* 2011: 18).

Cabe notar el hecho, recogido por Trimingham (1952: 63), de la progresiva infiltración y asentamiento de comunidades musulmanas en el macizo Etíope, concretamente en Tigray, en ocasiones fomentado por la propia iglesia etíope. Esto se debía a que los *abuna* –la máxima autoridad de la iglesia- eran nombrados por el Patriarca de Alejandría, quien se plegaba a los intereses de los gobernantes musulmanes de Egipto; por ello, algunos de estos *abunas* fomentaron o permitieron la difusión de los intereses musulmanes tales como la construcción de mezquitas. Asimismo, sabemos que a comienzos del siglo XIII los musulmanes radicados en territorio cristiano debían pagar un tributo de tres *afiqaḥis* – lingotes de hierro – a la autoridad cristiana. Como ya hemos comentado previamente, a todo esto habría que sumarle el hecho de que la presencia musulmana fuese eminentemente comercial.

El sultanato de Dāmūt

Ateniéndonos a lo indicado por Cerulli (1992: 579), la formación política musulmana más antigua del sur de Etiopía fue el sultanato de Dāmūt, que el mismo autor ubica en el sureste, en la zona más cercana al Nilo Azul. El historiador y filósofo Ibn Jaldún narra la conquista de Dāmūt por parte de un nēguś cristiano, lo que fuerza a una familia noble local, los Wālashma', a huir hacia el este para fundar un nuevo sultanato, el de Ifat (Jaldún, 1925:108).

El sultanato de Šāwa (Shoa)

El sultanato de Šāwa o Shoa se ubicaba en los escarpes orientales del Macizo Etíope. Su localización resultaba estratégicamente interesante al controlar, presumiblemente, algunos de los pasos que conectaban la depresión de Danakil y la costa del Mar Rojo con las tierras altas del Macizo, tradicionalmente bajo el mando de los emperadores cristianos. La existencia de esta entidad estatal la conocemos gracias a Cerulli (1941).

Conocemos la fecha exacta de la fundación de este sultanato, ya que se produjo en el año 283 de la hégira (896/7 d.C.) de la mano de la dinastía mequí de los Maḥzumi. Dicha familia, entre cuyos logros se cuenta la conquista e islamización del territorio de Jubbah (Argobba), dio un total de diez gobernantes conocidos hasta 1285 (Trimingham, 1952: 62). En esa fecha se produce su conquista por parte del sultanato vecino de Ifat, regido por la familia de los Wālashma' (Braukämper, 2002: 19). No obstante, sabemos que anteriormente a tal fecha este sultanato había entrado en decadencia debido a las luchas internas y a las que mantenía con los estados musulmanes vecinos (Trimingham, 1952: 58).

A pesar de la pérdida de independencia que supone la anexión, el territorio seguirá siendo mencionado en las crónicas posteriores, indicándose que permanece mayoritariamente musulmán al menos hasta la segunda mitad del siglo XIV. Que la actual región etíope de Shewa haya heredado su nombre de este sultanato es aún objeto de disputas entre los estudiosos (Braukämper, 2002: 20).

2. Segunda Edad Media (1529)

La conquista de Šāwa por parte de su vecino ifatí supone un cambio importante en la historia de las comunidades musulmanas etíopes, en tanto en cuanto consagra el comienzo del traslado de los centros político-económicos desde el área de los escarpes del macizo Etíope hacia el este, donde se encuentra la región de Zeila, el principal puerto musulmán de la época, y la zona oeste de la actual Somalilandia (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2011: 24). Durante esta segunda etapa, se observa el auge de dos estados musulmanes que se sucederán en el tiempo, Ifat y Adal. Sin embargo, a partir del reinado del emperador etíope 'Amdä Šəyon I (1314-1344) la mayor parte de las entidades musulmanas serán sometidas a vasallaje, lo que generará numerosos conflictos que aquí sólo trataremos brevemente.

Ifat

Como hemos comentado antes, Umar Wālashma', miembro de la dinastía ifatí homónima, es quien conquista el sultanato de Šāwa, comenzando una nueva etapa en el que Ifat será el estado hegemónico en el área musulmana.

La extensión del reino varió mucho desde la época previa a la conquista de Šāwa hasta su caída, en 1415. Inicialmente ocupaba una alargada y estrecha franja en dirección suroeste-noreste en la planicie de Afar. Al oeste limitaba con Šāwa y el río Enkuoy, posible frontera con el estado vecino de Fāṭāgar. La evolución expansiva de su territorio a costa de los estados

vecinos de Adal, Mora, Hubat y Gidayä significó el control ifatí de un vasto territorio entre Šäwa y la costa norteña somalí (Braukämper, 2002: 27).

Las crónicas musulmanas nos facilitan datos sobre la sociedad de Ifat, permitiéndonos saber que era un reino próspero y poderoso. De esta manera, nos encontramos con la existencia de dos escuelas de derecho y teología coránica, siendo la shafí la más antigua y dominante, y la hanafí la que ganaba progresivamente más influencia. Sus habitantes hablaban en *abisinio*, probablemente amhárico o alguno de sus dialectos, y en árabe. Contaban con una importante cabaña ganadera y cultivaban trigo, sorgo, mijo, teff, fruta, banana, caña de azúcar, calabacín, pepino, repollo, y la planta del čat, conocida por sus efectos estimulantes. Importaban oro de Damot y de la aún no localizada región occidental de Siham. No acuñaron moneda propia, empleando los dinares y dírham egipcios que circulaban por el país. Su fuerza militar era considerable, ya que en caso de necesidad podían contar con 5.000 soldados de caballería y 20.000 de infantería (Al-Umari, 1927: 5-14; Makrizi, 1790:11-13,17).

Recientemente, los trabajos arqueológicos realizados en la región de Ifat han sacado a la luz los restos de tres ciudades, Āsbari, Māsal y Nora. En la primera de ellas, Āsbari, han aparecido las ruinas de la mayor mezquita medieval que se ha registrado en Etiopía. Los trabajos arqueológicos en Nora han desvelado un barrio de casas cuadradas, un cementerio de centenares de sepulcros junto a una mezquita principal, y los restos de una mezquita secundaria, siendo todas estas estructuras datables entre los siglos XIII y XVI (Fauvelle-Aymar *et al.*, 2006). Los hallazgos nos permiten un conocimiento más detallado de la vida urbana de los musulmanes etíopes del medievo. Por la fecha en que todos estos yacimientos se abandonan, el siglo XVI, inferimos que la causa pudo ser el conflicto bélico entre el imperio cristiano y el sultanato de Adal.

Conviene, por su importancia, dedicar unas breves líneas de este trabajo a los importantes sucesos que ocurrían en el territorio cristiano, ya que marcarán la relación entre ambas comunidades religiosas en los siglos venideros. En 1270 Yākuno ‘Amlak derroca al último rey Zagwe, Yātbarāk, instaurando la dinastía salomónida (Tamrat, 1972: 66-68). El cambio dinástico supuso el desplazamiento del centro del poder real de Lasta, la tierra de los agaw, a Amhara, más al sur, donde habita la etnia homónima que, en adelante, será la que domine la escena política de la Etiopía cristiana. Los monarcas salomónidas impulsarán una política de conquista y colonización de territorios hacia el sur y el este que, como veremos, no tardará en colisionar con la expansión propia de los estados musulmanes, dirigida hacia el macizo Etíope.

Será con el emperador ‘Amdä Šəyon (1314-1344) con quien el imperio cristiano etíope llegue a su máxima expansión territorial. Tras conocer la brutal persecución a la que el sultán mameluco An-Našir Muḥammad bin Qala’un había sometido a los coptos egipcios, el emperador amenaza con imponer severas medidas contra los musulmanes de sus dominios y desviar las aguas del Nilo. Estas amenazas sirvieron de *casus belli* para el sultán ifatí Ḥa kkal-Dīn I, que lanzó una fuerte campaña contra territorio cristiano, quemando iglesias y obligando a muchos a apostatar (Trimingham, 1952: 71).

La reacción del emperador llegará en 1328, cuando lanza sobre los estados musulmanes un ataque desde varios frentes que los paraliza por completo. Ḥa kkal-Dīn I es hecho prisionero y en su lugar se instala como gobernante a su hermano Šabr al-Dīn, quedando Ifat y Fäṭāgar sujetos a vasallaje. Sin embargo, Šabr al-Dīn, junto con los líderes de musulmanes de Hadya, Fäṭāgar y Dāwaro, y los judíos de Wägara, Dambya y Bāgemdər, planea un ataque desde varios frentes contra el imperio cristiano que, sin embargo, es desbaratado. Esta derrota supuso que la mayor parte del territorio musulmán fuese sometido a vasallaje al emperador cristiano, imponiéndose al sultán de Ifat el pago de un tributo (*Ibid.*).

La hegemonía cristiana obtenida por ‘Amdä Şəyon será mantenida por sus sucesores Säyfa ‘Aräd, que se declara defensor del patriarca de Alejandría (Trimingham, 1952: 73); y por Däwit I (1382-1411), quien derrota y mata al sultán Ḥa kkal-Dīn II, que se había declarado independiente del poder etíope negándose a pagar tributo (Cerulli, 1992: 548, Braukämper, 2002: 26).

Pese a su creciente fuerza, el sultanato se derrumbará tras la campaña que los cristianos, en aquel momento gobernados por Yəşhaq (1414-1429), lanzarán en 1415 contra los puertos musulmanes del Océano Índico. Ésta finaliza con el asedio a la isla de Zeila, donde se refugia el sultán Şa‘d al-Dīn, quien allí muere, poniendo fin al sultanato de Ifat. Sus diez hijos huirán al Yemen, donde serán acogidos por su rey, Aḥmad bin al-Ashrāf Ismā‘īl (Braukämper, 2002: 26).

El dominio etíope sobre estos estados musulmanes durará casi dos siglos, ejerciéndose a través del nombramiento de gobernadores afines al poder imperial y mediante el establecimiento de colonos militares (čäwa), especialmente bajo el reinado de Zär’a Ya‘əqob, quienes constituyeron una minoría cristiana en medio de una mayoría musulmana (Braukämper, 2002: 47; Perruchon, 1893: 171)

Adal

Tras la caída de Ifat en 1415 será su zona oriental, Adal, la que asuma el rol de principal estado musulmán (Braukämper, 2002: 29). En realidad, a nuestro juicio se trata más bien de un mero cambio de nombre, ya que la dinastía gobernante del país sigue siendo la de los Wälashma’. Adal llegó a adquirir un poder mucho mayor que el de cualquiera de los estados musulmanes previos, hasta el punto de llegar a doblegar al has entonces hegemónico imperio cristiano.

La época inicial de Adal es denominada por Cuoq como la *Reconquista de los cuatro hermanos*, ya que los primeros cuatro gobernantes eran hijos del último monarca ifatí, Sa‘d al-Dīn: Sabr al- al-Dīn (1414-1422), Mansur (1422-1434), Jamal al-Dīn (1422-1434) y Bädlay (1432-1445) (Cuoq, 1981: 151).

Este último gobernante, cuyo nombre íntegro era Shiḥab al-Dīn Bädlay, era llamado por los amhara Arwe Bädlay, la *serpiente* Bädlay, y a él se debe principalmente el resurgimiento del islam etíope; no en vano, conquista la provincia de Bale y asienta en ella a 1000 familias de colonos musulmanes (Makrizi, 1790: 41). También sabemos que la capital del sultanato se instaló en Dakar, un enclave cerca de Harar (Braukämper 2002: 30). El emplazamiento de dicha ciudad sigue sin ser conocido, aunque la tradición harari la ubica en el emplazamiento de la actual Fiyambiro (Cerulli, 1936: 26).

Meḥmad (Muḥammad), hijo de Bädlay, busca la paz con el sucesor de Zär’a Ya‘əqob, Bā‘ədä Maryam, a quien entrega numerosos regalos implorando el fin del conflicto (Perruchon, 1893: 166).

A comienzos del siglo XVI aparece una nueva figura, Maḥfūz, gobernador del importante puerto de Zeila y dirigente *de facto* de Adal, quien dirige todos los años aceifas contra las provincias del imperio cristiano de Fäṭāgar, Šäwa y Amhara en la época de ayuno, aprovechando que en ella los cristianos eran más débiles. La actitud ofensiva de Maḥfūz fue elevada al rango guerra santa por varios emisarios que, procedentes de Arabia, regalaron al comandante adalí la tienda de terciopelo negro y el estandarte verde, símbolos tradicionales del yihad, además de aportarle guerreros bien formados y dispuestos a unirse a la causa. En 1516, Maḥfūz dirige un ataque contra Fäṭāgar, pero es derrotado y muerto por las bien preparadas tropas del emperador Ləbnä Dəngəl (1508-1540) (Braukämper, 2002: 31).

Las campañas de Maḥfūz serán las últimas de importancia antes del gran yihad que el prestigioso imán Aḥmad bin Ibrāhīm al-Ghāzī, llamado Gagn o Graññ (el zurdo, en amhárico) lance en 1529, eliminando a todas las comunidades cristianas establecidas para controlar los territorios musulmanes del sur y conquistando gran parte del territorio del imperio cristiano (Braukämper, 2002: 171).

Gracias a Francisco Álvares, clérigo portugués que acompañó a la embajada portuguesa de 1520, sabemos que el sultán de Adal gobernaba sobre el cabo de Guardafui, y que sus territorios lindaban con los reinos de Fatigar (Fäṭāgar) y Xoa (Šäwa), en aquel momento bajo dominio cristiano (Beckingham *et al.*, 1961: 453).

Estados menores

Además de Ifat y Adal, los estados más importantes del período, coexistían otros más pequeños de los que no tenemos datos suficientes que nos permitan conocer con precisión su estructura interna.

El autor árabe al-'Umari (1927) recoge el nombre de siete estados musulmanes: Awfat (Ifat), Dāwara, Arabābni, Hadya, Šarka, Bale y Dāro, quienes conformaban la llamada *Federación de Zeila*. Sin embargo, tal y como indica Cuoq (1981: 130), el número siete es una cifra muy simbólica para los pueblos orientales, por lo que cabría esperar que fuesen más los estados islámicos. Por otro lado, hay que tener en cuenta es posible que existieran formaciones políticas que no hayan sido registradas por ningún autor al considerarlas marginales, y que en ciertos casos unas entidades se solapan con las que existieron en su territorio previamente. En efecto, en la obra de Braukämper (2002), en la cual nos basaremos para hablar de dichas entidades, encontramos recogidos un total de catorce estados musulmanes, aunque uno de ellos, Wāḡ, no será tratado aquí por haber sido ocupado por los musulmanes en una época posterior a la que abordamos, ya en el siglo XVI.

Mora

Braukämper (2002: 38) indica que los afar, grupo étnico cushítico que aún hoy ocupa la planicie homónima, durante el período medieval se organizaba en pequeñas jefaturas que fueron dependientes en mayor o menor medida de Ifat y Adal. La única que conocemos con certeza es la de Mora o Morah, situada por el mismo autor en la planicie de Afar, al oriente del río Awaš (Braukämper, 2002: 38). Cerulli (1941: 13) nos indica que fue anexionado por Ifat en 1266. Tras ser sometido por el emperador ‘Amdä Šəyon, desaparece por completo de los registros históricos (Huntingford, 1965: 71).

Gədəm

Desconocemos el carácter político de este territorio, que, a falta de la aportación de nuevos datos esclarecedores, oscila entre ser considerado bien provincia, bien sultanato (Braukämper, 2002: 39). Las primeras referencias a esta región aparecen en las canciones en honor a los emperadores ‘Amdä Šəyon y Zār’a Ya’əqob (Guidi, 1889: 62 y 64). Gracias a la crónica de este último rey sabemos que el imperio administraba la provincia directamente (Perruchon, 1893: 13).

Fäṭāgar

No existen pruebas firmes de que Fäṭāgar fuese un sultanato musulmán antes de su conquista por Aḥmad Gagn en el siglo XVI. Sí que sabemos, principalmente gracias a las crónicas del

emperador ʿAmdä Şəyon, que colaboró con otros estados musulmanes en operaciones militares contra el imperio cristiano hasta la fecha de su anexión, hecho que nos lleva a pensar que probablemente fuera un estado musulmán (Huntingford, 1965: 54). A partir de esa fecha se cristianiza, siendo uno de los principales centros de operaciones del imperio etíope para atacar a los estados musulmanes del sureste (Braukämper, 2002: 40).

Gänz

Según Tamrat (1972: 277) el distrito de Gänz se encontraba en las cabeceras de los ríos Gudru, Awaš y Gibe, al noroeste de Hadya y al este de Damot, y que la ciudad de Jibat también se ubicaba allí. Sin embargo, Braukämper (2002: 49) asevera que esta localización es válida para el período posterior a las guerras de Ahmad Gragn, pero que para las épocas anteriores la cuestión no está tan clara. Aparece por primera vez mencionado en las canciones de soldados en honor a ʿAmdä Şəyon, quien derrotó a su líder Ṭaṭa (Huntingford, 1965: 129).

Hadya

Hadya o Hadiyya era el más occidental de los estados musulmanes, ocupando una gran extensión de territorio entre los ríos Gibe y Ḥawash. Mientras la élite gobernante practicaba el islam, el resto de la población, compuesta por miembros de las etnias sidama, gurage y chabo (mezcla de sidama y gurage), seguía la religión tradicional autóctona. Una de sus principales exportaciones eran los eunucos (Trimingham 1952: 66). En tiempos de ʿAmdä Şəyon un falso profeta logró convencer al *amano*, líder de Hadya, de la necesidad de atacar al imperio cristiano. El resultado fue desastroso, ya que en 1328 las tropas del emperador invaden el país y lo someten a vasallaje. Conviene indicar la fuerza militar de dicho reino, la más fuerte de todos los estados musulmanes, ya que podía poner en el campo de batalla a 40.000 soldados de caballería y 80.000 de infantería (Braukämper, 2002: 56).

Arabäbni

Escasamente conocido, Arabäbni medía cuatro días de largo y cuatro de ancho (Al-Umari, 1927: 15). Su ejército contaba con 10.000 caballeros y numerosos soldados de infantería. Culturalmente mostraba similitudes con Šarka o Sharkha (Braukämper, 2002: 70). Es conquistada por ʿAmdä Şəyon, quien nombra un gobernador para ella (Huntingford, 1965: 54).

La ubicación exacta de esta entidad política sigue siendo desconocida, si bien Braukämper (2002: 70) sugiere que pudo encontrarse en la región del occidente de Čärčär y Arba Gugu.

Däwaro

Nuevamente, un territorio del que no sabemos nada antes de su anexión por ʿAmdä Şəyon, ya que era aliado de Şabr al-Din, sultán de Ifat (Braukämper, 2002: 71). Según Trimingham (1952: 67), Däwaro se correspondería aproximadamente con la actual región de Arusi. El historiador árabe Makrizi (1790: 13) indica que tenía una longitud de cinco días de largo por dos días de ancho, siendo la mayor parte de sus habitantes seguidores de la escuela hanafi. Su fuerza militar y su producción agrícola era muy parecida a la ifatí y, al respecto de la economía, compartía con Hadya y Arabäbni el *ḥakuna*, un tipo de moneda hecha de agujas de hierro. Una vez sometida por los etíopes bajo ʿAmdä Şəyon, la provincia fue campo de batalla frecuente entre cristianos y musulmanes (Braukämper, 2002: 71-72).

Šarka o Sharkha

Entidad política menor vecina de Hadya, Šarka fue sometida por ‘Amdä Šəyon, quien previamente había acusado a su gobernante, Yusuf, de colaborar con Däwaro contra el imperio (Braukämper, 2002: 68). En la crónica de ‘Amdä Šəyon se indica la conquista del país y su posterior saqueo, del que se obtuvo un ingente número de cabezas de ganado (Perruchon, 1890: 436). Su base étnica se cree que era similar a la de Hadya, mientras que social y económicamente era muy similar a Däwaro y Arabäbni; además, la mayoría de sus habitantes seguían a la escuela de derecho ḥanafí. Su extensión era de tres días por cuatro días de ancho. Podía aportar un ejército de 3.000 caballeros y 6.000 soldados de infantería (Braukämper, 2002: 68).

Bale

Bale o Bali es citado por primera vez en tiempos de ‘Amdä Šəyon, siendo sometido por dicho rey en la década de 1330 (Braukämper, 2002: 76). La integración en el imperio cristiano fue muy dificultosa debido al predominio de la fe islámica entre sus habitantes, lo que provocó un conato de revuelta –la llamada *conspiración de Hadya*– durante el reinado de Zär‘a Ya‘əqob, tras la cual el emperador decidió instalar colonos militares para reforzar la frontera (Perruchon, 1893: 47). Su extensión era de 20 días de largo por seis de ancho, y podía aportar un ejército de 18.000 caballeros y numerosos soldados de infantería. Era, además, una tierra conocida por su fertilidad, buen clima y abundancia de agua que, sin embargo, no usaba moneda, prefiriendo el trueque de ganado y ropas como base de su economía (Braukämper, 2002: 77).

Dära

Dära, por último, era el más pequeño y débil de todos, con una longitud y anchura de cuatro días. Solamente podía aportar unos 2.000 soldados de caballería y otros 2.000 de infantería. Braukämper (2002: 88), a través del *Futuh al Habaša*, localiza Dära cerca de la curva del Wabi Šhäbälle, al este de Bale y al sur de Däwaro.

Conclusiones

Las escasas fuentes con que contamos sobre los primeros tiempos del islam en el noreste africano hacen que la idea general que tenemos sobre ello conforme un cuadro desdibujado. Esta carencia tiene que ser, necesariamente, compensada mediante excavaciones arqueológicas que nos ayuden a entender mejor el complejo mosaico de estados que se conforman en la región del sureste etíope.

Parece claro que la penetración del islam se realizó desde la costa hacia el interior, estando protagonizada por comerciantes más que por fuerzas hostiles, las cuales actuaron puntualmente en la región. Por otro lado, y pese a lo que tradicionalmente se cree, el islam no fue el único responsable de la decadencia del reino de Aksum. La destrucción del puerto de Adulis, a falta de saber con certeza quién la llevó a cabo, podemos asociarla más a la propia incapacidad defensiva del estado aksumita que a la fuerza militar expansiva del islam.

Un hecho que constatamos es la fragmentación política de los musulmanes etíopes, probablemente debida a sus diferentes filiaciones étnicas y a que, en origen, la islamización se realizó desde varios puntos costeros, por intereses comerciales principalmente, sin que hubiese una fuerza estatal detrás que organizase los territorios, como ocurrió al mismo tiempo en el resto del mundo musulmán con el califato Omeya. En cualquier caso, a lo largo de los

siglos que estudiamos observamos una secuencia de estados – Šäwa, Ifat y Adal- que van a destacar e imponerse sobre el resto de formaciones políticas menores, anexionándolas en algunos casos.

Dicha fragmentación contrasta fuertemente con la unidad política con la que rivalizan, el imperio etíope cristiano, fuertemente cohesionado alrededor de la figura del negus y del cristianismo ortodoxo tewahedo. A nuestro juicio, esto explica la hegemonía de los cristianos en la región, que sólo se verá seriamente comprometida cuando los musulmanes unan fuerzas bajo el mando del carismático imán Aḥmad Gagn.

En términos militares, el conflicto entre musulmanes y cristianos se basó en el sistema de aceifas, ya que las campañas militares rara vez pretendían la anexión de los territorios enemigos, ya que buscaban una victoria rápida, el saqueo de las tierras y la esclavización del mayor número posible de prisioneros para, acto seguido, volver rápidamente a su tierra de origen. La estrategia de Aḥmad Gagn romperá con esta tradición al sustituir las aceifas por una guerra de conquista que llegará a ocupar tres cuartas partes del imperio cristiano.

Para terminar, se constata que el mapa religioso de las actuales Etiopía y Eritrea queda configurado en la Edad Media sin que haya cambios significativos: las fértiles tierras del macizo etíope son mayoritariamente cristianas, mientras que al este y al norte, en las costas del Mar Rojo y en la depresión del Danakil impera la ley coránica.

Referencias

Makrizi, Aḥmad ibn Ali (1790), *Macrizi historia regum islamiticorum in Abyssinia*. Traducido por Rinck, Frederik Theodor. Leiden: Samuel et John Luchtmans.

Al-Umari, Shihab (1927), *Masalik El Amsar Fi Mamalik El Amsar, l'Afrique moins l'Egypte*, traducido por Gaudefroy-Demombynes, Maurice. París: Librairie Orientaliste Paul Geuthner.

Beckingham, Charles Fraser; Huntingford, George Wynn Brereton; Alvares, Francisco; Stanley, Lord Henry Edward John (1961), *The Prester John of the Indies: A true relation of the lands of the Prester John being the narrative of the Portuguese Embassy to Ethiopia in 1520 written by Father Francisco Alvares*. New York: Cambridge University Press.

Bowersock, Glen Warren (2013), *The Throne of Adulis: Red Sea Wars on the Eve of Islam*, Oxford: Oxford University Press.

Braukämper, Ulrich (2002), *Islamic history and culture in Southern Ethiopia: collected essays*. Münster: Verlag Münster.

Cerulli, Enrico (1992), "Ethiopia's relations with the Muslim world", capítulo en *UNESCO General History of Africa*, 3, 575-585.

Cerulli, Enrico (1941), "Il sultanato dello Scioa nel secolo XIII secondo un nuovo documento storico", *Rassegna di studi etiopici*, 5-42.

Cerulli, Enrico (1936), *Studi etiopici: La lingua e la storia di Harar*. Roma: Istituto per l'Oriente.

Cuoq, Joseph (1981), *L'Islam en Éthiopie des origines au XVIe siècle*. París: Nouvelles éditions latines.

Curle, Alexander (1937), "The ruined towns of Somaliland", *Antiquity*, 11, 43, 315-327.

Fauvelle-Aymar, François-Xavier; Bruxelles, Laurent; Chekroun, Amélie; Mensan, Romain; Onézime, Olivier; Wubete, Asnake; Ayenatchew, Deresse; Zeleke, Hailu; Hirsch, Bertrand; Mohamed, Ahmed (2006), "A Topographic Survey and Some Soundings at Nora, an Ancient Muslim Town of Ethiopia", *Journal of Ethiopian Studies*, 39 (1-2), 1-11.

Fauvelle-Aymar, François-Xavier, Hirsch, Bertrand y Shiwangizaw, Addisu. 2011, *Espaces musulmans de la Corne de l'Afrique au Moyen Âge: études d'archéologie et d'histoire*. París: De Boccard.

Guidi, Ignazio (1889), *I canzoni geez-amariñña in onore di Re Abissini*. Roma: Reale Accademia dei Lincei.

Huntingford, George Wynn Brereton (1965), *The Glorious Victories of 'Amda Seyon, King of Ethiopia*. Oxford: Clarendon Press.

Ishaq, Sirat Rasul Allah ibn (1955), *The life of Muhammad*. Traducido por Guillaume, Alfred. London: Oxford University Press.

Jaldún, Abd al-Rahman ibn Mohammad ibn (1854), *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique septentrionale*. Traducido por MacGuckin, William, barón de Slane. Argel: Imprimerie du gouvernement.

Mohammad, Abdulkaler Saleh (2013), *The Saho of Eritrea: Ethnic Identity and National Consciousness*. Münster: LIT Verlag Münster.

Muir, William (1923), *The life of Muhammad*. Edinburgh: John Grant.

Munro-Hay, Stuart (1991), *Aksum: an African civilisation of late antiquity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Munro-Hay, Stuart (1982), "The foreign trade of the Aksumite port of Adulis", *AZANIA: Journal of the British Institute in Eastern Africa*, 17, 1, 107-125.

Pankhurst, Richard (1997), *The Ethiopian borderlands: Essays in regional history from ancient times to the end of the 18th century*. Lawrenceville – Asmara: The Red Sea Press.

Perruchon, Jules (1890), *Histoire des guerres d'Amda Syon, roi d'Ethiopie*. París: Impr. Nationale.

Perruchon, Jules (1893), *Les chroniques de Zar'a Yâ'eqôb et de Ba'eda Mâryâm: rois d'Éthiophe de 1434 à 1478 (texte éthiopien et traduction)*. París: É. Bouillon.

Phillipson, David William (2012), *Foundations of an African Civilisation: Aksum and the Northern Horn, 1000 BC-AD 1300*. Woodbridge: Boydell & Brewer Ltd.

Tamrat, Tadesse (1972), *Church and State in Ethiopia 1270-1527*. Oxford: Clarendon Press.

Trimingham, John Spencer (1952), *Islam in Ethiopia*. London: Oxford University Press.

Redes espaciais coloniais e pós-coloniais

La construcción del movimiento estudiantil nigeriano: modelos de resistencia heredados y su impacto en el periodo postcolonial (1950-1980)

Silvia Almenara Niebla,¹ Universidad de La Laguna, Tenerife, Ihas Canárias
silvia.an89@gmail.com

Resumo: Esta conferência – apresentada no Painel: *Além das fronteiras: ciência, agência e biografias em trânsito* do IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos, organizado pela Universidade de Coimbra, entre os dias 11 e 13 de setembro de 2014 – tem um caráter descritivo-analítico e pretende contribuir com o estudo da ação coletiva dos estudantes das universidades nigerianas desde o período colonial até o período pós-colonial. Através de uma pequena incursão histórica pelas diferentes lutas feitas pelos estudantes, contribuiremos com a análise dos diferentes modelos de resistência do movimento estudantil nigeriano e ao mesmo tempo reivindicaremos a centralidade da agência política da sociedade civil nas dinâmicas políticas e sociais do continente africano. Analisaremos também a construção da identidade do movimento estudantil em função dos modelos herdados da estrutura colonial e a sua própria capacidade de agência e adaptação depois da independência da Nigéria.

Palabras-chave: resistência, agência, movimentos sociais, estudantes, Nigéria

Resumen: Esta ponencia – presentada en el Panel: *Além das fronteiras: ciência, agência e biografias em trânsito* del IX Congreso Ibérico de Estudios Africanos organizado por la Universidad de Coimbra, entre los días 11 y 13 de septiembre de 2014 – de carácter descriptivo-analítico, pretende contribuir al estudio de la acción colectiva de los estudiantes de las universidades nigerianas desde el periodo colonial al periodo postcolonial. A través de un breve recorrido histórico por las diferentes luchas llevadas a cabo por los estudiantes, contribuiremos al análisis de los diferentes modelos de resistencia del movimiento estudiantil nigeriano, reivindicando la centralidad de la agencia política de la sociedad civil en las dinámicas políticas y sociales del continente africano. Asimismo, analizaremos la construcción de la identidad del movimiento estudiantil en base a los modelos heredados de la estructura colonial y su propia capacidad de agencia y adaptación tras la independencia de Nigeria.

Palabras clave: resistencia, agencia, movimientos sociales, estudiantes, Nigeria

¹ Silvia Almenara Niebla es Licenciada en Ciencias Políticas y de la Administración en la Universidad Complutense de Madrid. Realizó el Máster de Relaciones Internacionales y Estudios Africanos de la Universidad Autónoma de Madrid y, actualmente, realiza sus estudios de Doctorado en la Universidad de La Laguna (Tenerife, Islas Canarias), siendo becaria del Programa de Ayudas a la Formación del Personal Investigador para la realización de Tesis Doctorales de la Agencia Canaria de Investigación, Innovación y Sociedad de la Información cofinanciado por el Fondo Social Europeo. Es miembro del Instituto de Estudios de las Mujeres (IUEM-ULL) y del Grupo de Investigación consolidado de la ULL "Migraciones, género e identidades: análisis y evaluación de políticas" Sus líneas de investigación son: movimientos sociales, estudios de género y diáspora africana.

Conferencia

El objetivo de esta ponencia es contribuir al estudio de los diferentes modelos de resistencia estudiantil que influenciaron el proceso de independencia de Nigeria en 1960 y su repercusión en los primeros años de andadura del recién nacido Estado nigeriano. A través de un breve recorrido histórico por las diferentes luchas llevadas a cabo por los estudiantes, contribuiremos al análisis de la construcción de la identidad del movimiento estudiantil del país en base a los modelos heredados de la estructura colonial y a su propia capacidad de agencia y adaptación tras la independencia de Nigeria.

Así pues, debemos comenzar esta ponencia incidiendo en ciertos acontecimientos históricos relevantes para nuestro objeto de estudio. En primer lugar, es necesario destacar como antesala de las principales organizaciones de estudiantes en Nigeria, The West African Students Union formado en 1925 en Londres. Esta organización no estaba compuesta únicamente por nigerianos, sino que comprendía a estudiantes de las diferentes colonias británicas de África Occidental, y tenía como objetivo principal unificar a los estudiantes bajo el manto de una identidad común. Sus demandas se centraban en aspectos culturales, sociales y políticos, aunque de una forma muy conservadora y moderada (Boaden, 1994: 12). No obstante, las contribuciones del sindicato se centran, sobre todo, en el desarrollo de una conciencia nacional africana y la consumación de las luchas por las independencias. Asimismo, en el caso concreto de Nigeria, la mayoría de los integrantes del WASU constituyeron, años más tarde, concretamente en 1931, el partido que, en un primer momento, lideraría el proceso de independencia: el *Nigerian Youth Movement* (NYM) y que posteriormente se fusionaría con otros partidos, de etnia Igbo, en el *National Council of Nigerian and the Cameroons* (NCNC) con Benjamin Azikiwe a la cabeza.

No obstante, debemos señalar que, a través de *The British Advisory Committee on Education in the Colonies*, fundado en 1923, el Imperio colonial Británico había creado algunos centros de formación en sus diferentes posesiones en África y Asia, con el objetivo de instruir a parte de la población en trabajos necesarios para la administración colonial (Ajayi *et al.*, 1996: 44). Por ello, y en respuesta a la necesidad de creación de funcionarios del Estado más cualificados, la educación superior en África se planteó, por parte del comité, a través de la creación de Escuelas Técnicas especializadas, que iban más allá en los conocimientos impartidos en las escuelas de secundaria. En el caso de Nigeria, la primera institución universitaria se crea en 1929, *The Yaba Higher College*. Años más tarde, concretamente en 1947, se funda *The University College of Ibadan*, que en su primer año de apertura ya contaba con 104 estudiantes.

Así, la creación de las primeras universidades provocó que la élite nigeriana estudiase en su propio país, puesto que ya no era necesario establecerse en Londres como en la década de los años 20. Sin embargo, las nuevas universidades también supusieron la creación de espacios de debate, de proliferación de las ideas nacionalistas y de nacimiento de la élite intelectual que lideraría el proceso de independencia. Fruto de tal ambiente, en 1953, en la Universidad de Ibadan, un grupo de siete estudiantes de varios grupos étnicos del país, liderados por el posterior Premio Nobel de Literatura Wole Soyinka, fundaron un nuevo tipo de organización estudiantil que copiaba las estructuras asociativas estudiantiles de las fraternidades americanas y de los clubs sociales de las universidades británicas (Ellis, 2009: 222). *The Pyrates Confraternity* se erigía como un grupo que aspiraba a la creación de una sociedad mejor a través de la abolición del tribalismo, del elitismo y de la corrupción, apartando la mentalidad colonial impuesta e impulsando una identidad nueva verdaderamente independiente del imperialismo (Bastian, 2001:77). El primer “capitán” elegido en la fraternidad fue Soyinka, con el nombre de *Capitan Blood of Tortuga*, para quien *The Pyrates*

quería diferenciarse de las élites coloniales alineadas para proponer una nueva institución educativa (*apud* Rotimi, 2005: 81-82).

Sin embargo, *The Pyrates* no era una asociación de estudiantes corriente para la época, puesto que, diseñaron su filosofía de organización en base a la libertad asociada con los piratas, utilizando conceptos marítimos como lenguaje clave. Por ello, vestían como piratas para realizar diferentes acciones que se basaban siempre en la crítica, a través del teatro, del sistema colonial. Sin embargo, eran considerados como una sociedad secreta debido a que sus acciones y/o actividades sólo eran conocidas por sus miembros (Poopola e Alao, 77)

Por otro lado, en 1956 nace una organización que será la antesala más directa del principal sindicato estudiantil de Nigeria: The NUNS (*National Union of Nigerian Students*), una nueva organización que integraba a los estudiantes de enseñanza superior de la colonia. Por primera vez se constituía una estructura de acción de carácter nacional en la antesala a la independencia del país, ya que como señalan algunos autores: “*la Unión Nacional de Estudiantes Nigerianos (NUNS) emprendió campañas de fomento de la conciencia nacional, inspirando un fuerte sentido de la militancia en la lucha de liberación del pueblo de Nigeria*” (Aluede *et al.*, 2005: 18). Además, los integrantes del NUNS estaban imbuidos en las ideas marxistas-leninistas, que vivían su máximo apogeo en el continente en este momento histórico, y como afirma el profesor Yusuf: “*el avance de las ideas marxistas-leninistas y la intensificación de las luchas de liberación nacional, influenciaron a los estudiantes de las nuevas universidades nigerianas*” (*apud* Ya’u, 2005: 5).

De esta manera, estas nuevas élites nacionalistas nigerianas empezaron a presionar más activamente al poder colonial británico, lo que generó una reacción por parte del Imperio. Tres constituciones (realizadas entre 1945 y 1954) fueron creadas bajo el amparo de la metrópoli con el objetivo de traspasar poco a poco el poder a los nigerianos. Estas constituciones eran consideradas multirraciales, ya que cada grupo étnico elegía a cierto número de representantes para la legislatura, de este modo, los diversos grupos se veían representados (Oliver e Atmore, 1997: 128). Sin embargo, estas constituciones tenían como objetivo perpetuar la exacerbación de las identidades regionales tal como el sistema colonial había infundido. Ante esta situación, algunas de las élites africanas erigieron una conciencia “pan-nigeriana” con el objetivo de aceptar las fronteras coloniales y de construir una “nación nigeriana” bajo un Estado federal que respetase la pluralidad de etnias del país. No obstante, las élites de los grupos étnicos locales no iban a permanecer impasibles ante estas ideas, por lo que promovieron la aceptación de una nueva división administrativa con el objetivo de, a través de partidos políticos propios, luchar por el poder central del Estado. De esta manera, las diferentes elecciones generales celebradas en 1954, 1956 y 1959 demostraron el regionalismo imperante en la política nigeriana con la consagración de los tres grandes partidos en las tres grandes regiones del país. Pero, estos partidos sabían que si querían consagrar la independencia de debían unir fuerzas para ello. Por esta razón, en 1959 nombran a Alhaji Tafawa Balewa, primer ministro y a Benjamin Nnamdi Azikiwe, gobernador general. Finalmente, el 1 de octubre de 1960, Nigeria se convierte en un Estado soberano de la Commonwealth británica, un Estado federal, con poderes claramente definidos otorgados por el gobierno central y con los demás poderes concedidos a los gobiernos regionales (Falola e Heaton, 2008: 156). Así pues, como hemos visto, la independencia de Nigeria se produce a través de un traspaso de poderes entre las élites gobernantes, educadas en Europa y en las universidades nigerianas, y los gobernadores coloniales de la metrópoli. Sin embargo, y aunque respetaron las fronteras heredadas, las nuevas élites siguieron divididas en torno a cuestiones étnicas, lo que influyó y continúa influyendo, en la posterior forma de regir de los diferentes gobiernos del país.

Sin embargo, el tejido asociacionista creado en el periodo colonial va a continuar su andadura en el periodo postcolonial en un momento de cambio en las universidades nigerianas, que estaban inmersas en un proceso de africanización lo que constituyó, sin duda, la reforma de las instituciones superiores coloniales en centros de investigación y el desarrollo de mano de obra cualificada para los nuevos países independientes. Este proceso también conllevaba la apertura de las universidades a numerosos estudiantes provenientes de todas las clases sociales. En el caso nigeriano, como señala Van den Berghe (*apud* Zeilig, 2007: 36), el 61% de los estudiantes de la Universidad de Ibadan provenían de hogares de granjeros, comerciantes y de trabajadores no cualificados, mientras que sólo el 11.2 % de los estudiantes tenía padres con trabajos denominados como cualificados.

A nivel asociacionista, el NUNS se había constituido como una organización fuerte a nivel nacional, y se configuró como uno de los principales opositores a las primeras medidas llevadas a cabo por el gobierno postcolonial. Ello se ve reflejado en las diferentes acciones realizadas. En primer lugar, destacan las protestas contra el tratado militar anglo-nigeriano el 14 de noviembre de 1960. Recordemos que se había proclamado la independencia del país el día 1 de octubre de ese mismo año, por lo que el gobierno de la Primera República ya se enfrentaba a las primeras manifestaciones contra su recién nacido proyecto político. El NUNS acusaba al gobierno de perpetuar el sistema colonial con la instauración de una base militar británica en el territorio nigeriano (*The Anglo-Nigerian Defense Pact*). La oleada de protestas acaecidas el 14 de noviembre fue todo un éxito por parte del NUNS, que no esperaban la aceptación que iba a tener su convocatoria por parte de otros sectores de la población como sindicatos y organizaciones de mujeres. Así, las protestas contra el pacto militar también se convirtieron en protestas contra las medidas adoptadas por el gobierno al incrementar el precio del petróleo, la reducción de becas, los subsidios a la vivienda y la disolución del Congreso Nigeriano del Trabajo (Nkinyangi, 1991: 160). En consecuencia, el movimiento consiguió parar la firma del tratado y el gobierno acusó al NUNS de desestabilizar el país con la ayuda de los sindicatos.

No obstante, la protesta más importante desarrollada por el NUNS se produce en 1978 con la crisis “*Ali must go*” que suponía la subida, en un 70%, de las tasas de alojamiento y de los menús de comida en las cafeterías de las universidades por parte de la Comisión de Universidades Nigerianas (NUC). Por ello, los estudiantes comenzaron a reivindicar una serie de exigencias que se basaban en la reforma y la democratización de la educación (Ysuf, 2005: 50). Sin embargo, las exigencias no fueron escuchadas y la subida de tasas se materializó, lo que desencadenó en una serie de manifestaciones que duraron un año (Beckman, 2006: 99). Finalmente, esta oleada de protestas desarrolladas en todas las universidades del país tuvo, sin embargo, un trágico desenlace en la universidad Ahmadu Bello donde las fuerzas de seguridad del Estado mataron a más de 30 estudiantes, entre ellos al secretario del NUNS en aquel momento. Este acontecimiento fue denunciado públicamente por el NUNS, lo que provocó que el régimen del general Olusegun Obasanjo ilegalizara la agrupación.

Sin embargo, poco después de la ilegalización del NUNS, los estudiantes comienzan a proponer espacios de debate dentro de las diferentes universidades de todo el país con el objetivo de crear un nuevo sindicato de estudiantes. Si bien la represión al movimiento estudiantil fue brutal durante estos años, los jóvenes, en la clandestinidad, supieron llevar a cabo un nuevo proyecto que bebía de las acciones realizadas por el NUNS. Así en 1980 se funda el NANS (*National Association of Nigerian Students*) que se erigía como una nueva fuerza política estudiantil totalmente renovada y con grandes apoyos por todo el país. Las redes de debate habían fortalecido las alianzas entre asociaciones de alumnos de las diferentes universidades, por lo que el NANS se constituía como una “confederación de sindicatos” formado por diferentes asociaciones estudiantiles nigerianas.

Como señala uno de los presidentes de la organización, Abdulrahman Black: “*estábamos convencidos de la necesidad de continuar la lucha por una educación libre, contra la comercialización de la educación que los diferentes gobiernos tanto civiles como militares*” (2005: 75).

No obstante, en 1982, Nigeria comienza a sumergirse en una grave crisis económica. El gobierno civil de Shagari había confiado la estabilidad del país al petróleo, que, si bien, en un primer momento había permitido un rápido crecimiento, con el tiempo se demostró que no había realizado los esfuerzos suficientes para la diversificación de la economía. En consecuencia, una nueva intromisión de los militares acabó con el gobierno civil de Shagari.

El 31 de diciembre de 1983, el General Buhari se proclamó jefe de estado de Nigeria. Y es en este momento, en el que las instituciones de Breton Woods comienzan a ejercer presión sobre las políticas económicas que el país debía aceptar. El régimen de Buhari expresó su objeción hacia las condicionalidades que el FMI y el Banco Mundial imponían para la ayuda. Sin embargo, poco duró su respuesta ya que en 1985, el General Babangida asume el poder prometiendo revisar las condiciones del préstamo (Onoja, 2005: 179). Ello generó la apertura de un debate público entre el nuevo gobierno y varias organizaciones de la sociedad civil nigeriana, pero se trataba de una estrategia bien pensada por parte de Babangida, ya que, de cara a la opinión pública decidió rechazar el préstamo del FMI, pero de cara a la comunidad internacional aceptó los Planes de Ajuste Estructural el 27 de junio de 1985.

Es en este momento en el que el NANS comienza su oleada de acciones contra la adopción por parte del gobierno de los Planes de Ajuste Estructural (Almenara, 2014: 58). Éste es, sin duda, el momento en el que la organización se constituye como un actor político principal: estudiantes, profesores y toda la comunidad universitaria comienzan a desarrollar protestas contra las recetas neoliberales de reducción del gasto público. Durante toda la década de los años 80 no pararon de sucederse manifestaciones estudiantiles que fueron duramente reprimidas. Con el lema: “*Los Planes de Ajuste Estructural deben irse, nosotros estamos muriendo de hambre en el nombre de los Planes de Ajuste*”, las protestas se intensificaron, acabando con la muerte de ocho estudiantes de la universidad de Jos debido a los graves y violentos enfrentamientos con la policía. Entre las víctimas destacaron el presidente del NANS, Emmanuel Ezeazu y varios líderes estudiantiles de otras asociaciones de la universidad de Nigeria, en Nsukka (Momoh, 2005: 221). Si bien la protesta fue seguida por numerosos grupos, el gobierno decidió cerrar varias universidades y escuelas secundarias tras ella.

Así pues, con la intención de disuadir los disturbios estudiantiles, el gobierno lanza el Decreto número 47, donde se impone una pena de prisión de cinco años y una multa a cualquier estudiante acusado de organizar o participar en manifestaciones. Esta situación provocó el declive de la influencia del NANS en los campus universitarios y en el liderazgo de las protestas. La represión avivó fuertes fracturas internas entre las diferentes asociaciones y el avance del miedo de los estudiantes a ser detenidos.

Sin embargo, lo que no esperaban los integrantes del NANS es que, en el momento de máxima represión al movimiento estudiantil, dentro de las propias universidades naciera otro movimiento de resistencia radicalmente diferente, aunque heredero de *The Pyrates Confraternity*, la fraternidad formada por siete estudiantes de la Universidad de Ibadan, entre ellos, Wole Soyinka. Y es que lo que no preveían estos futuros intelectuales es que su proyecto de organización degenerase, durante la década de los ochenta, en un movimiento

basado en la violencia que se expandió rápidamente por los diferentes campus universitarios de todo el país, los *campus cults*.²

Como señalan varios autores, tales como Misty Bastian y Adewale Rotimi, en un contexto caracterizado por fuertes situaciones de terror debido a los diferentes golpes de estado, la proliferación de las milicias étnicas en la región del Delta del Níger y las enormes discrepancias entre el Norte y el Sur, hicieron que la violencia se asentara en la sociedad nigeriana como un aspecto más de lo cotidiano. Si a ello le sumamos, en el contexto universitario, el declive de la educación pública debido a los Planes de Ajuste Estructural y las lamentables condiciones de estudio dentro de las universidades, la tesis de la profesora Misty Bastian se hace más evidente: “*Fue en este clima de privación de lo escolar y de lo nacional en el que las fraternidades del campus se convirtieron en campus cults*” (Bastian, 2001: 78).

Siguiendo el ejemplo de *The Pyrates* con su singularidad tanto en sus actividades como en el nombre, a lo largo de la década de los ochenta, el número de fraternidades aumentó considerablemente, teniendo datos concretos de veinticinco organizaciones conocidas. Nombres como “*Mafia*”, “*The Black Axe*”, “*Daughters of Jezebel*”, entre otros, fueron varias de las fraternidades formadas por alumnos. Los principales adeptos a estas organizaciones eran estudiantes de primer año que llegaban a las universidades y necesitaban sentirse arropados por grupos que les ayudaran en esta nueva etapa y que, además, les ofrecieran seguridad física y económica en el grave contexto de crisis.

Si bien las actividades realizadas por cada una de estas fraternidades tenían un fuerte componente violento de cohorte ocultista, consiguiendo sembrar el pánico en las universidades a través de asesinatos, quema de edificios, secuestros, violaciones, palizas a profesores y personal de las universidades, ritos de brujería etc., también los *campus cults* implicaban otro tipo de relaciones muy convenientes en una época de crisis económica y de gran desempleo. Los *campus cults* constituían una red de ayuda muy potente tanto en el ámbito universitario como fuera del mismo. Muchos miembros de las fraternidades procedían de hogares muy bien acomodados y con fuertes conexiones con políticos, por lo que eran capaces de establecer vínculos clientelistas durante su etapa en la universidad. Los *campus cults* habían sido capaces de desarrollar una red de influencia que había penetrado en los aparatos más poderosos de la sociedad (Ellis, 2009: 229). Muchas familias poderosas que trabajaban para el gobierno, y cuyos hijos formaban parte de estas fraternidades, también perpetuaban el sistema patrimonial cuando sus hijos acababan sus estudios y comenzaban a trabajar, por ejemplo, en el mismo ministerio donde ellos estaban (Offiong, 2003: 90). No obstante, si bien en un primer momento, la mayoría de los miembros de los *campus cults* procedían de hogares muy bien acomodados, poco a poco, muchos estudiantes de clases más bajas comenzaron a enrolarse en el movimiento con el objetivo de obtener un puesto de trabajo al salir de la universidad y aumentar su red de relaciones con clases sociales más altas.

Y es que, en un contexto caracterizado por la crisis económica y la falta de oportunidades, la resistencia contra el gobierno de la mano del NANS no proponía soluciones firmes a los problemas del día a día, por lo que los *campus cults* comenzaron a erigirse como grandes trampolines hacia puestos de trabajos fijos en las administraciones públicas. De esta manera, vemos cómo el incremento de las fraternidades estaría relacionado con la falta de

² La palabra “*cults*” en Nigeria describe a un grupo de personas que comparte creencias, de tipo religioso o no, conocidas únicamente por sus miembros (Adejumobi, 2005: 151).

oportunidades para los jóvenes que supuso la crisis económica de los Planes de Ajuste Estructural. Así pues, como hemos podido observar a lo largo de la ponencia, tanto el NANS como los *campus cults* iniciaron el tejido asociacionista universitario que respondieron a un momento concreto en Nigeria, caracterizado por las desastrosas políticas educativas, la difícil situación económica y el frecuente uso de la violencia por parte del Estado, en los primeros años de independencia del país.

En este sentido, el propio movimiento estudiantil en Nigeria se construye con base en una serie de realidades que son capaces de generar diferentes estructuras de acción colectiva. Por un lado, el sindicalismo estudiantil, protagonizado por el NANS, sería fruto de las herramientas culturales promovidas por la colonización, ya que ésta habría sido capaz de iniciar en el continente modelos organizativos propiamente europeos, tales como las instituciones educativas superiores y los sindicatos, en este caso. La élite intelectual africana educada por los europeos, tras las independencias, continuó reproduciendo modelos organizativos como los partidos políticos, sindicatos, fraternidades, etc., que, si bien fueron capaces de apropiarse, a su manera, de estas estructuras organizativas europeas y hacerlas suyas bajo el lema de la resistencia, también continúan perpetuando el discurso político impuesto desde fuera y no constituyen un auténtico cambio desde abajo y para el continente.

Por otro lado, las fraternidades, protagonizadas por los *campus cults*, serían fruto de herramientas culturales también promovidas por la colonización, pero que se acentúan en el contexto de crisis tras los Planes de Ajuste Estructural. Los *campus cult*, también, beben de los códigos culturales creados por los discursos políticos promovidos por las élites políticas del país. La influencia de los años de la colonización y el discurso internacional generaron que la élite intelectual encargada de los procesos de descolonización, asumiera determinados roles occidentales para los nuevos proyectos de desarrollo nacional; por un lado, la lógica de la “civilización”, que perpetuó el sistema político y social generado por el colonialismo y, por otro lado, la lógica de la “modernidad” que desvirtuó la heterocultura africana (Kabunda e Santamaria, 2009: 50) definiéndola como primitiva o pre-lógica. De esta manera, los *campus cults* representaron el rechazo a las dinámicas modernizadoras impuestas por la élite a través de la adopción de las políticas neoliberales, aspecto señalado por el matrimonio Comaroff:

Por otra parte, la brujería contemporánea, las prácticas ocultas, la magia y los encantamientos no son un retorno a las prácticas ‘tradicionales’ ni un signo de atraso o falta de progreso, sino que son manifestaciones modernas de las incertidumbres, el desasosiego moral y las desiguales recompensas a las aspiraciones del momento actual. (Comaroff e Comaroff, 1993: 18)

En este sentido, los *campus cults* podrían considerarse como la antesala a este proceso, ya que fueron agrupaciones sociales basadas en mecanismos de resistencias a las dinámicas laborales y sociales a las que eran abocados los estudiantes una vez acababan sus estudios en las universidades durante el periodo de crisis de la década de los ochenta. Al mismo tiempo que, el modelo asociacionista del NANS, fuertemente reprimido, se vio desfasado por su poca capacidad de subsistencia ante un nuevo patrón de acción colectiva estudiantil. Así, y como nos advierte Alcinda Honwana, ello también podría haberse producido por el avance de un cambio de paradigma entre los jóvenes, quienes desconfiaron de las estructuras políticas tradicionales, tales como partidos o sindicatos (Honwana, 2013). De esta manera, los *campus cults* se habrían establecido como el canal opuesto a este tipo de estructuras partidistas, rompiendo con las causas de movilización institucional al generar nuevas dinámicas de movilización basadas en la perpetuación de las relaciones clientelistas. Si bien el *modus operandi* de la organización se basó en la violencia, lo cierto es que los *campus cults* podrían haberse constituido como un modelo de organización juvenil de rechazo de las estructuras de protesta tradicionales como los sindicatos.

Sin embargo, e igualmente relevante en el caso que hemos analizado, debemos tener en cuenta la poca capacidad de independencia de los *campus cults* con respecto a las élites políticas nigerianas. Muy al contrario, estas fraternidades sirvieron para el mantenimiento de las relaciones de poder de determinados rectores, al igual que para perpetuar la represión contra el NANS. Por tanto, la combinación de elementos y situaciones que se dieron en el contexto de la grave crisis de los Planes de Ajuste en el periodo postcolonial, muestra una realidad que va más allá de la perpetuación de la violencia y del clientelismo y que responde a la agencia de los estudiantes nigerianos para su propia supervivencia en un sistema que los aboca al desempleo y a la precariedad.

Referencias

Adejumobi, S. (2005), “From Unionism to Cultism: The recomposition of Student Identity”, en Beckman, Björn; Ya’u, Yunusa Zakari (Eds.), *Great Nigerian Students. Movement Politics and Radical Nationalism*. Kano: CRD and PODSU.

Ajayi, A.; Goma, L.; Johnson, G. (1996), *The African Experience with Higher Education*. Accra: Association of Africa Universities.

Almenara, S. (2014), “Sindicalismo estudiantil y campus cults: resistencias juveniles africanas a las Políticas de Ajuste Estructural de la década de los ochenta”, *Revista Relaciones Internacionales*, 26.

Aluede, O.; Jimoh, B.; Agwinede, O.; Omoregie, E. (2005), “Student Unrest in Nigeria Universities: Locking back and forward”, *The Social Science Journal*, 10(1):17-22.

Bastian, M. L. (2001), “Vulture men, campus cultists and teenaged witches. Modern magics in Nigerian Popular media”, en Moore, Henriqueta; Sanders, Todd. (Eds.), *Magical Interpretations, Material Realities. Modernity, witchcraft and the Occult in Postcolonial Africa*. Londres: Routledge, 71-96.

Beckman, B. (2006), “Student radicalism and the national Project: The Nigerian Student Movement”, en Beckman, Björn; Adeoti, Gbemisola (Eds.), *Intellectuals and African Development. Pretension and resistance in African politics*. Dakar: CODESRIA.

Boaden, A. (1994), “The history of WASU”, en VVAA, *The role of African student movements in the political and social evaluation of Africa from 1900 to 1975*. París: UNESCO Publishing.

Comaroff, J.; Comaroff, J. (1993) “Introduction”, en Comaroff, John; Comaroff, Jean (Eds.), *Modernity and its malcontents: Ritual and power in postcolonial Africa*. Chicago: The University of Chicago Press, 11-32.

Comaroff, J.; Comaroff, J. (1999), “Introduction”, en Comaroff, John; Comaroff, Jean (coord.), *Civil society and the political imagination in Africa: critical perspectives*. Chicago: University of Chicago Press, 1-44.

Ellis, S. (2009), “«Campus cults» in Nigeria: The development of an anti-social movement”, en Ellis, S.; Kessel, V. (Eds.), *Movers and shakers: Social movements in africa*. Leiden: African Studies Center, 221-237.

- Falola, T.; Heaton, M. (2008), *A history of Nigeria*. New York: Cambridge University Press, 181.
- Federici, S. (2000), “The new African Student Movement”, en Federici, Silvia; Caffetzis, George; Alidou, Ousseina (Eds.), *A thousand flowers. Social Struggles Against Structural Adjustment in African Universities*. Asmara: Africa World Press, Inc, 87-115.
- Honwana, A. (2013), *Youth, Waithood, and Protest Movements in Africa*. Quinto Congreso Europeo de Estudios Africanos en el Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal, junio 2013. Consultado el 15 de Agosto de 2013, disponible en <http://africanarguments.org/2013/08/12/youth-waithood-and-protest-movements-in-africa-by-alcinda-honwana/>.
- Kabunda, M.; Santamaría, A. (2000), *Mitos y realidades de África Subsahariana*. Madrid: Catarata.
- Momoh, A. (2005), “From Popular to Internal Struggles: The Crises in LASU and a Concluding Overview”, en Beckman, Björn; Ya’u, Yunusa Zakari (Eds.), *Great Nigerian Students. Movement Politics and Radical Nationalism*. Kano: CRD and PODSU, 223-247.
- Nkinyangi, J. (1991), “Student protests in sub - saharian Africa”. *Higher Education*, 22(2), 157-173.
- Offiong, D. (2003), *Secret cults in Nigerian Tertiary Institutions*. Enugu: Ed. Fourth Dimension Publishers.
- Onoja, A. (2005), “Structural Adjustment and the Collapse of the Student Movement”, en Beckman, Björn; Ya’u, Yunusa Zakari (Eds.), *Great Nigerian Students. Movement Politics and Radical Nationalism*. Kano: CRD and PODSU, 177-186.
- Popoola, B. I.; ALAO, K. A. (2008), “Secrets cults in Nigerian Institutions of Higher Learning”, *Journal of School Violence*, 5:2, 73-85.
- Rotimi, A. (2005), “Violence in the Citadel: The Menace of Secret Cults in the Nigerian Universities”, *Nordic Journal of Africal Studies*, 14(1): 79-98.
- Ya’u, Y. (2005), “The Nigerian Student Movement: A Review of Issues and Literature”, en Beckman, Björn; Ya’u, Yunusa Zakari. *Great Nigerian Students. Movement Politics and Radical Nationalism*. Kano: CRD and PODSU.
- Yusuf, A. (2005), “Academic Freedom, Institutional Autonomy and Social Responsibility”, en Beckman, Björn; Ya’u, Yunusa Zakari (Eds.), *Great Nigerian Students. Movement Politics and Radical Nationalism*. Kano: CRD and PODSU, 42-54.
- Zeilig, L. (2007), *Revolt and Protest. Students Politics and Activism in Sub-saharan Africa*. Nueva York: Tauris & Co.

Cofradías Musulmanas en contexto migratorio: asociacionismos, agencia y género entre Senegaleses/as en Valencia¹

Beatriz Ródenas Cerezo,² Universidad de Miguel Hernández
rodenasb@hotmail.com

Resumen: La relevancia de las cofradías musulmanas en el África Occidental ha sido un tema ampliamente analizado en las ciencias sociales (por ejemplo, Bava, 2003; Carter, 1997; Costa Dias, 2009; Coulon, 2009; Guèye, 2009). Sin embargo, en contexto migratorio, las funciones de las cofradías toman matices diferentes, que se relacionan con el propio proceso de la migración y del establecimiento de comunidades en diferentes lugares de destino. El caso de la comunidad senegalesa en Valencia nos permitirá analizar cómo se relaciona la estructura que la comunidad adquiere (y que se va transformando históricamente) con la conformación de las diferentes *da'iras* que organizan las distintas cofradías (*murides* y *tiyan*, en el caso que nos ocupa). De esta manera se pondrán de manifiesto las interacciones que se establecen entre las *dahiras* de las diferentes cofradías y los asociacionismos civiles de los y las senegalesas en la ciudad. Especial interés adquirirá la posición que ocupan las mujeres senegalesas en las diferentes *da'iras* y otras asociaciones, en un intento por comprender la agencia que las senegalesas ejercen, según las diversas realidades familiares y sociales que les envuelven, es decir, entender el concepto de agencia condicionada en sus diferentes contextos específicos (Ahearn, 2001; Bilge, 2010; Mahmood, 2008). En definitiva, contextualizaremos la agencia de estas mujeres en diversas asociaciones, religiosas y civiles, en función de las relaciones que mantienen en su entorno social y familiar, en un espacio migratorio concreto: la ciudad de Valencia.

Palabras clave: migración, Senegal, asociacionismos, *dahira*, género, agencia

1. Presentación

La historia de la construcción y transformación de la comunidad senegalesa en Valencia puede leerse a través de los diferentes asociacionismos, civiles y religiosos, que se han ido estableciendo en la ciudad. La agencia que los diferentes actores y actrices desarrollan en estas redes asociativas está relacionada con la posición que ocupan en las redes familiares. De esta manera intentaremos poner de manifiesto estas conexiones, subrayando, además, la

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Islão e Islamismo em África”.

² Doctora en Antropología Social por la Universidad de Miguel Hernández. Sus investigaciones se han orientado hacia la comprensión de los nuevos contextos multiculturales surgidos a partir de la inmigración, centrando sus trabajos en la inmigración senegalesa en la Comunidad Valenciana. Entre sus principales intereses destacan la migración internacional africana, los fenómenos de codesarrollo, el género como variable social, y la división social del trabajo, en especial, los análisis en torno a la reproducción social.

capacidad de agencia que las mujeres senegalesas ejercen en el proceso migratorio.³ Para ello, primero estableceremos algunas conexiones entre asociaciones, *dahiras* y el proceso migratorio senegalés en Valencia; a continuación, pasaremos a subrayar las diferentes posiciones que las mujeres senegalesas ocupan en las asociaciones y *da'iras* de la ciudad; y, por último, recapitularemos con las principales aportaciones del presente trabajo.

2. Conexiones entre asociaciones, *da'iras* y el proceso migratorio senegalés en Valencia

A partir de los datos etnográficos recogidos en nuestra investigación, se pone de manifiesto la estrecha relación que existe entre las asociaciones civiles y las diferentes *dahiras* que se organizan desde las diferentes cofradías.⁴ Por lo que se hace necesario atender a la disposición de las *dahiras* en Valencia para comprender la posición que determinadas personas ocupan en las redes asociativas civiles, y en el resto de redes comunitarias. De esta manera, podemos identificar varios tipos de asociaciones, de las que vamos a destacar sólo algunas para el caso que nos ocupa: asociaciones civiles de senegaleses/as, esto es, destacamos, la Asociación de Inmigrantes Senegaleses (AIS); asociaciones civiles exclusivamente femeninas, la Asociación de Mujeres Senegalesas (AMS) "Diarratoulah";⁵ asociaciones religiosas mixtas con preponderancia masculina, esto es, la *dahira muride* mayoritaria de la Casa Serigne Touba, junto con otras *dahiras muride* que se organizan en la ciudad, y también varias *dahiras tiyan* plurinacionales; y, por último, asociaciones religiosas femeninas, la *dahira muride* femenina, donde participan también mujeres *tiyan*.

La Asociación de Inmigrantes Senegaleses (AIS) es una de las asociaciones de inmigrantes más antiguas de la ciudad. De un modo similar a lo que ocurría en otras asociaciones de inmigrantes senegaleses en España,⁶ en Valencia la Asociación surgió a principio de la década de los noventa, a partir de la necesidad de regularizar la situación administrativa de los inmigrantes senegaleses, lo que pasaba por regularizar su actividad laboral, es decir, adherirse a la posibilidad de pagar impuestos como autónomos,

³ Esta ponencia toma sus datos del trabajo de campo realizado entre septiembre de 2008 y julio de 2012 en Valencia y en Senegal, y que dio lugar a la tesis doctoral "Redes, matrimonio y agencia. Mujeres transnacionales entre Valencia y Senegal" (Universidad Miguel Hernández, 2014).

⁴ Las y los musulmanes senegaleses se agrupan por cofradías (*tariqa* en árabe), esto es, "formas de asociación religiosa que se caracterizan por una organización, una creencia y un ritual específicos (...) El fenómeno de las cofradías en el África Occidental y Central es fruto de la presencia y del desarrollo del *misticismo* sufí en África del norte (...) en donde el *marabutismo* o culto a los santos es una forma de religiosidad particularmente extendida" (Lacomba, 2001: 166). Así, desde esta perspectiva sufista, la purificación espiritual y de los sentidos es prioritaria, y la relación con dios se da a través de las enseñanzas del fundador de la cofradía o *marabout* (en francés) o *morabito*, cargo que se va heredando de padres a hijos. "El sufismo, que se caracteriza, a grandes rasgos, por la interpretación contemplativa del Islam, por la relativa heterodoxia de exegesis del Corán y de glosa de la Sunna, por el carácter iniciático del acceso al conocimiento religioso, por la gran importancia atribuida a los dones denominados sobrenaturales de los fundadores de las cofradías y de sus sucesores (*baraka*) y por las prácticas de carácter sincrético, ha sido actualmente difundido por medio de múltiples cofradías y por todo el mundo musulmán" (Costa Dias, 2009: 45).

⁵ Diarratoulah es el sobrenombre que recibía Mamdiara Bousso, madre del fundador de la cofradía *muridiya* en Senegal, Cheikh Amadou Bamba. Ver Evers Rosander (2003).

⁶ El nacimiento de la Asociación de Senegaleses en España (AISE) en los años noventa -cuya sede se encuentra en Madrid- coincidió con la movilización de la sociedad civil a favor de la inmigración extranjera en esos años (Jabardo, 2006). La promulgación de la primera ley de extranjería española en 1985, afectó a la situación de los vendedores ambulantes senegaleses que, hasta entonces, ejercían una actividad no regularizada, y que debieron luchar, junto a sindicatos, organizaciones civiles, y religiosas, por la dignificación de su sector laboral, reivindicaciones que AISE canalizó ejerciendo el papel de entidad mediadora (Jabardo, 2011).

necesitábamos contratar un abogado y pagar la seguridad social, y eso es más fácil si somos muchos... [Moustapha golpea varias veces con su pie el suelo de su tienda]... por 'esto' montamos la Asociación. Luego sirvió para todo lo demás...

Durante los diez años siguientes a su fundación, la ASV careció de apoyo institucional, estaba totalmente financiada por los propios inmigrantes senegaleses. Dormía durante la mayor parte del tiempo, pero se activaba rápidamente cuando era necesario acceder a una ayuda financiera urgente (que se conseguía por solidaridad comunitaria a través de las aportaciones de algunos de sus miembros), o cuando ocurría una defunción, y era necesario recoger dinero para repatriar un cuerpo, o cuando fue necesario contactar con los miembros de la comunidad senegalesa para fundar la primera *dahira muride* de Valencia.

Las *dahiras* constituidas en Valencia forman parte de las asociaciones religiosas que se encuentran en la ciudad. Carter (1997: 78-79) señala que las *dahiras* son organizaciones religiosas donde los *taalibé* se reúnen para estudiar los textos y cantos del fundador de su respectiva cofradía, y que además cumplen la importante función de reclutar a los más jóvenes para la cofradía. Lacomba (2001) ha analizado las *dahiras* senegalesas en Valencia: "en cuanto a las reuniones semanales, éstas giran en torno a cuestiones de orden teológico, cantos religiosos o sesiones de lectura del Corán (...) cuentan con un ritual propio, en el que la repetición de letanías y el uso del rosario son elementos característicos (...) es un elemento estructurador de la vida social ordinaria (...) también se emplea para celebrar y officiar determinados acontecimientos y ritos de paso: nacimiento, atribución de nombre, boda o defunción. Asimismo, las *da'iras* dan cabida y se convierten en correas de transmisión de las relaciones que los adeptos de las cofradías mantienen con su líder espiritual respectivo, basadas en el sistema de donaciones y contra-donaciones" (Ibíd., 173-174).⁷

En Valencia se organizan diferentes *dahiras tidjane* y diferentes *dahiras murides*. La *dahira muride* mayoritaria de la Casa Serigne Touba, está compuesta por varias facciones - *dahiras* más pequeñas- que organizan reuniones que siguen a discípulos diferentes de Cheikh Amadou Bamba. También encontramos otras *dahiras murides*, que se encuentran relacionadas con asociaciones que se montaron a raíz del resurgimiento que vivió la AIS con su presidente B.S., proceso que explicaremos a continuación. Además existen varias *dahiras tidjane*, que, en muchas ocasiones, realizan reuniones plurinacionales. Y, por último, la *dahira muride* femenina, donde algunas de sus miembros participan también en las *dahiras muride* mixtas, o en las *dahiras tidjane*.

En lo que se refiere al proceso histórico de AIS, sobre los años 2002-2003, B.S., su segundo presidente, B.S. se hizo cargo de ella. En estos años ya era común encontrar en Valencia a otro tipo de senegaleses, con un perfil y un proyecto migratorio muy diferente al de los primeros pioneros senegaleses que habían llegado a Valencia a principio de los años 80. B.S. formaba parte de ese grupo de senegaleses, con un bagaje más académico y con una actitud abierta e interactiva hacia la sociedad de acogida. Agrupó alrededor de él a otros inmigrantes con estudios universitarios y con habilidades sociales "de frontera", que tuvieran experiencia para mediar con la interculturalidad, con instituciones y servicios sociales de la sociedad valenciana. Los pioneros senegaleses - o *los mayores*, como los denominan el resto-, apoyaron a B.S., depositaron su confianza en su saber hacer y en su buena desenvoltura ante la sociedad de destino, y se desinteresaron de la gestión interna de ASV. La mayoría de *los*

⁷ Ver también Costa Dias (2009), Guèye (2009), Massó (2013).

mayores andaban absortos en sus propios negocios, y en el funcionamiento interno de las *dahiras*.

B.S. pronto consiguió las primeras subvenciones y se convirtió en un contacto valioso, tanto para los representantes de las instituciones valencianas, que intentaban trabajar con la multiculturalidad que suponen las migraciones, como para el resto de senegaleses, que tenían en B.S. a un mediador cultural comunitario.⁸ Con este resurgir de ASV, algunos de aquellos senegaleses de los que se había rodeado B.S. para apoyar su gestión, vieron una posibilidad en el asociacionismo que antes no habían contemplado. Y a raíz de la deriva personalista hacia la que ASV tendía con B.S., algunos de ellos decidieron montar sus propias asociaciones. De esta manera, a partir de 2005, asistimos a la fundación de varias asociaciones, gestionadas y presididas por senegaleses, quienes habían experimentado previamente en ASV lo que significaba – y las potencialidades que tenía– el mundo asociativo. Y asociadas a estas nuevas entidades, en ocasiones surgen *dahiras* que desplazan los conflictos que se presentan en las organizaciones civiles, al terreno de las organizaciones religiosas.

Sin embargo, a raíz del progresivo personalismo de B.S., su disfrute particular de los contactos, políticos y empresariales, en Valencia y en Senegal,⁹ que la ASV le permitía, y su acaparamiento individual de los fondos, la situación le enfrentó a otras personalidades que también quisieron tener acceso a estos activos. En una comunidad tan igualitaria como la senegalesa, que un individuo destaque económicamente sin que se perciba que aporta a la comunidad lo suficiente, desencadenaría un mecanismo de control social que presionaría hasta lograr su dimisión.¹⁰ Y es que, no aceptar las obligaciones que imponen las reglas de la reciprocidad supone no disfrutar, tampoco, de los beneficios del capital social.

Ibrahime explica que fue Modou quien se enfrentó a B.S.:

...Modou era listo, tiene mucha labia, solucionaba problemas a los senegaleses, porque son todos unos analfabetos... Pero nunca hace nada por nadie si no espera conseguir algo a cambio, sólo le mueve el dinero, ni por su padre, ni por su esposa, ni por su hermano... nada... Le decía a los chicos, mira, yo te dejo esta mercancía, ya me la pagarás, tal, y mientras les iba hablando, bla, bla... iban a la tienda y hacían lo que él quería. Eso pasó con B.S. Antes, él y Modou, tenían la tienda, vendían figuras de madera, tambores... pero se enfadaron por dinero y B.S se fue. Años después B.S. entró en la Asociación, que sólo existía de nombre, y consiguió un local, subvención... Al principio siempre iba por las tiendas, hay que hacer esto..., Moustapha..., tal... Pero los senegaleses no iban a cerrar su tienda para hacer cosas de la Asociación. Así, firmaron poderes y él hacía lo que quería. Aquí entró mucho dinero... Cuando Modou tuvo problemas con las mercancías, habló con B.S., déjame tanto, nadie lo va a saber, yo te lo devuelvo... Pero B.S. no quiso. Y así empezó Modou a hablar con los senegaleses, mira qué hace B.S., hace lo que quiere, se queda el dinero..."

Modou instigó el cambio en la Asociación. Organizó una Asamblea General, se informó a los senegaleses de la supuesta "mala gestión" de B.S., y se eligió una nueva Junta Directiva

⁸ Jabardo ha destacado la función de las asociaciones de inmigrantes senegaleses en España como "el faro de la visibilidad pública de la identidad senegalesa" (Jabardo, 2006:130). Como consecuencia, las instituciones públicas han acudido a sus representantes (también los estudiosos de la inmigración) con la intención de canalizar problemas y tender puentes, lazos y vínculos (Jabardo, 2006).

⁹ Estos contactos no solo incluyen las relaciones con la Administración valenciana. Los empresarios que pretenden hacer negocios en Senegal, muchas veces acuden a la Asociación en busca de apoyo e información. Y desde Senegal los partidos políticos contactan con las asociaciones de inmigrantes en Europa para hacer campañas en sus locales, abrir sedes para sus partidos..., en definitiva, hacer propaganda electoral.

¹⁰ Comunicación personal de Mercedes Jabardo. Elche, Mayo de 2009.

que cambió los estatutos y refundó la AIS. Una nueva Junta, donde, es de destacar, Modou no ocupó ningún cargo (regresó a Senegal). Desde entonces, la Asociación se ha visto sumergida en un proceso de integración de las varias facciones que se escindieron durante los años precedentes y durante el procedimiento contra B.S. Muchos jóvenes dejaron de participar y acudieron a otras asociaciones - y a sus *dahiras* asociadas - que, como antes explicábamos, habían fundado y gestionado esos otros senegaleses que en un inicio habían pertenecido a AIS. Los mayores, que en un principio se habían centrado en sus *dahiras*, retornaron a AIS creando un "Comité de Sabios", como intento de mediar en los conflictos internos que se plantearan, en adelante, en la Asociación. Y las mujeres, aprovecharon la gran afluencia y la buena participación que había en su *dahira* femenina, y decidieron fundar su propia asociación, la Asociación de Mujeres Senegalesas (AMS) "Diarratoulah".

3. Mujeres senegalesas, asociaciones y *da'iras*

Quiminal (1998) puso de manifiesto la función que cumplían las asociaciones de mujeres africanas en Francia como espacios de reconocimiento y de expresión de la identidad. Además, subraya las prácticas y estrategias femeninas que permitían la obtención de márgenes de poder y autoridad ante la sociedad de acogida y ante los hombres africanos.

AMS surgió a partir de la poca participación que se posibilitaba a las mujeres en AIS. Durante el mandato de B.S. las mujeres no acudían a AIS (al igual que otros sectores sociodemográficos), y la refundación de la Asociación fue acompañada de la integración de nuevas mujeres vinculadas a los instigadores del cambio, ignorando las dinámicas propias que unen y separan a las mujeres senegalesas de Valencia. Como reacción a su arrinconamiento, decidieron montar su propia asociación, y utilizaron la *dahira* para hacerlo. Pero entonces, las mujeres que habían sido integradas como representantes en AIS, sintieron que eran ellas quienes debían liderar la AMS, sentimiento que no compartieron las fundadoras de AMS, lo que originó algunos conflictos entre las mujeres, que se expandieron a toda la red femenina (Ródenas, 2014).

En cuanto a las redes sociales que giran en torno a las *dahiras*, las mujeres participan en las diferentes *dahiras* en virtud de su propia filiación religiosa y la de su marido. En las reuniones mensuales de las *dahiras muride* (las reuniones *tidjan* suelen ser plurinacionales), son las mujeres más veteranas, reagrupadas por los primeros pioneros, las que se encargan de preparar y servir las bebidas y los tentempiés. De esta manera, encontramos a determinadas mujeres con una presencia más significativa en cada *dahira* -debido a esta participación mensual- lo que las convierte en mujeres mucho más (re)conocidas en toda la comunidad de senegaleses. Las mujeres más veteranas aprovecharon esta legitimidad para montar su propia *dahira* femenina, la cual utilizaron para hablar de problemas "de mujeres", fundar su propia asociación y organizar tontinas.¹¹

En las reuniones de la '*dahira*' femenina '*muride*', también participan mujeres de la '*dahira*' '*tidjane*'. Comenzaron a realizarse en el año 2000. Se reunían mensualmente "a rezar y a hablar de nuestros problemas". Diaba lo explica así, "Cuando hacemos fiestas, se corta a mitad para hablar de la asociación y de nuestras cosas... es una forma de que las mujeres vengan... y para que los hombres no digan nada,

¹¹ Tomaremos de Sow y Tété la definición de las tontinas en el contexto africano como "un grupo de personas (hombres o mujeres) unidos por vínculos de familia, amistad, vecindad o de tipo socioprofesional, que invierten en un fondo común sobre la base de la confianza mutua y a intervalos regulares (diarios, semanales, mensuales), montos fijos de dinero para constituir una caja de efectivo colectiva entregado a su vez a cada miembro" (*Ibid.*:16).

porque si dices que vas a hablar..., a reuniones... siempre critican, que las mujeres sólo hablan..., pero si vas a fiestas... no pasa nada..."

"...cuando hablan, no lo hacen directamente... cuando una mujer tiene un problema habla con una amiga, y esa amiga, cuando están todas, cuenta que a alguien le pasa eso, y todas hablan, dicen cómo arreglarlo, qué piensan... A veces ni siquiera imaginan quién es, porque disimulan muy bien, se ríen, hablan, están contentas..."

"...por ejemplo, si hablan del maltrato y algunas mujeres se interesan... intervienen..., aunque no lo digan, ya sabes que tienen problemas. Entonces les informas, contestas sus preguntas... es una forma de ayudarles".

Comenzaron a poner diez euros todos los meses para celebrar las fiestas de la cofradía, donde los hombres también aportan dinero. Y fue en el seno de la 'dahira' donde se decidió fundar la Asociación de Mujeres, por lo que cuando los conflictos en AMS afloraron, se trasladaron también a la 'dahira' femenina. La afluencia de mujeres en las reuniones descendió. Además, la crisis económica redujo las aportaciones de las socias para realizar las fiestas, y cesaron las tontinas. Ante esta situación, la 'dahira' 'muride' mayoritaria entre los hombres -que es mixta, en realidad-, decidió reforzar la 'dahira' femenina. Les han prestado su local, y aportan dinero a sus fondos, a condición de que se efectúen sus reuniones mensuales. Por el momento, pocas mujeres están acudiendo.

Por otro lado, las mujeres mantienen líneas de acción en las asociaciones y dai'ras, dependiendo de cómo sean sus contextos sociales y familiares específicos. Si utilizamos la definición de Ahearn de agencia como capacidad mediada socioculturalmente de actuar (*Ibid.*, 2001: 112) debemos entender las diferentes participaciones de las mujeres en las redes sociales como diferentes formas de desenvolver sus estrategias y ejercitar su agencia. A continuación recogeremos algunos ejemplos de los diferentes usos que las senegalesas han hecho de las tontinas como ejemplos de cómo las mujeres ejercen su agencia.

3.1. Los usos de las tontinas

En lo que respecta a la participación en las asociaciones de crédito y ahorro rotativo,¹² existe una diferencia significativa entre las estrategias vigentes en Senegal y las estrategias emigradas que se llevan a cabo en Valencia. Como Sow y Tété (2007) muestran en su estudio sobre estructuras populares de ahorro rotativo en Senegal y en Cataluña, podemos encontrar una gran diversidad de estrategias económicas de crédito y ahorro, que incluyen multitud de modos, aspectos y variaciones. Tal diversidad viene reflejada en las diferentes terminologías usadas por las poblaciones locales para designar las instituciones económicas rotativas, de manera que la palabra francesa "tontine" vino a fijarse sobre la "cosa" africana que incluía prácticas con mil y una variaciones (Desroche, *apud* Sow y Tété, 2007).

En Valencia, la participación en las tontinas ha sufrido una adaptación al contexto migratorio en el que viven sus participantes. Las principales experiencias se han llevado a cabo en el marco de la *dahira* femenina, lo que implica el acceso al fondo rotativo a través de las mujeres. Si los hombres querían participar, debían hacerlo a través del nombre de una mujer. De esta manera las tontinas proporcionan un efectivo a las participantes que, en algunas ocasiones, obtienen al margen del control de sus esposos, lo que supone acceder a una

¹² Ardener (2010) pone de manifiesto que esta denominación es usada por economistas y académicos, mientras que las y los usuarios utilizan diferentes y variadas denominaciones. En el caso de Senegal es común la palabra francesa "tontine" o la palabra wolof "natt".

relativa autonomía en el proceso de toma de decisiones sobre gastos e ingresos en la economía familiar.¹³

Para comprobar los usos que las mujeres senegalesas han hecho del dinero procedente de las tontinas podemos utilizar los "budgets studies" que desarrollaron autoras africanistas en los años ochenta, como Guyer (1988), Hoodfar (1988) o Stichter (1988), entre otras. A partir de estos estudios, hemos construido varios tipos de modalidad de patrón presupuestario (Ródenas, 2014), de entre los cuáles rescatamos dos que nos servirán para ilustrar el caso que nos ocupa, y que pasamos a resumir a continuación. El patrón de administración independiente consiste en la organización propia de la persona en cuestión, que debe cumplir sus obligaciones de reciprocidad con una familia distribuida transnacionalmente. Y en el patrón de fondo común, los cónyuges comparten una relativa gestión en común de los gastos familiares, si bien se mantiene una división de la responsabilidad por área de gastos, basada en la asignación de tareas en el hogar en base al género, donde la esposa puede completar sus recursos a partir de otras estrategias de provisión, como la participación en tontinas o en otras actividades de gestión del capital social.¹⁴

Las mujeres que están insertas en estos dos diferentes tipos de patrones presupuestarios mantienen, además, diferentes estrategias con respecto a la utilización de las tontinas. De esta manera, el destino del dinero recaudado en las tontinas depende de las características propias de la mujer en cuestión. Veamos algunos ejemplos:

Cuadro 1. Usos de las tontinas

Patrón de administración independiente	Patrón de fondo común	
<p>- Diaba llegó sola a España y se casó. Ahora está divorciada. Con las tontinas compró un terreno en Dakar y otro en Thies, donde quiere construir su casa.</p> <p>- Nana es dueña de un restaurante. Llegó sola, su marido desapareció hace 10 años. Empleó el dinero en comprar oro y en pagar a los obreros para construir su casa en Rufiske.</p>	Tareas propias dentro de la economía familiar	Negocios compartidos
	<p>- Aminata reagrupada, comparte negocios con su marido y ha establecido negocios propios. Utilizó las tontinas como remesas para su familia de orientación y para invertir en sus propios negocios.</p> <p>- Aissatou reagrupada, tiene a sus 5 hijos en España, y muy poco contacto con Senegal. Ella "lo gastaba en comida", es decir, en cubrir sus tareas asignadas en base al género.</p>	<p>- Mama vive y trabaja con su marido. Reagrupada, es segunda esposa. Empleó el dinero en gastos del negocio y en enviar a su familia de orientación.</p> <p>- Penda reagrupada, sin hijos, trabaja con su marido. Gastó el dinero de las tontinas en mercancía para los negocios, y en gastos de la casa.</p> <p>- Fatou reagrupada, mujer única, trabaja con su marido. Le dio el dinero a su marido para comprar más mercancías.</p>

Fuente: Ródenas (2014).

¹³ Guyer (1988) subraya que algunas parejas participan en los fondos de ahorro cooperativamente, mientras que otras no, y apunta que el estudio de las asociaciones de crédito puede contribuir a iluminar la participación de hombres y mujeres en el proceso de toma de decisiones (Ibíd., p.165).

¹⁴ Entre las actividades gestión capital social podemos establecer el trabajo parental y el trabajo de cuidados, la cocina como espacio social, la ostentación a través del propio cuerpo, y la participación en ceremonias comunitarias y/o familiares. Ver Ródenas, 2014.

En conclusión, podemos ver cómo, en el patrón de fondo común, el dinero de las tontinas es utilizado para cumplir con las obligaciones asignadas en la división de tareas en base al género, para invertir en los propios negocios, sean éstos compartidos con su marido o no, y como remesas para la familia de orientación. Mientras en el patrón de administración independiente las mujeres han invertido las tontinas en terrenos y casas en sus lugares de origen.

4. Recapitulando: asociacionismos, género y agencia

A través del proceso de transformación de la Asociación de Inmigrantes Senegaleses, hemos podido ver cómo se han ido articulando la constitución y el funcionamiento de las diferentes *da'iras* y, específicamente, cómo ha sido la integración de las mujeres en los diversos asociacionismos de la ciudad.

La participación de las senegalesas en las diferentes *da'iras* y asociaciones y los diferentes usos que han hecho de las tontinas, ha venido mediada por el contexto familiar y social que las envolvía. Por un lado, las mujeres que no han encontrado una colaboración económica en sus hogares conyugales han utilizado el dinero de las tontinas para establecer terrenos y casas en sus lugares de origen, una labor que en las ideologías de género suele corresponder a los hombres ejercer. Y por otro, las mujeres que sí disfrutaban de un relativo bienestar en sus hogares conyugales, han dirigido su agencia hacia el cumplimiento de sus labores asignadas en las relaciones de género, cumpliendo sus tareas en el hogar conyugal, enviando remesas a sus propias familias transnacionales, e invirtiendo, además, en sus propios negocios, sean éstos compartidos con su marido o no.¹⁵ De esta manera, las mujeres senegalesas, han utilizado los espacios asociativos como, primero, lugares donde proveerse de recursos -económicos, sociales y simbólicos- y, segundo, lugares desde donde ejercer su agencia.

En definitiva, las *da'iras* en contexto migratorio se convierten en espacios que condensan la legitimidad de poder actuar, a la vez que espacios que posibilitan poder reinventarse. En este sentido las mujeres senegalesas han usado las *da'iras* no sólo como lugares de encuentro y apoyo, sino también como pozo de recursos económicos y sociales que, como veíamos, se usan de formas tan diferentes como formas hay de ser mujer. Al menos en contexto migratorio, las *da'iras* han resultado ser no tanto un espacio de culto religioso donde los hombres suelen ser las figuras predominantes, sino más bien lugares de expresión y de apoyo económico y social para las migrantes senegalesas. Es necesario señalar esta posibilidad de agencia ejercida desde espacios tan singulares como las *da'iras* femeninas, a la vez que subrayar las diferentes formas de agencia que pueden ejercerse en función del contexto en el que vive la mujer, si queremos ubicar a las mujeres senegalesas como interlocutoras válidas frente a las representaciones que las asocian a posiciones de pasividad y dependencia hacia sus hombres, y entender, así, mejor el concepto de agencia, condicionada en sus diferentes contextos específicos (Ahearn, 2001; Bilge, 2010; Mahmood, 2008).

¹⁵ Estas diferentes estrategias que han desarrollado, se han traducido en diferentes formas de participación y visibilización de su persona en las redes sociales, ya que las mujeres que se encuentran en situaciones de relativa dificultad en sus hogares conyugales son las que más comúnmente han acudido a las redes sociales -esto es asociaciones civiles y *da'iras*- en busca de recursos económicos, sociales y simbólicos (Rodenas, 2014).

Referencias

- Ahearn, Laura M. (2001), "Language and agency", *Annual Review of Anthropology*, 30, 109-137.
- Ardener, Shirley (2010), "Microcredit, money transfers, women, and the Cameroon diáspora", *Afrika Focus*, 23(2), 11-24.
- Bava, Sophie (2003), "De la 'baraka aux affaires': ethos económico-religieux et transnationalité chez les migrants sénégalais mourides", *Revue européenne des migrations internationales*, 19(2), 69-84,
- Bilge, Sirma (2010), "Beyond subordination vs. resistance: an intersectional approach to the agency of veiled muslim women", *Journal of Intercultural Studies*, 31(1), 9-28.
- Carter, Donald Martin (1997), *States of Grace. Senegalese en Italy and the New European Immigration*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Costa Dias, Eduardo (2009) "Cofradías musulmanas y movimiento de *Da'wa*: dos concepciones del islam en África occidental", in Ferran Iniesta (ed.), *El islam del África Negra*, Barcelona: Bellaterra, 39-59.
- Coulon, Christian (2009), "Las dinámicas del Islam en el África negra en el umbral del siglo XXI: entre lo local y lo global, el islam como 'derivación'", in Ferran Iniesta (ed.), *El islam del África Negra*, Barcelona: Bellaterra, 61-78.
- Evers Rosander, Eva (2003), "Mam Diarra Bousso: the mourid-mother of Porokhane, Senegal", *JENdA: A Journal of Culture and African Women Studies*, Issue 4.
- Guèye, Ch. (2009), "Del lugar común a los "lugares momentos", la cofradía muride y sus nuevas fronteras", in Ferran Iniesta (ed.) *El islam del África Negra*, Barcelona: Bellaterra, 91-113
- Guyer, Jane I. (1988) "Dynamic approaches to domestic budgeting: cases and methods from Africa", in Daisy Dwyer y Judith Bruce (eds.), *A home divided. Women and income in the Third World*. Standford, California: Standford University Press, 155-172.
- Hoodfar, Homa (1988), "Household budgeting and financial management in a lower-income Cairo neighborhood", in Daisy Dwyer y Judith Bruce (eds.), *A home divided. Women and income in the Third World*. Standford, California: Standford University Press, 120-142
- Jabardo Velasco, Mercedes (2006), *Senegaleses en España. Conexiones entre origen y destino*. Madrid: Ministerio de trabajo y asuntos sociales
- Jabardo Velasco, Mercedes (2011), "Las lógicas de la inmigración senegalesa en España", *Revista de derecho migratorio y extranjería*, 28, 87-100
- Lacomba Vázquez, Joan (2001), "Inmigrantes senegaleses, Islam y Cofradías", *Revista Internacional de Sociología*, 29, 163-187.

Mahmood, Saba (2008), "Teoría feminista y el agente social dócil: algunas reflexiones sobre el renacimiento islámico en Egipto", in Liliana Suárez Navaz y Rosalva Aída Hernández (eds.) *Descolonizando el feminismo*. Madrid: Cátedra, 165-221

Massó Guijarro, Ester (2013), "La Dahira de Mame Diarra en la diáspora: ¿un desafío al patriarcado murid?", *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 1, 125-144.

Quiminal, Catherine (1998) "Comment peut-on être africaines en France?", *Journal des anthropologues*, 72-73, 49-61.

Ródenas Cerezo, Beatriz (2014), *Redes, matrimonio y agencia. Mujeres transnacionales entre Valencia y Senegal*. Tesis Doctoral. Elche: Universidad Miguel Hernández.

Sow, Papa y Tété, Kokouvi (2007), *Cajas de ahorro populares africanas en Cataluña: tipos y formas de prácticas financieras sumergidas de los inmigrantes*. Consultado el 17 de diciembre de 2014, disponible en

http://www.zef.de/module/register/media/c9aa_AHORROS%20POPULARES%20INMIGRANTES%20EN%20EUROPA.pdf.

Stichter, Sharon B. (1988), "The middle-class family in Kenya: changes in gender relations", in Sharon B. Stichter y Jane L. Parpart (eds.), *Patriarchy and Class. African women in the home and the workforce*. Boulder, Colorado: Westview Press, 177-203.

Guerra e paz em Moçambique. O poder colonial e o impacto do Islão (séc. XX e XXI): Estudo de caso nas províncias de Tete e da Zambézia¹

Olga Iglésias,² Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA), CSG do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa
iglesias.olga@gmail.com

Resumo: O centro e o Norte de Moçambique têm desempenhado nos nossos dias uma importância geoestratégica nacional, devido aos seus vastos recursos agrícolas e minerais. No presente estudo de caso nas Províncias da Zambézia e de Tete, é possível observar como foi o impacto do Islão, em relação à violência do Estado colonial e pós-colonial.

Que papel desempenharam as diferentes comunidades em presença, sobretudo as islâmicas e as islamizadas, ao ocupar essas importantes zonas, ricas no solo e subsolo? Que papel desempenhou o movimento associativo islâmico em relação às autoridades coloniais e aos movimentos independentistas?

Revisitando e cruzando as fontes disponíveis nos arquivos, sobretudo no Arquivo Histórico de Moçambique é possível constatar a expansão do Islão, analisando os relatórios da administração colonial, entrevistando os actores sociais desse processo, compreendendo a complexidade do fenómeno, antes e depois da independência, permitindo assim repensar a violência, a reconstrução e a reconciliação na sociedade moçambicana.

Palavras-chave: África, Oceano Índico, Moçambique, Islão, Movimentos Independentistas

Introdução

O presente texto insere-se no Projecto de pós-doutoramento intitulado “O poder colonial e o impacto do Islão em Moçambique”, 1954-1974, orientado pela Professora Doutora Joana

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Islão e Islamismo em África”.

² É desde dezembro de 2009 Investigadora no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA), no CSG do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), da Universidade de Lisboa. Doutorada em História Económica e Social, em 2009, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a tese: “O Movimento Associativo Africano em Moçambique. Tradição e Luta. 1926-1962”, orientada pelos Professores Doutores Fernando Rosas e Jill Dias. Na fase de pós-doutoramento, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), investiga: “O poder colonial e o impacto do Islão em Moçambique. 1954-1974”, orientada pela Professora Doutora Joana Pereira Leite, tendo apresentado em congressos e revistas nacionais e internacionais o progresso da pesquisa. Desde outubro de 2013 integra o Instituto de História Contemporânea como Investigadora no Grupo de História Política Comparada.

Pereira Leite do CEsa/CSG/ISEG/UL e desenvolvido com uma bolsa da FCT. Tem como finalidade: O estudo de caso – As comunidades islâmicas moçambicanas.

Os seus objectivos principais são os seguintes:

1. Identificar as comunidades islâmicas em Moçambique;
2. Verificar o impacto do islão no movimento associativo moçambicano;
3. Analisar as relações dos Povos de Moçambique com o poder colonial e os movimentos independentistas: A MANU (Mozambique African National Union/ União Nacional Africana de Moçambique), criada em 1959 a partir de associações mutualistas, entre essas, a União Maconde de Moçambique, fundada em 1954; A UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique), criada em 1960; A UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente) de 1961 e a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), fundada a 25 de Junho de 1962, problematizando a Guerra e a Paz.
4. Analisar as vivências e trajectórias das famílias islâmicas decorrentes dos processos de colonização e descolonização;
5. Conhecer as realidades da comunidade islâmica originária de Moçambique actualmente imigrante em Portugal;
6. Aferir do relacionamento entre a comunidade imigrante islâmica e a sociedade portuguesa;
7. Confrontar e problematizar os resultados da pesquisa, no sentido de desenvolver linhas analíticas que permitam aferir da importância do movimento associativo de inspiração islâmica na construção do Moçambique independente.

Estado da Arte

No caso de Moçambique, apesar de importantes estudos desenvolvidos por ALPERS, BONATE, LEITE, KHOURIE, MACAGNO, MEDEIROS e VAKIL, como podemos ver na Bibliografia apresentada, este estudo está por fazer, pois se o regime colonial português numa pesquisa aplicada para controlar a comunidade islâmica produziu uma série de estudos, que os SCCIM preservaram, igualmente os movimentos independentistas a integraram, como atestam os documentos por nós encontrados no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane e, em pastas reservadas do saudoso Professor Fernando Ganhão, historiador da FRELIMO, que preparava uma História de Moçambique, debatendo questões como a identidade, o nacionalismo e, nos nossos dias um Islão que se pretende afirmar como Africano, Moçambicano.

Metodologia

Pergunta de partida: Qual foi o papel das comunidades islâmicas na construção de Moçambique independente?

Hipóteses

1. As comunidades islâmicas foram completamente controladas pelo regime colonial?
2. Controladas pelo regime, desenvolveram iniciativas de afirmação independentista?
3. Subordinação e resistência ao poder colonial coexistiram?

Esquemáticamente apresenta-se as diferentes perspectivas nos caminhos seguidos:

Em primeiro lugar disciplinar, isto é, tendo em conta que a História estuda as marcas do passado, problematiza o presente e projeta o futuro. A História Social em particular, a que se

desenvolveu no presente trabalho de pesquisa procurou compreender a complexidade da sociedade moçambicana.

Por outro lado, interdisciplinar, cruzando os olhares da História com a Sociologia, a Antropologia Cultural, a Psicologia, a Ciência Política e a Ciência das Religiões.

Os métodos seguidos: empírico e comparado, combinando os métodos qualitativos e quantitativos.

Finalmente, de destacar o cruzamento da informação disponível nas fontes orais, escritas e iconográficas, que passamos a desenvolver.

Desenvolvimento da pesquisa

Caracterizando o universo estudado pela análise das fontes orais, efetuou-se nove entrevistas em Quelimane mais dezassete em Tete, o que perfaz vinte e seis ao todo, sendo dezassete homens e nove mulheres. O mais novo dos entrevistados, estudante com vinte e um anos em Tete e a mais velha, esposa de régulo, de oitenta e três anos em Quelimane. Quanto à profissão, verificou-se que a maioria era composta por onze comerciantes, seguida de nove antigos combatentes das Forças Populares de Moçambique, enquadrados na Associação de Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN), sendo três homens e seis mulheres e uma minoria de chefes religiosos, dois, um Califa em Quelimane e um Sheik em Tete.

As entrevistas semiestruturadas permitiram conhecer as iniciativas de quatro associações em Quelimane e igualmente quatro em Tete, portanto oito instituições. Assim, nomeadamente a Província da Zambézia tem as seguintes:

- Associação Muçulmana Portuguesa da Zambézia, com estatutos de 1957 e que se mantém até aos nossos dias, deixando cair o adjetivo de Portuguesa (três entrevistas);
- Grupo Desportivo Iquebal de Quelimane, existente desde os anos 60 do século passado (uma entrevista);
- Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique, registada no Departamento de Assuntos Religiosos (DAR) do Ministério da Justiça (MJ), em 2006 que defende a existência de um Califado em Moçambique, organizado geograficamente em três zonas: Norte, Centro e Sul, com sede em Quelimane (quatro entrevistas). (Ver documentação em Anexo);
- Associação de Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN), (uma entrevista);

Na Província de Tete:

- Indian Mahomedan Association (1934-1935) que deu lugar à Associação Mahometana de Tete e na pós-independência à Associação Muçulmana de Tete (sete entrevistas);
- Dharul Ulum Amir Muavia UMAT (sem entrevistas). (Ver a Gravura 21);
- Associação de Antigos Combatentes da Luta de Libertação Nacional (ACLLN), (oito entrevistas).

A Hermenêutica e a Heurística por nós praticadas em fontes escritas primárias e secundárias existentes no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) foram o suporte documental mais significativo do presente texto que pretende fazer a reconstituição das marcas do passado das associações islâmicas acima referidas. (Ver a Bibliografia)

O confronto do material produzido pelas autoridades coloniais em relatórios da administração civil, dos chamados negócios indígenas, do exército e da polícia com o dos movimentos independentistas, sobretudo o da FRELIMO sugere uma rede clandestina operativa com iniciativas de afirmação identitária, moçambicana, na designação de “subversiva”, no tempo colonial. Um facto importa assinalar: a função de “controlo” das comunidades muçulmanas, tanto do aparelho do Estado colonial como do pós-colonial, revelando-se assim como um fenómeno de continuidade.

Todavia, os detalhes mais coloridos são descobertos nas fontes iconográficas. A imagem, como cápsula do tempo, deu-nos pormenores significativos do convívio social que, interpretados nos ajudam a compreender a complexidade da sociedade colonial e os fenómenos de guerra e de Paz. (Ver as Gravuras em anexo)

Conclusão

Fazendo um ponto de situação na análise de dados e nas suas limitações verifica-se que há aspectos em comum nas duas Províncias, onde o crescimento económico no sector da agricultura, sobretudo na Zambézia e no da mineração, em Tete levaram a que se mantivessem muito ativas as comunidades islâmicas na religião e no comércio. Consta-se que as Associações no terreno são de maioria Sunni e minoritariamente Wahbita (ex. a UMAT). Foram identificados igualmente alguns elementos da comunidade xiita, Ismailis mas, que muito recentemente se estabeleceram em Moçambique, já que em 1973 as famílias receberam instruções do seu líder espiritual para abandonar Moçambique e, só após a independência regressaram.

Para além das diferentes ordens atrás mencionadas, importa destacar os aspectos distintos verificados. Assim, na sociedade crioula da Zambézia é notória a maior influência Árabe na costa, onde predominam os Afro-Islâmicos enquanto no interior é maior a influência Asiática/Indiana, tal como em Tete.

A importância da investigação mantém-se na busca incessante de aspectos subjetivos entre os quais se destaca a reclamação de uma identidade Moçambicana, por parte de famílias entrevistadas e, de iniciativas objetivas de diálogo e tolerância inter-religiosa. Novos problemas surgem como se pôde observar com a vinda de estrangeiros muçulmanos vindos da Nigéria, do corno de África e, mesmo de países do Norte do continente, onde a instabilidade política tem incentivado a migrações forçadas. A solidariedade islâmica aí funciona, tornando-se as mesquitas pequenas para receberem tão grande número de fiéis.

Num ambiente de multipartidarismo, próprio do período de transição para uma democracia importa igualmente destacar a força das Associações Islâmicas na frágil sociedade civil Moçambicana, em busca da Paz. Nesses movimentos cívicos como as marchas, reivindicando o fim da corrupção, da onda de raptos e da guerra são as mulheres a força mais dinâmica e visível.

Referências Bibliográficas

Fontes orais

1. Augusto Munhal Nobre, Quelimane, 12-04-14 e 14-04-14.
2. Zeferino Veloso Muinge, Quelimane, 12-04-14 e 13-04-14.
3. Maria João Luís Pereira, Quelimane, 12-04-14.
4. Elisabeth Muinge, Quelimane, 12-04-14.
5. Omargy Issá, Quelimane, 13-04-14.
6. Jacinto Música Mbedo, Quelimane, 14-04-14.

- 7.Hussene Ragú Ramos, Quelimane, 14-04-14.
- 8.Isaac Mussa Ragú, Quelimane, 14-14-14.
- 9.Horácio Galassau, Tete, 16-04-14.
- 10.Elias Kamuendo Niquisse, Tete, 16-04-14.
- 11.Sheik Ussemane Hassane, Tete, 16-04-14.
- 12.Domingo Mafala Injaba (Aboubakar), Tete, 16-04-14.
- 13.Lucia Samsung, Tete, 17-04-14.
- 14.Maria Paula Motsi, Tete, 17-04-14.
- 15.Mista Ameni Mateus, Tete, 17-04-14.
- 16.Manuel Camzimbe, Tete, 17-04-14.
- 17.Elisa Caliche, Tete, 17-04-14.
- 18.Belina Pita Framenga, Tete, 17-04-14.
- 19.Mamad Acub, Tete, 17-04-14.
- 20.Nairla Mamane Taibo, Tete, 17-04-14.
- 21.Mohmed Mobin, Tete, 18-04-14.
- 22.Farouk Mobin, Tete, 18-04-14.
- 23.Naizma Mobin, Tete, 18-04-14.
- 24.Burhane Abdul Remane Mussagy, Tete, 19-04-14.
- 25.Abdul Gafar Mamade Gafur Benabena, Tete, 20-04-14.
- 26.Iunusse Ismael, (Quelimane), Maputo, 07-08-10 e 26-04-14.

Fontes escritas

Primárias

Fundo da Direcção dos Serviços de Administração Civil, Secção A “Administração”:

Proc. 27/216 – Associação Muçulmana Portuguesa da Zambézia, (1957), cx. 37.

Proc. 27/438 – Associação Indo-Mahometana de Tete, (1935), cx. 14.

Relatórios das Inspeções

Castel-Branco, Adelino Santos Ferrão, (1952), “Relatório da Inspeção Ordinária à Intendência de Tete”. Lourenço Marques, 30-10-1952, cx. 1480.

Teixeira, Manuel Metello Raposo de Liz, (1957), “Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição da Angónia”. Nova Lusitânia, 05-11-1957, cx. 1480.

Teixeira, Manuel Metello Raposo de Liz, (1958), “Relatório da Inspeção Ordinária à Circunscrição de Sena”. (s/l.), 20-10-1958, cx. 1480.

Fundo da Inspeção dos Serviços de Administração e Negócios Indígenas (ISANI)

PIRES, Júlio Augusto, (1949), “Relatório da Inspeção Ordinária à Câmara Municipal de Quelimane”. (s/l.), 12-11-1949, cx. 67.

Secção Especial

“Acta das Sessões da Reunião dos Administradores e do Intendente com o Governo do Distrito”. Tete: Governo do Distrito de Tete, 1966-1970. *In SE*, a III, p. 10, nº 237.

“2ª. Conferência de Administradores do Concelho e Circunscrições de Tete”. Tete: Governo do Distrito de Tete, 1967. *In SE*, a V, p. 6, nº 245.

Costa, Manuel Danilo Fernandes da, (1970), “Relatório de 1966-1969. Câmara Municipal de Quelimane”. Quelimane, 31-12-1969. *In SE*, a III, p. 6, nº? [cx. 81-85]

Freitas, Romeu Ivens Ferraz de, (1965), “Conquista da Adesão das Populações”, 2 vols. Lourenço Marques: SCCIM. *In SE*, a III, p. 6, nº. 22.

Garcia, António, (1978), “Breve História de Tete”. Tete. *In SE*, a II, p. 9, nº. 79.

Grilo, Victor Hugo Velez, (1972), “Estudo. Aspectos Sócio-Políticos (Distrito de Tete)”. Lourenço Marques: SCCIM. *In SE*, a III, p. 6, nº. 16.

“Relatório do Ano de 1964. Instrução e Culto”. Tete: Diocese de Tete. *In SE*, a V, p. 2, nº.58.

“Relatório Anual”. Quelimane: Diocese de Quelimane, 1973. *In SE*, a V, p. 6, nº. 236-1.

Arquivo da FRELIMO

Presidência, (1962-1972), cx. 3.

Presidência, (1963-1968), cx. 8.

Departamento de Defesa (DD), Tete, 1972, Fichas Individuais.

Departamento de Defesa (DD), Tete, 1973, Informações.

Secundárias

Alpers, Edward A. (1999), “Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique”, in *Lusotopie: Enjeux contemporains dans les espaces lusophones*. Paris: Karthala, 165-184.

Arpac (2013), *Vida e Obra de Francisco Manyanga (1931-1973)*. Maputo: ARPAC.

Bonate, Liazzat J. K. (2006), “Matriliney, Islam and Gender in Northern Mozambique”, *Journal of Religion in Africa*, 36, (2), 139-166.

- Bonate, Liazzat J. K. (2007), “Roots of Diversity in Mozambican Islam”, *Lusotopie*, 14(1), 129-149.
- Bonate, Liazzat J. K. (2007), “Islam and Chiefship in Northern Mozambique”, *ISIM Review*, 19, 57-57.
- Bonate, Liazzat J. K. (2008), “O Islão Negro: As Abordagens Coloniais do Islão no Norte de Moçambique”, *Revista do Religare*.
- Cahen, Michel, (1998), *L'État Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique*. Lisboa: CEsa/ISEG.
- Coelho, João Paulo Borges (1989), *O Início da Luta Armada em Tete, 1968-69: A 1ª Fase da Guerra e a Reacção Colonial*. Maputo: AHM/UEM.
- Coelho, João Paulo Borges (1994), “A «Primeira» Frente de Tete e o Malawi”, *Arquivo*, 15, 43-107.
- Coelho, João Paulo Borges; Souto, Amélia Neves de (2005), “História de Moçambique”, in Cristóvão, Fernando (dir. e coord.) et al., *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa: Texto Ed., 483-493.
- Depelchin, Jacques (1983), “African anthropology and history in the light of the history of Frelimo”, *Contemporary Marxism*, 7, 69-88.
- Dias, Eduardo (1946), “Um Problema – O Islamismo e a sua Penetração na África Negra”, *Rumo. Revista da Cultura Portuguesa*, 1, 6, 222-243.
- Dias, Eduardo Costa (2009), “Hermandades musulmanes y movimientos da' wa: dos concepciones d' Islam en l' Oeste Africano”, in Iniesta, Ferrán (ed.), *El Islam del Africa Negra*. Barcelona: Bellaterra, 37-58.
- Freitas, João da Costa (s/d.), “Movimentos subversivos contra Moçambique”, in *Moçambique*, Curso de Extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 317-337.
- Garcia, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença (2001), *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-74)*. Porto: Universidade Portucalense. Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em História.
- Henriksen, Thomas, (1983), *Revolution and counter-revolution: Mozambique's war of independence, 1964-1974*. Westport, Connect / London: Greenwood Press.
- Leite, Joana Pereira; Khouri, Nicole (2012), *Os Ismailis de Moçambique. Vida Económica no Tempo Colonial*. Lisboa: Edições Colibri.
- Khouri, Nicole; Leite, Joana Pereira (2014), *Khojas Ismaili du Mozambique Colonial à la Globalisation*. Paris: L' Harmattan.
- Macagno, Lorenzo Gustavo (2004), “Uma domesticação imaginária. Representações coloniais e comunidades muçulmanas no norte de Moçambique”, *Travessias. Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 4-5, 181-205.
- Macagno, Lorenzo Gustavo (2006), *Outros muçulmanos. Islão e narrativas coloniais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Macagno, Lorenzo Gustavo (2007), “Les Nouveaux Oulémas: la recomposition des autorités musulmanes au Mozambique”, *Lusotopie*, 14, 151-177.

- Machaqueiro, Mário Artur, Monteiro, Fernando Amaro; Vakil, AbdoolKarim (2011), *Moçambique: Memória Falada do Islão e da Guerra*. Coimbra: Almedina.
- Medeiros, Eduardo, *Mwèri Mwamkhàni (Lua Crescente). O Islão e a construção identitária macua*. Porto: Afrontamento [no prelo.]
- Mondlane/Machel (1974), *A FRELIMO e a Revolução*. Lisboa: Ed. Maria da Fonte.
- Monteiro, Fernando Amaro (1989), “As Comunidades Islâmicas de Moçambique: Mecanismos de Comunicação”, *Revista Africana*. Separata 4, Porto: Universidade Portucalense, 65-89.
- Monteiro, Fernando Amaro (1993), “O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique, 1964-1974)”. Porto: Universidade Portucalense.
- Monteiro, Fernando Amaro (2014), *Eu Vivi a Queda do Império. “Factos e Personagens Verídicos”*. (s.l.): Letras Itinerantes.
- Moreira, Adriano (1956), *Política Ultramarina*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Morier-Genoud, Eric (2002), “L’islam au Mozambique après l’indépendance”, in *L’Afrique politique, Islams d’Afrique: entre le local et le global*. Paris: Karthala, 123-146.
- Neves, Olga Iglésias (2008), “A Colónia de Moçambique nos séculos XIX e XX. Aspectos políticos, económicos e sociais”, in Fernandes, José Manuel *et al.*, *Moçambique. Cidades, Território e Arquitecturas: 1875-1975*. Lisboa: Ed. Autor, 14-47 e 247-248.
- Newitt, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Pachinuapa, Raimundo (coord.) (2011), *Memórias da Revolução 1962-1974. Colectânea de entrevistas de combatentes da Luta de Libertação Nacional*. [Vol. 1]. Maputo: CPHLLN.
- Penvenne, Jeanne Marie (1998), “Mozambique: a tapestry of conflict 1960-1995”, in Birmingham, David e Martin, Phyllis, *History of Central Africa: The contemporary years since 1960*. [Vol. 3]. London: Longman, 231-309.
- Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Tete (PEUT)*, (2011). Tete: Conselho Municipal de Tete (CMT).
- Ribeiro, Gabriel Sérgio Mithá (2000), *As Representações Sociais dos Moçambicanos: do passado colonial à democratização. Esboço de uma cultura política*. Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa.
- Ricoeur, Paul (2007), *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Silva, Teresa Cruz e (2005), “Religiões em Moçambique”, in Cristovão, Fernando (dir. e coord.) *et al.*, *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Ed., 885-886.
- Souto, Amélia Neves de (2007), *Caetano e o ocaso do «Império». Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Vakil, AbdoolKarim (2004), “Do Outro ao Diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 5/6, 283-312.
- Vakil, AbdoolKarim (2004), “Pensar o Islão: Questões coloniais, interrogações pós-coloniais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 17-52.

Fontes iconográficas

Gravura 1 – O Islão na atualidade. Fonte: *Revista Super Interessante*, fevereiro de 2002.

Gravura 2 – População e Religião em Moçambique, 1997. Fonte: II Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1997.

Gravura 3 – Grupos Religiosos em Moçambique, 2007. Fonte: III Recenseamento Geral da População em Moçambique, 2007.

Gravura 4 – Mapa da Província da Zambézia. Fonte: Consulta a 22-04-14 em http://www.zambezia.gov.mz/img/turismo/cdelgado_large.jpg/image_view_fullscreen

Gravura 5 – Postal da Cidade de Quelimane, cerca de 1968. Fonte: Coleção de João Loureiro.

Gravura 6 – Postal da Mesquita Central de Quelimane, cerca de 1968. Fonte: Coleção de João Loureiro

Gravura 7 – Mesquita Central de Quelimane, na Avenida 1 de Julho, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 8 – Interior da Mesquita Central, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 9 – Mesquita Nova de Quelimane no Bairro da Remosa, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 10 – A Comunidade Muçulmana de Quelimane festeja o Ramadã. Fonte: *Jornal Notícias*, 20-08-1971.

Gravura 11 – Cemitério Muçulmano de Quelimane, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 12 – Mesquita da Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique no Bairro do Janeiro, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 13 – Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique, 2008. Fonte: Departamento de Assuntos Religiosos (DAR/Ministério da Justiça (MJ).

Gravura 14 – Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique, 2008. Fonte: In DAR/MJ.

Gravuras 15,16 e 17 – Membros da CMNM, 12-04-2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 18 – Mapa da Província de Tete. Fonte: *Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Tete (PEUT)*, Tete: Conselho Municipal de Tete (CMT), [2011], p. 3.

Gravura 19 – Ponte Samora Machel sobre o Rio Zambeze, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 20 – Mesquita Central de Tete, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 21 – Dharul Ulum Amir Muavia UMAT, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 22 – Cemitério Muçulmano de Tete, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Gravura 23 – Relatório da Inspeção a Tete, 1952. Fonte: AHM, ISANI.

Gravura 24 – Mapa do Distrito de Tete. Fonte: Relatório da Inspeção a Tete, 1952. In AHM, ISANI.

Gravura 25 – Casamento do ano em Tete, 1971. Fonte: *Jornal Notícias*, 24-09-1971.

Gravura 26 – Relatório classificado de Secreto. Fonte: AHM, Secção Especial, SCCIM.

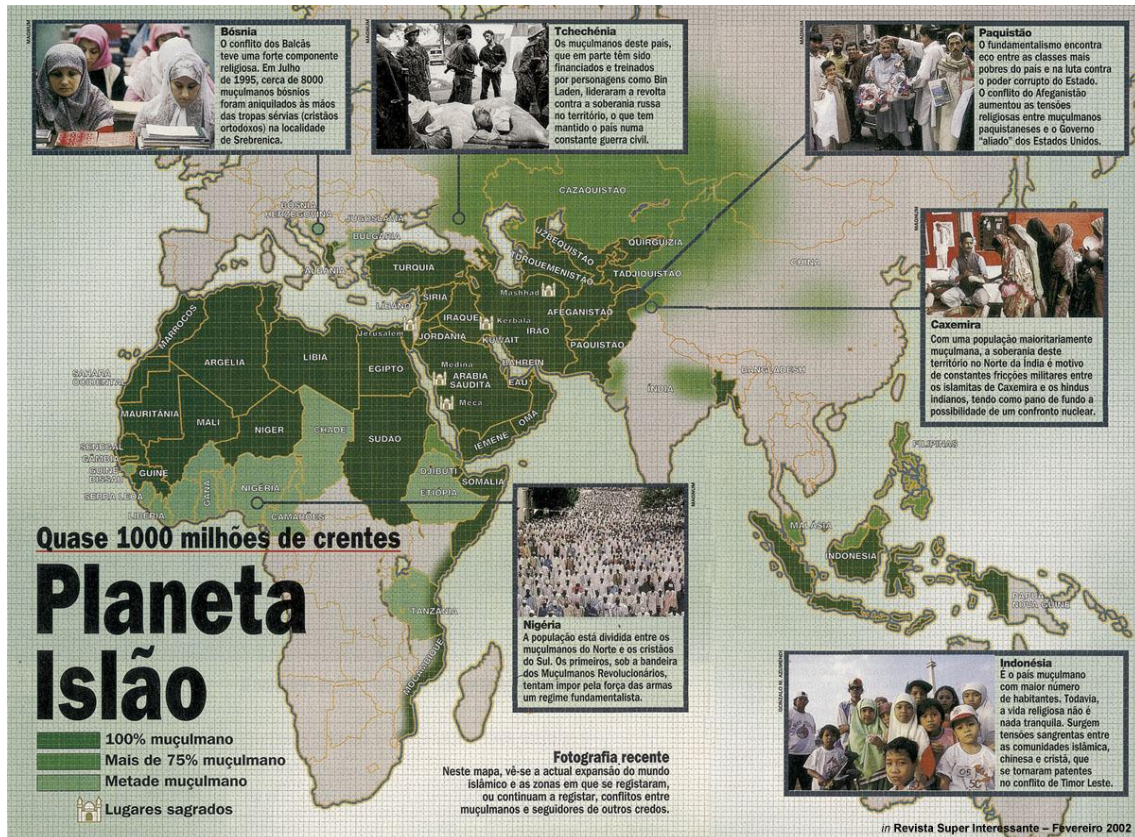
Gravura 27 – Entrevista ao Presidente Samora Moisés Machel, 02-08-1971. Fonte: AHM, Arquivo da FRELIMO.

Anexos

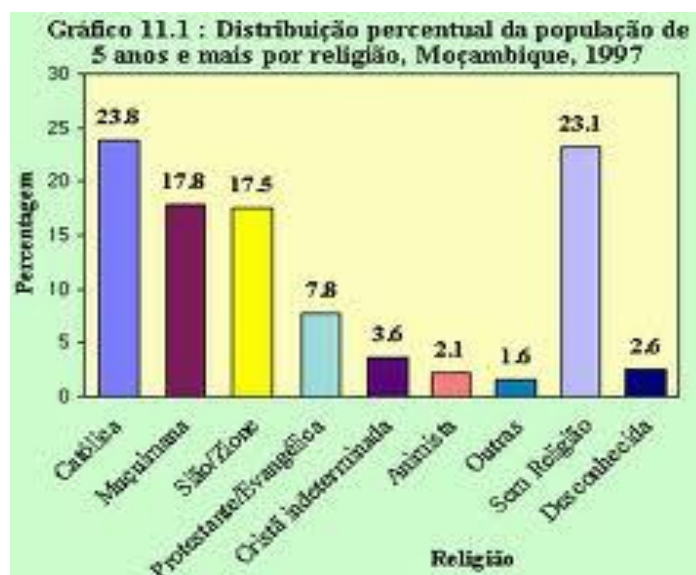
Gravuras selecionadas

Exemplos de Entrevistas

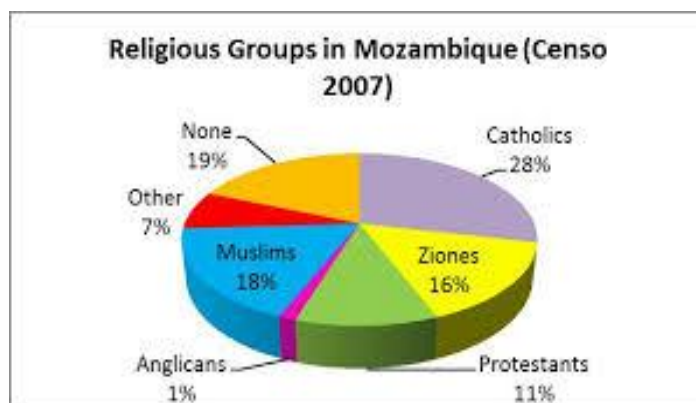
Roteiro de documentos



Gravura 1. O Islão na atualidade.
Fonte: Revista Super Interessante, fevereiro de 2002.



Gravura 2. População e Religião em Moçambique, 1997.
Fonte: II Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1997.



Gravura 3. Grupos Religiosos em Moçambique, 2007.
Fonte: III Recenseamento Geral da População em Moçambique, 2007.



Gravura 4. Mapa da Província da Zambézia.
Fonte: Consulta a 22-04-14 em http://www.zambezia.gov.mz/img/turismo/cdelgado_large.jpg/image_view_fullscreen



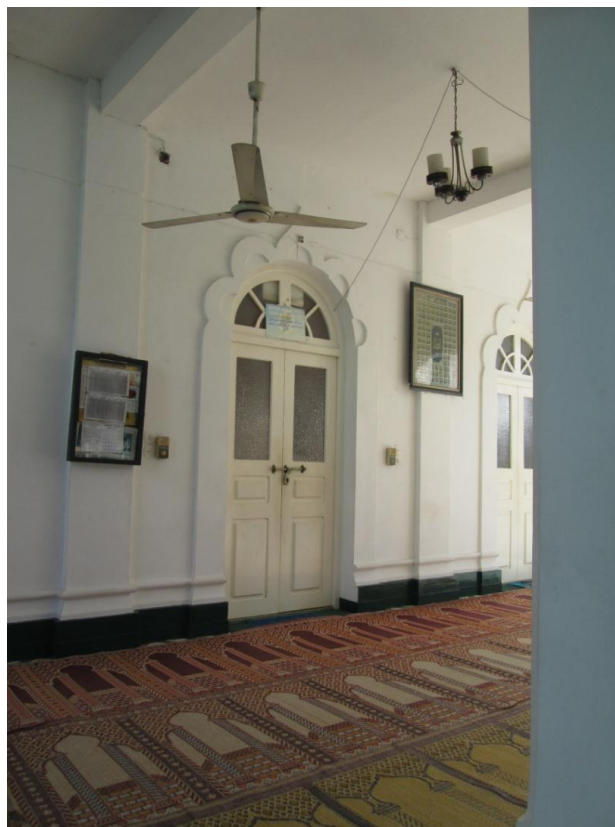
**Gravura 5. Postal da Cidade de Quelimane, cerca de 1968.
Fonte: Coleção de João Loureiro.**



**Gravura 6. Postal da Mesquita Central de Quelimane, cerca de 1968.
Fonte: Coleção de João Loureiro.**



Gravura 7. Mesquita Central de Quelimane, na Avenida 1 de Julho, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



Gravura 8. Interior da Mesquita Central, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



Gravura 9. Mesquita Nova de Quelimane no Bairro da Remosa, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



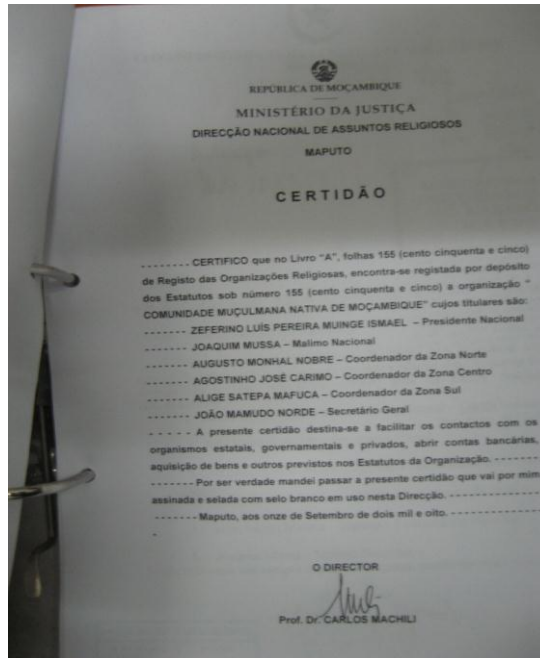
Gravura 10. A Comunidade Muçulmana de Quelimane festeja o Ramadã.
Fonte: Jornal Notícias, 20-08-1971.



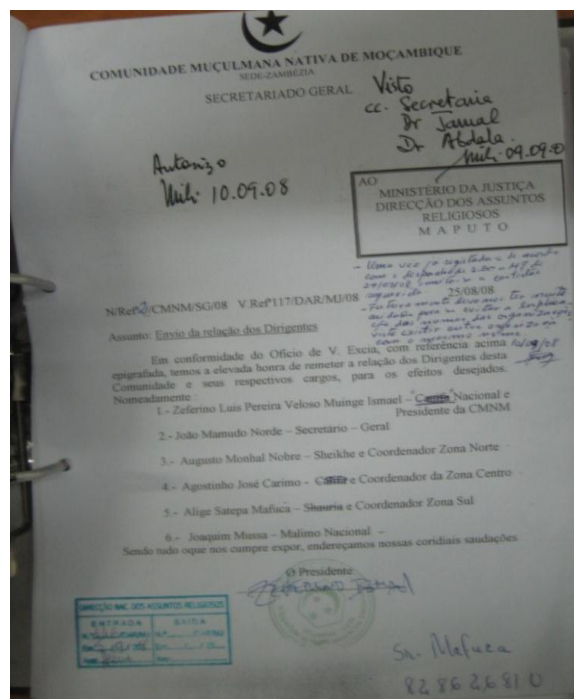
Gravura 11. Cemitério Muçulmano de Quelimane, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



Gravura 12. Mesquita da Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique no Bairro do Janeiro, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



Gravura 13. Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique, 2008.
 Fonte: Departamento de Assuntos Religiosos (DAR/Ministério da Justiça (MJ).



Gravura 14 – Comunidade Muçulmana Nativa de Moçambique, 2008.
 Fonte: In DAR/MJ.



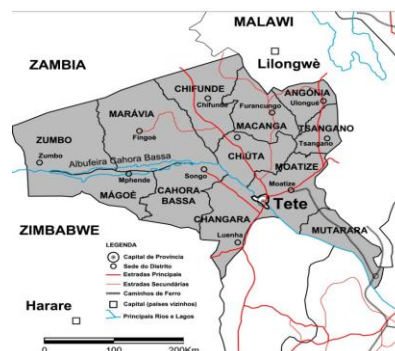
Gravuras 15,16 e 17 – Membros da CMNM, 12-04-2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.

Conversa com Maria João Luís Pereira, Quelimane, 12-04-14

Dados Biográficos

Nasceu no ano de 1931 em Inhassunge, Quelimane, Moçambique, sendo casada com Veloso Muinge Ismael, chefe dos Régulos desta região, Inhassunge e Califa e, portanto, era rainha, filha de João Luís Pereira, engenheiro fabril da Sena Sugar Estates e de Suzana Raposo, doméstica. Teve sete filhos, dois rapazes e cinco meninas – “a sua riqueza”. Todos os filhos estudaram, o que causou estranheza na zona, pois como dizia: “antigamente nas aldeias, as mulheres deviam ir só às machambas!”. “Há muito tempo, as pessoas perguntavam: porque se devia ir à Mesquita? E, à Escola?”. “As outras mulheres perguntavam-lhe porque deixava as meninas irem à Escola?” Hoje, todos vêm a vantagem, pois os filhos estão bem, têm família, trabalho!

Casou com um senhor muito importante, Veloso Muinge Ismael, que foi primeiro Motorista do Governador, de 1948 a 1953. Após a morte do Pai, em 1954 teve de assumir as funções de Régulo e Califa.



Gravura 18 – Mapa da Província de Tete.

Fonte: *Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Tete (PEUT)*, Tete: Conselho Municipal de Tete (CMT), [2011], p. 3.



**Gravura 19. Ponte Samora Machel sobre o Rio Zambeze, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.**



**Gravura 20 – Mesquita Central de Tete, 2014.
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.**

Entrevista a Ussemame Hassane Aligy Ibraimo Cassamo, Tete, 16-04-14

Está ligado à Associação Muçulmana de Tete (AMT), sendo seu presidente o senhor Abdul Gafur. Tem esta associação cerca de 600 membros, homens e mulheres. As senhoras têm a sua própria estrutura, devido às características da religião islâmica. Sobre a Indian Mahomedan Association sabe que foi esta associação, composta de indianos que mandou construir no lugar onde agora existe a Mesquita Central uma mesquita pequena, que em 1969 [?] terá dado lugar ao presente edifício.

Dados da Entrevista em síntese

As actividades da Associação são:

Religião – Mesquita Central e orações nas cadeias feminina e civil. Há ideias de alargar a Mesquita. Neste momento, com a vinda de muçulmanos do Norte de África são agora estes elementos que enchem a Mesquita.

Educação – Nas madrassas, onde estudam rapazes e meninas. Havia uma Escola mas com as dificuldades em pagar aos professores tiveram que a fechar.

Saúde – Há um Comité de Saúde, onde o Sheik é o Presidente. “Festa de Natal do Doente”.
Visitas ao Hospital. Programa de apoio aos cegos.

Assistência – Junto dos mais carenciados. Orfanatos, por exemplo da D. Teresa. Distribuição de refeições. Donativos. Funerais.

Palestras às 5^{as} e sábados sobre assuntos que interessam à Comunidade.

Convívio – Festas no mês do Ramadã

Cultura – Liga Feminina, dança do Tufo, participação em eventos, casamentos, etc.

Desporto – Futebol de salão mas, fraca participação.

Acções cívicas - Marchas pela Paz. Encontro Fraternal das Igrejas.

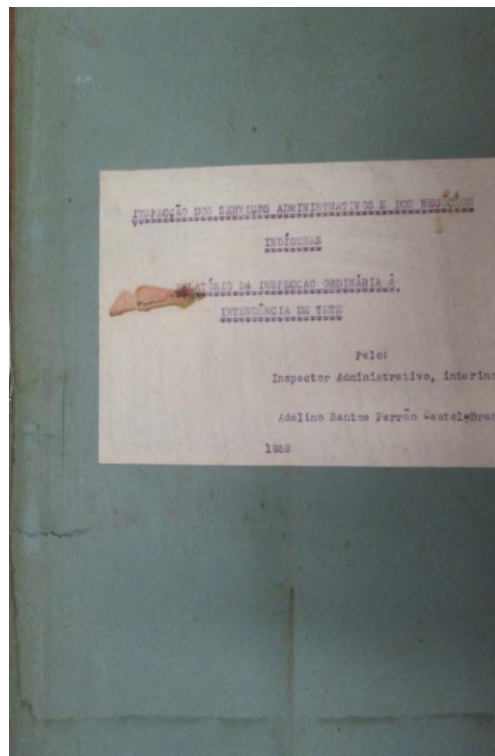


Gravura 21. Dharul Ulum Amir Muavia UMAT, 2014.

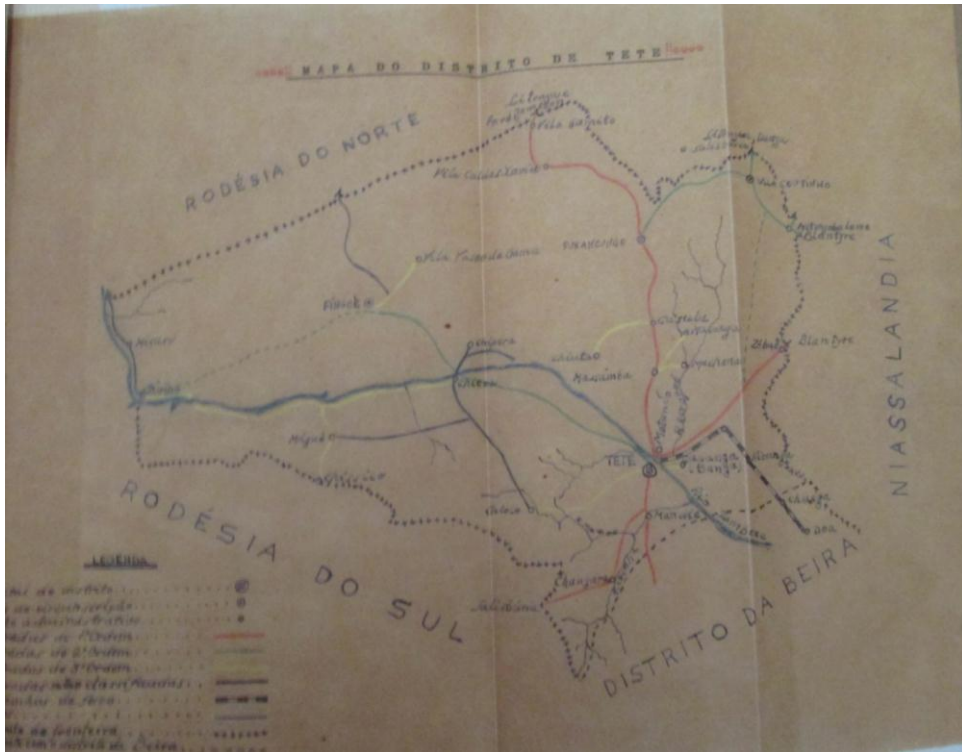
Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



Gravura 22. Cemitério Muçulmano de Tete, 2014. Fonte: Coleção de Olga Iglésias.



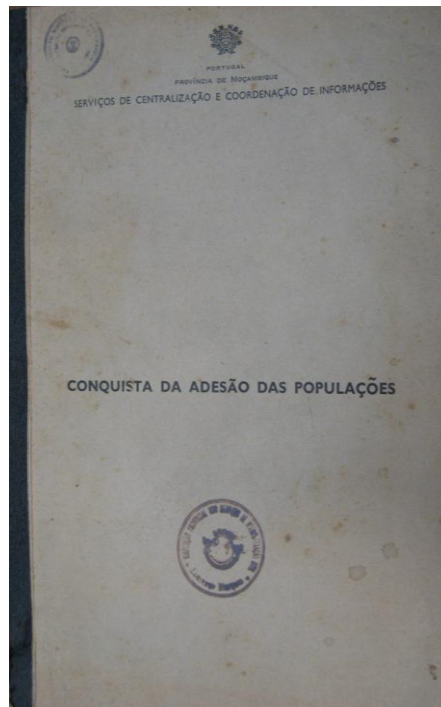
Gravura 23 – Relatório da Inspeção a Tete, 1952.
Fonte: AHM, ISANI.



Gravura 24. Mapa do Distrito de Tete.
 Fonte: Relatório da Inspeção a Tete, 1952. In AHM, ISANI.



Gravura 25. Casamento do ano em Tete, 1971.
 Fonte: Jornal Notícias, 24-09-1971.



Gravura 26. Relatório classificado de Secreto. Fonte: AHM, Secção Especial, SCCIM.

Revista do Comarado Presidente publicada na revista AFRICASIA de 2 de Agosto de 1971.

Título: O ZAMBEZE E TRANSPORTO.

Militante da primeira hora, Samora Machel entrou na classe da destinação desde 1950 e participou, ~~de~~ ao lado de Houphouët-Boigny, à criação do Frelimo, do qual ele tornou-se não só, mas também um dos principais responsáveis político-militares.

Eleito presidente do Frelimo após o assassinato de Houphouët-Boigny, Machel continua pouco conhecido do público estrangeiro, pois sempre lhe refugiara ~~todo~~ toda a publicidade. Ele abre aqui para os leitores de AFRICASIA a situação actual da luta de libertação feita pelo povo de Moçambique.

AFRICASIA: Sabê-se agora que, pela primeira vez no decorrer dos últimos meses, os combatentes do Frelimo estão operando ao sul do Zambeze, junto à fronteira da Rodésia. Como considera a situação militar?

Samora Machel: Excelente. Os portugueses tinham denominado o Zambeze "barreira natural". No último ano, nós tivemos intensificados o trabalho de mobilização e organização das massas na província de Tete; este trabalho permitiu-nos penetrar finalmente para além do Zambeze, para o Sul. A nossa presença neste território é particularmente importante pois nele Moçambique tem fronteiras comuns com a Rodésia e com o Maláui.

É uma região industrialmente desenvolvida, o que nos permitiu mobilizar facilmente a população e sujeitá-la na luta armada. Nós conseguimos as operações militares em Agosto do último, mas nós ~~estamos~~ não publicamos comunicações sobre as nossas actividades para além do Zambeze porque nós não estávamos seguros de fazer progredir a luta. Agora nós estamos certos de lutar sempre as nossas posições e de poder avançar.

Gravura 27. Entrevista ao Presidente Samora Moisés Machel, 02-08 1971. Fonte: AHM, Arquivo da FRELIMO.

Um arquipélago à deriva? Controvérsias sobre as relações externas de Cabo Verde e as eventuais derivações europeístas, africanistas ou atlantistas¹

Eurídice Monteiro,² Universidade de Cabo Verde
euridice.monteiro@docente.unicv.edu.cv

Katia Cardoso,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
katia@ces.uc.pt

Resumo: A análise da política externa de Cabo Verde desde a sua independência em 1975, tem apontado para duas tendências principais: a do período pós-revolucionário (1975-1991), que teria sido marcadamente africanista, e a do período pós-abertura política (1991-2001), de feição europeísta. Está-se, pois, a fixar nesses dois momentos históricos as linhas de orientação ideológica da política externa do país. De todo o modo, a verdade é que um dos motivos de controvérsia tem sido a ancoragem estratégica desta economia insular. Refira-se, a título ilustrativo, ao debate reaberto, recentemente, na sequência da diligência do país em reconciliar a sua política de integração na África Ocidental com a aproximação estratégica à Europa. Neste texto, pretendemos fazer uma breve revisitação de alguns dos argumentos políticos, culturais e ideológicos acerca da ancoragem de Cabo Verde, destacando as posições extremistas: por um lado, aquela que apela à inserção económica internacional orientada no sentido do espaço da União Europeia; por outro, a que adverte que o país deverá mudar de rumo para África.

Palavras-chave: orientação ideológica, política externa, Cabo Verde

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Cabo Verde Hoje - os desafios da (des)construção de um «país modelo»”.

² Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra, é professora da Universidade de Cabo Verde (UNICV). Galardoada com o “Prémio Nacional dos Direitos Humanos 2007”. Além de artigos em revistas especializadas e em coletâneas, é autora dos livros *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde* (Edições UNICV, 2009) e *Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidade, Classe e Género na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde* (Editora da UFPE/Brasil, 2014).

³ Investigadora do Centro de Estudos Sociais (Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz) e doutoranda no Programa Pós-colonialismos e Cidadania Global. Além de artigos em revistas especializadas e em coletâneas, coorganizou (com José Manuel Pureza e Sílvia Roque) o livro “*Jovens e Trajetórias de Violências. Os casos de Bissau e da Praia*” (CES/Almedina, 2012).

Os Precedentes Históricos: Ciência e Mito

Cabo Verde⁴ é um pequeno território arquipelágico. Para análise da sua política externa, é enquadrado como um micro-Estado-insular, sem riquezas minerais de valor económico e, devido à pobreza da terra, é hoje conhecida como uma nação-crioula cuja diáspora encontra-se dispersa entre Europa, América e África.⁵

É de modo crítico, ou fascinante, que se anima a hipótese de Cabo Verde ter sido conhecido antes das navegações portuguesas do século XV. Quer o mistério da *Rotcha Scribida*, na Ribeira da Prata (ilha de São Nicolau), quer ainda da *Pedra do Letreiro*, na Ribeira de Janela (ilha de Santo Antão), suscitam controvérsias. Relativamente à *Rotcha Scribida*, deve-se a um simples fenómeno natural, presença de Jalofos, ou inscrições de piratas?⁶ Em relação à *Pedra do Letreiro*, regista inscrições humanas de germânicos, escandinavos, berberes ou portugueses?⁷

⁴ Este arquipélago tem uma área total de terras emersas de apenas 4033,37 km², que dispõe de um espaço marítimo exclusivo superior a 600 000 km². Situa-se ao largo da zona tropical do atlântico norte, a cerca de 450 km da costa ocidental africana, perto do promontório senegalês que lhe deu o nome. Este arquipélago da extremidade ocidental da faixa do Sahel é composto por dez ilhas de origem vulcânica (nove habitadas) e alguns ilhéus. As ilhas e os ilhéus agrupam-se em dois grupos: Barlavento, composto pelas ilhas de Santo Antão (779 km²), São Vicente (227 km²), Santa Luzia (35 km²), São Nicolau (343 km²), Sal (216 km²) e Boavista (620 km²) e os ilhéus Branco (3 km²) e Raso (7 km²); e Sotavento, composto pelas ilhas de Maio (269 km²), Santiago (991 km²), Fogo (476 km²) e Brava (64 km²) e os ilhéus Grande (2 km²), Luís Carneiro (0,22 km²) e Cima (1,15 km²) (cf. Amaral, 2001 e 2007). Santiago é a maior de todas as ilhas, albergando mais de metade da população residente no território nacional; e Santa Luzia é a menor, sendo a única desabitada. Em termos administrativos, o país encontra-se dividido em vinte e dois concelhos: Santiago é constituído por nove concelhos; Santo Antão e Fogo constituídos por três concelhos; São Nicolau constituído por dois; cada uma das restantes ilhas representa um único concelho.

⁵ Nas ilhas de Cabo Verde, conforme certifica Ilídio do Amaral, “não há riquezas minerais de valor económico, nem sólidas, nem líquidas, nem gasosas. Quanto a fontes de energia, apenas restam as do sol, dos ventos e das águas do mar. Salvo o sal, sobretudo no Sal e na Boavista, e algumas pozolanas em Santo Antão, por todo o lado dominam as rochas vulcânicas, com predomínio das basálticas; os poucos retalhos de formações sedimentares são de valor nulo.” Embora caprichosa, a chuva constitui o elemento dominante da diferenciação estacional. Assim, o clima do arquipélago é caracterizado por duas estações: «tempo das brisas», ou «estação seca», estendendo de Dezembro a Junho; «tempo das águas», ou «estação das chuvas», abarcando apenas três meses, de Agosto a Outubro. Julho e Novembro são considerados meses de transição. Secas e crises marcaram a história e a memória colectiva do arquipélago. Diante disso, além de movimentos migratórios para as ilhas e entre elas, Carreira (1983) testemunha que, provavelmente a partir de finais do século XVII, ou inícios do século XVIII, começavam a se desenhar fluxos migratórios para fora delas, primeiramente nos baleeiros americanos que atingiam os mares do arquipélago, e permitiam aos insulares se aportarem nos Estados Unidos. Tal é o impacto da emigração que hoje a maior parte da população de origem cabo-verdiana se encontra fora do arquipélago.

⁶ Ao falar das referências a inscrições rupestres em Cabo Verde, abarcando o caso da *Rotcha Scribida*, “topónimo que serviu de tema para uma das mais conseguidas mornas características daquela ilha”, João Lopes Filho (2013) recorda que “há quem diga que originalmente o nome daquele local seria Ribeira dos Piratas e não Ribeira da Prata, que a tradição diz resultar do reflexo do sol nas suas águas”. Sendo assim, “as pretensas ‘inscrições’ nela ‘apostas’ e sempre presentes no imaginário sanicolaense, são apresentadas como testemunho deixado por antigos habitantes”. Entretanto, conclui que, “as mesmas foram consideradas [...] como sendo um mero fenómeno natural”. Recorde-se que, no romance *Chiquinho*, Baltasar Lopes fala da “Rocha-Escrevida, em que há letras inscritas pelos piratas, quando desembarcavam aos tiros na praia agreste, atraídos pelo verde dos canaviais”.

⁷ Em relação à *Pedra do Letreiro*, João Lopes Filho (2013) tece considerações sobre a alusão a que fazem em relação às “inscrições existentes na Janela, Santo Antão, como tendo sido insculpidas antes da chegada dos europeus, possivelmente por piratas. Efectivamente, na face voltada para o mar da ‘Pedra do Letreiro’ sita na embocadura da Ribeira do Penedo, encontra-se gravada uma frase encimada por uma cruz. Embora ainda não se ter cuidado em providenciar estudos epigráficos com vista à datação desse letreiro rupestre em que, apesar de bastante corroído pelo tempo e encoberto pelo vandalismo, conseguem-se decifrar a palavra ‘Diogo’ (?) e à frente as letras PTO, que podem corresponder a ‘Pinto’ (ou a siglas de ‘Cristo’), acrescidas de ‘António a fez’ (em português numa caligrafia semelhante à de muitos documentos antigos), para além de a cruz (símbolo do cristianismo) só ter chegado à África com os europeus. Estando a referida pedra muito próxima do ancoradouro da Janela, levanta-se a hipótese de alguém falecido a bordo de alguma embarcação ali aportada, tenha sido enterrado naquele local (haja em vista a cruz que a remata), ou então um possível testemunho deixado pelos primeiros ocupantes europeus da ilha.”

António Carreira (1983) e Elisa Silva Andrade (1996 e 1998) não descartam a hipótese de que, antes da chegada de navegadores a serviço da coroa portuguesa, pelo menos algumas das ilhas eram acidentalmente conhecidas por povos africanos da orla marítima do continente fronteiriço, eventualmente Jalofos, Sèrères e Lêbús, ou ainda por gregos e geógrafos árabes. Um relato histórico anónimo, datado de 1784, que tem sido bastante citado pelos estudiosos, assegura que “Esta ilha se achou já habitada de muitos homens pretos, que por tradição se dizia ter procedido de um rei Jalofu, que por causa de uma sublevação, tinha fugido do seu país com toda a sua família a buscar refúgio, em uma canoa, na costa do continente, mas porque foi acometido de uma veemente tempestade [...] o ímpeto dos ventos fez aportar a canoa nesta ilha, que fica a oeste do mesmo cabo Verde” (*apud* Lopes Filho, 2013). Porém, para Luís de Albuquerque (2001: 23), que debruça sobre este tema na coletânea *História Geral de Cabo Verde*, “mesmo que as vagas informações de tais reconhecimentos viessem a ser consideradas prováveis, essas visitas foram certamente esporádicas, nunca deram lugar a uma ocupação, e fizeram de tal modo esquecidas que os obscuros indícios de que elas se teriam realizado só voltaram a ser falados depois de navegadores do século XV terem chegado às ilhas.”

Senna Barcellos (2003: 21-22) recorda que alguns supõem que “estas ilhas já eram conhecidas dos antigos geógrafos com o nome de *Hesperidas* ou *Gorgonas*, como diz Plínio.” Este historiador refuta tal ideia. Entretanto, no segundo quartel do século XX, coube aos poetas José Lopes da Silva (1929, 1933 e 1952) e Pedro Cardoso (1930) a reinvenção poética do mito da Atlântida e das Hespérides, idealizando a ascendência atlante das ilhas cabo-verdianas e, por esta via, não só inventando um passado lendário quanto à gênese do arquipélago como transgredindo o quadro de referência real e psicológico circunscrito à tradição do colonialismo.

Ana Salgueiro Rodrigues (2012:281) nota que, efetivamente, “estes mitos clássicos e judaico-cristãos, entre os quais [se destacam] os das Ilhas Afortunadas, da Atlântida, das Hespérides, da Ilha de São Brandão ou até do Éden, continuaram a ser actualizados ao longo dos séculos pelas culturas modernas e, em particular, pelas culturas insulares atlânticas que tomaram esse imaginário como seu.” É por essa via que a autora enquadra, por exemplo, *os contos da macaronésia* do cabo-verdiano G. T. Didial. Recorda que “cunhado no século XIX pelo geógrafo e botânico inglês Phillip Baker Webb (1793-1853), a partir dos étimos gregos *makaron* (afortunado) e *nesoi* (ilhas), para, no âmbito da biogeografia, designar cientificamente a região atlântica situada entre as latitudes 15°N e 40°N que abrange os arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Selvagens, de Canárias e de Cabo Verde, Macaronésia, não deixando de ser um termo científico, dotado, nessa exacta medida, de um sentido unívoco comporta também na sua etimologia o eco de diversos mitos insulares que os imaginários ocidentais, desde a antiguidade, cartografaram nebulosamente para além das colunas de Hércules.”

Germano Almeida (2003) informa que “Cabo Verde é tido como fazendo parte de um conjunto denominado Macaronésias [...]; todo o arquipélago é de origem vulcânica e dispõe-se no espaço do mar em forma de uma ferradura com a abertura virada para o ocidente, como se propositadamente tivesse sido feito de costas voltadas para uma África com a qual ainda hoje não aprendeu a conviver.” Recentemente, numa conferência na cidade da Praia, o geógrafo José Maria Semedo (2014) apresentou uma abordagem bastante esclarecedora sobre o ressurgimento do mito da Atlântida, a partir das atuais relações externas de Cabo Verde, para chegar ao que hoje se poderá designar de *macaronésia política*.

As Linhas de Orientação Ideologia da Política Externa de Cabo Verde

Em Cabo Verde, entre as décadas de 1930 e 1960 (época da revista literária *Claridade*), defendia-se um tipo de regionalismo europeu que antevia o arquipélago como um reduto cultural da Europa; em oposição, por outro lado, emergia, com maior dinamismo a partir da década de 1950, uma perceção ideologicamente arreigada de africanidade e que, por isso, gizava um regionalismo africano para as ilhas, como parte de África.

Quanto ao primeiro momento, ainda antes do fervor dos revolucionários, impunha-se o que se pode denominar por uma ideia fixa e fixante de África e um viés essencialista na abordagem do continente africano. Nesta senda, para a geração da revista *Claridade*, a África resumia-se àquilo que era disseminado através da literatura colonial. Nessa ordem de ideias, situavam-se alguns poemas de Jorge Barbosa que, apesar da sua intensa complexidade, deambulavam numa subtil ou expressiva dualidade de representação da África. A propósito, tal como a célebre carta de Pero Vaz de Caminha sobre o achamento do Brasil, o poema “Prelúdio”, de Jorge Barbosa, descrevia a natureza virginal das ilhas, ressaltando que, no caso cabo-verdiano, não havia ‘nem homens nus/nem mulheres nuas’. Além de uma naturalização das ilhas, em “Relato da Nau” e “África”, Jorge Barbosa enunciava a dominação europeia e a tarzanização do continente africano no imaginário da época.

<p><u>Prelúdio</u></p> <p>Quando o descobridor chegou à primeira ilha nem homens nus nem mulheres nuas espreitando inocentes e medrosos de trás da vegetação.</p> <p>Nem setas venenosas vindas no ar nem gritos de alarde e de guerra ecoando pelos montes.</p> <p>Havia somente as aves de rapina de garras afiadas as aves marítimas de voo largo as aves canoras assobiando inéditas melodias.</p> <p>E a vegetação cujas sementes vieram presas nas asas dos pássaros ao serem arrastadas para cá pelas fúrias dos temporais.</p> <p>Quando o descobridor chegou e saltou da proa do escaler varado na praia enterrando o pé direito na areia molhada e se persignou receoso ainda e surpreso pensando n'El-Rei</p> <p>nessa hora então nessa hora inicial começou a cumprir-se este destino ainda de todos nós.</p> <p>Jorge Barbosa (2002)</p> <p><u>Relato da Nau</u></p> <p>Era antigamente a primeira nau de escravos no rumo do Arquipélago rápida navegando sob o impulso dos alísios. [...]</p> <p>A nau era negreira. Contudo possuía algo de grandeza nos mastros altos com as vergas em cruces. [...]</p> <p>Tinha a nau o odor alado dos sexos dejectos e micções que subia nauseante do porão onde vinham negros aprisionados na costa africana. [...]</p> <p>E o capitão ordenou a baldeação sem demora</p>	<p><u>África</u></p> <p>ÁFRICA! no teu corpo não sararam ainda as feridas das renhidas pelejas de assaltos rapaces feitas para a glória das conquistas e para o prestígio dos impérios!</p> <p>Pairam ameaças ainda dos dominadores senhores do teu destino!</p> <p>ÁFRICA! do sol forte que dá vida à terra e deixa um traço de cansaço na fisionomia mortuária dos biliosos!</p> <p>ÁFRICA! na tua fauna há todas as maravilhas da criação todos os concertos, todos os ruídos, – uivos enraivecidos de feras lutando, sussurros esmaecidos na volúpia dos sexos proliferando, vagidos na agonia das presas assaltadas, cantos alegres de aves, anofeles zumbindo, hienas nocturnas carpindo como os meninos que choram pelas mães! Há todas as surpresas, todas as ciladas, jibóias hercúleas e vorazes que engolem os bois incautos das manadas, exércitos de formigas audazes assaltando as jibóias imobilizadas nas longas digestões, cobras emboscadas esperando o momento propício da mordedura, jacarés escondidas nos lodos dos rios para o ataque imprevisto!</p> <p>ÁFRICA! dos bóeres expulsos por causa do solo fecundo por causa das minas de Orange e Transval.</p> <p>ÁFRICA! das cerradas matas misteriosas sem sinal da profanação do homem ainda; das cidades tumultuosas que os brancos trouxeram, das frutas saborosas e dos produtos ricos que vão nos vapores a caminho da Europa insaciável!</p> <p>ÁFRICA! onde todas as raças têm aventureiros, aonde todas as raças mandaram emissários!...</p> <p>Os teus artistas de infantis ingenuidades talham em pedaços de madeira coloridos animais estranhos, divindades,</p>
--	--

<p>do porão e dos escravos em grupos vigiados ao longo do convés.</p> <p>Para o prémio de tanto esforço e cansaço distribuiu aos tripulantes a cada um quartilho de rum uma escrava desnuda e deu o dia todo e a noite para o sono e repouso. [...]</p> <p>Jorge Barbosa (2002)</p>	<p>para apetecido tesouro das virgens nuas dos sertões.</p> <p>Escuto ao longe os rumores,</p> <p>ÁFRICA,</p> <p>dos teus tambores em cuja cadência guerreira e bárbara reconstituo pretos ágeis e tatuados dançando e lutando.</p> <p>A tua natureza exuberante possui um sentido oculto que convida a gente das tuas selvas para o festim incessante da camaradagem da vida vívida com alegria ao ar livre e para os desejos naturais que o sexo dá!</p> <p>À beira dos teus rios, à sombra das tuas selvas ao calor do teu sol, no teu ventre fecundante, dormem as energias da tua raça, até vir a hora arfante, a hora clarim da tua manhã triunfante!</p> <p>Jorge Barbosa (2002)</p>
---	---

Assim, a ilustração poética de Jorge Barbosa projetava a África como uma antítese da Europa e da civilização. Aliás, numa conversa com a jornalista e escritora Maria Helena Spencer, publicada inicialmente em 1954, em *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, o conceituado poeta Jorge Barbosa apontava que o seu maior desejo era “andar por aí, pelo mundo fora”, em “aventuras coloridas e maravilhosas: Brasil, Honolulu, Itália, mulheres bonitas e perigosas, surpresas, temores de naufrágios, caçadas arriscadas... Mandar-lhe-ia a minha fotografia mais espectacular: um tigre real abatido a meus pés e eu, dominando o acontecimento, de capacete de caqui, a carabina sob o braço, talvez fumegante ainda...” (cf. Spencer, 2005). Constata-se assim uma influência (ou ironização) da literatura de aventura europeia no pensamento de um dos mais ilustres poetas claridosos, Jorge Barbosa.

Contudo, a interiorização de preconceitos ráticos não eram apenas um apanágio da elite intelectual da época claridosa. Estes mesmos preconceitos estavam também arreigados no imaginário popular, inclusive do colectivo social vaticinado como o mais negro do mestiço caboverdiano, encontrando-se por isso disseminado o estigma da cor negra. Evoque-se, a título exemplificativo, a referência do gravador Carlos Moreira, originário da ilha de Santiago, outrora na diáspora, no romance de viagem de Jean-Yves Loude (*Cabo Verde: Notas Atlânticas* [1999:13 e 61]):

O colonizador desapossou-me do meu passado, desenraizou-o cuidadosamente do meu ser. Nada nos deixava supor a nossa origem. Na escola, aprendíamos de cor as linhas dos caminhos-de-ferro que partiam do Porto ou de Faro; e quando era preciso desenhar a beleza, apenas tínhamos como modelo imagens de europeus. O belo era branco. [...] É verdade que éramos negros, mas estávamos convictos de que não nos

parecíamos com os africanos que gesticulavam nos ecrãs do cinema. Apontávamo-los com o dedo: ‘Olha, os pretos da Guiné!’ Poderiam ter sido esquimós, o que importava é que não éramos nós. Em compensação, já não tínhamos antepassados, clãs ou berço. Restava-nos um corpo. Quando começava a dançar, esse corpo animava-se, impelido por uma energia espontânea e por uma volúpia que o baptismo reprovava. Os nossos tambores foram confiscados, escondidos atrás das igrejas, e as nossas danças acabaram por ser relegadas à clandestinidade. No forte da nossa alma, só resistiu a consciência de ser caboverdiano, diferente, ser único mas fragmentado em dez pedaços separados pelo mar e pelos olhares que se demoram nas pequenas diferenças de pele. [...] Não tínhamos problemas em ser negros, mas não negros da Guiné. [...] Foi preciso um vizinho polícia ser preso por um delito cuja causa esqueci, e ser internado na prisão do Tarrafal, a norte da ilha, para descobrirmos a existência de África. A prisão albergava condenados angolanos que as gentes da nossa aldeia vislumbravam na altura das visitas. No regresso, contavam ter visto negros de África a esculpir nozes de coco com rara habilidade. [...] o colonizador tinha conseguido fabricar hierarquias; e do mestiço mais claro ao negro mais escuro, cada um procurava denunciar aqueles que estavam mais atrasados que ele [...]. O homem caboverdiano nunca deixou de ser um dotado artesão: quanto mais sofre, mais cria. [...] Quanto mais amordaçaram a sua boca, mais foi capaz de desenhar novos modos de expressão para continuar a falar para lá das intimidações. Quanto mais contiveram o seu corpo, mais ele o disfarçou, como nas festas da tabanca, para parodiar uma sociedade que prega o paraíso, mas copia o inferno.⁸

Foi com a geração independentista que surgiram críticas radicais à política de assimilação cultural. Da mesma forma, a própria literatura claridosa se tornava alvo de intensa contestação e de relativização. Uma das críticas proveio de Amílcar Cabral, no artigo intitulado “Apontamentos sobre Poesia Caboverdiana”, publicado inicialmente, em 1952, em *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, e inserido em *Unidade e Luta: A Arma da Teoria* (1976a). Apesar de algumas exceções pontuais, Cabral entendia que o período anterior à *Claridade* tinha legado uma poética “desligada do meio”, sendo que a modificação ocorreria com a geração claridosa, voltada para os dramas do povo. Nas suas palavras, os poetas da *Claridade* “são homens-comuns que caminham de mãos dadas com o povo e de pés fincados na terra.” Não obstante, no seu entender, a poesia cabo-verdiana tinha de “transcender a ‘resignação’ e a ‘esperança’” da geração claridosa, porque a insularidade e as secas não bastariam para justificar uma estagnação perene do arquipélago, nem a prisão das ilhas se poderia imputar ao mar. Isso explicava a viragem política de Cabral, ao concluir que “o sonho de evasão, o desejo de ‘querer partir’, não pode eternizar-se.” Tratava-se de uma politização radical do discurso cabo-verdiano, exortando para uma necessidade de se construir “outra terra dentro da nossa terra”. E desse modo, um incentivo à poesia de combate e uma subtil proposta de ação em prol da libertação nacional, algo que não tardaria a acontecer, no quadro de uma luta de libertação africanista. Na poesia, se anteriormente o poeta Jorge Barbosa apresentava uma visão hesitante ou irónica quanto à origem orfandade continental de Cabo Verde, num poema escrito em 1943, o ainda jovem Amílcar Cabral apontava a filiação africana das ilhas.⁹

⁸ Recentemente, num estudo intitulado *Mandjakus São Todos os Africanos, Todas as Gentes Pretas que Vêm da África: Estigma e Xenofobia em Cabo Verde*, a antropóloga Eufémia Rocha (2009) desenvolveu uma análise interessante sobre a discriminação racial e a xenofobia que a comunidade imigrante de outros países africanos enfrenta em Cabo Verde e, mais concretamente, na capital do país (cidade da Praia, ilha de Santiago).

⁹ Segundo Julião Sousa Soares (2011: 88), “em virtude da educação recebida na Praia, no Mindelo e mais tarde em Portugal, pelo menos até 1949, o próprio Amílcar teve dificuldades em libertar-se da imagem de um Cabo Verde integrado dentro do chamado ‘mundo português’ e também do sentimento de ser português, devido a uma alienação à História e à cultura portuguesas.” Isto, porém, “não deixava de colidir com [...] [o sentimento] de revolta em relação ao destino do povo caboverdiano, estigmatizado pela fome e pelas crises agrícolas.” Para Soares (2011: 113), a passagem para a africanidade teria ocorrido em Portugal, onde efectuou os seus estudos superiores num ambiente marcado pelo contacto com os estudantes das

<p><u>Panorama</u></p> <p>Destroços de que continente, de que cataclismos, de que sismos, de que mistérios?... Ilhas perdidas no meio do mar, esquecidas num canto do mundo – que as ondas embalam, maltratam, abraçam... [...]</p> <p>Jorge Barbosa (2002)</p>	<p><u>Naus sem Rumo</u></p> <p>Dispersas, emersas, sozinhas sobre o Oceano... Sequiosas, rochosas, pedaços do Africano, do negro continente, as enjeitadas filhas, nossas ilhas, navegam tristemente... [...]</p> <p>Larbac (Amílcar Cabral) (<i>apud</i> Oswaldo Osório [1984])</p>
---	--

Na década de 1950, na sua produção teórica e prática política, Amílcar Cabral abriria as portas para o advento do nacionalismo africanista no arquipélago. Cabral (1976a e 1976b) contribuiria para a transição do paradigma culturalista em Cabo Verde. Ao estabelecer uma intensa relação entre a luta de libertação nacional e a cultura, Cabral defendia a luta de libertação, não apenas como um facto cultural, mas também como um fator de cultura. No entender de Cabral, a cultura representava um elemento de resistência por “ser uma manifestação vigorosa, no plano ideológico ou idealista, da realidade material e histórica da sociedade colonizada” (Cabral, 1976a: 223-225).

Nessa época, a questão das origens da cultura cabo-verdiana ocupava um grande destaque no pensamento crítico de alguns intelectuais cabo-verdianos que defendiam uma perspetiva africanista para o arquipélago. No artigo intitulado “Caboverdianidade e Africanidade”, publicado inicialmente em 1951, na conhecida revista coimbrã *Vértice*, e reeditado na coletânea *Caboverdianidade e Africanidade e Outros Textos*, Manuel Duarte punha a tónica na africanidade das ilhas de Cabo Verde, criticando a persistência de um complexo de raça e cultura no arquipélago, i.e., o recalçamento social e individual da «herança negro-africana» ou da «raça negra materna», conforme sublinharia num outro texto, “Cabo-Verde e a Revolução Africana”. Deste modo, num tom crítico, Manuel Duarte evidenciava o fenómeno colonial, a alienação coletiva imposta pela política de assimilação cultural, a necessidade de quebrar as cadeias do jugo colonialista e a escolha de um destino africano. Na mesma esteira, um artigo de contestação cultural, intitulado “Consciencialização na Literatura Caboverdiana”, de Onésimo Silveira (1963), cunhava a produção literária claridosa como uma «literatura de exportação», voltada mais para a metrópole do que para os problemas do povo, e como uma literatura estribada num «barlaventismo», o que ilustraria uma «inautenticidade» e um «assimilacionismo», ainda que considerando a sua historicidade e os mecanismos repressivos estadonovistas.

outras colónias portuguesas e com o movimento da negritude, protagonizado por estudantes originários das colónias francesas e residentes em Paris.

Na senda do debate do período independentista, nomeadamente pelo livro de poesia *Noti*, de K. Dambará (1968?), e pelos ensaios de O. Silveira (1963), Amílcar Cabral (1976a e 1976b) e Manuel Duarte (1999), têm intensificado a contextualização, a relativização, a contestação, a desconstrução e, simultaneamente, a aclamação e a revitalização do discurso claridoso (Anjos, 2002; Fernandes, 2002; Brito-Semedo, 2006; Almada, 2007; Gomes, 2008).

Efetivamente, existe uma certa influência de intelectuais (escritores e cientistas das diferentes áreas do saber) na construção de representações sobre a nação, com um forte impacto na (re) configuração das políticas/relações externas de Cabo Verde (Anjos, 2013; Varela, 2013; Furtado, 2013). Revitaliza-se hoje a velha tese da posição geoestratégica destas ilhas, ao largo do atlântico e por entre os três continentes (Europa, África e América), utilizando diversas formas de reabilitar o lugar deste arquipélago no mundo. Se a vulnerabilidade económica e a incessante renovação discursiva com o fito de mobilizar recursos para (viabilizar) o processo de desenvolvimento fundamentam o pragmatismo da diplomacia económica, também é bem visível a persistência de várias ambivalências histórico-identitárias.

No que concerne à ancoragem económica pode-se identificar, nas últimas décadas, duas posições dominantes, consonantes com as tendências em matéria de opções de política externa anteriormente referidas:

uma perspetiva prioritariamente orientada para a integração económica regional, assumindo a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) como espaço “natural” de adesão; e uma perspetiva orientada para a integração económica internacional, dando prioridade ao aprofundamento das relações com espaços dinâmicos da economia mundial, nomeadamente a União Europeia (UE), e procurando mecanismos de integração capazes de se constituírem como motores do desenvolvimento económico cabo-verdiano. (Estevão, 2013: 671-672).

Reconhecendo que não se trata de opções excludentes e chamando a atenção para a complexidade da questão (não se está perante uma simples escolha entre aprofundar a integração económica internacional em detrimento da integração regional, como refere o autor), João Estevão, reconhecido economista cabo-verdiano, propõe, baseando-se na análise dos resultados da inserção de Cabo Verde na economia internacional, por um lado, e por outro, dos processos de integração regional (que na sua opinião não tem ido muito além do campo da retórica), uma espécie de reavaliação do vínculo de Cabo Verde à CEDEAO. Neste sentido, Estevão (2013: 703-704) chama a atenção para um conjunto de contradições de natureza económica, política, institucional, cultural e religiosa que a prioridade na integração regional acarreta e recorre a exemplos de outras organizações económicas regionais, como por exemplo, a CARICOM (Comunidade das Caraíbas), para propor que Cabo Verde deve optar por uma modalidade de participação que “permitiria uma situação de maior flexibilidade na condução da política de desenvolvimento e nas opções de política externa”, continuando, deste modo, a “tradição de integração atlântica que vem dos primórdios do seu povoamento.”

A opinião de Carlos Lopes, Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas (ONU) e Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), expressa recentemente no *II Fórum Nacional de Transformação: Cabo Verde 2030*, que decorreu na cidade da Praia em Maio de 2014, aponta, de certa forma, em sentido contrário, ou seja, sugere que Cabo Verde deve reavaliar as suas ancoragens, enfatizando a sua relação com o continente africano.

Carlos Lopes, um dos eminentes pensadores africanos, acusou este pequeno espaço insular de manter uma excessiva ancoragem à Europa. Numa comunicação que foi considerada uma “pedrada no charco”, o intelectual guineense, apontou alguns erros estratégicos a que Cabo Verde tem incorrido ao não apostar, do ponto de vista pragmático e não ideológico, como sublinhou, no continente africano.

A intervenção que teve como pressuposto, nas palavras de Carlos Lopes, provocar uma “agitação de consciências”, dividiu-se em três partes principais. Na primeira parte foram apresentados os “fatores estruturantes” que têm sido provados nos vários índices internacionais e portanto, devem ser mantidos e aprofundados enquanto património político, governativo do país, como por exemplo:

1. Elementos de qualidade governativa: “Atitude de liderança; pragmatismo dos dirigentes; amor pelo país, sentimento patriótico; histórica tradição administrativa; cultura do zelo pelo bem público, que tem a ver com uma fiscalização social do cabo-verdiano dos bens públicos, gestão da ajuda externa, capacidade de visão e planificação estratégica;

2. Capital humano: incluindo também os cabo-verdianos na diáspora; noção de “nação diaspORIZADA” que não existe em muitos países arquipélago) e o foco no investimento – inovação e valorização do país e do seu povo.

Esta aposta no capital humano, reconhecido como uma das principais “riquezas” do país, precisa ser ainda mais aprofundada. Relativamente à participação da diáspora no desenvolvimento do país, por exemplo, verifica-se que, a despeito da evolução positiva nos últimos anos, continua a haver uma descoincidência entre a retórica discursiva e a presença efetiva da diáspora, nomeadamente, na definição e avaliação de políticas públicas. Portanto, o envolvimento da diáspora continua genericamente incipiente e restrita ao envio de remessas, investimentos como pouca expressão para a economia nacional ou à participação (pouco expressiva) nos pleitos eleitorais para a escolha do governo e do presidente da república (Costa e Pinto, 2014; Cardoso, 2004);

3. Paz, segurança e coesão social: atitude de controlo do bem público comum; exercício da solidariedade.

Na segunda parte da sua intervenção, Carlos Lopes identificou um conjunto de “fatores fraturantes” que funcionam com areia na engrenagem do desenvolvimento de Cabo Verde e por conseguinte, necessitam ser alterados:

1. Custos da democracia: Grande polarização política em Cabo Verde, que não é justificada tendo em conta a exiguidade do seu território e que, conseqüentemente, não contribui para a construção de consensos nacionais, no sentido em que muitas vezes os interesses imediatistas de determinado quadrante político acabam por ser privilegiados em detrimento do interesse nacional. Neste sentido, Carlos Lopes sugere a opção por um “pacto de responsabilidade social” entre os partidos; tradição “latina” e estruturas jurídicas complexas, com implicações nos custos e na qualidade de resposta da justiça;¹⁰ descentralização exagerada representando algum risco de perda de controlo dos custos;

2. Demografia: dois aspetos principais a ter em conta neste domínio: por um lado, o envelhecimento da população e por outro lado, a mudança no perfil migratório do país. Cabo Verde é um dos poucos países africanos onde a população jovem vai diminuir no futuro imediato, ainda neste século, com conseqüências óbvias para a sustentabilidade da segurança social, a exemplo do que vem acontecendo noutros quadrantes geográficos, designadamente no continente europeu; Tradicionalmente país de emigrantes, Cabo Verde tornou-se nas

¹⁰ Para ilustrar essa complexidade e a incomportabilidade da situação, a título quase caricato, Carlos Lopes destacou o número de magistrados existentes em Cabo Verde (100), convidando os presentes a imaginar que seria o mesmo que ter esse número de magistrados num só bairro da capital nigeriana, com tantos habitantes quanto Cabo Verde (500 mil).

últimas décadas país de acolhimento e de trânsito de imigrantes, maioritariamente provenientes da costa ocidental africana, trazendo novos e complexos desafios.

3. Ancoragem: o mais difícil fator fraturante, nas palavras de Carlos Lopes. À pergunta “CV está ancorado a quem? Ou a quê?”, responde trazendo os números das relações económicas, remessa de emigrantes e turismo para demonstrar que os principais parceiros de Cabo Verde estão na Europa maioritariamente e nos Estados Unidos (com destaque para o programa *Millennium Challenge Account*) e não na sua “vizinhança imediata”, em África. Na opinião de Carlos Lopes esta ancoragem tem custos, basicamente porque se trata de uma zona em recessão e com valores da dívida pública muito acentuados, contrariamente ao continente africano onde alguns países, como por exemplo a Nigéria, têm registado taxas de crescimento interessantes. Em síntese, Carlos Lopes, concluiu que o desinteresse por África enquanto parceiro económico relevante resulta do facto do continente continuar a ser visto “pelo prisma da paz e segurança, pelas dificuldades que tem em matéria de estabilidade e pelo prisma da pobreza” o que constitui “um grande erro estratégico”.

Na terceira e última parte e na sequência da identificação dos fatores fraturantes, analisou cinco polos de desenvolvimento tendo como termo de comparação a situação de outros países africanos “concorrentes” de Cabo Verde, nomeadamente Marrocos: (a) Cluster do mar;¹¹ (b) Espaço aéreo; (c) Turismo; (d) Indústria e (e) Praça financeira.

Não se fizeram esperar as reações à comunicação de Carlos Lopes. Foi ovacionado de pé e para muitos as suas palavras terão acolhimento por não se tratar de um “santo da casa”. As futuras opções estratégicas em matéria de política externa dir-nos-ão das repercussões da intervenção de Carlos Lopes *II Fórum Nacional de Transformação: Cabo Verde 2030*.

Evolução da política externa: período pós-revolucionário e pós-abertura política

A condução da política externa é considerada, tradicionalmente, como uma prerrogativa exclusiva dos Estados. No entanto, no caso de Cabo Verde, podemos inferir que houve uma atividade de política externa anterior à existência do Estado Cabo-verdiano. Isto é, o movimento da libertação do país preconizou uma série de contactos e de negociações internacionais, as quais foram, mais tarde, consolidadas pelo Estado-Nação. Tendo a busca de meios exteriores para o desenvolvimento interno como *leitmotiv*, Cabo Verde tentou sempre (e pensamos que o conseguiu com relativo sucesso, como atestam os estudos sobre a problemática) “agradar a gregos e a troianos”, postura adjetivada de pragmática.¹² De entre os exemplos utilizados para corroborar o pragmatismo cabo-verdiano em matéria de relações externas destaca-se a gestão parcimoniosa das ajudas e apoio internacional granjeados dos dois lados da barricada, durante a Guerra Fria, apesar de, por razões de ideologia e prática política, pender um pouco mais para o bloco de Leste.

¹¹ Sobre este tema ver o texto de Rik Apolo de Carvalho intitulado “Corrida ao mar? O desafio da segurança marítima nos pequenos Estados insulares: o Caso de Cabo Verde”, apresentado no painel que organizámos no CIEA 9, no âmbito do qual resulta esta publicação.

¹² Para análise do pragmatismo na política externa cabo-verdiana veja-se, Suzano Costa, “A Política Externa Cabo-verdiana e a União Europeia: Da coerência dos princípios ao pragmatismo da acção”, Udine, Aviani & Aviani Editori, 2011, entre outras publicações do mesmo autor. Veja-se também, Camilo Querido Leitão da Graça, “A Noção do “Pragmatismo” na Política Externa de Cabo Verde: Interesse Nacional e as Opções Identitárias”, in José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa (orgs.) *As Relações Externas de Cabo Verde*. (Re) leituras Contemporâneas. Praia: Edições ISCJS, 267-283.

Na análise de questões intrinsecamente ligadas à esfera política, como é o caso da política externa, há que ter sempre presente, na nossa opinião, a existência de dois períodos marcantes, imprescindíveis para qualquer estudo social da contemporaneidade cabo-verdiana, a saber, o período da independência (1975), até à instauração do multipartidarismo (1991), e a partir daí até à atualidade. Importa, no entanto, não descurar que estamos perante “dois momentos políticos fundadores” que muitas vezes acabam por servir de gatilho para “lutas simbólicas inócuas e disputas ideológicas estéreis entre os partidos políticos, as lideranças políticas e respetivos *intelectuais orgânicos* acentuando as tendências divisionistas de bipartidarização e bipolarização da sociedade cabo-verdiana” (Sarmiento e Costa, 2014: 12).

Tendo em linha de conta este aspeto, pode-se traçar um quadro evolutivo da política externa cabo-verdiana, atentando para as possíveis inflexões que pudessem ter havido, designadamente com o fim do bloco socialista e com as reformas democráticas internas. Da caracterização que se possa fazer da evolução da política externa cabo-verdiana, resulta o seguinte cronograma, no qual realçamos os princípios orientadores dos períodos anterior e após a transição democrática no país (Cardoso, 2004):

1975 – 1991

- Entrada de Cabo Verde na comunidade dos Estados soberanos
- Procura do reconhecimento internacional do Estado
- “Não-Alinhamento cabo-verdiano”/ Não-ingerência/ Resolução Pacífica dos conflitos/ Adaptação à situação da Guerra Fria
- Cabo Verde mais virado para o continente africano
- Regime de partido único – forte carga ideológica (anti-imperialismo/países amigos, etc.)
- Abertura de consulados e embaixadas: apoio às comunidades emigradas 1991 – atualidade
- Fim do Não-Alinhamento
- Viragem para a Europa e EUA: busca de parceiros estratégicos
- Transição para a democracia
- Cabo-verdianidade vista de forma global: participação dos emigrantes
- Desenvolvimento do país
- Política mais ativa na busca de uma maior “utilidade política” a nível internacional
- Estratégias de adaptação à globalização

Estudos mais recentes (Costa, 2014: 189) propõem uma reorganização dos princípios estratégicos da política externa cabo-verdiana em três fases:

- 1975-1980: fase da gestão dos recursos da ajuda humanitária e de emergência;
- 1980-1990: fase do apogeu da cooperação internacional para o desenvolvimento;
- 1991-2014: fase da modernização e maturação de uma diplomacia eficiente e pragmática.

Portanto, estas propostas de arrumação, que têm claramente um propósito propedêutico, são passíveis de maior especificação ou desdobramentos, realçam o seguinte aspeto: para além de princípios de ordem mais conjuntural, a política externa cabo-verdiana possui um molde fixo, do qual não pode fugir, isto é, um núcleo duro de princípios, de objetivos estruturais, que têm que ver com a sua condição de Estado pequeno, arquipelágico, vulnerável e que se resume no conceito de “diplomacia do desenvolvimento”. Na verdade, esta é uma noção que está presente desde a independência, desde Abílio Duarte, o primeiro responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, e que resulta da necessidade que o país tem de angariar recursos externos para o seu desenvolvimento interno. Portanto, é neste pano de fundo que se

enquadra a maximização das potencialidades da diáspora cabo-verdiana as ancoragens estratégicas e a busca de parceiros para o desenvolvimento, como já referido.

Localização estratégica e a gestão da segurança no Atlântico

Nesse contexto, marcado pela exiguidade de recursos naturais, Cabo Verde tem utilizado a sua localização estratégica como um importante trunfo.

Ao longo dos 39 anos de existência como Estado independente, Cabo Verde tem usado essa vantagem comparativa de forma pragmática. Trabalhos recentes (Barros, 2014) chamam a atenção para necessidade de se distinguir “localização geográfica” e “valor geoestratégico” e evitar, deste modo, o reforço do mito da “vocação atlântica” de Cabo Verde:

Portanto, a ideia de “vocação natural” constitui um mito: porque ela não atenta e nem se constrói sobre uma apreensão cognitiva e inteligível das conjunturas e dos contextos, enquanto indicadores imprescindíveis de validação do valor geoestratégico do arquipélago. Pelo contrário: ela instaura uma espécie de explicação de matriz essencialista que, ao descuidar as causas materiais e históricas que estiveram por detrás da valorização geoestratégica das ilhas, abrevia na noção de vocação uma espécie de predestinação originária que se inscreve na temporalidade ucrónica da formação sociocultural do arquipélago (Barros, 2014: 141).

Na atual configuração internacional, o valor geoestratégico de determinados países ganhou renovada relevância. É o caso de Cabo Verde, cujo crescente o envolvimento nas políticas europeias e internacionais de segurança, especificamente em relação ao controlo das fronteiras e da criminalidade organizada, enquadra-se neste novo paradigma securitário. Alguns autores consideram, inclusive, que existe “uma ansiedade quanto às questões de segurança” e que esta “está ligada ao interesse do governo de Cabo Verde em atrair investidores estrangeiros”, nomeadamente para o sector imobiliário e turístico (Bordonaro, 2012), por um lado, e em manter o estatuto de bom aluno e continuar com o “marketing da boa governação”, por outro lado (Baker, 2009).

Parcerias com os EUA

É neste contexto, que se inserem os acordos e as parcerias que os EUA têm feito com Cabo Verde, tornando-o num forte aliado na África Ocidental. Esta região representa um dos pontos de preocupação para os EUA (e também para a União Europeia, como veremos a seguir) por causa do tráfico de droga, e também “tráfico humano, financiamento de armas e networks estabelecidos entre terroristas”¹³ ou epidemias. No âmbito da AFRICOM (Comando dos EUA para África) e mais concretamente no quadro do programa AMLEP (*African Maritime Law Enforcement Partnership*), Cabo Verde tem participado em várias operações conjuntas de patrulhamento marítimo, no arquipélago e na sub-região. A “parceria” para a segurança passa, naturalmente, também pelo espaço aéreo. Os aeroportos cabo-verdianos receberam recentemente equipamentos de segurança financiados pelos EUA, tendo sido concedida à companhia área nacional, TACV, o certificado ETOPS (*Extended Twin Engine Operations*). No que tange à segurança, destaca-se também a realização dos treinos da força de intervenção rápida da NATO em 2006, naquela que foi a primeira grande deslocação de tropas da organização a África. As ilhas do Fogo, Sal, Santo Antão e São Vicente serviram,

¹³ <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article78784>

durante um mês, de palco para a operação *Steadfast Jaguar* 2006 que iniciou um novo tipo de parceria com a NATO, voltada para o “combate a fenômenos novos - como o terrorismo, o narcotráfico e o tráfico humano”.

Parcerias com a UE

Atendendo aos imperativos securitários e de emancipação transatlântica historicamente perseguidos pela UE, podemos inferir que a integração de Cabo Verde no espaço comunitário não pode ignorar a valência da segurança e defesa que esta potência insular representa para a construção de uma identidade comum na Política Europeia de Segurança e Defesa, constituindo-se como uma plataforma excepcional para a relação da Europa com o mundo transatlântico, potenciando, progressivamente, o alargamento da continentalidade europeia. (Costa, 2007: 133)

Na União Europeia a vertigem securitária tem muito a ver com o espaço Schengen, em que a garantia da livre circulação nesse espaço interior implicou o reforço do controlo das fronteiras externas, levando a criação de uma blindagem externa, que alguns autores têm chamado de “cinturão de segurança ou cordão sanitário”, zonas tampão ou “Europa fortaleza” na linguagem mais frequentemente utilizada (Belguendouz, 2002).

Portanto, para salvaguardar a segurança interna a UE pôs em marcha um pacote de medidas e instrumentos. Aos mecanismos de vigilância, de obtenção de visto e à agência FRONTEX, juntaram-se novos instrumentos para aumentar a eficácia do controle migratório: acordos bilaterais de readmissão firmados com países africanos; iniciativas euroafricanas sobre migração e desenvolvimento; a política europeia de vizinhança (PEV); o sistema de identificação digital EURODAC; o reforço de barreiras fronteiriças terrestres, etc.

Os países terceiros, como Cabo Verde, passam, assim, a ser mobilizados para a “frente sul”, transformando-se em *proxies* do controlo europeu de fronteiras. Esta constitui, a nosso ver, uma das principais lentes de leitura do Acordo de Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia. Uma das outras lentes fundamentais: Cabo Verde interessa a União Europeia por causa de África. Quer pela questão da segurança, quer sob o prisma mais economicista.

Pina-Delgado (2013: 544), alerta para alguma contenção face à reação eufórica na sequência da parceria. Na sua opinião, “não se tratou de uma recompensa pelos méritos intrínsecos do país”. Outros países africanos, como por exemplo o Senegal, também foram abordados no mesmo sentido, tendo declinado por existirem dúvidas quanto às vantagens para o país. Por outro lado, o autor chama a atenção para o facto de ser “[...] preciso ter certas cautelas em relação a este quadro apologético traçado e aos seus pressupostos, sem embargo de não poder descambar igualmente para uma leitura completamente negativa”. Nesta matéria, o grande desafio consiste em, por um lado, não ignorar o paradigma securitário em vigor (e cada vez mais pujante) e por outro lado, atuar também a montante – e não só a jusante – dos fenômenos no combate dos quais Cabo Verde tem sido um parceiro importante. Por outras palavras, há que combater os vários tipos de tráfico na sua génese mais remota, contribuindo para diminuir as vulnerabilidades e evitar que haja pessoas a alimentar as várias redes existentes na região oeste africana.

Reflexões finais

É nesta trama política e encruzilhada identitária que se tem forjado as narrativas e a produção literária sobre os processos políticos no arquipélago, numa espécie de enfrentamento, com sobreposição de historicidades, e estratégias de essencialização, reificação e/ou subalternização, ora do 5 de Julho de 1975, ora do 13 de Janeiro de 1991, porque ancorada em propósitos eleitoralistas, em manejos pela ocupação do espaço de memória e de colonização do imaginário de determinados segmentos do eleitorado, em lógicas de arregimentação política, em ações de proselitismo eleitoral e de alargamento da estrutura de oportunidades

políticas dos partidos e das suas respectivas lideranças, cuja incidência se hiperboliza com a proximidade dos momentos eleitorais e insufla o argumentário político, o discurso legitimador e celebratório de uma apoteótica e, não raras vezes, acrítica comemoração. (Sarmiento e Costa, 2014: 12)

É precisamente na senda desta permeabilidade inerente aos usos políticos da história e da ideologização da representação cultural e identitária da nação que, por vezes, os actores políticos manuseiam discursos suscistadores de horizontes de expectativas da nação em direcção a outras esferas imaginárias de pertença e de ancoragem política. (Barros, 2014: 135)

Estes dois trechos extraídos de duas das mais recentes obras sobre a temática, produzidas em Cabo Verde, sintetizam de forma consistente e lapidar a imbricação e as interconexões entre a construção identitária e (re) configuração da política externa cabo-verdiana. É na esteira da reflexão que instigam que formulamos as seguintes questões, não em jeito de conclusões, mas enquanto pistas para debates futuros:

A ênfase política e de relações económicas na ancoragem europeia significa uma valorização das raízes culturais europeias, o realce da componente europeia da identidade cabo-verdiana e por outro lado a “subalternização de uma identidade africana”? Representará um reforço, uma manutenção de lógicas coloniais? Por outro lado, ao seguir-se o “conselho” de Carlos Lopes estar-se-á a fortalecer a africanidade dos cabo-verdianos, a apelar a uma “reafricanização dos espíritos”?

Ou o pragmatismo da diplomacia económica que tem caracterizado a política externa cabo-verdiana e a sua ligação a múltiplos e contrastantes espaços de integração e cooperação permitirá separar a vertente “política” (busca de recursos para o desenvolvimento, visão estratégica, pragmatismo) da vertente histórico-identitária? Serão vertentes separáveis no contexto cabo-verdiano?

Referências

Albuquerque, Luís (2ª ed.) (2001), “O Descobrimento das Ilhas de Cabo Verde”, in *História Geral de Cabo Verde* [Vol. I]. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 23-39.

Almada, José Luís H. (2007), “Funcionalização Político-Ideológica e Síndromas de Orfandade nos Discursos Identitários Cabo-verdianos”, *Direito e Cidadania* (Número Especial), 265-373.

Almeida, Germano (2003), *Cabo Verde – Viagem pela História das Ilhas*. Mindelo: Ilhéu Editora. Salvador, José (2003), “Ciao Boa Vista! Até à Próxima, Cabo Verde!”, *Cabo Verde – Viagem pela História das Ilhas*. Mindelo: Ilhéu Editora, 11-13.

Amaral, Ilídio do (2007), *Santiago de Cabo Verde: A Terra e os Homens*. Lisboa, Praia e Faro: Associação das Universidades de Língua Portuguesas; Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa; Instituto de Investigação Científica Tropical; Universidade do Algarve; Universidade de Cabo Verde (edição fac-similada).

Amaral, Ilídio do (2ª ed.) (2001), “Cabo Verde: Introdução Geográfica”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I. Lisboa e Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1-39.

Andrade, Elisa (1996), *As ilhas de Cabo Verde: Da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan.

Andrade, Elisa (1998), “Do Mito à História”, in Manuel Veiga (org.): *Cabo Verde, Insularidade e Literatura*. Paris: Karthala, 1998, 17-32.

Anjos, José Carlos Gomes dos (2002), *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde: Lutas de Definição da Identidade Nacional*. Porto Alegre e Praia: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais.

Anjos, José Carlos Gomes dos (2013), “De Políticos-literários a Políticos-técnicos: A Perda da Imaginação Política e o Mimetismo Estatal Pós-colonial em Cabo Verde”, in Cristina Montalvão Sarmento e Suzano Costa (orgs.): *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 117-139.

Baker, Bruce (2009), Cape Verde: Marketing Good Governance, *Africa Spectrum*, 44, 2, 135-147.

Barbosa, Jorge (2002), *Obra Poética*. Lisboa: INCM.

Barros, Victor (2014), “Cabo Verde e o Mito da Vocação Atlântica: entre a apropriação política da história e a ideologia do dom identitário”, in José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa (orgs.) *As Relações Externas de Cabo Verde. (Re)leituras Contemporâneas*. Edições ISCJS: Praia, 133-159.

Belguendouz, A. (2002) Marruecos frontera con España: ¿socio o gendarme de Europa en África del Norte? In: PIMENTEL SILES, M. (coord.). *Procesos migratorios, economía y personas*. Almería: Caja Rural Intermediterránea, 1,33-74. (Colección Mediterráneo Económico).

Bordonaro, Lorenzo, (2012). “Tolerância Zero Crioula: Cabo Verde e a “Guerra contra o crime” in, José Manuel Pureza *et al* (org.), *Jovens e Trajetórias de violências. Os casos de Bissau e Praia, Série Cosmopolis*, Coimbra, Almedina, CES, 83-105.

Brito-Semedo, Manuel (2006), *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa Entre 1877 e 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Cabral, Amílcar (1976a), *A Arma da Teoria: Unidade e Luta*, Vol. I. Lisboa: Seara Nova.

Cabral, Amílcar (1976b), *A Prática Revolucionária: Unidade e Luta*, Vol. II. Lisboa: Seara Nova.

Cardoso, Katia (2004), “Diáspora: a (décima) primeira Ilha de Cabo Verde: a relação entre a emigração e a política externa Cabo-Verdiana. Tese de mestrado em Estudos Africanos, Desenvolvimento Social e Económico em África, Análise e Gestão, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE: Lisboa.

Cardoso, Pedro (1930), *Hespéridas*. Praia.

Carreira, António (2^a ed.) (1983), *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: ICL.

Costa, Suzano (2007), “Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário”, in *Revista Travessias*, n.º. 8, Rio de Janeiro: MTC/CNPq, UCAM, pp. 111-150.

Costa, Suzano; Pinto, Jorge Nobre (2014), “A Política Externa Cabo-verdiana num mundo multipolar: entre a ambivalência prática e a retórica discursiva?”, in José Pina Delgado, Odair Barros Varela e Suzano Costa (orgs.) *As Relações Externas de Cabo Verde. (Re)leituras Contemporâneas*. Praia: Edições ISCJS, 163-228.

Dambará, Kaoberdiano (1968?), *Noti*. Conakry: PAIGC.

Delgado, José Pina (2013), “Os cruzamentos entre a Política Migratória Cabo-verdiana para Europa e a Política Migratória Cabo-verdiana para a África Ocidental: Racionalidade, Incoerência ou Inevitabilidade de uma Democracia em Consolidação” in Cristina Montalvão Sarmiento e Suzano Costa (orgs.): *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 523-566.

Didial, G. T. (1992-1999), *Contos da Macaronésia*. Mindelo [2 vols].

Estevão, João (2013), “Cabo Verde entre a Integração Económica Internacional e a Integração Regional: Dilemas e Contradições” in Cristina Montalvão Sarmiento e Suzano Costa (orgs.): *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 671-706.

Fernandes, Gabriel (2002), *A Diluição da África: Uma Interpretação da Saga Identitária Cabo-verdiana no Panorama Político (Pós)colonial*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

Fontes, Francisco (2003), “Inscrições Rupestres Alimentam Fantasia do Povo”, in *Notícias Lusófonas* (www.noticiaslusofonas.com).

Furtado, Cláudio (2013), “Cabo Verde e a Integração Regional na África do Oeste: Dissonâncias Discursivas e Identitárias”, in Cristina Montalvão Sarmiento e Suzano Costa (orgs.): *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 523-552.

Gomes, Simone Caputo (2008), *Cabo Verde: Literatura em Chão de Cultura*. São Paulo e Praia: Ateliê Editora e IBNL.

Lopes Filho, João (2013), “Alguns Mitos Relacionados com Cabo Verde”, in *A Nação*, 296. Praia (02 a 08-05-2013).

Lopes, Baltasar, *Chiquinho*. Apolo 70.

Loude, Jean-Yves (1999), *Cabo Verde: Notas Atlânticas*. Lisboa: Europa-América.

Ministro da Defesa: “Cabo Verde jamais será um narco-Estado”, consultado a 27 de Julho de 2012, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article78784>.

Ministro da Defesa: “Cabo Verde jamais será um narco-Estado”, consultado a 27 de Julho de 2012, disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article78784>.

Osório, Oswaldo (org.) (1984), *A Emergência da Poesia em Amílcar Cabral: 30 Poemas*. Praia: Grafedito.

Rocha, Eufémia (2009), *Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África: estigma e xenofobia em Cabo Verde*. Praia: UNICV (Dissertação de Mestrado).

Rodrigues, Ana Salgueiro (2012), “Itinerâncias macaronésias: Mito e Discurso Científico na Obra Pseudo-heteronímica de João Varela”, in Elena Brugioni, Joana Passos, Andreia Sarabando e Marie-Manuelle Silva (orgs.), *Itinerâncias: Percursos e Representações da Pós-colonialidade*. Braga: Edições Húmus, 273-289.

Sarmiento, Cristina Montalvão; Costa, Suzano (2014), “Introdução”, in Cristina Montalvão Sarmiento e Suzano Costa (orgs.): *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 11-19.

Semedo, José Maria (2014), “Macaronésia: O Ressurgimento da Atlântida”. Praia: UNICV (paper apresentado no âmbito da conferência *Errâncias de um Imaginário: Para uma História do Pensamento e Culturas de Língua Portuguesa*. Praia, UNICV.

Senna Barcellos, Christiano José de (2ª ed.) (2003), *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Vol. I. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Silva, José Lopes da (1933), *Hesperitanas*. Lisboa.

Silva, José Lopes da (1952), *Alma Arsinária*. Lisboa.

Silva, José Lopes da (2ª ed.) (1929), *Jardim das Hespérides: Sonetos*. Lisboa.

Silveira, Onésimo (1963), *Consciencialização na Literatura Cabo-verdiana*. Lisboa: CEI.

Soares, Julião Sousa (2011), *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e Morte de um Revolucionário Africano*. Lisboa: Nova Vega.

Spencer, Maria Helena (2005), *Contos, Crónicas e Reportagens*. Praia: IBNL.

Varela, Aquilino (2013), “A Literatura como Estética de Demarcação e Estratégia da Afirmção Diplomática em Cabo Verde”, in Cristina Montalvão Sarmiento e Suzano Costa (orgs.): *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 499-521.

Corrida ao mar?¹ O desafio da segurança marítima nos pequenos Estados insulares: o caso de Cabo Verde²

Rik Apolo de Carvalho,³ Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux
afroapolo@gmail.com

Resumo: Umbilicalmente ligado ao mar que “salgou o seu sangue” Cabo Verde tem o seu destino ligado às coisas marinhas e marítimas. O espaço marítimo nacional afigura-se hoje como um elemento imprescindível para o desenvolvimento ambicionado por este arquipélago cuja vocação atlântica é afirmada e propalada pelos seus dirigentes políticos. Face às mutações trazidas com o fim da Guerra Fria e o 11 de setembro de 2001, os oceanos reemergem como arena de confronto entre grandes e pequenos Estados. É neste contexto que a segurança marítima e a securitização das coisas do mar emergem como temáticas de primeira ordem nas agendas internacionais. Em Cabo Verde, pela primeira vez, desde a sua independência em 1975, o mar passa a ocupar um espaço privilegiado nos programas do governo, sendo elevado a *cluster* estratégico de desenvolvimento. De facto, a posição geoestratégica privilegiada entre três continentes e o vasto espaço marítimo por onde se estende a sua soberania, aumentam, consideravelmente, a dimensão e a relevância internacional do país. Porém, numa altura em que novas ameaças fragilizam os Estados, sobretudo os de pequena dimensão, urge (re) definir os interesses e as estratégias. Torna-se assim interessante abordar a questão da segurança marítima dos pequenos Estados à luz dos novos postulados sobre a segurança internacional ancorado em conceitos teóricos das relações internacionais.

Palavras-chave: Cabo Verde, segurança marítima, segurança cooperativa, Pequeno Estado insular, maritimização

Introdução

“Quem detém o mar detém o comércio do mundo, quem detém o comércio detém a riqueza; quem detém a riqueza do mundo detém o mundo”. Philippe Defarges (1994) in *Introduction à la géopolitique*.

¹ Termo certamente desatualizado que nos remete ao período da Guerra-Fria resgatamo-lo aqui, simplesmente para evidenciar a intensa mobilização dos Estados ao mar, não com propósitos armamentistas mas interessados nos recursos que os fundos marinhos possuem.

² Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Cabo Verde Hoje - os desafios da (des)construção de um «país modelo».

³ É licenciado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e possui Mestrado em Relações Internacionais, especialização Estudos da Paz e da Segurança pela mesma instituição. Frequentou o programa Curso Integrado Bordéus-Coimbra (FIFPO), vertente Ciência Política e Estudos Internacionais e possui Mestrado em Política e Desenvolvimento na África e nos países do Sul (PDAPS), menção Affaires Politiques et Internationales pelo Institut d'Études Politique de Bordeaux.

Hodiernamente, as temáticas económicas, securitárias e ambientais não só proliferam em todas as agendas políticas nacionais e internacionais como se emaranham umas nas outras rompendo fronteiras e reconfigurando a balança do poder ao passo que vão revelando uma interdependência crescente entre os sujeitos de Vestefália (Estados). Uma nova arena emerge neste contexto marcado por uma competição desenfreada entre atores cujas relações se tornam cada vez mais complexas, com fortes impactos nos paradigmas internacionais no que respeita as relações entre os Estados. O mar enquanto recurso e os recursos do mar assumem hoje um papel interessante nos debates em torno da segurança internacional e das relações económicas, estas marcadas por uma profunda maritimização.

Tendo em conta a predominância da massa de água no planeta, a Terra seria, na verdade, uma enorme bolha de água que paira no espaço abrigando nas suas moléculas diversas e variadas formas de vida. Os cinco oceanos que subdividem o globo ocupam grande parte desta bolha, ou seja cerca de 70% da superfície terrestre (Santos, 2009). Desde os tempos idos que os oceanos pela sua “omnipresença espacial”⁴ têm ocupado uma posição de destaque nas atividades humanas. Estima-se que a maior parte da população mundial viva em zonas costeiras, existindo atualmente uma forte tendência para a intensificação da litoralização (Lorgeoux et Trillard 2012). Este fenómeno é particularmente saliente na região costeira do Mediterrâneo, onde entre o ano de 1970 e 2000 foi registado um aumento de 143 milhões para 200 milhões de habitantes prevendo-se aumentos consideráveis para as próximas décadas (Zdruli, 2008). Por outro lado, as vias marítimas têm-se destacado como artérias de uma mundialização frenética que desperta o interesse de grandes e pequenos Estados. Hoje, cerca de 90% de toda a comunicação mundial depende de milhares de quilómetros de cabos submarinos que interligam os continentes uns aos outros (Royer, 2012). O papel dos oceanos na comunicação não se resumirá, portanto, a simples caminhos de passagem de navios. Por diversas razões, o homem moderno parece estar cada vez mais ligado ao mar, território de contrastes que tem, nos últimos anos, acrescido em relevância tanto política quanto económica.

De facto, os mares revelam-se como fontes imprescindíveis de recursos alimentares, alternativas à escassez e dependência de energias, bem como possíveis soluções ao *stress* hídrico sobretudo em regiões de extrema aridez. O papel dos mares no equilíbrio biológico e climático aumenta sobremaneira a sua importância já que, as interações entre os oceanos e a atmosfera condicionam o clima mundial. Cerca de 70% do oxigénio libertado para a atmosfera é produzido pelo fitoplâncton durante o processo fotossintético e através das correntes marítimas se procede grande parte da distribuição do calor sendo que o ciclo da água e a precipitação encontram-se diretamente ligados aos oceanos onde repousam 97% dos recursos hídricos (Santos, 2009: 91). Urge, segundo várias organizações internacionais e ONG ambientais, a preservação do biociclo marinho porquanto este se encontra em risco devido a atividades humanas negligentes.⁵

⁴ Expressão utilizada por Seymour Chatman, crítico literário e cinematográfico, professor na Universidade da Califórnia, (Berkeley) na sua obra, *Story and discourse: Narrative Structure in Fiction and Film*, Ithaca, Cornell University Press, 1978, p 13.

⁵ Cerca de 80% da poluição dos mares e oceanos é resultante de atividades terrestres sendo o alijamento de resíduos nocivos nos leitos marinhos uma das principais causas deste fenómeno. Segundo o Grupo Internacional sobre Alterações Climáticas, o aumento da temperatura causará danos irreversíveis nos ecossistemas marinhos mas também na vida das populações costeiras (PNUMA, 2004).

São várias as oportunidades e possibilidades que este espaço de todos e de ninguém oferece, remetendo hoje os assuntos do mar para topo das agendas internacionais.⁶ A investigação científica nos fundos marinhos e a constante pressão exercida sobre os recursos da litosfera têm empurrado múltiplos interesses rumo às bacias oceânicas fazendo reemergir antigos espectros geopolíticos.⁷

Num contexto mundial marcado por uma globalização galopante, aumento do consumo, e esgotamento dos recursos terrestres têm-se verificado uma “corrida” massiva e desenfreada, aos recursos marinhos. Na verdade, é nesta gigantesca massa de água salgada que se tem apostado para colmatar as deficiências resultantes do crescente ritmo de consumo e escassez de matérias-primas. Depositário de erários ainda pouco explorados, o mar vem-se tornando ao longo dos anos alvo de interesse de atores diversos, no que toca à sua exploração, proteção e preservação.

Neste novo cenário, a geopolítica marítima é ressuscitada, expurgada e assumida sob outras facetas.⁸ Não no sentido clássico do conceito do poder marítimo teorizado por Alfred Mahan (1892)⁹ mas, associado ao *Soft Power*,¹⁰ entendido como um campo jurídico extremamente fecundo, um objeto de políticas públicas de interesse e resgatado também como uma dimensão de poder nas relações internacionais que se renova e se adapta às evoluções que a disciplina foi sofrendo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Este resgate da geopolítica marítima surge num contexto de grandes viragens nos paradigmas internacionais até então vigentes. Contexto este marcado pela necessidade de renovação epistemológica das concepções clássicas de segurança e de ameaça. Nesta nova realidade, as capacidades de previsão e prevenção tornam-se cada vez mais difíceis ante o número crescente de atores não estatais, extremamente difusos e furtivos, que profanam a soberania dos Estados quer sob o seu espaço terrestre quer sob as extensões marítimas (Tomé, 2010).

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 trouxeram para o centro do debate a questão do terrorismo internacional e da criminalidade organizada obrigando os Estados a estarem em constante alerta face a ameaças iminentes de origens desconhecidas. Não obstante a panóplia de instrumentos internacionais que existem relativamente às questões marítimas, verifica-se que a articulação no que diz respeito à exploração, preservação e proteção deste espaço por parte dos Estados e outros grupos de interesse não tem sido uma constante. Na verdade, se a ciência moderna tem possibilitado a exploração de recursos até então inacessíveis, o que permite por exemplo, revolucionar áreas como a medicina ou a biologia, a durabilidade dos mares enquanto fonte de recursos encontra-se em risco devido às atividades que amotinam o seu ecossistema (Santos, 2009).

Os modos de exploração dos leitos marinhos e as atividades que lhe estão conexos revelam-se, segundo as várias organizações ambientais e organismos das Nações Unidas

⁶As questões do mar têm interessado os Estados desde a antiguidade. Os quadros solidamente estabelecidos no âmbito do direito internacional marítimo hodiernamente são frutos de uma longa e lenta evolução de tratados e convenções internacionais em espaços multilaterais.

⁷Além dos Estados soberanos, coabitam em espaços marinhos, empresas multinacionais, ONG de desenvolvimento, *experts* e cientistas marinhos, Organizações Internacionais, pequenos pescadores locais entre outros.

⁸Já que, durante a segunda Guerra Mundial, a disciplina foi marginalizada, e conotada com o ‘mal’ devido à instrumentalização das teorias de Karl Haushofer pela Alemanha Nazi que procurando aumentar o seu “espaço vital” conquistou quase toda a Europa entre 1939-1941.

⁹ Confira, *The Influence of Sea Power upon History, publicado 1660–1783, et The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire 1793–1812.*

¹⁰ Vide, obra de Nye, Joseph, (2004), *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs Books.

ligados ao ambiente, insustentáveis (Ollitrault, 2009). O aquecimento global aumenta, de acordo com os vários relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o nível térmico das águas do mar destruindo os ecossistemas marinhos causando também perdas de *habitats* terrestres importantes como bem testemunha o caso de Tuvalu devido ao derretimento dos glaciares árticos.¹¹ A defesa dos oceanos tem sido uma batalha frequente de grande ONG tais como *Greenpeace* ou a *World Wide Fund for Nature* (WWF) cada vez mais especializadas, que em coligações ou isoladas, procuram exercer pressões sobre os Estados confrontando-os com os engajamentos internacionalmente assumidos.¹² De Rio (1992) passando por Quioto (1997) são várias as conferências internacionais realizadas no quadro das Nações Unidas com vista à criação de normas de aplicação global em matéria de preservação e governação sustentável do ambiente.¹³

Contudo, a disparidade de interesses sempre dificultaram, e têm dificultado, a aplicação efetiva e eficaz das medidas adotadas, havendo casos, como aconteceu na Conferência de Copenhaga (2009), considerada um verdadeiro fracasso, em que as posições divergentes dificultam não só a adoção de uma resolução final juridicamente engajadora mas a criação de uma plataforma em que todos os atores estejam em pé de igualdade.¹⁴

Face às novas ameaças à paz e à estabilidade internacionais, que têm afetado particularmente os pequenos Estados, estes emergem como os grandes defensores dos mares e dos oceanos, inscrevendo a questão da segurança marítima no topo das suas prioridades de política interna e na linha da frente das suas ofensivas diplomática (ONU, 1982, 1994; OEA, 2003, 2009). Tão-somente pela importância que o mar desempenha na sobrevivência dos Estados arquipélagos, torna-se não só pertinente, mas extremamente interessante percebermos os desafios que se apresentam a estas entidades na preservação das suas riquezas marinhas e na defesa da integridade dos seus espaços terrestres. Profícuo torna-se também identificar as janelas de oportunidades que o avanço tecnológico e a mudança de paradigmas na exploração dos recursos marinhos abrem a esses Estados. Neste texto intenta-se perscrutar: ***De que forma o mar pode ser hoje um valor estratégico para afirmação internacional dos pequenos Estados insulares num contexto em que se verifica uma disputa desenfreada pelos recursos que nela repousam?*** Pretende-se assim revisitar os postulados sobre o conceito de segurança internacional, articulados com os vários instrumentos internacionais que abordam as questões marítimas, particularmente a convenção de Montego Bay (1982).

¹¹ Os vários relatórios do IPCC que abordam estas questões podem ser encontrados em http://www.ipcc.ch/publications_and_data/publications_and_data_reports.shtml.

¹² A proliferação de ONG acompanhou uma profunda revisão em matéria de *savoir faire* modificando e mitigando a sua natureza enquanto atores de desenvolvimento com propósitos meramente altruístas. Cada vez mais, elas se profissionalizam e se especializam. Em termos de estratégias, a nível nacional ou internacional, a coordenação tem sido um método privilegiado. Elas se reagrupam e se associam para reforçar a sua posição. De se destacar o exemplo da CONCORD, federação de ONG europeias www.concordeurope.org, ou a CordinationSud, plataforma de ONGs francesas www.coordinationsud.org.

¹³ As primeiras conferências da ONU sobre o clima, (COPs -Conferências das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas) tiveram início a partir de 1995 em Berlim com o objetivo de encontrar medidas para a redução dos gases de efeito de estufa pelos países desenvolvidos. Na conferência de Estocolmo 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) a primeira organização da ONU até então com competências exclusivas em matéria do ambiente. Contudo, não obstante as propostas da França e da Alemanha em 2002 quanto à criação de uma organização internacional do ambiente, não se tem conseguido ainda uma governação e regulação do ambiente. *Vide*, protocolo-de-kyoto.info consultado em 20-08-2014.

¹⁴ *Vide Le bilan décevant du sommet de Copenhague* (2009), consultado a 22-09-2014 em lemonde.fr.

Novas ameaças? Alguns aspetos dos debates em torno da segurança internacional

O pós-Guerra-Fria constituiu uma viragem importante nos paradigmas das relações internacionais desenhando novos contornos nos estudos sobre a paz e a segurança (Tomé, 2010). Às tradicionais preocupações de cariz estratégico militar juntaram-se novas dimensões na agenda política mundial, mais condizentes com um mundo que se tornara interdependente num contexto de intensificação da mundialização (Junior 2002). Temáticas ligadas à economia e ao ambiente até então marginais passam a proliferar tanto nos trabalhos académicos como nos debates políticos quer internos quer externos. O poder passa a ser percebido e exercido de forma menos belicista. Opta-se por um *Soft Power* mais adaptado a um mundo cada vez mais globalizado e às formas de relacionamento multilaterais. As conceções realistas de *hard power* até então dominantes nas relações internacionais são confrontadas com novas propostas teóricas das quais destacamos aqui os trabalhos de Robert Keohane e Joseph Nye, que no seu livro *Power and Interdependence* (1977) identifica novos atores emergentes que passam a ocupar posições estratégicas no xadrez internacional. Os conceitos de paz e segurança tal como percebidos pelas teorias clássicas passam a ser abordados sob perspetivas mais alargadas. A escola de Copenhaga criada em 1985 desempenha aqui um papel importante.¹⁵ Barry Buzan, um dos seus expoentes máximos apresenta propostas arrojadas estimando que as discussões sobre a segurança devem incluir além de aspetos militares, também áreas da política, economia, ambiente e sociedade.

Outras questões vieram do meio académico: Dos estudos da paz, das abordagens feministas, da economia política internacional e dos estudos de segurança (e estratégia). Esses trabalhos têm-se relevado como tentativas para alargar a agenda de segurança reivindicando a inclusão de outras questões e desafios ligados aos setores económicos, ambientais e sociais, bem como os assuntos político-militares que definem os estudos de segurança tradicionais (conhecido em alguns lugares como estudos estratégicos. (Buzan *et al.*, 1997: 01)¹⁶

Os atentados de 2001 seguidos dos de 2004 em Madrid cristalizaram uma nova perceção de segurança internacional mostrando que os Estados não são irrevogavelmente os detentores do monopólio da violência como predissera Weber em *Le Savant et le politique* (1919). De facto, ameaças cada vez mais difusas e imprevisíveis atingem as sociedades em múltiplos aspetos tendo como autores entidades não comprometidas com os deveres que consagram os Estados e são de certa forma imunes aos instrumentos de regulação jurídica internacional. Segundo Bobbit (2003: 774), as ameaças atuais não podem mais ser facilmente categorizadas como agressões de Estados porque “pela primeira vez desde o nascimento do Estado, não há mais necessidade de uma estrutura estatal para organizar a violência em uma escala devastadora para a sociedade”. A guerra contra o terrorismo anunciado por George W. Bush

¹⁵São várias as abordagens e entendimentos em torno da segurança nas Relações Internacionais. A par da escola supracitada, surgem outras propostas como a Escola de Aberystwyth (a emancipação do indivíduo como segurança) inspirada nos trabalhos de Ken Booth e Wyn Jones; de Paris (segurança como *praxis*) inspirada nos trabalhos de Pierre Bourdieu, Didier Bigo e Jef Huysmans. A Segurança Humana surge aqui como o âmago de uma proposta inovadora que vai inspirar estas três escolas. O Construtivismo apresenta críticas à abordagem realista que importa levar em consideração nestes novos postulados sobre a segurança internacional. O artigo de Vanda Dias *et al* (2011) intitulado “Retrospectiva do conceito de segurança: alargamento aprofundamento da agenda securitária no pós-guerra fria” disserta pedagogicamente sobre estas questões.

¹⁶ Tradução nossa. Cf. texto original.

(Cerny, 2005:16) teve um impacto de larga escala na percepção de segurança intensificando as tensões internacionais, mas também as incertezas e uma certa ‘espetrofobia’ entre os Estados em relação ao terrorismo. A globalização e as suas dinâmicas que acentuam as desigualdades entre Estados e instituições fazem reemergir na arena internacional, um “novo dilema de segurança”¹⁷, não no sentido realista do termo cunhado por John H. Herz nos anos 50 mas num contexto marcado por incertezas e dificuldades dos Estados em fazerem face à uma realidade em que a sua soberania é constantemente posta em causa por atores não estatais (Cerny, 2005).

A vaga de democratização anunciada por Huntington (1991) e protagonizado pelos fenómenos Ceaușescu,¹⁸ La Baule,¹⁹ e Muro de Berlim, marcaram um novo advento à democracia que entretanto se tornou modelo *standard* de governação. Neste contexto de maior liberdade fala-se da emergência de uma sociedade civil internacional²⁰ cada vez mais ativa nas arenas de debate e autora de opiniões. Por conseguinte, a dissociação clássica entre Estado e indivíduo deixa de fazer sentido uma vez que as questões de segurança se tornaram mais delicadas e abrangentes. As ameaças de hoje não dizem mais respeito apenas aos Estados. O cidadão comum passou a ser ele também alvo de organizações terroristas (UNDP, 1994). O conceito de segurança humana criado pelas Nações Unidas reflete uma preocupação em proteger as populações mais frágeis sobretudo quando o Estado falha no cumprimento dos seus deveres básicos (UNDP, 1994).

Convém referir o debate sobre o conceito de segurança não é novo e o conceito não possui uma definição única, sendo definido de diversas formas, de acordo com a escola interpretativa, região geográfica ou país em questão (Tomé, 2010). Trata-se assim, de um conceito ambíguo, e complexo, com fortes implicações políticas e ideológicas. Porém, existe uma constante busca pela sua operacionalização, sobretudo por parte das organizações regionais e internacionais como a ONU, quer em operações de manutenção e construção da paz, quer em programas e conferências internacionais, palcos de apologias à cultura da paz e da segurança (Freire e Lopes, 2009).

¹⁷ O conceito Dilema da Segurança que nos remete para o Dilema do Prisioneiro da Teoria dos Jogos é um conceito realista de segurança em Relações Internacionais formulado por John Hermann Herz na obra *Political Realism and Political Idealism* publicado em 1951. O conceito revela a situação em que os Estados buscam por todos os meios implementar ações de qualquer natureza com o objetivo de incrementar sua segurança face às possíveis ameaças que possam denegrir o seu *status quo*. Esta ação individual e estado-centrada cria uma sensação de ameaça e insegurança em outros Estados que passam a adotar medidas que possibilitem um incremento da sua sensação de segurança. Com o fim da Guerra Fria este conceito deixou de ter aplicabilidade prática. Porém, alguns autores como Philip G. Cerny, na sua obra “The New Security Dilemma: Divisibility, Defection and Disorder in the Global Era,” *Review of International Studies* (2000) resgata o conceito argumentando que novas dinâmicas e novos atores emergentes tornam o conceito pertinente de reapropriação.

¹⁸ A queda do Presidente da Roménia Comunista foi a última barreira para a democratização nos antigos satélites da ex-URSS. Este acontecimento é considerado como uma das causas externas que levaram à queda de muitos regimes militares e autoritários em grande parte dos países africanos (Gazibo, 2006: 168).

¹⁹ Discurso do Presidente francês François Mitterrand pronunciado à La Baule (França) a 20 junho de 1990 na 16ª conferência dos chefes de Estado da África e da França. Tido como o discurso que desencadeou o processo de democratização nos países francófonos, La Baule inaugura a condicionalidade democrática. Segundo as palavras do Presidente francês « *La France liera tout son effort de contribution aux efforts qui seront accomplis pour aller vers plus de liberté* » (Bolle, 2001: 1).

²⁰ Esta é uma noção mais alargada de sociedade civil que nos transporta diretamente a Seattle (1999) e a Porto Alegre (FSM, 2001). Hodiernamente, o conceito de sociedade civil tem-se banalizado em todos os espaços de debate embora a sua origem seja remota. Trata-se de um verdadeiro “pret-à-employer” que tanto organizações internacionais como grupos de interesse têm largamente utilizado sem no entanto haver um definição clara e consensual. A obra *Civil Society and Political Theory* (1994) de Cohen et Arato dissecou eruditamente esta questão.

Segurança Marítima: as perspetivas *safety* e *security*

No que diz respeito ao mar, o conceito de segurança pode ser visto como uma das várias ramificações de um conceito mais alargado de “segurança humana” (UNDP, 1994). Na verdade, não existe um conceito estabelecido do que significa segurança marítima abrindo espaço a um leque de interpretações que se concentram, em certas ameaças intencionais ou não, que impactam negativamente as atividades marítimas, a vida dos marítimos e as funções naturais do mar. Tradicionalmente ligado à proteção militar da soberania de um Estado face as ameaças externas, o conceito de segurança marítima tem sofrido profundas alterações variando-se de acordo com os interesses dos Estados ou grupos de Estados (Rodrigues, 2013). Atualmente os litígios territoriais a nível do mar,²¹ salvo raras exceções, são reduzidos e regulados por instrumentos do direito internacional solidamente estabelecidos como o Tribunal do Direito do Mar²² ou ainda o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ).²³

A segurança marítima engloba um conjunto de aspetos genéricos que oscilam entre medidas de proteção e de prevenção. Ela compreende concretamente o combate ao crime organizado (lavagem de capitais, tráfico humano e de estupefacientes, pirataria²⁴ e terrorismo), imigração ilegal, os crimes ou negligências ambientais (por exemplo, alijamento de resíduos tóxicos nos fundos oceânicos), mas também, diz respeito à exploração de minérios para fins económicos; à administração portuária assim como gestão e proteção dos marítimos em casos de acidentes no mar. Não se deve também descurar o aumento do nível das águas e do aquecimento dos mares, a pesca insustentável, a exploração e o transporte de certos recursos como petróleo e o derrame do mesmo em pleno mar.

Estas ameaças, com impactos diretos e indiretos na circulação marítima, são atualmente abordadas em estratégias nacionais e regionais de segurança²⁵ mas também, por certas organizações internacionais como a NATO, a IMO (Organização Marítima Internacional), a *European Maritime Safety Agency* (EMSA). Em termos estratégicos e conceptuais, duas perspetivas (*safety* e *security*) são tidas em contas numa abordagem sistémica. A abordagem *safety* é traduzida em português por segurança. Ela inclui um conjunto de ameaças não intencionais resultante de causas naturais ou erros humanos, acidentes ou incidentes que podem apresentar um risco para a vida dos marítimos e para o equilíbrio do meio marinho. Envolve, assim, um conjunto de operações de busca e salvamento (*search and rescue* -

²¹ As tensões no espaço marítimo asiático em volta de alguns ilhéus e rochedos são exemplos de contenciosos que ainda persistem entre Estados. Em 2010, uma crise diplomática eclodiu entre a China e o Japão após a prisão pelas autoridades nipónicas de um barco de pesca chinês numa zona reivindicada por esses dois países. Existem também fortes tensões entre o Japão e a Coreia do Sul, Japão e Rússia, ou ainda entre Taiwan e o Vietname em reivindicações de espaços marítimos (Roille, 2011).

²² Criado pela Convenção de Montego Bay de 1982. Segundo o site oficial da organização 29 casos contenciosos encontram-se em análise. O caso do navio Saiga de São Vicente e Granadinas, apreendido pela Guiné Conacri em 1997, inaugura-se como a primeira ação efetiva do TIJ. Consultar a secção *Affaires et contentieuses* no site oficial www.itlos.org.

²³ Principal órgão jurídico das ONU, criado em 1946 atualmente os casos seguidos compreendem: A delimitação marítima no oceano Índico entre a Somália e o Quênia (2014) e no mar das Caraíbas e oceano Costa Rica e Nicarágua (2014). A lista e informação detalhada dos contenciosos podem ser consultados no site da organização www.icj-cij.org/.

²⁴ De acordo com a Convenção de Montego Bay, “pirataria” é definida como: qualquer ato ilegal de violência ou detenção, ou qualquer ato de depredação, praticado para fins privados por um navio privado dirigido no alto mar, contra qualquer navio.

²⁵ A União Europeia possui desde 24 de Junho de 2014 a sua primeira estratégia de segurança marítima (EESM) orientada por um plano de ação que envolve um conjunto de políticas multissetoriais e com alcances extra União. A União Africana possui igualmente a sua própria estratégia integrada marítima (AIM) assinada em 2012, com um horizonte fixado em 2050. Esta envolve um conjunto de grandes projetos como sejam a construção de um aquário gigante para mostrar a biodiversidade dos mares africanos. Até a presente data, poucas são as medidas reveladoras da materialização da estratégia africana.

SAR)²⁶ coordenados por normas aos quais os Estados, por ratificação, se encontram sujeitos, devendo assim responsabilizar-se pelas operações na respetiva área de jurisdição (Lourenço, 2012). Por outro lado, a vertente *security* que se traduz por proteção, envolve todo o tipo de ameaças intencionais que utilizam as vias marinhas. Engloba assim todo o tipo de ações que visam a prevenção, a identificação e o combate à pirataria e ao terrorismo marítimo, todos os atos dolosos de poluição marítima e outros crimes ambientais, as atividades criminosas de depredação de recursos do mar e combate aos tráficos ilícitos, imigração ilegal (Lourenço, 2012: 113). Estas duas terminologias anglo-saxónicas são comumente unificadas no conceito alargado de segurança quando traduzidas para português, embora uma distinção como foi aqui apresentada tenha sido adotada em 2012 com a instituição do *International Ship and Port Facility Security Code (ISPS Code)* sob o auspício da IMO (Rêgo, 2012: 118).

As estratégias nacionais possuem estas duas facetas porquanto, com a maritimização das atividades económicas e o aumento dos processos de pedido de extensão das plataformas continentais, há uma clara intenção para a afirmação soberana dos Estados nas suas águas territoriais. Neste sentido, um conjunto de investimentos têm sido feito sobretudo nas marinhas nacionais que inauguram o conceito de Duplo Uso. Esta nova dimensão das políticas de segurança nacional implica o emprego dos meios da Marinha no exercício das suas funções de Guarda Costeira, mas também da execução de atividades civis. Ou seja, esta passa a desempenhar as suas funções clássicas, mas também o desenvolvimento económico e cultural. A proteção e prevenção estão intrinsecamente ligados a este conceito.²⁷

Nos últimos anos tem-se verificado um desenvolvimento claro de atos criminosos nos espaços marítimos resultado de um aumento da vulnerabilidade e fragilidade dos Estados, sobretudo aqueles costeiros e ribeirinhos, que não possuem meios para exercer a sua soberania em todo o seu território.²⁸ O tráfico de armas, os assaltos à mão armada de navios mercantis ou as avultadas somas que são pagas no resgate das vítimas de pirataria infiltram-se nas brechas do sistema financeiro internacional, alimentando um ciclo de criminalidade e potenciando as tensões regionais (Lourenço, 2012). A atual securitização dos espaços marítimos é resultado de uma tomada de consciência que, a qualquer momento, portos e vias importantes podem ser alvo de ataques por grupos diferentes causando sérios danos no sistema de relações económicas entre os países.

Urge, neste sentido, a definição e a adoção de políticas multissetoriais que englobem todos os atores e setores de atividade a nível nacional e internacional, capazes de influenciar o equilíbrio marítimo para uma melhor gestão e proteção. De facto, ressalta na atual retórica securitária internacional uma componente solidarista na medida em se têm apercebido que ações isoladas ou estado-centradas não têm sido portadoras de repostas.

²⁶Esta, no âmbito da Convenção internacional para a salvaguarda da vida humana no mar (*Safety Of Life At Sea*) adotada em 1914, é regida atualmente pela IMO, agência especializada das Nações Unidas (1949), que tem produzido diversas recomendações e normas, sobretudo no que respeita à navegação marítima em general (proteção dos transportes marítimos e dos recursos humanos) proteção ambiental, questões legais e jurisdicionais, assim, como assistência técnica, entre outros. *Vide*, para consultar as convenções e as missões, o site oficial da IMO www.imo.org.

²⁷ *Vide* http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/folhetospt/Marinha_Duplo_Uso.pdf, consultado a 22.10.2014.

²⁸ Sobretudo no Golfo da Guiné onde só em 2011 foram registados 22 ataques de pirataria na Costa do Benim, a maioria concernindo navios petroleiros segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2013). Dados do *International Maritime Bureau* apontam para 58 os incidentes envolvendo o uso de armas de fogo e tomada de reféns com custos estipulados entre 34 milhões e 100 milhões de dólares de bens roubados. Dados disponíveis em www.defesaareanaval.com.br/missao-jeanne-darc-2014-africa/?print=pdf consultado a 22.10.2014.

Mesmo as nações talassocráticas (Estados Unidos, França) encontram-se entrelaçadas com outras pequenas nações num sistema de interdependência que nos remete para o atual conceito de segurança cooperativa²⁹ que implica uma cooperação internacional entre os Estados na defesa dos seus interesses nas suas águas bem como nas *Global Commons*³⁰ que os circundam (Dias *et al.*, 2011). Contudo, a assimetria nas relações inter-estatais implica que os Estados, sobretudo os de pequena dimensão, reavaliem o seu grau de comprometimento nas alianças que vão estabelecendo bem como a modalidade de participação em operações de segurança, sob o risco de termos seus interesses secundarizados. Os organismos multilaterais afiguram-se aqui como espaços privilegiados d'*épanouissement* na medida em que podem atenuar as desvantagens dos pequenos países ao mesmo tempo que abrem caminho à uma rede de partilha de informações e *savoir faire*.

Acerca da legislação internacional sobre o Direito do Mar

O relacionamento dos Estados e dos indivíduos com o mar é de facto complexo englobando múltiplas questões que afetam não só o quotidiano do cidadão comum, mas que reconfiguram a própria geopolítica dos oceanos em torno de ameaças e oportunidades. Desde a antiguidade tem-se verificado divergência de interesses no que toca à exploração e circulação de navios. Território que exige múltiplos e dispendiosos esforços de fiscalização e controle, o mar sempre fora considerado espaço de liberdade. Segundo Nascimento (2004: 32), “na antiga Roma, o mar era considerado pelos jurisconsultos como *res communis omnium*, insuscetível de apropriação por indivíduos ou mercadores”. Esta conceção “anárquica” dos oceanos foi argutamente defendida pelo jurista holandês Hugo Grotius³¹ em 1609, que na sua obra *De jure praede commentarius* destacava num dos capítulos intitulado *Mare Liberum*, um conjunto de argumentos apoiados no direito natural em favor da liberdade de circulação nos mares. *Mare Liberum* deu um importante contributo no que toca à universalização e divulgação das querelas territoriais à volta do mar, abrindo a discussão ao campo do direito internacional.

Ao longo dos séculos XV e XVII vários litígios marcaram o relacionamento entre os Estados que procuravam afirmar os seus domínios de pesca nas suas zonas costeiras e outros Estados interessados nestas mesmas áreas³² (Nascimento, 2004). Silva (1999) citado por Nascimento (2004) apresenta quatro fases que marcam a evolução do Direito do Mar e do Direito das Pescas. Nomeadamente:

- O reconhecimento do domínio dos Estados costeiros sob a sua zona adjacente e a tentativa de extensão dos poderes sobre ela;
- A consciencialização da necessidade de preservação das riquezas marinhas;

²⁹ O conceito que surge na década 1960 (Dias *et al.*, 2011:7) e se desenvolve no pós-Guerra Fria. Tem como objetivo prevenir a guerra (“*working together to decrease the likelihood of conflict*”) através de cooperação entre os Estados. Considerado como um conceito idealista e pouco pragmático (Rodrigues, 2010:4) constitui, porém, um dos pilares da política da NATO.

³⁰ *Global commons* é um conceito que designa “os espaços que não estão sob o controlo direto de qualquer Estado mas que são vitais para o acesso e ligação a quaisquer pontos do mundo” inclui também as zonas económicas exclusivas (Rodrigues, 2010).

³¹ *De jure praede commentarius* é considerada como uma das obras fundamentais no estudo do Direito do mar e sendo o seu autor considerado o pai do Direito internacional. Contudo, considera-se que a obra e sobretudo o capítulo *Mare Liberum* possuem fortes influências do teólogo espanhol Francisco de Vitória e de Fernando Vasquez de Menchac (Zanin, 2010:84)

³² Remete-nos à realidade de Estados geograficamente desfavorecidos. Estes, por estarem embrenhados no continente, como o Botswana por exemplo, não têm acesso direto ao mar.

- As ações unilaterais da pós-Segunda Guerra Mundial por parte de alguns Estados costeiros (Chile Argentina, Peru, Equador etc.);
- As várias conferências internacionais relativas ao Direito do Mar organizado pela ONU; A estas, se juntam os debates sobre os problemas ambientais em particular a poluição dos oceanos.³³

Daremos aqui atenção a algumas conferências internacionais que contribuíram sobremaneira para o evoluir do Direito do Mar. De acordo com Nascimento (2004), há que se distinguir Direito Marítimo de Direito do Mar. Segundo o autor, o primeiro diz respeito ao direito comercial que envolve as relações entre aqueles que exploram os navios e aqueles que os usam enquanto o Direito Marítimo no sentido mais lato se percebe como um conjunto de normas jurídicas relativas à navegação marítima (Nascimento, 2004). Sem entrar no debate de conceitos, consideramos o Direito do Mar como um conjunto de regras que regularizam a utilização dos mares. Este, entendido pelos geógrafos com a extensão de água salgada que envolve os continentes. Durante vários séculos os assuntos do mar sempre preocuparam os detentores de poder, ávidos de domínio e expansão, e as pequenas nações insatisfeitas com a sua situação de marginalidade e exiguidade. Vários tratados bilaterais foram celebrados até que num contexto multilateral surgiu a convenção de Haia de 1882 relativa à política de pesca no mar de norte (Nascimento, 2004).

A proclamação do Presidente Henry Truman no final da Segunda Guerra Mundial relativamente aos territórios marítimos que faziam parte do domínio dos EUA,³⁴ fizeram com que um conjunto de Estados da América do Sul estendessem o seu espaço de soberania marítima para 200 milhas náuticas, quando nos séculos XIX e XX este era fixado ao tiro de um canhão ou seja três milhas (Casella, 2012). Tais acontecimentos estiveram na origem das várias conferências da ONU sobre o Direito do Mar realizado desde 1958.

A primeira conferência sobre o Direito do Mar foi realizada em 1958 sob o auspício da ONU em Genebra, com a participação de 86 Estados. Foram produzidos quatro documentos sob a forma de convenções e sob proposta Suíça um protocolo facultativo para situações de litígio já que os EUA e a Rússia repudiaram o sistema de solução obrigatória de controvérsias (Casella, 2012). Estiveram presentes na agenda questões relativas ao mar territorial e zona contígua; plataforma continental; pesca e conservação dos recursos vivos do alto mar. Esta primeira iniciativa representou um avanço importante na medida em que fixou conceitos importantes e propôs uma codificação de vários aspetos que a conferência de 1930 não levou em conta. Contudo, a fraca adesão e o não comprometimento de certos Estados não avançaram a questão (Casella, 2012). Novos esforços seriam tentados na segunda conferência realizada em 1960. Esta, revelou-se um fracasso ainda maior na medida em que não se chegou a nenhum entendimento e nenhuma convenção foi assinada (Casella, 2012).

É interessante notar que apesar de todas as reservas em relação à codificação jurídica do mar, em 1970 sob a iniciativa do Presidente de Malta, Arvid Prado, a Assembleia Geral da ONU proclamou o fundo dos mares e dos oceanos além da jurisdição nacional como

³³ O naufrágio de grandes navios petroleiros é das principais causas de poluição marítima. Os casos do navio maltês Erika Vallettana na costa francesa (1999) e do Prestige (2002) tiveram grandes impactos no meio marinho e nas costas circundantes (11 milhões de litros de óleo no litoral da Galícia). Este último acidente levou a UE a tomar medidas de prevenção: atualmente nenhum navio petroleiro monocasco tem permissão para circular nas águas da União.

³⁴ Proferida em 1945, a proclamação Truman é considerada a primeira manifestação expressa do interesse de um Estado em relação aos recursos da sua plataforma continental reivindicando assim a adjacência desta ao seu território. Este ato unilateral dos Estados Unidos desencadeou uma onda de outras declarações na América latina e Ásia (Rémond, 1970: 12)

património da humanidade (Nascimento, 2004). Embora tenha sido uma declaração de princípios, este foi um avanço importante para a proteção dos espaços marinhos. A terceira conferência da ONU sobre o Direito do Mar notabilizou-se como uma verdadeira odisséia em termos de negociação (9 anos). Iniciada em 1973, o seu texto definitivo só foi aprovado em 1982, em Montego Bay na Jamaica. Esta, só entraria em vigor 12 anos depois, ou seja, em 1994 e é o mais importante documento sobre o Direito do Mar já produzido (Casella, 2012: 100).

Pesem embora esses contratemplos próprios da negociação internacional, a Convenção de Montego Bay³⁵ Foi um avanço considerável do ponto de vista da codificação do direito internacional com a participação de 164 Estados, além de várias ONG e grupos de interesse. Deste longo percurso resultaram 320 extensos artigos que embora não isentos de críticas e descontentamentos, definem de forma precisa os espaços marítimos e criam soluções legítimas para a resolução de controvérsias e contenciosos. Em discussão estiveram as questões seguintes: Águas interiores; Mar territorial e estreitos internacionais; Zona contígua; Zona economia exclusiva (ZEE); Plataforma continental; Alto Mar; Fundos marinhos (Nascimento, 2004).

Fixa-se uma largura virtual de 12 milhas para o mar territorial, enquanto a plataforma continental, assim como a ZEE, se estendem por 200 milhas marinhas. O Alto Mar é considerado como todas as regiões que, não estando no Mar Territorial ou nas Águas Interiores de um Estado, nem nas águas arquipelágicas de um Estado Arquipélago, ficam livres para navegação sem controlo de nenhum Estado soberano (Nascimento, 2004). A grande inovação da Convenção foi a criação de soluções controversas, originados três órgãos para fiscalizar a aplicação da convenção nomeadamente:

- A Autoridade Internacional para os Fundos Marinhos, sediada em Kingston, Jamaica;
- Tribunal Internacional sobre Direito do Mar, sediada em Hamburgo, Alemanha;
- Comissão dos Limites da Plataforma Continental, que está instalada na Sede das Nações Unidas em Nova Iorque.

A Convenção de Montego Bay também aborda o conceito de Estado insular e arquipelágico. De acordo com a mesma “as águas arquipelágicas são situadas entre as ilhas de um arquipélago quando traçado das linhas base e é efetuado pelo exterior do arquipélago, circunscrevendo essas águas” (Nascimento, 2004:63). Embora se tenha verificado várias reservas no que diz respeito ao tratamento especial dos Estados arquipélagos, durante a terceira conferência da ONU sobre o Direito do Mar, a participação ativa de um elevado número destes, constituiu um peso importante para exigir um tratamento diferente e preferencial para com estas unidades uma vez que o mar passa a ser um elemento vital não só para a sua sobrevivência, mas também para a sua afirmação internacional.³⁶

É no sentido de fazer prevalecer os seus interesses neste domínio que as pequenas nações arquipelágicas têm procurado influenciar as normas internacionais privilegiando iniciativas multilaterais e ações coordenadas num contexto de forte ameaça à sua segurança (Ingebritsen, 2006). Este aspeto foi particularmente salientado na Declaração de *Kingstown* sobre a

³⁵ Convenção de Montego Bay, cf. http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_f.pdf, consultada a 18-05-2014.

³⁶A criação da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (1990) constituiu um passo importante para a materialização das suas reivindicações. Embora sendo um grupo *ad hoc*, sem uma personalidade jurídica, a aliança tem-se mostrado relevante nas discussões internacionais em matéria do ambiente. Durante a discussão do protocolo de Kyoto o grupo constituiu uma das quatro coalizões principais de negociação.

Segurança dos Pequenos Estados Insulares onde estes consideravam que face às ameaças multidimensionais e transnacionais à sua segurança, esforços individuais devem ser canalizados de maneira coordenada e cooperativa em comunhão com a comunidade internacional (OEA, 2014).

De facto, a história tem-nos mostrado que as pequenas nações, na sua larga maioria, sempre ocuparam a posição de subalternos. Na verdade, os pequenos Estados insulares têm características peculiares que os tornam especialmente vulneráveis, sujeitos a ameaças de natureza multifacetada englobando assuntos, políticos, económicos, sociais, de saúde, e ambientais que se têm intensificado nos últimos.

O impacto das novas ameaças na segurança e estabilidade dos pequenos

Estados insulares

Na panóplia de teorias e conceitos que instituem as Relações Internacionais enquanto disciplina, o termo “pequeno” embora parecendo evidente não suscita consenso (Henrikson, 2001). Durante muito tempo os pequenos Estados pela sua exiguidade material foram considerados irrelevantes na configuração política mundial (Neumann e Gstöhl, 2006).

Embora reconhecendo a sua relevância, o debate concetual não será alvo de análise neste texto. Para efeito de operacionalidade, consideraremos um “Pequeno Estado Insular” de acordo com os elementos comumente aceites e partilhados pelas organizações internacionais como a ONU³⁷ ou a Commonwealth:³⁸ a exiguidade geográfica, o facto de serem compostos por ilhas dispersas, terem população reduzida e estarem sujeitos a vulnerabilidades endógenas e exógenas. Nesta categoria entram vários Estados, alguns dos quais estabeleceram sinergias no quadro da Aliança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Apesar de estarem todos numa situação de vulnerabilidade, trata-se de um grupo bastante heterogéneo com interesses nem sempre convergentes. Enquanto uns conhecem fortes avanços económicos, outros se mostram menos dinâmicos e mais débeis economicamente. Por exemplo, sendo todos Estados insulares, as prioridades do Japão e da Grã-Bretanha não são as mesmas que as de Vanuatu ou de Cabo Verde.

Interessa-nos aqui a batalha que este grupo de países, e mais particularmente Cabo Verde, têm enfrentado no âmbito da segurança marítima.

O mar desempenha uma função vital para estas unidades, enquanto espaços estratégicos e geopolíticos de interesse global, sendo em certos casos a força motriz da economia não só pelas atividades pesqueiras, mas também pelos rendimentos que se arrecadam com as infraestruturas portuárias e com a exploração dos outros recursos marinhos. Os pequenos Estados possuem uma vantagem considerável, na medida em que possuem legislação de exclusividade sobre uma vasta área marítima. No entanto, a maioria desses Estados não possuem meios para usufruir e gerir esses recursos. Tirar dividendos do mar implica grandes investimentos de longo prazo. Atualmente tem-se verificado uma grande azáfama em torno dos portos e dos fundos marinhos e, à medida que o mar foi-se tornado uma alternativa para

³⁷ A ONU utiliza o termo Pequeno Estado insular em desenvolvimento. Os critérios da definição podem ser encontrados no site da organização: <http://www.un.org/fr/ga/president/65/issues/sids.shtml>. Consultado a 22.10.2014.

³⁸ Vide Commonwealth Secretariat (1997), *A Future for Small States: overcoming vulnerability*. London: Commonwealth Secretariat.

desenvolvimento, novas formas de aproveitar os seus recursos vão sendo desvendados apresentando contudo vários riscos ao ecossistema marinho e à vida dos que dependem do mar para sobreviver. A extração de petróleo no mar e o seu transporte por via marítima, (constitui 30% do petróleo mundial comercializado) representa um fator de risco com grandes impactos económicos. Os acidentes de petroleiros e o conseqüente derrame de óleos no mar prejudicam não só o ecossistema marinho mas também vários setores de atividade como as pescas e o turismo.³⁹

Outros problemas têm a ver com crime organizado, nomeadamente pirataria, particularmente presente no Golfo Guiné onde persiste uma forte desregulação (UNODC, 2013). Essas atividades de caráter transnacionais interferem com a definição das rotas de navegação com conseqüente securitização de zonas marinhas, perturbam o comércio marítimo e põem em risco a vida das pessoas ligadas ao mar. Diferentemente do espaço aéreo, a entrada de pequenas embarcações nas zonas marítimas nem sempre é vista e controlada pelas autoridades o que permite a entrada de todo o tipo de ilicitudes.

A introdução de armas ilegais e a imigração ilegal são problemas com que os Estados insulares sobretudo da região atlântica têm tido dificuldades em resolver. Não se pode descurar as alterações climáticas e o seu impacto na segurança marítima dos pequenos Estados insulares. Na verdade, a Convenção de Montego Bay de 1982 provoca a discussão sobre as questões das alterações climáticas e o seu impacto. De acordo com os cientistas do IPCC, até 2100 o nível do mar pode subir entre cerca de 60 centímetros, atingindo uns severos 10 metros.⁴⁰ Esses estudos que têm causado grande polémica na comunidade científica e nos fóruns políticos, alertam para o impacto das alterações climáticas, numa altura em que se começa a falar de refugiados ou deslocados ambientais. Enfatiza o exposto, o caso de Tuvalu, pequeno Estado da Polinésia que tem visto o seu espaço terrestre desaparecer gradualmente sob a fúria do Pacífico⁴¹ mas também vários outros Estados costeiros e ribeirinhos têm sofrido alterações no seu espaço devido ao fenómeno. Esses problemas têm causas complexas e os seus impactos sob a sobrevivência dos pequenos Estado insulares a longo prazo não parece estar devidamente avaliado. Estes, por estarem isolados tornam-se potenciais vítimas de uma futura catástrofe ecológica de grande escala. No epicentro de um oceano que se apropria mas não se domestica, correm o risco de serem engolidos sem que uma assistência internacional chegue a tempo. Cabo Verde pela sua geografia e pelo seu clima encontra-se igualmente no centro desta problemática.

(...) Ilhas perdidas no meio do mar esquecidas num canto do mundo que as ondas embalam, maltratam, abraçam... Jorge Barbosa (1935) "Panorama" in *Arquipélago*.

³⁹ As explosões e os naufrágios de grandes navios petroleiros têm causado a morte e o desaparecimento de grandes espécies marinhas e não só. Em certas situações ainda que exista capacidade de conter ou minimizar a situação, as instáveis condições climáticas impedem o sucesso da mesma. Existem vários acidentes que não são do conhecimento público não obstante a sua gravidade. O jornal *Courrier International* publicou um caso insólito de marés negras no Delta do Níger que se tem arrastado por décadas, arruinando mares e florestas sem que haja um pronunciamento sério sobre o assunto. Artigo disponível em www.unecartedumonde.fr, consultado a 20-05-2014.

⁴⁰ "Quinto relatório do IPCC mostra intensificação das mudanças climáticas", disponível em www.agencia.fapesp.br, consultado a 22.10.2014.

⁴¹ Para uma visão mais ponderada sobre o assunto consultar o artigo de *Courrier International*, disponível em www.courrierinternational.com, consultado a 23-05-2014.

A importância do mar no processo de desenvolvimento de Cabo Verde

Constituído por 10 ilhas e 13 ilhéus, dispersos por uma vasta área marítima em pleno Atlântico, Cabo Verde é uma nação oceânica aberta ao mundo. Do mar o arquipélago se imergiu,⁴² no mar forjou o seu destino estendendo-se em vários horizontes⁴³ através uma diáspora “multisituada”⁴⁴ e do mar tirou os erários para a sua sobrevivência e afirmação enquanto Estado soberano. Desprovido de terras férteis e condicionado por uma natureza “madrasta”⁴⁵, a posição geográfica na encruzilhada atlântica e o manto de água salgada que “embalam maltratam e abraçam”⁴⁶ as suas ilhas são indubitavelmente os únicos recursos que aquele país insular possui, além das suas gentes.

Estado arquipelágico, Cabo Verde está delimitado por um território de 4.033km, sendo que o seu espaço marítimo perfaz 734. 265 km² aproximadamente 180 vezes o seu espaço terrestre. Tais elementos o colocam na 36^a posição a nível mundial e 8^a posição em África, em termos de espaço marítimo (Rosa, 2012). Em 2009, liderando um grupo de países da África Ocidental (Senegal, Gâmbia, Guiné Conacri, Guiné Bissau Serra Leo, Mauritânia), Cabo Verde levou a cabo uma intensa atividade político-diplomática *vis-à-vis* dos seus parceiros internacionais, com vista ao aumento da sua plataforma continental tendo entregado em 2014, junto da Divisão das Nações Unidas para Assuntos do Oceano e Direito do Mar, o dossiê final⁴⁷

O arquipélago passaria a contar assim com uma extensa área de 700 milhas, acrescentando sobremaneira as suas responsabilidades enquanto país que se quer ponte entre os mundos no coração de um atlântico em frenética pulsação. Aumenta também as oportunidades de desenvolvimento assim como o interesse por Cabo Verde enquanto Estado que poderá, caso os meios o permitam, ser útil, no que respeita à manutenção da paz e da ordem na sub-região.

Considerado geopoliticamente relevante, na verdade, desde os séculos passados que o arquipélago se tem destacado pela sua posição geoestratégica (Guedes, 2012). Note-se que ainda no período da Guerra Fria, o país não estivera excluído dos interesses das grandes potências. A sua posição geográfica em pleno atlântico médio, numa era de satelizações e cooptações, interessava às partes beligerantes que pretendiam no arquipélago construir uma base militar (Lopes, 1996).

Hodiernamente, face à importância crescente que é dada ao atlântico médio quer pelos recursos que subjazem no seu solo quer pelo facto de ser uma zona de intenso tráfego comercial, atraindo naturalmente, *players* de relevância no ‘xadrez mundial’, Cabo Verde encontra-se numa situação que exige capacidade para absorver oportunidades para o seu desenvolvimento e projeção internacional.

⁴² Pois, de origem vulcânica embora as ilhas não tenham emergido todas no mesmo momento. Atualmente, o único vulcão ainda ativo situa-se na Ilha do Fogo cuja última erupção data de 23 de novembro de 2014.

⁴³ Tradicionalmente país de imigração, grande parte da população cabo-verdiana se concentra no exterior. As maiores diásporas estão nos Estados Unidos, Portugal, França; Holanda e Senegal, São Tomé e Príncipe.

⁴⁴ Este termo é emprestado aos métodos da Etnografia. Cf: Marcus, George E (1995) « Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography », Annual Review of Anthropology, 24, 95-117.

⁴⁵ Vide, Cardoso, Katia (2004:102) *Diáspora: a (décima) Primeira Ilha de Cabo Verde: a Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana*. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- ISCTE.

⁴⁶ Jorge Barbosa (1935), “Panorama” in *Arquipélago*. O mar é um elemento omnipresente na poesia cabo-verdiana, sendo vários os poetas daquele país que nela se inspiram para descrever a realidade do país, e os seus dilemas.

⁴⁷ Cf. A Semana (2014), “Cabo Verde entrega o processo da extensão da Plataforma Continental junto da ONU”, disponível em www.asemana.publ.cv, consultado a 25 de Outubro de 2014.

Além da sua geolocalização estratégica, o arquipélago possui um mar que se revela rico em recursos haliêuticos com um *stock* diversificado em grandes pelágicos oceânicos entre outras espécies de forte demanda nos mercados mundiais (Nascimento, 2004). Possui ainda um dos 10 mais bem conservados recifes de coral do mundo e é dos últimos mais importantes espaços de nidificação de tartarugas albergando também outras espécies endêmicas, o que acresce sobremaneira a sua importância na preservação e proteção do ambiente (Rosa, 2012).

As pequenas ilhas têm beneficiado de grandes apoios de instituições internacionais em termos financeiros e jurídicos, num contexto em que a proteção do ambiente e da biodiversidade salta para o topo das agendas internacionais. Pesa ainda o facto de que com o alargamento da sua plataforma continental Cabo Verde possa vir a poder ser detentor de um amplo território, rico em recursos inexplorados, tais sejam recursos energéticos, polímeros minerais, moléculas com aplicações farmacêuticas e outros ainda por identificar.

Porém, nem os recursos haliêuticos nem o vasto espaço marítimo e a posição estratégica que crescem sobremaneira a dimensão geográfica do país têm tido expressão forte no desenvolvimento do arquipélago. A economia do país é pouco diversificada, sendo essencialmente baseada no setor dos serviços, que contribui com 30% do PIB (CV-UE, 2001). Relativamente ao setor das produções o destaque vai para a agricultura que embora desempenhe uma importância capital na vida da maioria das famílias caboverdianas, cobre somente 15% das necessidades destas.⁴⁸

Com apenas 10% de solo arável e posicionado no Sahel, zona de extrema aridez, Cabo Verde encontra dificuldades para abastecer o exíguo mercado nacional importando a maior parte dos bens de consumo diário. A Balança comercial é cronicamente deficitária e o país está sujeito a choques internos e externos resultados de uma extroversão económica que não consegue amortecer o peso das oscilações do agressivo capitalismo dos mercados mundiais. A escassez dos recursos faz com que os recursos haliêuticos assumam uma importância considerável na economia do país. O setor pesqueiro é considerado estratégico no processo de desenvolvimento, pois, com impactos na criação de divisas. Contudo, estima-se que exista uma subexploração dos recursos haliêuticos. Atualmente, a maior parte do mercado nacional é abastecido pela frota artesanal que conta, segundo os dados da *Oceanic Développement*,⁴⁹ com 1036 embarcações (Silva, 2013) registadas oficialmente. As frotas industrial e semi-industrial contavam com 70 embarcações em 2005 sendo que foi estipulado um aumento com a introdução de navios de 26m de dimensões (Nascimento, 2012).⁵⁰ Duas grandes empresas de transformação de pescado (atum principalmente) partilham o setor. A Frescomar,⁵¹ empresa italiana sediada em São Vicente e a SUCLA (Sociedade Ultramarina de Conservação de Pescado),⁵² empresa nacional sediada em Tarrafal de São Nicolau. Os produtos transformados visam o abastecimento do mercado nacional, mas sobretudo a exportação (Portugal, Espanha e Itália são os mercados privilegiados). Relativamente às infraestruturas de suporte, quais sejam bons portos e complexos de conservado pescado fresco, Santiago, São Vicente, São Nicolau e Sal oferecem boas condições para frota existente. Estima-se, porém,

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ www.oceanic-dev.com.

⁵⁰ Esses dados devem ser, porém, tomados com alguma precaução porque não se conseguiu aceder às fontes primárias. Segundo a Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal/Cabo Verde, a frota industrial e semi-industrial, contam atualmente com 88 barcos, com dimensões entre 10 e 26 metros. Dados disponíveis em <http://www.portugalcaboverde.com>, consultado a 30.10.2014

⁵¹ Cf. www.fresco-mar.com/.

⁵² Cf. www.sucla.cv.

que persistam grandes deficiências em termos de gestão afetando diretamente o seu funcionamento com repercussões negativas no abastecimento das empresas transformadoras (Nascimento, 2012). A questão da coordenação e da articulação entre uma diversidade de atores com interesses e poder de influência diferentes relevam a complexidade de um setor que Cabo Verde não consegue ainda exponenciar e dar a centralidade económica que pretende.

No quadro internacional, desde a década de 1980 que Cabo Verde vem dinamizando a sua ZEE estabelecendo acordos de pescas com outros países.⁵³ Na verdade, a exploração dos recursos haliêuticos do arquipélago é em grande parte feita por navios europeus via acordos de pesca periódicos assinados pela primeira vez em 1990 e renovados em protocolos quinquenais ou trianuais. O mais recente protocolo de Pesca com aquele bloco regional assinado em Agosto de 2014 possui uma duração de quatro anos. Cerca de 71 navios da UE estão autorizados a navegar nas águas caboverdianas rendendo ao Estado um total de 1,3 milhões de euros, ou seja, 550 000 euros anuais, segundo o disposto no artigo 7º do Acordo de Parceria no domínio da pesca.⁵⁴ Trata-se de um montante insignificante se comparado aos acordos da UE com outros países como Marrocos. Note-se que por cada tonelada capturada com atuneiros, cercadores e palangreiros, uma taxa de 35 euros é paga. No que respeita aos atuneiros com canas este montante é afixado em 25 euros. Enquanto, por um acordo semelhante, mas por um período de 4 anos, Marrocos consegue arrecadar 30 milhões de euros anuais.⁵⁵ Pesem embora a natureza diferente dos acordos e os interesses diferentes dos envolvidos não se pode negar o seu caráter vertical. O novo protocolo de pescas feito num clima de grande tensão e descontentamento político da parte cabo-verdiana mostrou claramente a posição de *price taker* de Cabo Verde. Numa entrevista concedida ao jornal Asemana, o Primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves declarava que “Não é o acordo que desejaríamos, mas nas relações internacionais temos de ser ponderados, ter responsabilidades e fazer cedências lá onde for possível para garantir o relacionamento económico normal, com o grande parceiro que é a UE. É o acordo possível. Tentamos negociar, mas as negociações envolvem duas partes e cedências mútuas”.⁵⁶ Esta declaração veio confirmar a assimetria das relações entre os dois atores e a discrepância na capacidade negocial. Quando de trata das questões de interesse como a pesca a UE transforma-se num ator voraz e irascível capaz de influenciar ou marginalizar os argumentos de um pequeno país em poucas intervenções técnicas. Em Cabo Verde existe uma séria deficiência em termos de recursos humanos especializados e versados nas coisas do mar enquanto a UE é uma potência talassocrática com séculos de experiência diplomática. Face aos *experts* e tecnocratas da Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas da Comissão Europeia, a reduzida comitiva de cabo-verdianos na maioria diplomatas, não está obviamente numa posição de igualdade.

Este relativo descontentamento quanto aos acordos de pesca assinados com a UE, é também partilhado por outros países da sub-região africana que se relacionam com a UE nestes domínios. A este propósito, Sara Lopes, Ministra das Infraestrutura e Economia

⁵³ Estes acordos permitem, em certos casos, o direito de exploração (recíproca) de áreas fora da jurisdição nacional. Cabo Verde é signatário da Convenção Sub-Regional das Pescas que reúne 6 países oeste-africanos, Senegal, Mauritânia, Gâmbia, Guiné Bissau, Guiné. Em 1985 foi celebrado um acordo com Senegal que ainda vigora não obstante as disparidades nas taxas pagas pelos armadores dos dois países (os cabo-verdianos pagam mais) (MAAP, 2004:74)

⁵⁴ Dados sobre este novo protocolo podem ser encontrados online em <http://ec.europa.eu>, consultado a 20.11.2014.

⁵⁵ Vide Lista dos acordos de pesca da UE, disponível em www.ec.europa.eu/fisheries, consultado a 20-11-2014.

⁵⁶ Vide entrevista datada de 12-09-2014, em www.asemana.publ.cv, consultado a 24.11.2014.

Marítima de Cabo Verde, afirmava numa conferência em Lisboa que o país não está satisfeito com o acordo assinado com a UE e que não possui meios para negociar com aquele ator em pé de igualdade. Segundo a ministra “Acreditamos que via CEDEAO talvez consigamos melhorar a nossa capacidade de negociação”.⁵⁷ Note-se, porém, que não existe um acordo geral estabelecido entre a UE e a CEDEAO no domínio das pescas. As relações neste âmbito são bilaterais o que dificulta a concretização do almejado pelos países africanos.

Acrescem à lista dos descontentamentos a questão do desembarque obrigatório que Cabo Verde nunca conseguiu obter da UE. Na verdade, os barcos da UE não utilizam os portos do país para atracarem, nem antes nem depois. A entrada de barcos de grande porte nos cais nacionais permitiria a arrecadação de taxas que estimulariam sobremaneira a economia das ilhas beneficiando o país em múltiplos setores de cariz económico. Porém, em cada negociação onde esta questão é evocada Cabo Verde nunca conseguiu tal proeza. Segundo a UE, o desembarque tornaria frágil o acordo de pesca e pouco atrativo para os armadores; a UE estaria assim proteger os interesses de Cabo Verde. Outro aspeto complexo dos acordos de pesca tem a ver com derrogação das regras de origem.⁵⁸ Note-se que a UE é neste momento o principal parceiro comercial de Cabo Verde tendo igualmente o principal destinatário das suas exportações de pescado em conserva. Por outro lado, o país não possui ainda uma frota naval com capacidade para responder às exigências das duas indústrias líderes no setor. Esta situação implica a que muitas vezes Cabo Verde, não obstante o seu relativo conforto haliêutico, tenha que recorrer a outras paragens para poder aprovisionar o seu mercado interno. O país encontra-se assim obrigado a solicitar derrogação de certos produtos de pesca o que releva uma dependência acrescida que causa um certo desconforto paralisando as atividades industriais. A renovação da frota naval, e o desembarque dos navios da UE nos portos do país poderia ser uma resposta à problemática, porém, o país nunca conseguiu tal proeza.

A evidente insatisfação do governo cabo-verdiano quanto a estas questões é amplamente partilhada pela sociedade civil caboverdiana sobretudo pelos pescadores locais que utilizam técnicas artesanais. Estes se queixam da diminuição do *stock* de pescado culpabilizando os grandes navios europeus pela sobre-exploração dos recursos haliêuticos. Embora haja um comprometimento das partes, de respeito às questões ecológicas, os navios armadores nem sempre são fáceis de controlar. Ainda que existam projetos para dotar as autoridades competentes de medidas de fiscalização e controle modernos, a falta de recursos humanos, e a vasta área marítima dificultam o controlo das quantidades pescadas e declaradas. Algumas ONG de ambiente como a Biosfera⁵⁹ têm denunciado, a captura de espécies como o tubarão azul e o conseqüente distúrbio do ecossistema marinho. Na verdade, apesar de ser visto como uma oportunidade para o país, os acordos de pesca têm estado envoltos em controvérsias, opondo autoridades, opinião pública, bem como o Movimento para a Democracia (MPD), maior partido de oposição do país.⁶⁰

⁵⁷ Lopes, Sara (2014) “Investimento Público e Infraestruturação de Cabo Verde: Implicância e Aplicabilidade” comunicação apresentada no Ciclo de Tertúlias Cabo Verde em Debate em Lisboa.

⁵⁸ Segundo esta medida jurídica o país pode ser excepcionalmente dispensado de cumprir as regras da UE no que diz respeito às regras de origem dos seus produtos. Ao abrigo do sistema das preferências geral da UE são considerados produtos originários: aqueles obtidos inteiramente no país; os produtos obtidos nos países, mas em cuja preparação intervenham produtos de outras origens desde que com funções de complemento no fabrico (Cabo Verde Investimentos, 2014: 12).

⁵⁹ Criada em 2006 é das poucas ONG cabo-verdiana de natureza ambientalista. Ver <http://biosfera1.com/>.

⁶⁰ As críticas do MPD referem-se sobretudo à política global do governo no setor das pescas, alegando a inexistência de uma estratégia integrada para todas as ilhas e geradora de empregos, assim como o mau aproveitamento dos recursos haliêuticos

O programa do governo (PGCV) da atual legislatura (2011-2016), no que concerne ao *cluster* mar,⁶¹ mostra que existe uma clara vontade política para fazer deste setor o estandarte da competitividade de Cabo Verde. Num *ateliê* intitulado “As Mudanças Climáticas e as Vulnerabilidades de Cabo Verde como pequeno Estado Insular – Presente e Futuro” (2014) o Primeiro-ministro José Maria Neves considerava que o futuro de Cabo Verde passa pelo mar e, por conseguinte, da forma como esse recurso foi utilizado.

A potencialização ou a maximização dos benefícios da pesca com contrapartidas financeiras mais ousadas e medidas mais benéficas ao *portefeuille* de um pequeno Estado cujo mar é um dos escassos recursos, e em que se requer a sustentabilidade da mesma, depende também em larga medida, dos investimentos que o país conseguirá concretizar em infraestruturas marítimas,⁶² na fiscalização da sua ZEE e modernização das suas leis e normas, bem como na formação dos recursos humanos com competências diversificadas e especializadas internacionalmente reconhecidas. Com o aumento da plataforma continental e a consequente maritimização da economia caboverdiana este é um passo imprescindível.

Cabo Verde, pesem embora a modernização da sociedade e o avanço no cumprimento dos Objetivos do Milénio (ODM), continua a ter características próprias de um PMA o que dificulta a sua atuação e a concretização do seu ambicioso programa de desenvolvimento. A graduação para País de Desenvolvimento Médio no sistema das Nações Unidas (não obstante o facto de não ter cumprido em nenhum momento o terceiro critério -a vulnerabilidade económica - o mais importante de todos a nosso ver) não se traduziu, pelo menos por enquanto, em projetos e investimentos de peso para impulsionar a propalada economia marítima.⁶³

As carências de ordem económica pressionam o país a procurar estímulos em outros horizontes, multiplicando as suas ancoragens estratégicas, já que não pode produzir riqueza suficiente. A Parceria Especial (PE) com a União Europeia (UE) celebrada em 2007, vista, por lado, como o maior sucesso da diplomacia caboverdiana segundo os dirigentes do país, é vista, por outro lado, com certas reservas ou como um meio de ‘hipotecar’ o espaço marítimo do país. As declarações de Carlos Lopes⁶⁴ que grande alvoroço causou no seio na classe política caboverdiana, chama atenção para as novas ancoragens de Cabo Verde num contexto em que novas potências emergem e outras submergem. O relatório do PNUD em 2013 abordava a ascensão dos países do Sul onde a África apresenta triunfalmente taxas de crescimento anuais de dois dígitos. Deverá ser este continente, também uma das prioridades de Cabo Verde em termos de cooperação? Esta questão de um certo “retorno” do filho

(Expressodasilhas, 2013) Em matéria de política externa, existe um relativo concerto entre os dois maiores partidos da cena política cabo-verdiana o que explica em parte a inexistência de uma posição forte e radical em relação aos acordos de pesca assinados com a UE, acordos estes que datam de 1990 altura em que o MPD detinha o governo.

⁶¹O atual PGCV inaugura um conjunto de grandes agregados ou setores em torno dos quais pretendem alavancar o seu programa de desenvolvimento. Além do *cluster* mar temos também o *cluster* das energias renováveis e o *cluster* das tecnologias de informação.

⁶²Esses projetos passam pela construção de “uma plataforma de serviços para processamento e exportação do pescado, a reparação naval, o transporte marítimo, as bancas de combustíveis, a pesquisa oceanográfica, a segurança etc” (PGCV, 2011-2016: 28).

⁶³Entendemos que Cabo Verde nesta altura serviu como um protótipo ou uma cobaia da ONU pois de fato país nunca cumpriu todos os requisitos. Sobre o processo da graduação, ver Fialho, Djalita (2013) “Cape Verde’s Trajectory: From Admission to Graduation (1977-2000)”, in Costa Suzano e Sarmento, Cristina (orgs.) (2013), *Entre a África e a Europa Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, pp. 743-775.

⁶⁴Secretário executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África na sua comunicação “II Fórum Nacional de Transformação” que teve lugar em Cabo Verde na cidade da Praia entre 14 a 16 de Maio de 2014.

pródigo à casa é polémica em todos os meios cabo-verdianos pois, ressuscita temas de ordem identitária que desde o encontro de Mindelo de 1956 têm ocupado os intelectuais do país.⁶⁵

Um país geopoliticamente interessante? Cabo Verde entre vulnerabilidade e resiliência⁶⁶

Desde há muito que o amplo arquipélago de Cabo Verde, um muito claro *choke point*, tem vindo efetivamente a ser encarado como “uma porta”, “um trinco”, ou “uma fechadura”, “o gargalo”, que pode permitir, ou impedir, a ligação do Atlântico Norte ao Sul. Hoje é-o mais porventura do que nunca. (Guedes, 2012: 26)

Relativamente à segurança marítima, à luz dos interesses nacionais e da Convenção de Montego Bay que encoraja a cooperação entre os Estados, Cabo Verde tem tomado parte das várias iniciativas regionais e extrarregionais sobre este assunto, doravante de inquietude internacional, no quadro da União Africana, da União Europeia, da CEDEAO⁶⁷ e estabelecido estreitas relações a nível bilateral com países vizinhos. É neste sentido que se inclui nos seus documentos orientadores da política de defesa nacional, o conceito de **segurança cooperativa**. Cabo Verde, pelas suas características, interessa-o parcerias que ajudem na proteção e controlo das suas fronteiras uma vez que não possui meios para tal. Os tratados de fiscalização conjunta assinada com Portugal, Espanha Reino Unido neste domínio são exemplos elucidativos (Lima, 2010).

No sistema das Nações Unidas, Cabo Verde é membro da Aliança dos Pequenos Estados insulares e do Grupo dos 77 (G77)⁶⁸ que têm vindo a exercer fortes pressões no sentido de um tratamento privilegiado por parte dos seus parceiros e das instituições internacionais devido às suas vulnerabilidades específicas sobretudo no que concerne as mudanças climáticas (Nascimento, 2004). A Conferência internacional sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento que deu origem à declaração e ao programa de ação de Barbados (2012), aonde se reuniram 111 Estados é um marco importante na medida em que reconheceu que os Pequenos Estados insulares são particularmente vulneráveis a riscos de ordem ambiental que produzem efeitos nefastos na economia e na vida dos cidadãos.⁶⁹ De se referir que a Convenção de Montego Bay introduz um novo conceito de “Estados arquipélagos” conquanto exista ainda pouca clareza e consenso relativamente à conceção jurídica deste mesmo conceito. Segundo Nascimento (2004: 64), “durante a III Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar a existência de vários arquipélagos... Permitiu criar um grupo de interesse suficiente para impulsionar um tratamento favorável...” (Ribeiro, 1992, *apud* Nascimento 2004). Este grupo foi dinamizado pelas Maurícias e Fidji,

⁶⁵ Neste encontro, os intelectuais cabo-verdianos e portugueses procuraram discutir o “perfil psicossocial do homem cabo-verdiano”, tendo chegado a posições divergentes sobre a identidade cabo-verdiana (Bento, 2010).

⁶⁶ Conceito emprestado à psicologia e que tem sido largamente utilizado pelas instituições internacionais nas políticas de desenvolvimento. Neste contexto, refere à capacidade do Estado em ultrapassar as suas dificuldades e limitações.

⁶⁷ O país faz parte da Operações Felino, desenvolvidas no âmbito da cooperação técnico-militar desde 2000, tendo por finalidade a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP e o treino para o emprego das mesmas em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas. Cf: www.cplp.org.

⁶⁸ Coligação criada em 1964, atualmente formado por 133 países em vias de desenvolvimento cujo objetivo é promover os interesses económicos coletivos dos membros. Cf: <http://www.g77.org/>.

⁶⁹ A declaração encontra-se disponível em http://iau-hesd.net/sites/default/files/documents/1994_-_declaration_de_la_barbade_fr.pdf.

assim como as Filipinas e a Indonésia. Estes dois últimos já tinham anteriormente delimitado forma unilateral as suas águas arquipelágicas.

Portanto, Estados como Cabo Verde com vasto espaço marítimo revelam-se como guardiões de um património, rico em recursos, mas extremamente sensível, urgindo, neste sentido, a necessidade de se criar normas consistentes e comumente partilhadas ao nível nacional e internacional. A legislação caboverdiana segundo Nascimento (2004) é moderna no que toca a codificação dos assuntos ligados ao mar estando em comunhão com os dispositivos de organismos internacionais como a IMO, da qual Cabo Verde é membro, no entanto carece de meios materiais e humanos para a sua implementação efetiva. O *cluster* do mar, projeto lançado no programa do governo em 2011 elege aquele espaço como uma das áreas prioritárias de desenvolvimento do país, razão de monta para uma legislação que dê conta dos desafios hodiernos, os quais têm vindo a ser aludidos ao longo deste texto.

Orçado em 300 milhões de euros (Pana, 2011), o *cluster* mar, hoje, *hipercluster* do mar⁷⁰ é uma miscelânea de projetos que visam "tornar Cabo Verde um ator marítimo relevante ao nível regional e no Atlântico"⁷¹ ao mesmo tempo que lança importantes medidas para o reforço da sua potencialidade de resiliência face aos problemas que enquanto pequeno Estado é confrontado. Estão assim projetados grandes investimentos em infraestruturas nos principais portos do país (Porto Grande, no Mindelo mas também na Cidade da Praia, Sal e Santo Antão) e em outros setores conexos à economia marítima.

Estes parecem ser requisitos indispensáveis para que o arquipélago conquiste um estatuto de referência no Atlântico médio. Porém, os esforços para a sua concretização sobretudo na arrecadação de financiamento consequente, exigem estratégias arrojadas e riscos de endividamento ainda maiores, uma vez que, com graduação para País de Desenvolvimento Médio (com implicações diretas na alocação de recursos) Cabo Verde (não obstante a negociação para uma "transição suave") deixou de beneficiar de um conjunto de privilégios como os empréstimos concessionais a baixo juro. Por outro lado, a crise económica que atingiu os países doadores têm tido repercussões nos pacotes financeiros atribuídos a Cabo Verde reduzindo o montante da ajuda.

Por outro lado, se o aumento da plataforma continental constitui uma oportunidade sem precedentes, as responsabilidades crescem e os investimentos serão de longo prazo. O maior desafio que se apresenta é o de transformar o mar numa fonte geradora de recursos. Tamanho empreendimento requererá sem dúvida parcerias público privadas (PPP).⁷² Tendo em conta os poucos recursos do país e o alargamento dos setores de intervenção indo além do turismo e da pesca. Os transportes, as novas tecnologias e uma prestação de serviços diversificados são setores que têm figurado nos programas do governo de Cabo Verde. Segundo Nancy Walker (2004) "Os pequenos Estados precisam de ter capacidade para se movimentar mais rapidamente, comunicar mais eficazmente... **por conseguinte**,⁷³ não podem ignorar a tecnologia se querem ser eficazes na abordagem dos atuais desafios de segurança" (*apud* Nascimento, 2004: 58). Na verdade, a capacidade de adaptação e projeção é exigência

⁷⁰ Este termo é associado ao desenvolvido de uma economia marítima assente em vários setores ligados à navegação marítima e administração portuária. Em 2009, a SAER (Sociedade de Avaliação estratégica e Risco de Portugal) publicava um estudo intitulado "O *hypercluster* da Economia do Mar. Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa". Nos seus discursos, o Primeiro-ministro de Cabo Verde José Maria Neves, tem-se apropriado cada vez mais deste termo para apresentar a estratégia da economia marítima de Cabo Verde.

⁷¹ Relatório do fórum sobre o *cluster* do mar (2011) disponível em www.cpe.gov.cv [consultado a 14.10.2014].

⁷² O governo já preconiza no seu programa (2011-2016) uma agenda as PPP *vide*, p. 51.

⁷³ O negrito é nosso.

constante para esses atores duplamente ameaçados, pelas atividades humanas de risco por um lado e pela fragilidade ambiental predeterminada do outro.

A Parceria Especial (PE) com a UE, é neste momento a grande tábua de salvação de um país cronicamente depende da ajuda externa. Num quadro *donnant donnant* que pretende rejeitar a verticalidade das relações doador/ beneficiário, a PE inaugura novas ‘roupagens’ da política externa cabo-verdiana integrando não só a questão da segurança no centro das relações externas do país, mas também uma vertente económica que visa fazer de Cabo Verde um país competitivo e credível, capaz de integrar o espaço comunitário em todos os níveis, exceto as instituições.

As relações Cabo Verde/ União Europeia são antigas e enquadram-se nos acordos de Cotonou. A parceria especial vem dar um novo alento a estas relações históricas. Se a iniciativa de aproximação partiu do lado cabo-verdiano, é evidente que por vários motivos, Cabo Verde interessa à UE. Pela sua posição geográfica é trânsito da imigração ilegal com destino à Europa; faz parte das principais rotas de tráfico de cocaína oriunda da América do sul com destino à Europa e à África;⁷⁴ possui um mar rico em recursos haliêuticos e encontra-se inserido um mercado onde abunda uma classe média emergente desejosa por consumo que pode interessar à UE; mas também possui estabilidade democrática; ligações históricas com países da UE e demonstra interesse em tecer laços de amizade com aquele conglomerado de Estados. Não é sem surpresa que Ribeiro Castro cunhava Cabo Verde “como a fronteira insular da UE”,⁷⁵ aquele que está mais vocacionado a servir de intermediário dentro da CEDEAO. Estes são a nosso ver, os principais motivos, que convenceram os membros da UE a considerarem uma parceria aberta com Cabo Verde.

Dos seis pilares que estruturam este *partenariat donnant donnant* verifica-se uma atenção acrescida às questões da segurança. No Quadro orientador para a implementação (QOPI, 2008), o pilar sobre a segurança e estabilidade fazem grandes referências a aspetos ligados à segurança marítima. Este pilar procura dessecar várias situações de ameaça à paz e à estabilidade no atlântico. Segundo o documento, a segurança e estabilidade visam coordenar esforços no que tange à luta contra a criminalidade organizada transacional, nomeadamente, o tráfico humano, narcotráfico, o branqueamento de capitais, pirataria etc. Nota-se que Cabo Verde vem dialogando com a UE no sentido de estabelecer uma parceria específica no domínio da segurança, nos mesmos moldes que a parceria para a mobilidade segundo José Rocha atual Embaixador de Cabo Verde.⁷⁶

Ainda neste quadro e porque sendo Cabo Verde não só país de imigração, mas também país trânsito, quis-se incentivar uma gestão eficaz dos fluxos migratórios ilegais através de uma parceria específica. Os esforços na prossecução destes objetivos ancoram-se no pilar sobre a integração regional incentivando um trabalho coordenado entre Cabo Verde as Regiões Ultraperiféricas (RUP) e a CEDEAO (QOPI, 2008). Note-se que a integração regional na CEDEAO foi uma exigência, senão a condição *sine qua non*, para a formalização da parceria especial. Na verdade, essas “relações especiais” entre Cabo Verde e a UE estão inseridos dentro do quadro mais alargado dos Acordos de Cotonou que define as relações UE África Caribe e Pacífico. Entende-se que Cabo Verde só poderá beneficiar de incentivos

⁷⁴ Cf. Ministère de la justice et de l’administration interne, commission de coordination de combat à la drogue, Document de projet, Appui à la réduction de l’offre illicite de drogues au Cap Vert, juillet 1998.

⁷⁵ Entrevista de Ribeiro Castro (10 Maio 2010) disponível em <http://videos.sapo.ao/9Tz1ARZAnt3zEg6vIkFQ>.

⁷⁶ José Luís Rocha, na altura Secretario de Estado dos Negócios em entrevista concedida ao Jornal Asemana a 14.05.2013 disponível em <http://www.asemana.publ.cv> consultado a 15.11.2014

diversos se aprofundar a sua integração no seio da CEDEAO. Compreende-se desta feita, um “retorno” «a África que na retórica política se torna cada vez mais evidente.⁷⁷

De acordo com o exposto no pilar sobre a Segurança e Estabilidade, Cabo Verde deve «Contribuir para que o Atlântico Médio Oriental seja uma zona de segurança e desenvolvimento para Cabo Verde, toda a região atlântica e a Europa. **O país compromete-se** também realizar estudos sobre ameaças, nomeadamente tráficos ilícitos, à segurança com recomendações sobre as condições para o seu combate e redução das suas nefastas consequências para a vida das pessoas e para o desenvolvimento do país” (QOPI, 2008:15). Atribui-se assim uma responsabilidade regional a Cabo Verde, na medida em que este pode ter um papel de facilitador do diálogo e de sensibilização dentro da CEDEAO.

Como nos relembra os postulados de Rothstein (1968),⁷⁸ os pequenos poderes tendem a procurar proteção junto de Estados que possuem melhores condições materiais e humanas para garantir a segurança. Num mundo onde as ameaças proliferam e se dissipam, as questões de segurança demandam uma resposta global. O caráter transnacional da criminalidade e a natureza difusa das ameaças exige uma solidariedade securitária. Por outras palavras, os problemas dos vizinhos são também nossos da mesma forma como é da responsabilidade e do interesse nacional dos Estados zelar para que a paz e a estabilidade sejam realidades vigentes.

Desde a sua independência Cabo Verde tem beneficiado de um ambiente de paz interna e externa, não havendo registo de nenhuma ameaça direta ou indireta à sua soberania. A opção por uma política de paz, a boa governação e a defesa da democracia são elementos que caracterizam as ações do país no plano exterior (Cardoso, 1986). Paternalmente cunhado como o bom aluno africano, desde a sua independência que Cabo Verde tem forjado uma certa credibilidade no que diz respeito à gestão de crises na região em que se insere (Lopes, 1996). O discreto papel de Aristides Pereira na mediação dos conflitos na África Austral; a confiança depositada em Cabo Verde pelos seus congéneres na gestão de certos dossiês de segurança como atesta por exemplo a nomeação do Ex-presidente Pedro Pires para vice presidente da Comissão Sobre o Impacto do Tráfico de Droga sobre a Governação, Segurança e Desenvolvimento na África Ocidental, assim como a escolha do mesmo para chefia missões de observação de eleições enquanto representante da CPLP ou da União Africana são exemplos elucidativos do exposto.

Nos atuais documentos enformadores da política nacional; a noção de utilidade internacional⁷⁹ dá conta desta vontade em desempenhar um papel mais ativo e consequente na segurança ao afirmar uma vocação atlântica de Cabo Verde.

O documento de defesa da estratégia nacional publicado no Boletim Oficial I Série Número 3 de 17 de Janeiro de 2011 mostra que existe uma preocupação alargada sobre as ameaças que possam perturbar a integridade física do país e cria mecanismos de prevenção e controle em comunhão com parceiros externos no quadro da segurança cooperativa (MD, 2011). Existe uma clara perceção das ameaças que podem atingir o país via mar. Se levarmos em conta a posição geográfica entre três continentes e o imenso mar que governa, a noção de vocação marítima que ressalta no dito documento, não nos parece exagerado. De facto, Cabo Verde encontra-se no epicentro da colisão dos interesses de grandes e pequenas potências,

⁷⁷ Sobre o debate em torno da integração de Cabo Verde na CEDEAO, ver com proveito Furtado, Cláudio (2013) “Cabo Verde e a Integração Regional da África do Oeste/ Dissonâncias Discursivas e Identitárias” in Costa Suzano e Sarmiento, Cristina (orgs) 2013, *Entre a África e a Europa: Nação, Estado, e Democracia em Cabo Verde*, Lisboa, Almedina.

⁷⁸ Cf. Rothstein, Robert (1968), *Alliances and Small Powers*. Nova Iorque: Columbia University Press.

⁷⁹ Nomeadamente o programa do Governo (2011-2016) na parte concernente às relações externas.

mas também na linha da frente de atos ilícitos perpetuados por atores furtivos de difícil controlo quando não se tem meios para tal. O novo conceito da estratégia nacional de defesa ciente dessas ameaças que assombram o oceano atlântico inaugura reformas nos mecanismos de prevenção e ação das forças armadas.

A lei nº 89/VI/2006, que define o regime geral das forças armadas, tem como foco principal a reestruturação dos corpos regentes da segurança nacional configurando-se em: Órgãos militares de comando, Guarda Nacional e Guarda Costeira (Lima, 2010). Os dois últimos possuem uma configuração específica, sendo preconizado, porém, uma certa simbiose entre ambos. A Defesa militar do país em todas as suas dimensões, latitudes e longitudes estratégicas, face a ameaças externas, é a missão da Guarda Nacional que compreende: Polícia Militar; Os Fuzileiros Navais, Unidades de Artilharia e Infantaria. Note-se, porém, a existência de um grande défice em termos materiais quer bélico quer de fiscalização e de vigia. A Guarda Costeira, é a responsável pela *safety* de Cabo Verde. Compete-lhe a defesa dos interesses económicos do país no mar e o apoio às intervenções aéreas.

A Esquadilha Naval (Mindelo) e Aérea (Praia) e a Unidade de Abordagem são os dois braços suporte da Guarda Costeira, configurada para dar resposta às novas exigências do espaço marítimo cabo-verdiano num contexto mundial de intensa corrida ao mar (Lima, 2010). A par destas reformas preconizadas nos programas do governo foram criados um conjunto de instituições com missões diversas, mas complementares no que diz respeito à segurança marítima. Tratam-se da Agência de Aviação Civil, a ASA-SA, o Instituto Marítimo Portuário e a ENAPOR.

Não obstante notáveis progressos no que diz respeito à modernização e reforma das instituições do Estado para se adotarem às novas exigências securitárias, grandes são as carências em termos materiais. Porém, as ancoragens externas de Cabo Verde têm concorrido para ultrapassar esses obstáculos, permitindo a aquisição de bens e *savoir faire*. Exemplo disso é a criação do Centro de Operações Segurança Marítima (COSMAR) instalado na cidade da Praia com apoio dos Estados Unidos. Enquanto núcleo que interliga e coordena todas as outras agências e autoridades do Estado entre si, mas também a nível internacional, sendo reconhecido pela IMO enquanto agência de competência, a COSMAR se quer um órgão vital para segurança do Estado. Pretende-se assim dar resposta às exigências dos *standards* internacionais, com a instalação de radares e outros sistemas de identificação e fiscalização de tudo o que passa pela fronteira marítima e área de Cabo Verde, servindo entre outros como uma antena de coordenação.

Em 2009 Cabo Verde foi o teatro da operação da NATO cunhada como *Steadfast Jaguar 2006*: o primeiro exercício militar daquela organização no espaço africano, recebido com júbilo pela classe política dirigente, uma vez que possibilitou a projeção internacional daquele pequeno Estado insular. Mais do que simples exercício de cariz estritamente militar que visou testar, este foi um sinal claro da vontade de Cabo Verde em passar a imagem de um país responsável e comprometido com as grandes questões de segurança mundial. Enquanto organização transatlântica que reagrupa 28 Estados com grande capacidade militar, entre os quais os EUA, interessa a Cabo Verde estabelecer boas relações em moldes que não prejudiquem o seu relacionamento com as organizações africanas das quais faz parte.

Contudo, acrescendo os desafios para manter a coerência dos seus princípios de opção pela paz, uma aproximação íntima à NATO seria do nosso ponto de vista arriscada para a imagem de Cabo Verde e pesaria nos esforços para a manutenção da soberania nacional

relativamente a aspetos *tabus* como a instalação de bases militares.⁸⁰ Além disso, por estar Cabo Verde inserido no espaço africano, a sua boa relação com a vizinhança poderia ser perturbada caso se aproxime demasiado de uma organização que não reúne consenso entre os países africanos. Odair Varela disserta sobre o assunto num artigo onde define a situação desconfortável de Cabo Verde entre a “Espada» da NATO e a ”Parede» Africana” (Varela, 2007). Esta questão de adesão de Cabo Verde à NATO fora anteriormente mencionada por Solomon Passy, Ex Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bulgária, que propôs formalmente a inclusão do Estado cabo-verdiano na Aliança Atlântica, proposta rejeitada pelos Estados membros e, sobretudo, pela Grécia (Guedes, 2012: 26). Num outro projeto liderado por Portugal, seria adotado a Declaração de Lanzarote em 13 de Junho de 2009, uma versão mais *soft* de uma parceria com enfoque na luta contra a criminalidade organizada que contemplaria também Cabo Verde. Este patente interesse por Cabo Verde explica-se pela sua geolocalização. Segundo Guedes (2012: 12), o facto de Cabo Verde estar mais próximo das mais importantes rotas de navegação Norte-sul torna-o um país incontornável para um possível controlo do Sul do Atlântico. Entende-se que as recentes descobertas de petróleo na bacia sul atlântica estejam a reconfigurar a composição geopolítica da região atraindo grandes e emergentes potências. A este propósito Guedes afirma que a CPLP poderia afirmar uma posição de força tendo em conta o potencial marítimo dos países membros.

Na verdade, se a CPLP fosse uma instituição mais ativa a nível internacional certamente competiria em termos de espaço marítimo já que se somarmos a ZEE de Portugal, do Brasil de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde certamente seria uma das grandes potências daquilo que Adriano Moreira (2008) chamou de Oceano Moreno.⁸¹ Além disso, a posição atual da Angola e a localização de Timor Leste daria uma projeção importante para a organização caso ela se afirme política e militarmente. Contudo, tendo em conta a natureza política da organização esta asserção parece-nos longe de ser verificável. A CPLP padece de um enraizamento profundo e compromisso político sério por parte dos Estados membros todos eles com pés em outras organizações de interesse o que fragmentaria as tomada de posição.

Por outro lado, a afirmação internacional da CPLP é bastante residual, outrossim, a adesão da Guiné Equatorial (2014) não obstante a promessa das reformas democráticas de um Estado tirano e ditatorial mina a credibilidade internacional da organização e dificultaria ainda mais a seu papel enquanto agregador político. Contudo, alguns esforços têm sido realizados para estimular o seu reconhecimento internacional como atesta a realização, desde 2000, dos Exercícios FELINO em palcos diversos. O papel de Cabo Verde numa hipotética aliança dos países lusófonos no controle do atlântico sul sob a liderança do Brasil, hoje potência emergente, seria de grande importância pela posição mais estratégica que o arquipélago beneficia. No seu artigo Guedes (2012) propõe que o Brasil considere o estabelecimento de uma base militar partilhada naquele arquipélago. Relembramos que Cabo Verde na sua Constituição no referido artigo 11º que versa sobre relações internacionais, rejeita qualquer instalação de bases militares no seu território, posição que tem prevalecido desde a sua independência. Em suma, a opção por uma política de paz, o pragmatismo e a coerência dos

⁸⁰ A Constituição da República no seu artigo 11º sobre as Relações Internacionais e o Direito Internacional, recusa expressamente a instalação de bases militares no país. Uma posição que desde a sua independência Cabo Verde vem defendendo.

⁸¹ Cf. Moreira Adriano (2008), « Portugal e a geopolítica da interculturalidade”, in Lages, Mário et Matos, Arthur, *Portugal percursos de interculturalidade desafios à identidade*. Lisboa: ACIDI, VII, 291-338.

princípios internacionalmente aceites fazem com que o país seja firme nas suas posições quanto a demonstrar uma posição de força agressiva ainda que na defensiva.

Algumas considerações finais: Um pequeno arquipélago à deriva num vasto e imenso oceano

Mau grado os determinismos a que se encontra fadado e as ameaças variadas que proliferam em torno das suas águas são notórios os esforços que Cabo Verde tem feito em busca de soluções comumente partilhadas para a segurança nacional e regional, porque condições primeiras para o seu desenvolvimento. A defesa da legalidade internacional e a manutenção da estabilidade política interna têm sido opções de um Estado que encontrou numa certa “mercantilização” do prestígio e da credibilidade internacionais oportunidades de desenvolvimento.

O mar e a posição geográfica assumem um espaço preponderante neste desiderato, porém, espada de dois gumes: a localização geoestratégica em pleno Atlântico Sul, região que pelos seus recursos tem atraído uma diversidade de atores diferentes é também uma posição de vulnerabilidade. De facto, o país encontra-se no epicentro de novas turbulências, ameaças perpetradas por atores que não só desafiam a soberania dos Estados, mas também elegem o cidadão enquanto alvo privilegiado. Por outro lado, num mundo onde as problemáticas ambientais revelam uma interdependência acrescida entre os Estados urge a redefinição dos riscos a que está sujeito o território nacional. Note-se que o Atlântico Sul é zona de passagem de várias frotas de mercadorias e petroleiros e conseqüentemente, Cabo Verde pode ser atingido por acidentes mesmo que estes ocorram fora da sua ZEE.

Outrossim, existe uma caça desenfreada aos recursos haliêuticos que podem pôr em risco todo o ecossistema marinho cabo-verdiano. O arquipélago possui importantes recifes de coral que albergam espécies variadas que precisam ser protegidas. Tal como o Estado de Tuvalu o país esta vulnerável ao aumento dos níveis das águas do mar e, portanto, não se conhecem medidas que tratam desta questão. A parte ambiental da segurança exige um forte repensar por parte do governo, porquanto com impactos diretos na economia marítima.

Urge a Cabo Verde uma redefinição das suas políticas de cooperação no domínio do mar assim como as ancoragens estratégicas nesta matéria. Mormente as relações com a UE, os acordos de pesca que desde 1990 vem assinando com aquela potência talassocrática. Enfim, numa altura em que o país espera o alargamento da sua plataforma continental que projetará a sua dimensão marítima, Cabo Verde precisa saber o que quer fazer com o seu mar, e como materializar as suas ambições enquanto país que se atribui uma vocação marítima. No quadro de um desenvolvimento sustentável, que agregue múltiplos setores, encorajar parcerias público-privadas responsáveis e cientes da realidade cabo-verdiana, que estimulem sobretudo os cabo-verdianos a investirem em atividades marítimas para que o mar possa ser explorado em todas as suas potencialidades. A segurança e as questões económicas têm ocupado um lugar de maior visibilidade a agenda das relações externas de Cabo Verde desde a sua graduação a País de Desenvolvimento Médio. Argumentos de securitização dos espaços têm sido notórios na retórica do governo. Note-se, porém, que Cabo Verde não é um país alvo de ameaças terroristas. As relações com vários atores (EUA, CEDEAO, UE) com vista a prevenir estas ameaças requerem precaução pois os parceiros são de natureza diferente e têm posições e interesses distintos.

Referências Bibliográficas

Barbosa, Jorge Vera Cruz (1935), *Arquipélago*. São Vicente: Claridade.

Bento, Artur (2010), “A Identidade Caboverdiana: História, Espaço e Deslocamentos”, consultado a 17.10.2014, disponível em <http://pro-africa.org/identidade-caboverdiana-historia-espaco-deslocamentos/>

Bolle, Stéphane (2001), «La conditionnalité démocratique dans la politique africaine de la France». Bordeaux: Afrilex. Consultado a 25.10.2014, disponível em <http://afrilex.u-bordeaux4.fr>.

Buzan, Barry (1997), *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers.

Casella, Paulo Borba (2012), “30 anos da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar”, *Revista da Escola de Guerra Naval: Rio de Janeiro*, 18 (2); 91-102.

Cardoso, Katia (2004), *Diáspora: a (décima) Primeira Ilha de Cabo Verde: a Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-verdiana*. Dissertação de mestrado em Estudos Africanos. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- ISCTE.

Cardoso, Renato (1986), *Cabo Verde opção para uma política de PAZ*. Praia: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.

Cerny, Philip G. (2000), “The New Security Dilemma: Divisibility, Defection and Disorder in the Global Era”, *Review of International Studies*, 26, 623-646.

Centro de políticas e estratégicas (2011), “Relatório do fórum sobre o cluster do mar”, consultado a 14.10.2014, disponível em www.cpe.gov.cv.

Chatman, Seymour (1978), *Story and discourse: Narrative Structure in Fiction and Film*. Ithaca: Cornell University Press.

Cohen, Jean L.; Arato, Andrew (1994), *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.

Commonwealth Secretariat (1997), *A Future for Small States: overcoming vulnerability. Report by a Commonwealth Advisory Group*. London: Commonwealth Secretariat.

Declaração de Barbados disponível em http://iau-hesd.net/sites/default/files/documents/1994_-_declaration_de_la_barbade_fr.pdf.

Dias, Vanda *et al.* (2011), “Retrospectiva do conceito de segurança: alargamento e aprofundamento da agenda securitária no pós-guerra fria”, *Universitas: Relações Internacionais, Brasília*, 9, (2), 1-23. Consultado a 22.10.2014, disponível em www.publicacoesacademicas.uniceub.br.

Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crime (2013), “Criminalidade organizada transnacional na África ocidental: Avaliação da Ameaça”, consultado a 22.10.2014, disponível em www.unodc.org.

Fialho, Djalita (2013), “Cape Verde’s Trajectory: From Admission to Graduation (1977-2000), in Costa Suzano e Sarmiento, Cristina orgs. (2013), *Entre a África e a Europa Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, 743-775.

Furtado, Cláudio (2013) “Cabo Verde e a Integração Regional da África do Oeste/ Dissonâncias Discursivas e Identitárias”, in Costa Suzano e Sarmiento, Cristina (orgs), *Entre a África e a Europa: Nação, Estado, e Democracia em Cabo Verde*. Lisboa: Almedina, 623-652.

Freire, Maria Raquel; Lopes, Paula Duarte (2009), "A Segurança Internacional e a Institucionalização da Manutenção da Paz no Âmbito da ONU: Riscos e Expectativas", *e-cadernos CES*, 6: 6 – 23, consultado a 14.09.2014, disponível em <http://eces.revues.org/315>.

Gazibo, Mamoudou (2006), *Introduction à la politique africaine*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal (PUM).

Guedes, Armando Marques (2012), "Da desregulação ao recentramento no Atlântico Sul, e a construção da «Lusofonia»", *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 3, (1), Primavera 2012. Consultado a 23.10.2014, disponível em observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n1_art.

Henrikson, Alan K. (2001), “A coming ‘Magnesian’ age? Small states, the global system, and the international community”, *Geopolitics*, 6, 3, 49-86.

Herz, John H (1951), *Political Realism and Political Idealism*. Chicago: University of Chicago Press.

Huntington, Samuel Phillips (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.

Ingebriksen, Christine (2006), “Norm Entrepreneurs: Scandinavia's Role in World Politics in Ingebriksen”, in Christine Ingebriksen, Iver Neumann e Sieglinde Gst (eds), *Small States in international relations*. University of Washington: University of Washington Press.

Jornal Expresso das ilhas (2013), “MpD coloca Pescas e Juventude na agenda do debate”, consultado a 28.11.2014, disponível em www.expressodasilhas.sapo.cv.

Jornal A semana (2014), “Cabo Verde entrega o processo da extensão da Plataforma Continental junto da ONU”, consultado a 25 de Outubro de 2014, disponível em www.asemana.publ.cv.

Jornal A semana (2014), “José Maria Neves: "Acordo de Pesca com a União Europeia foi o possível””, consultado a 12-09-2014, disponível em ww.aseamana.publ.cv.

Keohane, Robert Owen; Nye, Joseph S (1977), *Power and interdependence: world politics in transition*. Boston: Little.

Junior, Roberto Di Sena (2002), “Poder e interdependência: Novas perspectivas de análise das relações internacionais”, *Cena Internacional*, 2, 19-42. Consultado a 05.10.2014, disponível em cafemundorama.files.wordpress.com.

Lopes, José Vicente (1996), *Cabo Verde nos bastidores da independência*. Praia - Mindelo: Instituto Camões, Centro Cultural Português.

Lopes, Sara (2014), “Investimento Público e Infraestruturação de Cabo Verde: Implicância e Aplicabilidade”, comunicação apresentada no Ciclo de Tertúlias Cabo Verde em Debate em Lisboa.

Lourenço, Jorge Pereira (2012), “Segurança Marítima Cooperativa: Perspectivas face às Novas Ameaças”, *Política Internacional e Segurança*, 6/7, 97-102. Consultado a 12.09.2014, disponível em revistas.lis.ulusiada.pt.

Lima, Maria Cristina Fontes (2010), “Segurança marítima e desenvolvimento. A abordagem de Cabo Verde, Comunicação apresentada enquanto Ministra da Defesa de Cabo Verde, no Seminário sobre a segurança marítima em África, organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos para a África *Dar Es Salaam – Tanzânia*.

Mahan, Alfred Thayer (1892), *The Influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire 1793–1812*. London: Sampson Low, Marston.

Marcus, George E. (1995), “Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography”, *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117.

Ministério da Defesa de Cabo Verde (2011), “Conceito estratégico de defesa e segurança nacional”, consultado a 27.11.2014, disponível em www.defesa.gov.cv.

Ministério do Ambiente Agricultura e Pescas de Cabo Verde (2004), “Plano de Gestão dos Recursos da Pesca”, *Praia*, 6.

Moreira Adriano (2008), “Portugal e a geopolítica da interculturalidade”, in Lages, Mário e Matos, Arthur, *Portugal percursos de interculturalidade desafios à identidade*, Lisboa: ACIDI, 291-338.

Nascimento, Jorge (2012), *Diagnóstico sócio-económico da pesca industrial em Cabo Verde, Praia, Instituto Nacional de Desenvolvimento*, consultado a 10.10.2014, disponível em www.platongs.org.cv.

Nascimento, Januário da Rocha (2004), *Cabo Verde e o direito do mar: a preservação dos recursos marinhos à luz da Convenção de Montego Bay e da Legislação de Cabo Verde*. Praia: Editor, Autor.

Neumann, Iver. B; Gstöhl, Sieglinde (2006), “Lilliputians in Gulliver’s World”, in Christine Ingebritsen, Iver Neumann, Sieglinde Gstohl, and Jessica Beyer (eds), *Small States in international relations*. University of Washington: University of Washington Press, 3-31.

Nye, Joseph, (2004), *Soft Power: the Means to Success in World Politics*. Nova Iorque: Public Affairs Books.

ONU (1982), *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*.

Ollitrault, Sylvie (2009), “Les ONG et l’alerte écologique”, Consultado a 15.11.2014, disponível em <http://www.laviedesidees.fr/Les-ONG-et-l-alerte-ecologique.html>.

OEA (2003), Declaração de Kingstown sobre a segurança dos Pequenos Estados Insulares, segunda reunião de alto nível sobre as preocupações especiais de segurança dos Pequenos Estados Insulares, Kingstown, São Vicente e Grenadinas. Consultado a 12.09.2014, disponível em http://www.oas.org/xxxivga/portug/reference_docs/Declaracion_Kingstown.pdf.

Pana (2011), “Cabo Verde discute estratégias para implementar «Cluster do Mar»”, consultado a 24.11.2014, disponível em www.panapress.com.

Defarges, Philippe Moreau (1994), *Introduction à la Géopolitique*. Paris: Éditions du Seuil.

Programa das Nações Unidas para o Meio (2004), “Os Mares e os Oceanos”, disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/seasoceans.html#top>, consultado a 24.09.2014.

Rémond, Martine (1970), *L'Exploration pétrolière en mer et le droit: droit maritime, droit de la mer*. Paris: Technip.

República de Cabo Verde, Parceria Especial Cabo Verde – UE (2008), *Quadro Orientador para a Implementação*. Bruxelas: Embaixada de Cabo Verde em Bruxelas.

République de Cabo Verde (2001) «Document de stratégies de coopération pour la période 2001-2007». Bruxelles-Praia.

Rêgo, Cláudio Andrade (2012), *Doutrina E Método Da Escola Superior De Inteligência*. Lisboa: Clube de Autores.

Roille, Alexandra Bellayer (2011), "Les enjeux politiques autour des frontières maritimes", Sorel Jean-Marc I in *Frontière Droit et individu*, CERI (Centre d'Etudes et de Recherches Internationales), disponível em www.detentions.wordpress.com, consultado a 22.09.2014.

Rodrigues, Alexandre Reis (2013), “Portugal, sem estratégia de segurança marítima?”, *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 1-8. Disponível em database.jornaldefesa.pt, consultada a 15.09.2014.

Rosa, Manuel Amante (2012), “As parcerias estratégicas de Cabo Verde no domínio marítimo”, Comunicação apresentada no seminário de Ministério da Defesa a 25/26 de Junho de 2012, disponível em brito-semedo.blogs.sapo.cv/460007.html, consultado a 10.11.2014.

Royer, Pierre (2012), *Géopolitique des mers et des océans: qui tient la mer tient le monde*, Paris: Presses universitaires de France (Puf).

Rothstein, Robert (1968), *Alliances and Small Powers*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Santos, Ricardo Serrão (2009), “O Conhecimento Científico do Mar”, in Telo António, *O Mar no Pensamento Estratégico Nacional, Nação e Defesa*, 122, 89-100, disponível em www.idn.gov.pt, consultado a 12.09.2014.

Silva, Damaris (2013), “Coerência das Políticas para o Desenvolvimento no âmbito das pescas: Estudo de Caso em Cabo Verde”, Instituto Marquês de Valle Flôr e Plataforma das ONG's de Cabo Verde, consultado a 15.10.2014, disponível em www.imvf.org.

Tomé, Luís (2010), "Segurança e Complexo de Segurança: conceitos operacionais". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, 1, disponível em janus.ual.pt/janus.net, consultado a 22.10.2014.

UE-DG pesca (2014), "Protocolo de pescas entre a União europeia e a República de Cabo Verde", disponível em ww.ec.europa.eu, consultado a 24.10.2014.

UE-DG pesca (2014), *Lista dos acordos de pesca da UE*, em www.ec.europa.eu, consultado a 24-10-2014.

Unecartedumonde (2010) "La carte du monde des 12 pires marées noires de l'histoire", disponível em www.unecartedumonde.fr, consultado a 20-05-2014.

UNODC (2013), *Criminalidade Organizada Transnacional na África ocidental: Avaliação da Ameaça*, disponível em www.unodc.org, consultado a 12.09.2014.

UNDP (1994), *Human Development Report*, disponível em www.hdr.undp.org, consultado a 13.10.2014.

Varela, Odair (2007), "A Encruzilhada da Defesa e Segurança no Atlântico Médio: Cabo Verde entre a 'Espada' da NATO e a 'Parede' Africana", *Revista Direito & Cidadania*, 25/26, 219-248.

Zanin, Renata Baptista (2010), "O Direito do Mar e a legislação brasileira: a influência da Convenção de Montego Bay na Constituição Federal", *Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC*, 16, disponível em <http://www.esdc.com.br>, consultado a 13.10.2014.

Zdruli, Pandi (2008), *Lateralization, Desertification processes, LUCINDA – Land Care in Desertification Affected Areas: From Science towards Application*, 6th Framework Programme, European Commission.

Sites

www.portugalcaboverde.com.

www.fresco-mar.com.

www.sucla.cv

O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África: contributos para a segurança regional¹

Eugénio Costa Almeida,² Centro de Estudos Internacionais, Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL)
elcalmeida@gmail.com

Resumo: A política de defesa regional da África central assenta primordialmente num triângulo organizacional estratégico composto pela Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), pela Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e pela Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). Angola está presente nestes três centros decisórios, sem descurar a sua vertente austral, onde assume papel de relevo na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e, em paralelo, na 5ª Brigada Militar de Unidade Africana. A comunicação proposta pretende analisar o papel de Angola como vértice nas relações político-militares nas duas sub-regiões (CEEAC e SADC) da África Subsaariana.

Palavras-chave: Angola, Organizações regionais, África Austral, África Central, Golfo da Guiné

Abstract: The defense policy of central Africa is based primarily on a triangle formed by the Economic Community of Central African States (ECCAS), the Commission of the Gulf of Guinea (CGG) and the International Committee of the Great Lakes Region (ICGLR). Angola is present in these three decision-making centers, without neglecting its southern slope, which takes on a crucial role in the Community for the Southern African Development Community (SADC) and, in parallel, at the 5th Military Brigade of African Unity, based in Gaborone, Botswana. The text that follows will examine this essential vertex – Angola – the politico-military relations in the two sub-regions (ECCAS and SADC) of Africa.

Key-words: Angola, Regional organizations, Southern Africa, Central Africa, Gulf of Guinea.

(Nota: o autor adoptou a escrita anterior à do acordo ortográfico)

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional”.

² Licenciado (Universidade Lusíada de Lisboa), Mestre em Relações Internacionais e Doutorado em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais (ambos pelo ISCSP-UL). Com três livros de ensaios publicados e intervenção em algumas obras publicadas (ensaios, prefácios e poesia). Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE (CEI-IUL) bem como do CINAMIL, da Academia Militar. Tem participado em Debates e Conferências como orador e moderador e tem sido igualmente referenciado como reviewer de textos científicos.

1. Introdução

Angola, enquanto país da África centro-austral com capacidade de decisão na gestão dos problemas (conflitos, escaramuças, diversificações políticas) que assumem na região, sobrevém como um dos vértices geradores de estabilidade no triângulo centro africano, onde a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), emergem como os catetos desse triângulo.

Todavia, há que não esquecer que Angola é, igualmente, um Estado-membro importante – é a par da África do Sul um dos dois mais importantes Estados – da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Além de ser a segunda força político-económica é, também, um Estado fornecedor de efectivos militares para a composição da 5^a Brigada Militar de Unidade Africana, com sede em Gaborone, Botswana. Esta força foi criada no âmbito da área de defesa da União Africana e tem como base o Protocolo Relativo ao Conselho para a Paz e Segurança (CPS) da União Africana, entrada em vigor em 26 de Dezembro de 2003, visando para a promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

Apesar de Angola ser Estado-membro efectivo de duas organizações regionais africanas isto acarreta-lhe um problema adicional: a união Africana não admite que um mesmo estado seja membro de mais de uma organização regional, seja política ou económica.

Todavia, a importância de Angola na persecução dos esforços de Paz na região dos Grandes Lagos tem-lhe permitido manter essa capacidade equitativa pelas duas comunidades regionais: SADC e CEEAC. Angola é um dos 15 Estados-membros da SADC e um dos 11 Estados-membros da CEEAC.

E com essa dupla aptidão, Angola emerge como a principal força estabilizadora do continente na área centro-africana e como um dos principais parceiros político económico da África Austral; em particular com a reabertura do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB) e a sua ligação entre o porto do Lobito e a fronteira leste, em Luau, até ao Congo Democrático (RDC) e à Zâmbia ou a projectada ligação à Namíbia, através da prorrogação do Caminho-de-ferro de Moçâmedes (CFM), a partir do porto de Namibe.

São estes vários aspectos que vou tentar analisar e escarpelizar nos minutos que se seguem, sabendo que é uma matéria muito vasta e complexa, difícil – diria, impossível – de abordar em tão curto espaço temporal disponível para esta sessão.

2. Angola e a política de defesa da África central

Como é referido na Introdução, Angola é um dos principais vértices da política de paz, estabilidade e seguranças africanas na desordenada região centro do continente, em particular na zona envolvente dos chamados Grandes Lagos (ou seja, na área compreendida entre o leste da República Democrática do Congo (RDC) e da antiga região Urundi – esta engloba as Repúblicas do Ruanda e do Burundi).

Ainda assim, não se pode esquecer o impacto que as sucessivas crises político-militares desta região, reconhecida pela sigla CIRGL ou Grandes Lagos, vem mantendo sobre os países vizinhos, em particular no Uganda e no Quénia, este igualmente afectado pela sua proximidade à Somália e à instabilidade político-militar do Corno de África, ou, ainda, na República Centro-Africana (RCA).

Foi devido à cíclica instabilidade da região e, principalmente, na defesa da plena navegabilidade do Golfo da Guiné, que os Estados centro-africanos, com o beneplácito da União Africana, da ONU e outras organizações político-militares que «vigiam» a área (recordo a AFRICOM³ ou a ZOPACAS) acordaram em reforçar as competências daqueles Estados quer junto da CEEAC,⁴ quer junto da CGG, como dar uma maior capacidade de decisão aos países que tentam regular e resolver a problemática crise da região dos Grandes Lagos e a salvaguarda da integridade territorial da RDC. E neste caso, despontam Angola e a África do Sul; ainda que, e a partir do início desta década, mais os angolanos que os sul-africanos.

E é neste contexto que Luanda surge como o epicentro político na resolução das crises político-militares da África central, mas e, principalmente, como um dos seus principais vértices para uma desejada solução reguladora das referidas crises.

Angola, nomeadamente a sua capital, Luanda, tem sido uma importante – talvez, ultimamente, a mais importante, – placa giratória para os diplomatas africanos, europeus e norte-americanos⁵ ou para a ONU,⁶ no que concerne à solução das questões relacionadas com a RDC⁷ e as sucessivas rebeliões e insurreições no Leste do país, nomeadamente nas províncias do Kivu (Norte e Sul) ou nas questões políticas – por vezes com recurso a elementos armados – em outras zonas do país; nas recentes rebeliões da RCA, originadas entre cristãos e animistas e islamitas radicais⁸; bem como na instável zona dos Grandes Lagos.

³ A AFRICOM foi apresentada em 07.02.2007 e considerada operacional a 01.10.2007, com sede inicial na Alemanha – os Estados africanos contactados para acolherem a sede da AFRICOM, nomeadamente, Angola e São Tomé e Príncipe, recusaram essa pretensão. O primeiro comandante da AFRICOM foi o general William Kip Ward, nomeado pelo então presidente George W. Bush.

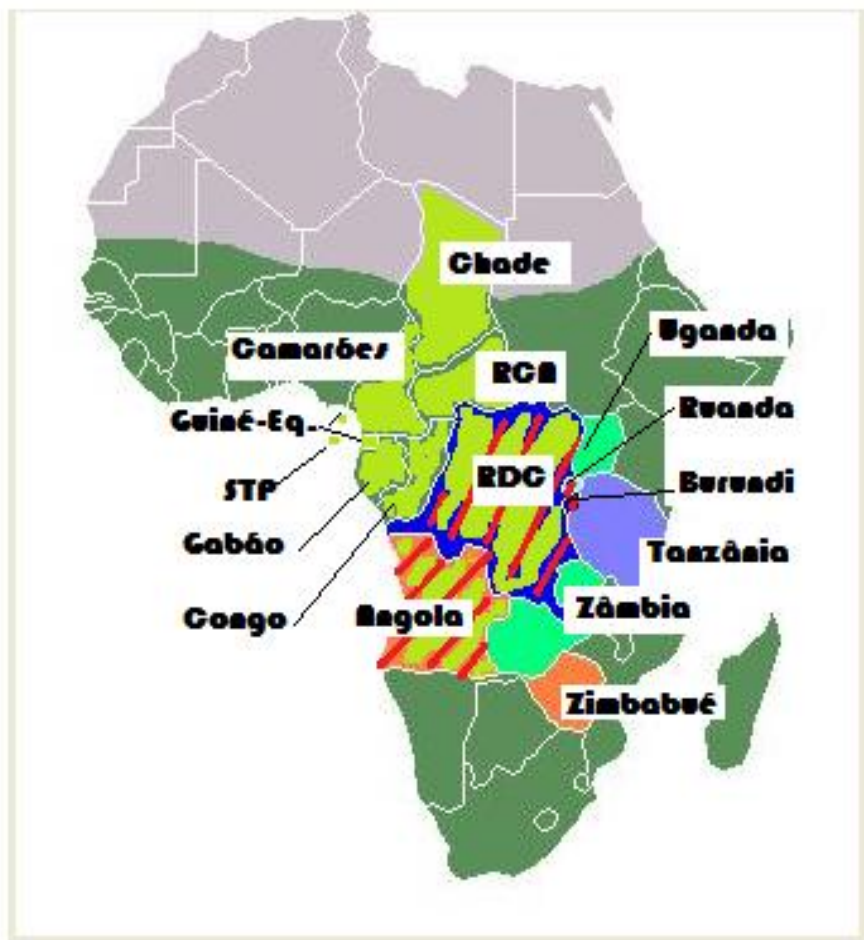
⁴ Formam a Comunidade dos Estados da África Central (CEEAC) 11 países: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné-Equatorial, República Centro-Africana, RDC, República do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

⁵ Cf in semanário Sol, de 06.05.2014. <http://www.sol.pt/noticia/104967>.

⁶ «Angola é “uma referência para a paz e segurança na região” segundo a subsecretária geral das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos» in Portuguese Independent News Network (PINN) <http://portugueseindependentnews.com/2013/10/28/onu-solicita-apoio-angola-resolucao-crise-rdc/>.

⁷ Sobre a crise na RDC ver: «Crisis in the Democratic Republic of Congo» in <http://www.responsibilitytoprotect.org/index.php/crises/crisis-in-drc> (acedido em 03.09.2014).

⁸ Cf. <http://paginaglobal.blogspot.pt/2014/03/angola-e-republica-centro-africana.html>.



Nota: Os Estados com lista vermelha, Angola, Burundi, RDC e Ruanda são, simultaneamente, Estados-membros da CEEAC e da CIRGL.

Figura 1. Estados-membros da CEEAC e da CIRGL

De notar que Angola detém, desde Janeiro, a presidência rotativa da CIRGL, uma “estrutura” que procura enquadrar a resolução dos conflitos quer para a zona dos Grandes Lagos como, também, para a RCA.⁹ A mesma estrutura que, ainda recentemente, organizou em Luanda, uma mini-cimeira sobre a Segurança nos Grandes Lagos, presidida pelo tenente-general Azevedo Xavier Francisco, director adjunto dos Serviços de Inteligência Externa de Angola, e organizada pelos Serviços de Inteligência e Segurança da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos. Esta cimeira destinou-se a «*obter contribuições dos especialistas dos Estados-membros para a solução dos conflitos na Região dos Grandes Lagos que são analisadas hoje no encontro dos ministros da Defesa, na qual não*

⁹ Cf. «Angola, Chade e Congo tentam solução pacífica» in semanário Expansão, de 06.06.2014, <http://www.expansao.co.ao/Artigo/Geral/47040>.

participaram representantes da República Centro Africana (RCA) e do Sudão do Sul». Angola emergiu nesta cimeira como um exemplo a seguir.¹⁰

Foi nesta linha que a RCA, tal como já o tinha feito, em tempos, a Somália, solicitou a Angola o envio de forças militarizadas para ajudar a resolver a insurreição armada que coloca em causa não só a integridade territorial da RCA como, e principalmente, a estabilidade política, militar e territorial da região.¹¹

Como recordava, há cerca de dois anos, um diplomata cabo-verdiano, em Luanda, Angola tem advogado uma importante capacidade para conduzir o papel “*das lideranças africanas na resolução das crises no continente, onde a instabilidade se traduz na anulação do voto soberano expresso nas urnas e na conseqüente usurpação do poder, através de métodos anti-constitucionais, provocando conflitos conducentes à negação do desenvolvimento e à violação dos mais elementares direitos humanos*”.¹²

E se a região Centro-africana e a região dos Grandes Lagos são dois dos catetos importantes do grande triângulo centro-africano, não podemos esquecer outro importante cateto, a região do Golfo da Guiné.

3. Angola e a sustentabilidade do Golfo da Guiné

Sobre esta questão vou tomar como ponto de sustentação e apoio um trabalho efectuado há cerca de ano e meio – com a colaboração do tenente-coronel Luís Bernardino (Almeida & Bernardino, 2013) – sobre a ZOPACAS (ou ZPCAS – Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), para a Revista Militar (Almeida & Bernardino, 2013: 43-61).

A CGG surgiu pela via de uma cimeira realizada por alguns países da região, na capital gabonesa de Libreville, em 2001, na sequência de uma proposta nigeriana de 1999. Na cimeira que formalizou a criação da CGG os Chefes de Estado e de Governo presentes e signatários incrementaram, consensualmente, uma ideia que conducente a desenvolver uma cooperação estratégica para a segurança regional, com especial destaque, na vertente marítima.

A sede desta comissão encontra-se em Luanda e são Estados-membros Angola, Camarões, Gabão, Guiné-Equatorial, Nigéria, Congo Democrático (RDC), República do Congo e São Tomé e Príncipe. Como se antevê os países signatários são todos eles, como maior ou menor exposição, produtores de hidrocarbonetos, representando cerca de 5 milhões de barris/dia de produção petrolífera. Só Angola produz entre 1,9 e 2,1 milhões de barris diários.¹³

¹⁰ «Diálogo na solução de crises» in Jornal de Angola, de 11.01.2014, citado pelo portal Diário Angolano <http://diarioangolano.com/index.php/politica/8022-dialogo-na-solucao-de-crises>.

¹¹ Cf. <http://www.soldoindico.co.mz/republica-centro-africana-pede-envio-de-militares-angolanos-para-manter-paz-no-pais/07/2014> (de 15/07/2014).

¹² Embaixador Domingos Mascarenhas, citado pela ANGOP a 10.01.2013, cf. http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/0/2/Diplomata-advoga-importancia-das-liderancas-africanas-resolucao-das-crises-Africa,0109a07f-a9bc-4d9e-bfe0-d729c10c58bf.html.

¹³ Anuário Económico de Angola, 2010, 41-52.



Estados-membros da Comissão do Golfo da Guiné

Figura 2. Estados-membros da Comissão do Golfo da Guiné

De notar que o Golfo começava a estar sob efeitos de uma pirataria emergente e as únicas entidades competentes para anular – ou combater – a pirataria na região eram todas externas; em particular, a AFRICOM e navios de países europeus e alguns asiáticos (China, por exemplo) que derrotavam pela região.

Como se sabe os Estados africanos nunca foram muito propensos a olharem para as suas marinhas de guerra como um instrumento necessário para a defesa territorial e dos seus recursos estratégicos marinhos *offshores*. Estes só eram olhados como fornecedores dos hidrocarbonetos e nada mais.

Ainda assim, e este tema será em outros ensaios, África adoptou, em 2012,¹⁴ uma «Estratégia Africana Marítima Integrada – 2050» (*2050 AIM Strategy*), que visa colmatar uma enorme lacuna relativamente à visão a longo prazo da UA para os desafios, oportunidades e ameaças que se colocam aos seus estados-membros no domínio marítimo¹⁵.

A criação da ZOPACAS e o “Plano de Acção de Luanda” levou os Estados da zona a implementar “*projectos nas áreas dos mapeamentos e exploração de fundos marítimos*” e a “... gerar mecanismos de cooperação concretos ... [visando temas de] *segurança, aeroportuária e marítima, mapeamento e exploração de solos marítimos e combate ao crime organizado transnacional*” (Almeida & Bernardino, 2013: 56).

¹⁴ A 3 de Junho de 2011, a Comissão da UA decidiu constituir um Grupo de Acção Interdepartamental com esse fim, cf. “Press Release 064/2011 «Task force to lead development and implementation of 2050 Africa’s Integrated Maritime Strategy» citado por DIAS, Alexandra (2011: 69-73).

¹⁵ Cf. “2050 AIM Strategy” in: [http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20\(Eng\)_0.pdf](http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20(Eng)_0.pdf)

O Golfo é, estrategicamente, uma das principais rotas na exploração e comercialização de hidrocarbonetos – os dois maiores produtores e exportadores de crude africano estão aqui implantados; Angola, já referido, e Nigéria – bem como alguns dos principais pontos de pesca, em África e explorados – dir-se-ia quase exauridos – por frotas pesqueiras do Japão, Coreia do Sul e União Europeia.

E Angola com a revitalização da sua marinha de guerra que, ultimamente, vem tornando efectiva através do Programa de Desenvolvimento do Poder Naval Angolano (Pronaval), pode se tornar numa potência com projecção regional mais intensa e, simultaneamente, o principal factor de estabilização do Golfo. Seria interessante que a Nigéria seguisse esta ideia.

Uma das consequências foi a proposta de criação, durante a sua presidência, de um comité especial para tratar de questões de defesa e segurança, cujo objectivo será a defesa, paz e segurança, o combate à pirataria e outros atos ilícitos no mar, a protecção do meio ambiente marítimo, as comunicações marítimas, a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a cooperação e harmonização das políticas, em termos de exploração dos recursos marinhos, bem como a delimitação das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE).¹⁶

Como uma das medidas de segurança regional, a CGG propôs uma redefinição do mandato da ONU na RDC (MONUC), relativo ao uso da força, ao abrigo do artº 7 da Carta da ONU, tendo obtido por parte da Nações Unidas uma resposta positiva, através da Resolução 1843, de 20 de Novembro de 2008, onde estava referido o aumento em cerca de 3000 efectivos militares para implementar a paz e segurança na RDC. Angola foi vista como um dos principais impulsionadores para a aprovação desta Resolução.

Quanto à segurança marítima e protecção da ZEE há que estimular as marinhas de guerras de cada Estado-membro, principalmente quando alguns estados, pertencentes à própria CGG estão a tentar obter áreas territoriais de ZEE dentro das zonas económicas exclusivas de outros estados, como é o caso da RDC que, em Maio de 2009, apresentou uma proposta à ONU para que as suas fronteiras com Angola fossem redefinidas; está em causa a exploração de áreas petrolíferas que estão a ser exploradas por entidades reguladas por Angola; de notar que esta vontade teve o seu início em 2007.¹⁷

Caso contrário, continuaremos a ver flotilhas exógenas na área a fazerem o papel que caberia aos Estados do Golfo: o papel de autoridades marítimas e reguladoras de exploração marítima. A África do Sul, potência meridional de África e a maior potência da SADC já há muito que passou a olhar para a sua marinha como um dos principais meios dissuasores no combate ao crime marítimo transnacional e regional.¹⁸ Recordemos que a África do Sul mandou construir alguns quantos submersíveis para defesa das águas regionais do Golfo e do Índico; ou seja, para defesa da rota entre o Estreito de Moçambique/Cabo e o Golfo.

4. A SADC como supedâneo do triângulo estratégico centro-africano

Como é do domínio dos analistas a SADC surge por iniciativa dos chamados “*Países da Linha da Frente*”, em 1975, e na sequência da já existente SADCC, formalmente criada em

¹⁶ “Comissão do Golfo da Guiné propõe órgão para questões de defesa e segurança” in: Diário de Notícias, de 10.08.2013, <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/400603-comissao-do-golfo-da-guine-propoe-orgao-para-questoes-de-defesa-e-seguranca>.

¹⁷ Cf. Novo Jornal nº 71, edição de 30.05.2009, página 7.

¹⁸ Entretanto há conhecimento que Angola está a negociar a compra de cerca de 7 navios de guerra ao Brasil, além de ter reactivado os seus estaleiros navais do Cuanza Sul.

1980. O fim do regime do apartheid na África do Sul e a sua integração na SADCC transformam esta organização, em 1992, na SADC, na Cimeira de Windhoek, Namíbia.

Tal como Angola, também a RDC tem dupla participação na CEEAC e na SADC. Esta é, claramente, dominada pela maior potência económica e política de África, e um dos Estados-membros do G20 e dos BRICS, a África do Sul.

Mas se a vertente da SADC é manifesta e principalmente política e económica, também é um dos organismos regionais onde está implantada uma das brigadas internacionais criadas pela União Africana no âmbito da Defesa e Segurança interna do Continente no espaço da “*Arquitectura de Paz e Segurança Africana*” para o Século XXI (Bernardino, 2008: 595). São as *African Standby Brigades* ou *African Standby Force* (ASF – Fig. 3) e, no caso presente, temos a 5ª Brigada Militar da União Africana (*SADC-Standby Force* ou SADCBRIG), com sede em Gaborone, Botswana.

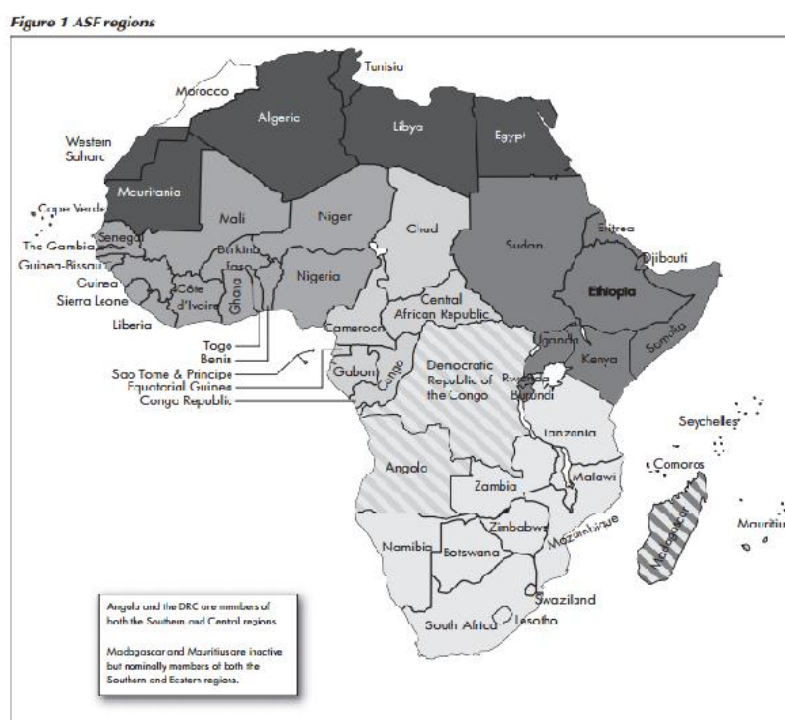


Figura 3. *African Standby Brigades* (Cilliers, 2008:2)¹⁹

Além disso a SADC apresenta-se como a principal organização de cooperação Sul-Sul de carácter inter e supra-regional, nomeadamente com a colaboração com a ZOPACAS e a adesão ao Tratado de Tlatelolco,²⁰ facto que é impeditivo da AFRICOM se estabelecer na região.

¹⁹ Cf. <http://dspace.africaportal.org/jspui/bitstream/123456789/30855/1/PAPER160.pdf?1>, consultado em 04.09.2014.

²⁰ O Tratado de Tlatelolco, Cidade do México, ou Acordo de Segurança sobre o Atlântico Sul, prevê esta região livre de armas nucleares e da presença de forças militares estrangeiras. Assinado em 14 de Fevereiro de 1967, foi inicialmente adoptado pelos países da América Latina e Caribe (no âmbito do Organismo para Proscrição das Armas Nucleares na

Para Angola, a SADC, cuja potência directora é a África do Sul, mais que uma organização político-económica é um supedâneo (isto é, uma peanha/base de apoio) ao triângulo estratégico centro-africano onde Angola se apresenta como a principal potência regional.

Por essa razão Angola não está, formalmente, inserida nas brigadas da ONU que tentam manter a Paz na RDC, apesar de ser, em teoria, um dos Estados membros da *ECCAS-Standby force* ou *Force Multinationale de l'Afrique Centrale* (FOMAC), mas é um dos suportes efectivos da 5ª Brigada da UA.

As brigadas militares da União Africana, as *African Standby Brigades* ou ASF, estão assim distribuídas:

Table 4 ASF membership

Central region (FOMAC)	Southern region (SADCBRIG)	Eastern region (EASF)	Northern region (NASBRIG)	Western region (ESF)
Angola		Sudan	Western Sahara	Mali
Democratic Republic of Congo		Ethiopia	Mauritania	Cape Verde
São Tomé et Príncipe	Malawi	Eritrea	Algeria	Senegal
Equatorial Guinea	Zambia	Djibouti	Tunisia	Gambia
Cameroon	Zimbabwe	Somalia	Libya	Guinea Bissau
CAR	Namibia	Kenya	Egypt	Guinea
Gabon	Swaziland	Uganda		Sierra Leone
Chad	Lesotho	Rwanda		Liberia
Congo (Brazzaville)	Botswana	Tanzania		Côte d'Ivoire
	South Africa	Burundi		Ghana
	Mozambique	Comoros		Togo
	Madagascar			Benin
	Mauritius			Nigeria
	Tanzania			Niger
				Burkina Faso

Figura 4. African Standby Brigades (Cilliers, 2008, 13) citado por Bernardino, 2008: 595).

Nota explicativa das siglas das 5 Brigadas:

- North African Regional Capability (NARC ou NASBRIG), para a África do Norte, sede no Cairo, Egipto (embora, na prática, esteja localizada em Argel e Cairo);
- ECOWAS-Standby Force (ESF), para a África Ocidental, sede em Abuja, Nigéria;
- ECCAS-Standby Force ou *Force Multinationale de l'Afrique Centrale* (FOMAC), para a África Central, sede em Libreville, Gabão;

América Latina e no Caribe (OPANAL)) e, posteriormente, estendido aos países africanos do Atlântico Sul por quanto da criação da ZOPACAS.

- Eastern Africa-Standby Force (EASF), para a África Oriental, sede em Addis-Abeba, Etiópia;
- SADC-Standby Force (SADCBRIG, para a região austral de África, sede em Gaborone, Botswana.

5. Conclusão

Em conclusão infere-se que Angola, ou mais correctamente, a política externa angolana, não está limitada a uma única região africana nem é, ou se restringe, a uma única dimensão. Angola contribui, à sua maneira, para o fortalecimento de duas sub-regiões continentais africanas – a CEEAC e a SADC – dentro da União Africana segundo o prisma de construção de uma ordem regional e mundial pacíficas e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente da sua inserção regional, do seu peso territorial, económico, cultural e da sua política interna e externa.

Como se sabe, e já foi aqui descrito, Angola com a preocupação no vector de segurança, como Estado com projecção regional forte, está inserido na CGG onde a ideia de segurança se refere à garantia dos interesses económicos e políticos dos Estados-membros; em paralelo está na ZOPACAS, outra organização onde a segurança predomina, com a garantia que esta organização lhe permite assegurar a defesa de Paz no Atlântico Sul. Ora estas duas organizações de Paz e Segurança na região equatorial apresentam-se como sustentáculos da nova configuração político-militar da CEEAC.

São um triângulo que conferem aos Estados-membros – uma relação de segurança na produção e transporte das suas produções petrolíferas. E no caso de Angola acresce-se a sua afirmação na cena internacional, a confirmação da sua integração regional – ainda que dupla – e a asserção da cooperação Sul-Sul (Joveta, 2011: 7).

Neste caso insere-se a importância de Angola na perspectivada resolução dos conflitos da RDC – infelizmente parecem ressurgir como cogumelos – está consubstanciada nas palavras do secretário Executivo da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos, Alphonse Daniel Ntumba Luaba Lumu, da RDC, que lembrou “(...) a operacionalização da brigada especial de intervenção e o fim do conflito, que culminou com as respectivas declarações do Governo e do Movimento rebelde M23, a 12 de Dezembro de 2013, em Nairobi” – fim do conflito entre as forças armadas da RDC e o movimento rebelde M23 – onde o apoio das Forças de Manutenção da Paz, do apoio logístico e do Mecanismo Conjunto de Verificação Alargado e da União Europeia, que concedeu apoio financeiro através da União Africana, bem como a liderança política de Angola, foram importantes para o fim daquele conflito.²¹

Recordemos, só para dar uma ideia do que alguns Estados parecem esperar de Angola, usando como ideia o que, ainda recentemente, vimos a governabilidade do Lesoto ser posta em causa através de um *putsch* militar prontamente anulado pela intervenção militar sul-africana, na reposição da legitimidade constitucional. De certa forma é isso o que advoga a União Africana.

É isso o que a política externa angolana advoga para as sub-regiões onde essa mesma política se projecta!

²¹ «Diálogo na solução de crises», em <http://www.expansao.co.ao/Artigo/Geral/47040>.

Referências

AA.VV. (2010), *Anuário Económico de Angola*. Luanda: Câmara do Comércio e Indústria.

Almeida, Eugénio Costa e Bernardino, Luís Manuel Brás (2013), “A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e cooperação do Atlântico Sul: Organizações interzonais para a perseguição da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica”, *Revista Militar*, 2532, 43-61.

Bernardino; Luís Manuel Brás (2008), “Políticas de Segurança e Defesa em África e para África. O papel das Organizações Regionais Africanas”, *Revista Militar*, 2476, 585-600.

Cilliers, Jakkie (2008), “The African Standby Force: An update on progress”, *ISS Paper*, 160, 1-19.

Dias, Alexandra Magnólia (2011), “Nota Introdutória”, in *Os desafios da pirataria Marítima em África*, IPRI, 31, 069-073.

Joveta, José (2011), *A Política Externa de Angola: Novos regionalismos e Relações bilaterais com o Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Páginas electrónicas acedidas

“2050 Africa Integrated Maritime Strategy (2050 AIM STRATEGY)”, *AU, Version 1.0, 2012*, disponível em [http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20\(Eng\)_0.pdf](http://pages.au.int/sites/default/files/2050%20AIM%20Strategy%20(Eng)_0.pdf), consultado a 08.09.2014.

“Angola e República Centro Africana ressaltam nível de relações políticas”, *Página Global*, de 7 de Março de 2014, disponível em <http://paginaglobal.blogspot.pt/2014/03/angola-e-republica-centro-africana.html>, consultado ea 04.09.2014.

“Angola, Chade e Congo tentam solução pacífica”, *Expansão*, de 6 de Junho de 2014. disponível em <http://www.expansao.co.ao/Artigo/Geral/47040>, consultado a 04.09.2014.

“Comissão do Golfo da Guiné propõe órgão para questões de defesa e segurança” *Diário de Notícias*, de 10 de Agosto de 2013. Disponível em <http://www.dnoticias.pt/actualidade/mundo/400603-comissao-do-golfo-da-guine-propoe-orgao-para-questoes-de-defesa-e-seguranca>, consultado a 06.06.2014.

“Crisis in the Democratic Republic of Congo”, *International Coalition for the Responsibility to Protect*. Disponível em <http://www.responsibilitytoprotect.org/index.php/crises/crisis-in-drc>, consultado a 03.09.2014

“Diálogo na solução de crises”, *Jornal de Angola*, de 11 de Janeiro de 2014, disponível em <http://diarioangolano.com/index.php/politica/8022-dialogo-na-solucao-de-criSES>, consultado a 03.09.2014.

“Diplomata advoga importância das lideranças africanas na resolução das crises em África”, *ANGOP*, de 10 de Janeiro de 2013. Disponível em http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/0/2/Diplomata-advoga

importancia-das-liderancas-africanas-resolucao-das-criises-Africa,0109a07f-a9bc-4d9e-bfe0-d729c10c58bf.html, consultado a 03.09.2014.

“Luanda acolhe reunião de alto nível sobre crise na República Centro-Africana”, *semanário Sol*, de 6 de Maio de 2014, disponível em <http://www.sol.pt/noticia/104967>, consultado a 04.09.2014.

“Ministro angolano das Relações Exteriores admite intervenção militar contra FDLR na RD do Congo”, *Africa 21 Digital*. Disponível em http://www.africa21digital.com/politica/ver/20039712-ministro-angolano-das-relacoes-exteriores-admite-intervencao-militar-contr-fdlr-na-rd-do-congo?utm_source=e-gei&utm_medium=email&utm_term=Newsletter+Africa+21+Digital&utm_campaign=%EF%BF%BDfrica+21+Digital, consultado a 10.09.2014.

“Ministro da Defesa angolano diz que CPLP vai intervir conjuntamente no combate à pirataria no Golfo da Guiné”, *África 21 Digital*. Disponível em http://www.africa21digital.com/politica/ver/20038104-ministro-da-defesa-angolano-diz-que-cplp-vai-intervir-conjuntamente-no-combate-a-pirataria-no-golfo-da-guine?utm_source=e-gei&utm_medium=email&utm_term=Newsletter+Africa+21+Digital+29%2F05%2F2014&utm_campaign=%EF%BF%BDfrica+21+Digital, consultado a 29.05.2014.

“ONU solicita apoio de Angola na resolução da crise da RDC”, *Portuguese Independent News Network.*, disponível em <http://portugueseindependentnews.com/2013/10/28/onu-solicita-apoio-angola-resolucao-crise-rdc/>, consultado a 03.09.2014.

“República Centro Africana pede envio de militares angolanos para manter paz no país”, *Sol do Índico*, de 15 de Julho de 2014, disponível em <http://www.soldoindico.co.mz/republica-centro-africana-pede-envio-de-militares-angolanos-para-manter-paz-no-pais/07/2014>, consultado a 03.09.2014

“Situação na região dos Grandes Lagos é preocupante”, *portal Club-K*, de 15 de Janeiro de 2014, disponível em http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=17208:situacao-na-regiao-dos-grandes-lagos-e-preocupante-diz-jose-eduardo-dos-santos&catid=23:politica&Itemid=123, consultado a 23.05.2104.

Espaços do projeto do desenvolvimento pós-colonial

Carlos Sempat Assadourian, la minería y la historiografía: El alcance de la transversalidad en las Ciencias Sociales¹

Pablo Muñoz González,² Universidad Complutense de Madrid
pablomunnoz.gonzalez@estudiante.uam.es

Nicolás Pozo Serrano,³ Universidad Complutense de Madrid
nicolaspozoserrano@ucm.es

Resumen: Las publicaciones sobre la monarquía Hispánica y la minería que Carlos Sempat Assadourian hizo en los años 80 permitieron desentrañar el complejo mecanismo por el cual, por un lado, la monarquía Hispánica se financiaba y, por otro, cómo se introdujo al indígena, con o sin su voluntad, dentro de la economía de mercado. Sin embargo, sus estudios no suelen ser reivindicados. Ya sea por su militancia política, su complejidad o, simplemente por ignorancia u olvido, no suele ser una referencia recurrente en los principales trabajos sobre la Europa, África o América de los siglos XVI y XVII. Por ello, nos proponemos una reivindicación de su figura, un análisis crítico de sus principales trabajos y, en fin, un balance de lo que supusieron sus investigaciones no solo en la historia de la minería, sino también en la historiografía modernista en general.

Palabras clave: Assadourian, minería, América Latina, África, historiografía

Resumo: As publicações sobre a monarquia Hispânica e a indústria mineira que fez Carlos Sempat Assadourian nos anos 80, permitiram desvendar o complexo mecanismo por que, por um lado, a monarquia Hispânica se financiava e, por outro lado, como foi introduzido o indígena, com ou sem a sua vontade, dentro da economia de mercado. No entanto, os estudos dele não costumam ser reivindicados. Seja pela sua militância política, pela complexidade ou, simplesmente, pela ignorância ou por esquecimento, não costuma ser uma referência recorrente nos principais trabalhos sobre Europa, a África ou a América dos séculos XVI e XVII. Propomo-nos, por isso, a uma reivindicação da figura dele, a uma análise crítica dos trabalhos dele e, enfim, a fazer um balanço do que assumiram as investigações, não só na história da indústria mineira, mas também na historiografia modernista em geral.

Palabras-chave: Assadourian, mineração, América Latina, África, historiografia

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Minería, fronteras y movimientos sociales transnacionales”

² Nicolás Pozo Serrano (Madrid, 1989) é licenciado em História pela Universidade Complutense de Madrid (2013). Atualmente trabalha sobre a utilização da história nos discursos políticos na América Latina, no Mestrado Internacional de Estudos Contemporâneos na América Latina (Universidade Complutense de Madrid). Coursou uma parte dos seus estudos na Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica) onde conheceu Pablo Muñoz González.

³ Licenciado em História pela Universidade Complutense de Madrid (2013) e com o Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Africanos (Universidade Autónoma de Madrid). Tem colaborado com a revista *Relaciones Internacionales*, ligada ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade Autónoma de Madrid. Atualmente prepara o seu doutoramento em Ciências Políticas e da Administração e Relações Internacionais. Este artigo é fruto dos seus diversos enfoques regionais no momento de contemplar a realidade histórica.

"Nuestra actitud vital también es historia. Quiero decir, los hechos históricos no son el mero resultado de otros hechos, sino de una voluntad singular, capaz de regir dentro de ciertos límites su fatalidad." Octavio Paz, *El laberinto de la soledad*.

1. Introducción

La importancia de la figura de Carlos Sempat Assadourian para comprender su aportación a la economía colonial es tal que en la esfera académica de América Latina encontramos multitud de referencias a su obra, reseñas e, incluso, asignaturas dedicadas a su trabajo en universidades como la Plata. Sin embargo, en España su figura suele ser ignorada. Algo, creemos, significativo, ya que sus enfoques e interpretaciones han resultado ser sino determinantes, sí al menos clave, por ejemplo, para poder comprender la inserción del indígena en el sistema de mercado de mediados del siglo XVI. Más aún si se quiere desentrañar la política exterior Habsburgo, cimentada en su mayor parte en la extracción de plata americana (Parker, 1996, 1998 y 2010; Stradling, 1988; Elliott, 1990; Nogal, 1997, entre otros). Por eso mismo es, cuando menos, sorprendente la escasa presencia del trabajo de Assadourian en una parte de la historiografía europea si atendemos a la importancia de la inserción del indio en la esfera colonial más allá de la simple extracción física del preciado metal.

Cuando en algunas de las universidades españolas se estudian los siglos XVI y XVII el enfoque que generalmente se aplica hacia la América hispánica es el de un mero centro productor de materias primas vinculado y dependiente de la metrópoli. En otras palabras: América únicamente ofrecía plata a la Península con el objetivo de satisfacer las demandas bélicas de una ambiciosa política exterior esencialmente europea. ¿Cómo se obtenía esta plata? ¿Qué consecuencias se derivaban de su extracción en los centros de producción? ¿En qué grado se vieron afectados los pueblos originarios? No profundizar en estas cuestiones de la experiencia colonial o no tener en cuenta, como diría Gruzinski, el choque de las dos "naciones" - indígena y europea (Gruzinski, 2002), impide comprender en toda su importancia, el proceso. No tanto en referencia al binomio metrópoli-colonia, como a las dinámicas internas de la estructura puramente colonial (Galarza, 2010: 14).

El trabajo de Assadourian es un reflejo de lo que supone el pensamiento latinoamericano; heredero de las bases epistemológicas europeas, de la ilustración, el romanticismo o el positivismo. La singularidad del pensamiento latinoamericano con respecto de su matriz europea es la necesaria capacidad de adaptación a una problemática diferente, descubriendo la particularidad de la realidad regional. En este sentido es importante subrayar esta "regionalidad" del pensamiento latinoamericano, pues la ausencia de un pasado nacional cercano y la necesidad de romper con la tradición colonial, empujaron a los investigadores a construir una forma de pensamiento supranacional. Aunque, al mismo tiempo, también se trataba de elaborar una intelectualidad nacional que contribuyese a la formación de los Estados-nación. Esta realidad entre renegar del pasado colonial y la necesidad de construir una identidad nacional va a caracterizar al pensamiento latinoamericano (*cf.* Zea, 1976). El trabajo de Assadourian es un ejemplo de la renovación que el pensamiento latinoamericano supone para el conocimiento. Las perspectivas con que aborda un tema tan estudiado por la bibliografía, como es el caso de la plata americana, y las reveladoras conclusiones a las que llega, creemos, lo ponen de manifiesto.

2. Assadourian y su aportación a los estudios coloniales

Si queremos acercarnos al trabajo de Assadourian no podemos dejar de lado u obviar su vida y trayectoria académica. De origen armenio pero nacido en Argentina, se vio obligado a cambiar de residencia en diversas ocasiones debido a las turbulencias políticas en el Cono Sur. De su país natal tuvo que exiliarse en 1966 tras el golpe de Onganía, al vecino Chile. El cual, no obstante, también abandonaría tras el golpe de Estado contra Salvador Allende. Aunque regresó de nuevo a Argentina, su estancia fue más bien efímera, terminando por instalarse finalmente en México. Esta “itinerancia” vital le dio la oportunidad de aproximarse a diferentes realidades del continente. De este modo, contribuyó a la construcción de una visión multilateral y de conjunto sobre la problemática del mundo colonial. Y es que, a pesar de su formación como historiador, su temprana producción científica se basó en fuentes cuantitativas. No fue hasta 1973 – su asiento en México – cuando comenzó a preocuparse por las fuentes cualitativas: crónicas, relatos de viajeros, informes reales, etc. (Galarza, 2010: 1-3).

La producción de Assadourian debe comprenderse en el contexto científico que busca explicar las causas del subdesarrollo y la dependencia del continente latinoamericano frente a la modernidad europea (Frank, 1970: 29-42; Marini, 1972; Dos Santos, 1973; Furtado, 1973). Pero en contraposición a las corrientes rígidamente marxistas que, en esencia, se centran en el estudio de los modos de producción, anclados en la dicotomía feudalismo-capitalismo, Assadourian centró su trabajo en la particularidad que supuso esta experiencia (Palomeque, 1994: 11-15; Stern, 1984: 104-114). Esta singularidad, según Assadourian, ha de buscarse en las contradicciones y adecuaciones resultantes de la idiosincrasia propia de la conquista española, que redujo la existencia de los pueblos originarios a una mera práctica de economía de subsistencia mientras que sus necesidades colectivas se vieron supeditadas a las cargas tributarias para el encomendero y al trabajo forzado. Al mismo tiempo, Assadourian destacó una serie de contradicciones, propias de un espacio donde el crecimiento económico no era uniforme sino que estaba basado en el desequilibrio. Desde la disputa por la mano de obra, causada por las recurrentes crisis demográficas (que a veces se gestionaban mediante migraciones forzadas amparadas en disposiciones legales), a las exigencias inherentes al mercado en sí. Por otra parte, encontramos genuino en el trabajo de Assadourian la aplicación de un método ya existente a una realidad diferente: la latinoamericana, alejándose de las problemáticas europeas y eludiendo una comparación entre las dos realidades (Romano, 1965; Maceda, 1968; Villalobos, 1965; Wolf, 1997; Florescano, 1979).

A mediados de la década de los setenta y con posterioridad, los estudios de Assadourian adquieren una perspectiva más amplia. En palabras de Silvia Palomeque: “mirados desde la dinámica de la sociedad indígena y el conflicto que implica la constitución del poder político que permite la conformación del sistema económico y colonial” (Palomeque, *Ibíd.*: 15). De hecho, su estancia en Chile acabó ligando a Assadourian con el trabajo de John V. Murra, que tan bien había caracterizado a través de los “microsistemas” la economía y sociedad andina en el contexto previo a la llegada española (Murra, 1975; 1978).

3. La producción de la mercancía en un contexto de desintegración regional

En nuestro parecer, uno de los trabajos más destacados de Assadourian se encuentra en “La producción de la mercancía dinero” (Assadourian, 1978: 9-56). En el cual nos ofrece una visión de la incidencia del mercado en las dinámicas internas del espacio colonial. Según el autor, la formación del mercado interno estaba condicionada por el consumo de las mercancías que realizaban los mineros indígenas. Asimismo, también expone los enormes

cambios que se producían en el sistema de propiedad de la tierra y de qué modo se lograba obtener trabajo excedente de la población indígena campesina. Esto es la consecuencia “de la relación articulada que existe entre el crecimiento de la producción minera y la circulación de mercancías agrarias en el mercado interno” (*Ibíd.*: 12 y ss.). Todo ello en el contexto de la nueva economía colonial basada en la minería de veta a gran escala, cuyo máximo exponente se reflejó en la explotación del cerro de Potosí.

Este trabajo es de vital importancia al menos por tres razones. La primera, porque arroja algo de luz sobre el complejo proceso de coerción aplicado sobre los indígenas por parte de la Corona. Una coerción, en primer término, de carácter económico (a través de impuestos, tiempo y trabajo); y también extraeconómica en tanto en cuanto la inserción del indígena en el sistema colonial suponía la desintegración progresiva del modelo social comunitario. En segundo lugar, cabe destacar el verdadero significado que adquirió este espacio para el feliz desarrollo de la ya citada política exterior de la monarquía Hispánica. Y en tercer lugar, porque se alcanza a comprender las consecuencias que esta dinámica tuvo para la propia realidad indígena: una dependencia progresiva y exponencial del sistema colonial español al tiempo que se abandonaban los modelos de vida tradicionales.

Por otro lado, Assadourian recupera la figura del Virrey Francisco de Toledo (1515-1582), “a quien cabe el mérito de haber desarrollado o puesto en práctica muchas ideas flotantes respecto a la conformación orgánica del sistema colonial” (*Ibíd.*: 28). Gracias a sus reformas –en especial a los mecanismos impuestos que extraían fuerza de trabajo de los núcleos poblacionales indígenas para las minas, o la monetarización de la renta de la encomienda-, hacia 1576, Potosí despega en su volumen de producción alcanzando niveles, por aquel entonces, inimaginables (*Ibíd.*: 34 y ss.).

En cualquier caso, y dejando a un lado a Francisco de Toledo, debemos alejarnos de la visión de un Estado hispánico “hacedor de la estructura colonial”. Y es que, en cierto modo, su política se planteó hacia una estructuración interna que coadyuvase en el desarrollo de conexiones con otros espacios. Debido a este hecho se puede explicar la consecuente política de encuadramiento: la jerarquización de Lima, único punto de entrada y salida del espacio; la oclusión hacia el Atlántico portugués; la resistencia y negativa al entronque con el circuito Veracruz-Manila o la regulación estricta de las relaciones de intercambio con otros espacios coloniales de la América hispánica (Assadourian, 1972: 21).

Por tanto, a través de su trabajo, Assadourian aprehende la recuperación de la realidad interna colonial frente al complejo protagónico que otros estudios europeos asumían para con la metrópoli. No deberían, por tanto, resultar sorprendentes las críticas vertidas sobre estos posicionamientos por parte de los teóricos de la dependencia. No obstante, creemos que inteligentemente, Assadourian, no niega explícitamente la existencia de una dominación y subordinación de la colonia hacia la metrópoli.

Hacia comienzos del siglo XVII la América hispánica estaba dividida en un complejo sistema administrativo y territorial que determinaba la producción económica. Cada uno de los territorios se especializaba en uno o más productos siempre supeditados hacia el intercambio, favorable a la metrópoli. Siguiendo una línea causal, estas entidades territoriales pasaban a formar parte de un engranaje que respondía a la “especialización regional del trabajo” que tanto beneficiaba a los intereses de la corona al mismo tiempo que, mediante un complejo sistema jurídico-legal, garantizaba la exclusión mutua de los diferentes eslabones de la cadena económica colonial.

Estos dos trabajos deben comprenderse también con el publicado en la revista *Cuadernos de Pasado y Presente* de 1973 sobre modos de producción en América Latina. En palabras de Jorge Gelman uno de sus artículos más decisivos a la hora de

[...] destruir algunas de las hipótesis centrales de la escuela de la dependencia. [...] No solo (*sic*) por las estocadas mortales que da a las interpretaciones de Gunder Frank y otros sobre el comportamiento de las economías latinoamericanas coloniales y post-coloniales, sino porque es el único que ofrece una alternativa interpretativa que iba a producir una verdadera revolución historiográfica y desencadenar una oleada de trabajos sobre las economías regionales americanas. (Citado en Gelman, 2012: s.n.; *vid.* Assadourian, 1973: 47-82)

4. Trabajos posteriores

A partir de entonces y aunque nunca abandonó estas perspectivas, Assadourian comenzó a acercarse a la sociedad colonial a través de las fuentes cualitativas previamente citadas. En este caso las “visitas”. A la conclusión que llega tras esta renovación heurística es que la conformación de la sociedad colonial distaba de ser la que tradicionalmente se había presentado como homogénea. Más bien en un sentido diametralmente opuesto, nos descubre una sociedad con múltiples actores ante la cual los primeros españoles van a tener que lidiar, complicando este proceso. Esta heterogeneidad se ve reflejada en los conflictos militares, políticos o étnicos. A la cual, Assadourian llega tras la confrontación de la etnohistoria – compilada gracias a la relación de “visitas” – con el análisis de las economías campesinas (Palomeque, 1994: 14). En este sentido, resulta pertinente recuperar la estancia de Assadourian en Chile, donde profundizó en sus trabajos relativos a las sociedades indígenas andinas -ya citadas. Sobre todo en lo referido a los conflictos políticos en el contexto “de la transición del Tawantinsuyu al sistema colonial andino” (Baracs, 1995: 195).

Esta revelada heterogeneidad no solo estuvo presente en el mundo indígena, sino que también se manifestó dentro de las instituciones hispánicas. Frente a las políticas de dominación indianas el padre Bartolomé de las Casas, al frente del partido indio, va a impulsar una serie de reformas dentro del mundo colonial amparadas por valores morales. Estas reformas van a ser bien recibidas por la corona que observa como las elites indígenas se muestran más dispuestas a participar dentro del nuevo marco instaurado por la influencia lascasiana. Assadourian va a mostrar especial preocupación en descubrir el porqué de la identificación indígena con las teorías del padre Las Casas (*Ibíd.*: 195-196; *cf.* con el clásico debate Hanke-Keen en Martínez, 1991: 145-196).

5. Assadourian y la historiografía modernista

En el marco de la historiografía europea, durante las últimas tres décadas, se ha ido vigorizando una historia económica y social de especial interés por las estructuras fiscales y crediticias, y sus inherentes repercusiones. Caso destacado es el de la monarquía Hispánica por su especial protagonismo en la aventura colonial: se ha puesto de manifiesto desde la precocidad del sistema fiscal hispánico a la gestión burocrática y el acceso al mercado internacional de capitales privados. Sin poder obviar todo aquello relativo a las flotas de Indias, la plata americana, las implicaciones de la misma para los precios y la importancia que esta plata suponía para las empresas, tanto internas como externas, de la corona Hispánica (Hernández, 1998; Zamora, 1998; Salas: 2003; Rey Castelao, 2004; García, 2006).

A partir de aquí, comenzó a indagarse en la gestión, las relaciones de poder y el comportamiento institucional así como el funcionamiento de una administración que se asentaba en el reparto de funciones entre los poderes públicos y los intereses privados. En esta vía hay que destacar al ya citado Carlos Álvarez Nogal y sus estudios sobre la relación existente entre los metales preciosos, los banqueros y la monarquía de Felipe IV. Desentrañando las características más señaladas del mercado de crédito establecido entre la administración real y estos hombres de negocios; cuantificando los metales llegados, los distintos tipos de fondos y los mecanismos para distribuirlos. Además, también analiza la

evolución del sistema de flotas, las bancarrotas, el deterioro que éstas causaban en las relaciones de la Corona con los banqueros y los motivos que movieron a éstos para permanecer en ese mercado.

Igual de importante han sido las cuestiones ligadas a la deuda, al mundo de los banqueros y mercaderes arrendadores, suspensiones de pagos, medios generales, etc. temas de lo más prolíficos. Así como los constantes negociados de la Real Hacienda para con el suministro de crédito por parte de los diferentes grupos financieros (*vid.* por ejemplo Lapeyre, 1955; Martín, 1990; Sanz Ayán, 1990). Ciertamente, no hay que olvidar que la política tanto interior como exterior de la monarquía Hispánica no se podría entender prescindiendo de estos individuos: genoveses y portugueses.

No obstante, en la práctica totalidad de estas obras se obvia el trabajo previamente citado de Assadourian. ¿A qué se debe esta ausencia? ¿Se debe a una falta de comunicación entre dos espacios académicos? ¿Acaso a un desinterés en virtud de sus connotaciones marxistas? Interrogante, este último, que nos conduce unívocamente a la sempiterna cuestión metodológica: ¿dos perspectivas diferentes del *faire de l'histoire*? (Moradiellos, 2001; 2005) ¿Historia institucional versus historia social?

En nuestra opinión no podemos responder a estas cuestiones de forma categórica o definitiva. Por un lado, debemos señalar que la historia de las instituciones aporta un andamiaje de extrema utilidad a la hora de comprender los complejos mecanismos que condicionaban e influían en la realidad y devenir histórico de las personas. Pero, por otro lado, a pesar de este necesario servicio, esta perspectiva ontológica ignora en muchas ocasiones la esencia más elemental de todo estudio sociohistórico. Esto es, la propia realidad humana. Creemos que uno de los principales aportes de Assadourian es una visión multidisciplinar que permite acercarse a la realidad histórica en su totalidad. En otras palabras: de nada sirve analizar y comprender la procedencia de las elites coloniales, de los perfiles sociales de los banqueros, de las políticas reales, etc. Si no se comprende también la figura del indígena. No solo cómo se veía afectado por las instituciones sino también cómo éstas se veían alteradas por él, es decir, su capacidad de agencia (Wolf, 1997).

Siguiendo esta línea discursiva, del trabajo de Assadourian podemos comprender cómo una sociedad o sociedades con un marcado carácter comunal son fragmentadas y desmanteladas en un paulatino proceso de individualización a través de una determinada política económica (reformas del virrey Toledo). De este modo, podemos entender las consecuencias sociológicas y antropológicas, esta ruptura de una idiosincrasia, de un universo mental que es alterado profundamente y acaba por reforzar el individualismo propio de las sociedades de mercado. Alejándose así del colectivismo solidario, como tan acertadamente definió Octavio Paz en su *Laberinto de la soledad*.

Quizá el punto de inflexión radique en considerar cierta apertura ontológica y epistemológica. En abandonar la crónica endogamia científica monocroma. Es posible hacer una historia económica que profundice más allá de los aspectos meramente institucionales. Una historia económica que también aborde cuestiones sociales, que incluya aspectos sociológicos, antropológicos y etnológicos. El hacer histórico no es ni unívoco ni unidireccional. En un proceso de relación constante, las instituciones afectan a los individuos, pero los individuos también afectan a las instituciones. En definitiva: un hacer histórico que ofrezca una visión transversal de la realidad. La “parcelación” estanca de los estudios históricos, la dominación de unas perspectivas en detrimento de otras a la hora de hacer la “gran historia”, acaba con cualquier concepción multidisciplinar –como consideramos que es la de Assadourian- en las Ciencias Sociales.

6. El anónimo del yucay a través del espejo: entre África y América Latina

En el *Anónimo del Yucay* se mostraba cómo los indígenas debían estar agradecidos por la ambición de metales preciosos que padecían los españoles, ya que con ellos también viajaba la Fe (Assadourian, 1972: 9). En cierto modo, y sin ánimo de caer en postulados “presentistas”, lo cierto es que las despertadas actitudes post-coloniales del mal llamado “occidente”, al igual que ocurrió en el siglo XVI, también llevaron consigo implícita una ontología económica y política determinada. Los recursos naturales de algunos países latinoamericanos y subsaharianos han supuesto intervenciones (muchas de ellas recientes), en mayor o menor medida, que han alterado las realidades económicas, políticas y sociales, al igual que ocurrió con el mercado interno colonial.

En el caso latinoamericano, desde los años ochenta del siglo XX -tras la experiencia chilena iniciada en 1973 (y obviando los casos previos de intervención directa sobre todo en el área del caribe), el neoliberalismo ha dominado los cauces políticos y económicos, implantando importantes modificaciones y afectando de forma especialmente traumática al mundo rural (especialmente a las pequeñas explotaciones agropecuarias). La llegada de transnacionales al mundo rural latinoamericano a través de los despachos presidenciales supuso cambios de propiedad, arruinando y endeudando a los pequeños campesinos. E introdujo nuevos cultivos no tradicionales, de carácter agroindustrial, como la soja o los agentes transgénicos (Giarracca, 2003: 257).

Como si de un *dejavú* se tratase, los cambios estructurales y la ruptura de los ritmos sociales propios del continente se produjeron a lo largo del mundo rural latinoamericano, de forma similar a como la llegada europea al continente transformó las dinámicas tradicionales del mismo. También la dominación y subordinación advertida por Assadourian para el mundo colonial va a estar presente en las nuevas dinámicas globales, ya que la injerencia va a modificar y reajustar las producciones latinoamericanas en función de los intereses de las potencias hegemónicas.

La llegada de las transnacionales al subcontinente latinoamericano supuso la conversión de los productos agrícolas básicos en una fuente de riqueza. Esto solo fue posible mediante la desestructuración de los mercados alimenticios globales gracias a la sobreproducción. Los grandes beneficios agroindustriales de las empresas extranjeras se obtuvieron, en connivencia con los gobiernos, a costa de la marginación de campesinos y agricultores locales, abandonados a la supervivencia. Mientras esto sucede en el interior de los diferentes estados, a nivel global los países latinoamericanos se convirtieron en dependientes de alimentos básicos, obligados a pagar el precio de un mercado siempre volátil. Así se profundizó la dominación y subordinación de la región hacia el bloque económico hegemónico (Rubio Vega, 2002, 2007). Del mismo modo en que Assadourian nos muestra que los indios se vieron obligados a producir aquello que demandaban los colonos y a comprar sus bienes de consumo, ahora los países latinoamericanos se ven obligados a satisfacer las demandas del mercado. Por eso, aún cinco siglos después de su redacción, podemos defender la vigencia del *Anónimo del Yucay*.

Siempre salvando las distancias espaciotemporales, podemos encontrar un cierto paralelismo o analogía con lo ocurrido en el continente africano, especialmente en su vertiente subsahariana. Como bien demostró Frederick Cooper hace pocos años, los gobiernos coloniales en África se vinieron abajo no tanto por un asalto al poder bien definido por los colonizados, sino más bien porque el sistema imperial se derrumbó desde dentro. Una suerte de colapso en el que determinados africanos aprovecharon para incorporarse a las nuevas estructuras políticas basadas en una ciudadanía y una autodeterminación que permitían reivindicar más acceso al poder. Además, y lo que es más importante, que los africanos

alcanzaran la independencia política era una cosa. Pero la perpetuación de los viejos lazos económicos con las metrópolis coloniales y, en general, la relación económica de dependencia Norte-Sur, todavía seguía en marcha (Cooper, 2005, 2006; con Hibou, 1998, 1999; Diouf, 1999; Herbst, 2000).

A pesar de que economistas y líderes africanos apostaron por un discurso basado en la industrialización y la unificación económica como cura frente a la acentuada dependencia colonial que venía ahogando a muchos de los otrora prósperos campesinos desde hacía décadas, finalmente, algunos de ellos acabaron por coincidir en que la cooperación de las antiguas colonias con su metrópoli era la mejor opción para acabar con la dependencia. En este sentido, la trampa de las concesiones crediticias tuvo consecuencias graves, como la intromisión de las agencias internacionales (FMI, BM) y de los llamados “ajustes estructurales”. Durante los años setenta y ochenta el proyecto de desarrollo dio de bruces con la necesidad de la disminución del gasto público y la obligación de apertura a los mercados internacionales (Cooper, 2006). Al igual que señaló Assadourian en su momento para el caso americano, las propias características del espacio africano se vieron enormemente alteradas por las necesidades de un Estado colonial que recurría constantemente a la fuerza y la coerción sobre la población (Kopytoff, 1987). Pero, al mismo tiempo, este Estado se vio fuertemente condicionado por un territorio donde tradicionalmente había sido más fácil escapar de los gobernantes que enfrentarse a ellos (la célebre “primacy of exit” de Herbst). Las colonias nunca llegaron a ser el producto soñado por los imperios, debido a la carencia de medios y recursos que limitaron su capacidad de acción.

Ya en un contexto postcolonial, la cuestión minera va a ser de capital importancia. La entrada de empresas transnacionales supuso la exclusión del Estado del sector, la reducción de la soberanía y las subsiguientes contradicciones implícitas. La injerencia de estas empresas implicó la liberalización de las normas donde el Estado incentivaba las inversiones, a la vez que se veía obligado a replegarse abandonando cualquier actividad reguladora o de control. Al igual que reprodujo Assadourian (y tantos otros), este tipo de estrategia económica enriquece mucho a los dominantes y crea grandes problemas de sostenibilidad entre los dominados que, al mismo tiempo, se ven atrapados en la jaula del capital (Cooper, 2006).

Para nosotros, los historiadores, una estructura es indudablemente un ensamblaje, una arquitectura; pero, más aún, una realidad que el tiempo tarda enormemente en desgastar y transformar. (Braudel, 2007: 8)

Tras nuestra aproximación – breve y superficial – a la labor de Carlos Sempat Assadourian, esta necesaria metáfora arrojada por el imprescindible Fernand Braudel, se nos antoja inconclusa ya que atribuye al tiempo una función que en cierta medida, como creemos que supo reflejar este argentino de origen armenio, también pertenece a aquellos agentes y sujetos que fabrican la realidad histórica.

Referencias

Álvarez Nogal, Carlos (1997), *Los banqueros de Felipe IV y los metales preciosos americanos (1621-1665)*. Madrid: Banco de España. Servicio de Estudios.

Assadourian, Carlos Sempat (1972), “Integración y desintegración regional en el espacio colonial. Un enfoque histórico”, *EURE, Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, 2(4), 21.

Assadourian, Carlos Sempat (1973) “Modos de producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina”, *Cuadernos de pasado y presente*, 40, 47-82.

Assadourian, Carlos Sempat (1978), “La producción de la mercancía dinero en la formación del mercado interno colonial (siglos XVI-XVII)”, *Revista Economía*, 1(2), 9-56.

Braudel, Fernand (2007) “La larga duración en la historia y las ciencias sociales” en *relaciones Internacionales*, 1-36.

Cooper, Frederick (2005), “Postcolonial studies and the study of history” en Ania Loomba, Suvir Kaul, Matti Bunzl, Antoinette Burton y Jed Esty (eds.), *Postcolonial studies and beyond*. Durham: Duke, 401-422.

Cooper, Frederick (2006), *Africa since 1940. The Past of the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.

Diouf, Mamadou (1999), “Privatisations des économies et des États africains. Commentaires d’un historien”, *Politique Africaine*, 73, 16-23.

Dos Santos, Theotonio (1973), “The Structure of Dependence”, en Charles Wilber (ed.) *The Political Economy of Development and Underdevelopment*. New York: Random House.

Elliot, John Huxtable (1990), *El Conde-Duque de Olivares. El político en una época de decadencia*. Barcelona: Crítica.

Florescano, Enrique (comp.) (1979), *Ensayos sobre el desarrollo económico de México y América Latina (1500-1975)*. México D.F: Fondo de Cultura Económica.

Furtado, Celso (1973), “The Concept of External Dependence in the Study of Underdevelopment” en Charles Wilber (coord.), *The Political Economy of Development and Underdevelopment*. New York: Random House

Galarza, Antonio; González, Leandro (2010), “El “descubrimiento” del mercado interno colonial: Carlos Sempat Assadourian y sus aportes al conocimiento sobre las economías latinoamericanas”, en Antonio Galarza (comp.), *Debates y diagnósticos sobre las sociedades coloniales latinoamericanas*, Mar de la Plata: Cuadernos de Historia Social-Grupo de Investigación en Historia Rural Rioplatense (GHIRR), 95-120.

Galarza, Antonio (comp.) (2010), *Debates y diagnósticos sobre las sociedades coloniales latinoamericanas*, Mar de la Plata: Cuadernos de Historia Social-Grupo de Investigación en Historia Rural Rioplatense (GHIRR).

Gelman, Jorge (2012), “Una historia dada vuelta. Los aportes de C. S. Assadourian a la historia económica y agraria rioplatense”, *Nuevo Mundo, Mundos nuevos*, 12.

Giarracca, Norma (2003), “De las fincas y las casas a las rutas y las plazas: las protestas y las organizaciones sociales en la Argentina de los mundos "rururbanos". Una mirada desde América Latina”, *Sociologías*, 5(10), 250-283.

Gruzinski, Serge (2002), *The Mestizo Mind: The Intellectual Dynamics of Colonization and Globalization*. London: Routledge.

Herbst, Jeffrey (2000), *States and Power in Africa. Comparative Lessons in Authority and Control*. Princetown: Princetown University Press.

Hernández Hernández, Bernardo (1998), “Finanzas y hacienda en los territorios de la Monarquía hispánica. Revista de una década historiográfica, 1988-1998” en *Cuadernos de Historia Moderna*, 21, 267-326.

Hibou, Beatrice (1998), “Retrait ou redéploiement de l’État”, *Critique Internationale*, 1, 151-168.

Hibou, Beatrice (1999), “De la privatisation des économies à la privatisation des États. Un analyse de la formation continue des États” en Beatrice Hibou (dir.), *La privatisation des États*. Paris: Karthala, 11-68.

Kopytoff, Igor (1987), “The Internal African Frontier: The Making of African Political Culture”, en Igor Kopytoff (ed.), *The African Frontier: The Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 3-84.

Lapeyre, Henri (1955), *Une famille de marchands: les Ruiz. Contribution à l’étude du commerce entre la France et l’Espagne au temps de Philippe II*. Paris : Éditions de l’École des hautes études en sciences sociales.

Marini, Ruy Mauro (1972), “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, *Sociedad y Desarrollo*, 1(1), 35-51.

Martínez Baracs, Rodrigo (1991): “El debate sobre los modos de producción y la contribución de Carlos Sempat Assadourian”, en Ruy Mauro Marini y Mária Millán (Coords.), *La teoría social latinoamericana. La centralidad del marxismo*. México: El Caballito, 3, 187-226.

Moradiellos, Enrique (2001), *Las caras de Clío: una introducción a la historia*. Madrid: Siglo XXI.

Moradiellos, Enrique (2005), *El oficio del historiador*. Madrid: Siglo XXI.

Murra, John (1975), “El control vertical de un máximo de pisos ecológicos en la economía de las sociedades andinas”, en John Murra, *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 59-115.

Murra, John (1975), *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

Murra, John (1978), *La organización económica del Estado Inca*. México: Siglo XXI.

Palomeque, Silvia (1994), “Introducción. Homenaje a Assadourian”, *Anuario del IEHS* 9, 11-15.

Parker, Geoffrey (1996), “Felipe II y el legado de Cristóbal Colón”, en Rosario Villari y Geoffrey Parker, *La política de Felipe II. Dos estudios*. Valladolid: Síntesis, 53-105.

Parker, Geoffrey (1998), *La gran estrategia de Felipe II*. Madrid: Alianza.

Parker, Geoffrey (2010), *Felipe II. La biografía definitiva*. Barcelona: Planeta.

Rey Castelao, Ofelia (2004), “Los estudios sobre fiscalidad en la época moderna: ¿fenómeno historiográfico real o aparente?”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 13, 215-252.

Romano, Ruggiero (1965), *Una economía colonial. Chile en el siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Buenos Aires.

Rubio Vega, Blanca Aurora (2002) “Globalización y evolución de la exclusión social. Los impactos de la globalización sobre el campo mexicano”, ponencia presentada en el II Congreso mundial sobre desarrollo rural en el marco de la globalización. Laguardia: España.

Rubio Vega, Blanca Aurora (2007) “¿Hacia un nuevo orden agroalimentario energético mundial?”, *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, 26 y 27, 5-22.

Ruiz Martín, Felipe (1990), *Pequeño capitalismo, gran capitalismo. Simón Ruiz y sus negocios en Florencia*. Barcelona: Crítica.

Salas, Luis (2003), “La fiscalidad, el estado moderno y la historiografía nobiliaria: estados fiscales y nobleza castellana (siglos XVI y XVII)”, *Tiempos Modernos*, 8, 1-20.

Sanz Ayán, Carmen (1990), *Los banqueros de Carlos II*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid.

Stern, Steve (1984), “Nuevas direcciones en la Historia Económica de los Andes. Un diálogo crítico con Carlos Sempat Assadourian”, *HISLA Centro Latinoamericano de historia económica y social*, 3(1), 104-114.

Stradling, Robert (1988), *Felipe IV y el gobierno de España (1621-1665)*. Madrid: Cátedra.

Villalobos, Sergio (1965), *Comercio y contrabando en el Río de la Plata y Chile (1700-1811)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Buenos Aires.

Villari, Rosario; Parker, Geoffrey (1996), *La política de Felipe II. Dos estudios*. Valladolid: Síntesis.

Wolf, Eric (1997), *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de Cultura Económica.

Zea, Leopoldo (1976), *El pensamiento Latinoamericano*. Barcelona: Ariel.

“Outra vez não Vale a pena!” Um estudo de caso sobre a atuação dos megaprojetos de mineração em Moçambique e as reivindicações de participação cidadã feitas pelas comunidades afetadas¹

Fabrício Dias da Rocha²
fabricio13rocha@gmail.com

Resumo: Neste texto, por meio de dados coletados na província de Tete, de entrevistas e da observação participante, análise de jornais e espaços alternativos na internet, sugiro que a atuação em Moçambique dos Megaprojetos de exploração mineira, em especial da empresa de mineração Vale-Moçambique, estão a dar continuidade a uma lógica da monocultura da produção capitalista de cunho neoliberal e neocolonial, a perpetuar, por meio de uma monocultura do saber (Santos, 2002), pelo menos dois tipos de desenraizamentos: o desenraizamento de populações de seus territórios, e a exclusão dessas mesmas populações dos processos de decisão, inviabilizando o exercício de uma cidadania participativa. Ainda, procuro discutir se por meio da colonialidade do poder (Quijano, 2010) a ideia de desenvolvimento, aliada a cooperação, não reproduz atualmente lógicas do colonialismo, do planejamento centralizado pós-independência e do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que provoca silenciamentos e impede as populações locais de uma participação social emancipatória.

Palavras-chave: Cidadania participativa; Moçambique; Vale-Moçambique, Tete

Abstract: Using data collected in the province of Tete, Mozambique, through interviews and participant observation, analysis of newspapers and alternative spaces on the Internet, I suggest that the procedures of the Brazilian multinational mining company Vale-Mozambique, is currently continuing a logic of the monoculture of capitalist production with a neoliberal and neocolonial imprint in the 21st century Mozambique, and thus, perpetuating through a monoculture of knowledge (Santos, 2002) at least two types of uprooting: of the populations from their territories, and the exclusion of these populations of the decision

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Minería, fronteras y movimientos sociales transnacionales”

² Doutorando em Pós-colonialismos e Cidadania Global pelo CES-Coimbra; Mestre em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra (2010); Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará – Brasil (2008). Atualmente desenvolve estudos sobre reconfigurações identitárias de moçambicanos “brancos” em Moçambique, pesquisa ferramentas para exercício de cidadania participativa por populações afetadas por grandes projetos de desenvolvimento e questões relacionadas aos projetos de cooperação Brasil-Moçambique. Em trabalhos anteriores, desenvolveu pesquisa na área das migrações e no estudo da formação de identidades transnacionais em Portugal; na observação do desenvolvimento de estratégias de construção de cadeias produtivas artesanais locais no Perú; e na análise dos elementos que conformam as práticas e rituais de cultos religiosos amazônicos.

processes, disallowing the exercise of a participatory citizenship. Still, I try to discuss through the coloniality of power (Quijano, 2010), if the idea of development, allied with the notion of cooperation, do not currently reproduces the logics of colonialism, of centralized post-independence state and of neoliberalism, while intensifies silences and prevents rural populations in seeking an emancipatory social participation.

Keywords: Mozambique, Participatory citizenship, Tete province, Vale-Mozambique mining company

Introdução

O grande afluxo de capital para Moçambique nos anos 90 reordenou mais uma vez a lógica de governação do Estado na pós-colonialidade. Esta “nova” lógica esteve novamente pautada na alocação de grandes somas de capital estrangeiro na exploração dos recursos naturais por multinacionais através dos investimentos de corporações e “ajuda” de instituições supranacionais, e por meio de grandes incentivos fiscais e dividendos gerados para as pessoas à frente de instituições estatais.

Assente numa perspetiva histórico-antropológica, este artigo busca a princípio demonstrar como desde a crise do Estado centralizado, da abertura para o mercado nos anos 80, da suplantação a guerra civil e por meio do Plano de Ajustamento Estrutural dos anos 80/90 dirigidos pelo FMI e Banco Mundial, Moçambique, sob a salvaguarda do controle da inflação, dos gastos do governo e restrições fiscais englobadas no pacto de Bretton Woods, manteve uma lógica monetarista de inviabilização da real necessidade das populações mais afetadas pela guerra civil (Hanlon, 1997: 15), facilitando a atuação e exploração voraz dos grandes empreendimentos como os da Vale em Moatize, na província de Tete. Esta mesma empresa tem vindo a receber manifestações de repúdio de variadas entidades civis e mídias alternativas e a sofrer processos em várias partes do mundo, devido principalmente a sua forma de atuação *in loco* que, segundo as denúncias, desrespeita seus trabalhadores e as comunidades nas regiões onde se instala através de práticas laborais e comerciais pouco transparentes e salubres.

Dessa forma, findo os desacordos entre a Frelimo³ e a Renamo⁴ no campo ideológico e bélico após a assinatura do armistício em 1992, o governo moçambicano deu continuidade ao plano de privatizações do aparato estatal e ao projeto de concessão de terra para fins de exploração extrativista contidos também no PRE. Esta outra mudança paradigmática significou não apenas uma nova fase económica de exploração dos recursos naturais do território, mas também um outro ciclo de espoliação das populações que historicamente estiveram privadas e alheias aos processos decisórios. Entretanto, atualmente, diferentes setores da sociedade civil vêm-se organizando com intuito de sensibilizar e esclarecer um grupo maior de pessoas das comunidades afetadas pelos projetos de mineração, a exemplo da Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades (AAAJC), a respeito das

³ Frente de Libertação de Moçambique: grupo opositor ao regime português no período colonial e que realizou a independência moçambicana em 1975. Tornou-se um projeto político socialista de partido único para o país em 1977, adotando primeiramente uma economia centralizada.

⁴ Resistência Nacional Moçambicana: grupo armado constituído como oposição à Frelimo após a independência de Moçambique e um dos protagonistas da guerra civil moçambicana de 1975 à 1992.

responsabilidades das empresas, dos seus direitos como cidadãos moçambicanos e do papel do Estado como defensor dessas prerrogativas legais.

A presença da companhia Vale S.A no Brasil e em Moçambique: um breve histórico

A fundação da companhia de mineração, conhecida hoje como Vale, remonta a 1909, sob a denominação de *Brazilian Hematite Syndicate - BHS*, que extraía minério de ferro em Itabira, no estado brasileiro de Minas Gerais. Em 1942, o Estado brasileiro por decreto adquire a *Itabira Iron Ore Company* (ex-BHS) criando assim a Companhia Vale do Rio Doce. No Brasil, a partir da década de 80, a empresa Vale do Rio Doce em consórcio com a americana *US Steel* deu início a um agressivo processo de ampliação de suas plataformas de atuação com o desenvolvimento do projeto Carajás⁵ nos estados do Pará e Maranhão, sendo este projeto ainda hoje um dos seus principais ativos. Em 1997, inserida no Programa de Desestatização do governo de Fernando Henrique Cardoso,⁶ a empresa é privatizada. Em 2009, a companhia adota o nome fantasia e razão social Vale S.A.

Destarte, ao consolidar-se no mercado interno brasileiro, a partir de 2001 a empresa amplia seu foco visando o mercado internacional. Entretanto, somente com o advento do governo Lula em 2003 e seu plano de projeção do poder económico do Brasil, por meio de uma maior internacionalização das empresas nacionais e ampliação de acordos de cooperação intergovernamentais, que a empresa inicia efetivamente sua agressiva aposta internacional através da aquisição de congêneres no Oriente Médio, América Latina, América do Norte e Europa, despontando deste modo como grande investidor internacional.

A atuação da Vale em África dar-se-á a partir de 2004 em Moçambique, por meio do recebimento da concessão de prospeção e exploração mineira (exploração de carvão mineral) em Moatize, localizada na região centro oeste do país e a 80 km da fronteira com o Malawi. Dessa forma, com um contrato válido por 35 anos e uma taxa anual de extração de 26 milhões de toneladas de carvão mineral durante esse período. Em 2009 inicia o plano de reassentamento de 1365 famílias para duas áreas: Catembe, de características rurais, e 25 de Abril, com atributos urbanos; ambas localizadas no mesmo distrito.⁷ O deslocamento e reassentamento de mais de um milhar de pessoas criaram vários problemas de ordem social e ambiental para as famílias circunscritas na área de interesse do projeto, principalmente no que diz respeito à sua integridade cultural e física. Este feito gerou ainda empecilhos de cunho moral e ético para a Vale por motivos que iremos analisar mais adiante.

⁵ As atividades extrativo-exportadoras da Vale no Pará vêm desde 1985. A mina de ferro de Carajás localiza-se em Parauapebas, sul do Pará, e é a maior reserva de minério de ferro a céu aberto do mundo. Atualmente, dentre outros minérios, estima-se uma produção anual de cerca de 1,8 milhão de toneladas de ferro gusa, principal matéria-prima para a produção de aço (Dossiê Vale, 2010: 41).

⁶ De acordo com o dossiê criado pelo I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale (Abril/2010), “ainda que a justificativa do governo FHC para privatizar a Vale fosse reduzir a dívida pública brasileira, o valor pelo qual a companhia foi vendida não correspondeu a dois meses de pagamento dos juros da dívida vigente” (2010: 9).

⁷ Dados obtidos no Dossiê dos Atingidos pela Vale de 2010 e no Relatório de Sustentabilidade da Vale para o ano 2011. Cf. www.atingidospelavale.wordpress.com

A Vale e o reassentamento populacional: um pouco mais do mesmo

Com base em dados levantados pela ONG Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale,⁸ para além do deslocamento de famílias da área destinada à implantação da mina de Carvão de Moatize, a forma de desocupação de tal área não obedeceu critérios transparentes de consulta e indenizações às populações. Consoante a esse fato, segundo a ONG, houve indícios de desrespeito aos direitos culturais dos povos localizados na região, visto que além de removerem as pessoas da comunidade e as rearranjarem em outro espaço territorial, foi necessário proceder a exumações e traslado de corpos de pessoas e animais situados em cemitérios familiares ou em locais de culto de muitos dos reassentados. Esta ação, sob um julgo antropológico, caracteriza um desrespeito às crenças e aos hábitos formadores do *ethos* social daquela comunidade.

Um dos impactos sociais causados pelo deslocamento de pessoas para outros espaços reservados para reassentamento diz respeito à escassez de aparatos e meios produtivos e de manutenção da subsistência comunitária nos novos “lares”. Outro fator deletério que podemos destacar desse processo de remoção e mudança abrupta, está no desrespeito às lógicas de reprodução social intrínsecas a estes grupos, onde estão presentes os laços afetivos e de sociabilidade pautados principalmente na identificação com o local de nascimento e dos seus antepassados. Este tipo de dirigismo social, ainda tão presente na memória dos moçambicanos, alheia estas pessoas da decisão sobre seu futuro.

O caráter reacionário na atuação destes empreendimentos não é atual, nem no sentido do desempenho dessas empresas no âmbito mundial e muito menos no específico dessa atuação em Moçambique. Na verdade, durante todo o século XX, este país e grande parte de seu povo sofreram com as intervenções empresariais locais, tanto pelo capital privado de economia mista (primeiro por parte da empresa colonial e seus correligionários, e depois pelo capital estrangeiro de cunho neoliberal), quanto pelo Estado centralizado (no modelo socialista pós-independência) e também no tocante ao reordenamento das populações intra e extraterritorialmente.

Neste sentido, a violência ontológica decorrente da “linha abissal”⁹ se fundamenta pelos elementos que a compõem e em acordo com suas respectivas funções: o exercício da intransigência no desenraizamento de populações rurais dos seus territórios de origem, na consequente apropriação (mais não sem resistências ou, às vezes, cumplicidade) de sua força de trabalho que culminou na eliminação de formas próprias de produção e reprodução do bem viver nessas zonas.

Cabe ressaltar que no contexto do projeto colonial não se perspectivava uma ascensão social da classe subalterna – neste caso os autóctones negros – a um patamar de igualdade ao branco colono, mas sim a manutenção dos mesmos no quadro de subjugação e exploração capitalista planejado pelo regime. Entretanto, após a derrubada do modelo colonial, a nova administração no poder visava aparentemente uma mudança radical nos padrões de produção

⁸ No Brasil esta ONG promove caravanas e passeatas de protesto contra a Vale pelos estados brasileiro onde a mesma detém projetos. Sobre os deslocamentos de famílias em Moçambique, dentre outros assuntos relacionados conferir: <http://atingidospelavale.wordpress.com/2010/04/14/despejos-e-desrespeito-cultural-em-mocambique/>

⁹ Para Boaventura de Santos (2010) essas linhas estão assentes no pensamento moderno ocidental ou abissal e constituem-se em distinções invisíveis que produzem inexistências do outro lado da linha.

económica e reprodução social, baseada na elevação social dos povos subalternos e capitaneada pela ideologia do “homem novo”.¹⁰

Com efeito, no contexto moçambicano pós-colonial, a construção de aldeias comunais¹¹ compunha o cerne da política da Frelimo para o meio rural, devendo as mesmas estarem assentes na produção coletiva, isto é, nas cooperativas e nas empresas estatais. A convocação política para estas áreas processava-se com promessas de apoio na edificação das casas próximas aos serviços que havia nas aldeias, como, por exemplo, o posto de saúde e assistência sanitária, escolas, abastecimento de água, comércio, etc..

A execução das aldeias comunais foi perspectivada única e exclusivamente como uma alteração física do lugar de residência, sem se considerar mudanças e transformações que tal alteração acarretaria nos ordenamentos lógicos inerentes às convenções produtivas e relacionais de grupo, nas práticas económicas e sociais cotidianas, no saber local, na organização socioespacial das famílias, no processo intercomunitário das trocas materiais e simbólicas, nos rituais e cultos locais aos antepassados, enfim, em toda uma gama de costumes e práticas socioculturais que foram indiscriminadamente inviabilizadas e, ao mesmo tempo, invisibilizadas.

Essa ação arbitrária perpetrada pelo Estado socialista, a qual foi também patente no Estado colonial, de certa forma concentra os pressupostos para a crítica à monocultura do saber, i.e. crítica à exclusividade da cientificidade ocidental (neste caso socialista) e da “alta cultura” *versus* os outros saberes, que significam incultura e atraso (neste caso os saberes rurais). Esta negação do outro contido na monocultura do saber, e o apelo à uma ignorância douta ou a uma sapiência bancária¹² e dualista, por mais pragmática e realista que seja, contém em si os elementos epistemológicos para trilhar o caminho para o seu isolamento. Neste sentido, é necessário termos em conta que uma ecologia dos saberes concebe e permite a identificação de outros saberes invisibilizados e desacreditados, partindo do pressuposto de que todos os saberes são uma superação de uma ignorância (Santos, 2006 e 2010).

Praticamente todos esses processos se constituíram em deslocação e centralização de povos em agrupamentos maiores que, segundo Borges Coelho (2004: 198), decompueram as comunidades e lhes retiraram sua arma estratégica elementar: a resposta aos reveses climáticos, ou seja, “a ligação ao território e o ordenamento disperso” e a sua reprodução social enquanto comunidade dotada de juridicidade própria.

Neste sentido, Mosca explica que ambos, o Estado colonial e a Frelimo, concederam grande importância ao papel do Estado na infraestrutura produtiva. A despeito das assimetrias de posse dos meios de produção no “setor moderno” (privado primeiro e público depois), estes modelos não alteraram substancialmente as condições de vida dos trabalhadores camponeses e de grande parte da população, chegando a deteriorarem-se mais no período pós-independência (Mosca, 1999: 105).

Na atualidade, com a abertura para o mercado transnacional, o papel do Estado ainda é de suma importância, principalmente como propiciador da inserção de multinacionais no país e catalisador de investimentos e ajuda externos. Contudo, a ingerência do capital estrangeiro, neste caso o capital brasileiro através da empresa Vale, sob o auspício do governo, propõe

¹⁰ Este “homem novo” compreenderia o indivíduo educado e disciplinado nos padrões ideológicos eurocentrados e que adequaria ainda o princípio económico da autossuficiência produtiva (Macgno, 2009).

¹¹ Agrupamentos idealizados pela Frelimo baseados na produção coletiva.

¹² Termo baseado na crítica à educação bancária do modelo capitalista (ausência de reflexão crítica no processo de ensino-aprendizagem) difundida por Paulo Freire (1994).

mais uma vez alienar as pessoas atingidas por este capital de uma vida digna e do poder de decisão sobre seu futuro e, ao mesmo tempo, continua a inviabilizar os conhecimentos e saberes detidos por essa população.

Neste sentido, vejo que a atuação do projeto da Vale pode ser considerada como uma continuação da monocultura da produção capitalista, porque em primeiro lugar exerce exploração de um único recurso (Carvão mineral), em quantidades elevadas, sem beneficiamento do mesmo e dirigido totalmente ao mercado externo. Esse fato significa uma exploração aos moldes coloniais onde as populações são deslocadas, o recurso é tirado e beneficiado noutra lugar, sem dividendos reais ao país explorado, e as decisões são centralizadas e atreladas a interesses e ao capital externo, seja sob o manto de investimentos, seja sob a forma de ajuda e doação internacional.

Todavia, estes atos que tendem a perpetuar as condições de subjugação e exploração das populações pelo poder económico (de cariz neocolonial) vem sendo atualmente contestados e questionados pelos diferentes grupos e organizações que lutam pelos direitos dos povos tradicionais e através dos novos canais de comunicação de massa. Esta prática de contestação pode ser considerada como uma tentativa de ação contra-hegemónica aos padrões estabelecidos, e o uso dos novos veículos de comunicação e mídia, ao exemplo da internet e seus fóruns de discussão, demonstra uma tendência ao exercício de um possível contradiscurso.

Ferramentas de contestação e resistência social: o caso da AAAJC

As associações de auxílio jurídico, as Ongs ambientais, e os veículos de comunicação alternativos prestam um serviço importantíssimo no sentido do exercício da contestação e do ativismo. No entanto, a reprovação às ingerências de cunho neocoloniais perpetradas por empresas multinacionais como a Vale-Moçambique, dá-se primeiramente a partir do descontentamento experienciado por aqueles que estão sob o seu julgo: as comunidades e os empregados locais da empresa.

Por sua vez, o megaprojeto da Vale, como representante do grande capital em Moçambique, tende a reforçar seu poder económico através da exploração do trabalho e do domínio da relação capital-salário assentado num discurso de inclinação hegemónica (*public transcript*),¹³ com base naquilo que Anibal Quijano chama de a “colonialidade do poder”:¹⁴ ou seja, a continuidade das relações de poder, exploração e acumulação capitalista entre estados-nação, forjada primeiramente por um “norte” (eurocentrado) sobre um “sul” global (eurocêntrico), que em nível do território moçambicano é viabilizada por uma elite

¹³ Conforme James Scott, os “transcritos públicos” sugerem “*a shorthand way of describing the open interaction between subordinates and those who dominate. The public transcript where it is positively misleading is unlikely to tell the whole story about power relations*” (1990: 2). E, ademais, “*the theatrical imperatives that normally prevail in situations of domination produces a public transcript in close conformity with how the dominant group would wish have things appear*” (*idem*: 4).

¹⁴ Segundo Quijano, “Colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da idéia de “raça”. Essa idéia e a classificação social baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política dentro do atual padrão de poder” (Quijano, 2002: 4. *Novos Rumos*, nº 37).

político-económica nacional eurocêntrica que, pela “participação nos lucros da empresa”, tende a conservar a subsistência desta exploração.

Por outro lado, podemos dizer que a reação a um modelo de subjugação da força produtiva local que desrespeita direitos trabalhistas e despreza as idiossincrasias, temporalidades e crenças locais, se inicia por meio dos “transcritos ocultos” (*hidden scripts*), os quais, de acordo com James Scott (1990), representam ações, gestos, práticas que confirmam ou contradizem ou modificam os discursos públicos das elites. Tendo seus semelhantes como audiências, estas ações são executadas pelas camadas dominadas longe do campo de visão dos titulares do poder, comumente no local de trabalho nas minas, nas residências (precárias construídas pela empresa), e buscam geralmente criticar e pesar as ações e as promessas não cumpridas ou parcialmente executadas pelos dominantes, neste caso a Vale e o governo. Sendo assim, percebemos que as pessoas afetadas pelas ações mal coordenadas pela empresa estejam constantemente, por meio da infrapolítica,¹⁵ a analisar suas situações (condição de habitação, salubridade, etc.) e a dialogar entre si como forma de promover atos de resistência de maneira a propagar possibilidades de resposta.

Por outro lado, James Scott aponta que os “transcritos ocultos”, como atos de fantasia em meio à aparente conformidade e sob o “manto” da dominação, podem ser considerados uma forma de suprimir a fúria violenta da população explorada em favor de proteger os seus semelhantes (1990: 37).

Ao contrário de uma concepção generalizada nos estudos sobre as tensões sociais de massa, Jack Goldstone (*apud* Mendes e Seixas, 2005: 103) “argumenta que quanto mais democrática é uma sociedade maior será a probabilidade de existirem movimentos sociais e ações de protesto, muitos até de cariz violento”. Todavia, a importância de diferentes ferramentas e vias de contestação, [mídias alternativas, ONGs, Associações etc.] se faz menos em razão de se frear quaisquer ímpetus insurgentes [e talvez violentos], mas mais como forma de conter a hegemonia dos consensos propalados pelas ideologias corporativas instaladas no *mainstream* [estatal] midiático e em conluio com as elites locais (Downing, 2001: 18).

Neste contexto, a dominação de um grupo [neste caso a elite detentora da *Grand media*] sobre outro [os subordinados do capital corporativo] é constantemente ensaiada para inculcar nos subordinados a crença no poder do dominante e na sua superioridade *ad aeternum*. Do mesmo modo, devem convencer também os seus pares para que possam apreender e inculcar uma consciência [fantasiosa] de poder constante e ilimitado (Scott, 1990: 49). Em Moçambique, e em vários outros lugares da África e da América Latina, essa realidade subsiste como forma de controle das massas. Todavia, em ambos os continentes, para o desprazer dos conglomerados económicos globais, incipientes forças de informação insurgentes e contra-hegemónicas, e diferenciadas formas de resistência estão a aparecer, mesmo que timidamente, na ribalta dos jogos de influência (Rocha, 2014: 16).

Um outro meio de resistência dessas comunidades vem sendo buscar auxílio em agrupamentos sociais destinados para este fim. Este é o caso da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC). Esta última é uma associação da sociedade civil constituída legalmente em 2010 que tem, dentre outras coisas, duas funções principais: prestar assistência e apoio jurídico às comunidades e prestar apoio às comunidades na monitoria e resolução de conflitos. Tem ainda trabalhado para reunir um conjunto de

¹⁵ James Scott designa também por infrapolítica “a wide variety of low-profile forms of resistance that dare not speak for their own name” (1990: 19).

demandas das comunidades afetadas pelos reassentamentos (deslocamentos), e não somente, por meio de um corpo jurídico alocado na associação, e dar voz a essas demandas por meio de ações concretas de reclamações junto aos órgãos públicos competentes.

No caso dos reassentamentos da Vale, esta associação tem reunido reclamações de algumas pessoas da comunidade no tocante a precariedade das estruturas disponibilizadas: a) Casas com rachaduras recentes e inoperância do sistema de água; b) número ínfimo de fontanários para buscar água; e c) espaço reduzido ou nenhum espaço para as machambas, dentre outros motivos.

No primeiro semestre de 2014, estive pessoalmente no assentamento 25 de Setembro em Moatize por meio da AAAJC. Ao conversar com o Sr. João Tadeu,¹⁶ um dos colaboradores da associação de apoio, e em companhia com membros da comunidade, o mesmo disse-me que os problemas relacionados a precariedade de moradia não era culpa somente da Vale, mas também do governo pois a empreiteira que construiu as casas (as quais estavam cheias de rachaduras e infiltrações) é estatal, a CTA, e gerenciada pelo governo moçambicano. Disse que ouviu falar por pessoas ligadas a Vale que o projeto inicial que a Vale havia proposto era bem diferente daquele que estava ali construído, e que a empresa até queria fazer uma coisa melhor, mas que o governo como executor da obra fez algo bem diferente do planejado, pelo simples motivo de não usar todo o dinheiro que empresa havia repassado, e com um discurso de que as pessoas ali não precisavam de coisas como torneira, latrinas pois não tinham e nem nunca haviam usado em seus anteriores locais de moradia.

Segundo o Sr. Tadeu, o governo teria agido de má-fé (para ele um eufemismo para um ato tão corrosivo), e que eles recebiam o dinheiro da empresa com a obra já superfaturada, colocavam “a maior parte no bolso” e o que sobrava eles executavam a obra com o material disponível e de baixíssima qualidade [neste momento lembra que vai mostrar-me depois as rachaduras nas casas]. Reafirma que o governo tem muita culpa, pois era quem devia defender os interesses das comunidades, “mas é o primeiro a sacrificar a vida delas”, diz.

O discurso de culpabilização do governo não foi isolado, tive a oportunidade de ouvir outras vezes pelo País. Entretanto, esse sentimento de culpabilização não é um “apanágio” apenas do governo moçambicano, é referente a vários países, democráticos ou não. A despeito do governo ter sua parcela de responsabilidade no ocorrido, disse ao Sr. Tadeu que é preciso ter-se em conta que também era conveniente para a empresa que o governo fizesse o “trabalho sujo” enquanto a mesma lucrava com a extração do minério, e que se ela estivesse mesmo preocupada com situação das pessoas nas comunidades, ela própria deveria ter boicotado suas atividades enquanto não fosse levado a cabo as diretrizes assentes no contrato no que respeita a responsabilidade social da empresa.

Considerações finais

No continente africano do século XXI, Moçambique destaca-se entre os países que nos últimos anos têm capitado grandes investimentos nas áreas de serviços, de empresas e projetos estrangeiros de exploração energética e mineira, principalmente. Esta confluência de empresas transnacionais e capitais para o país tem gerado grandes riquezas e dividendos para o Estado. Contudo, este novo ciclo de crescimento, por meio dos auxílios externos, não deveria basear-se apenas na canalização destes recursos para o desenvolvimento de estruturas

¹⁶ Por ter recolhido esta declaração informalmente, preferi por usar um nome fictício.

para suportar e promover estes mesmos empreendimentos estrangeiros. Grandes empresas multinacionais como a brasileira Vale maximizam seus lucros através dos subsídios encontrados e obtidos nos países nos quais se instala, fazendo com que o custo de produção após o começo da exploração seja quase nulo. E conforme explica Carlos Castelo-Branco (2008: 3), o impacto da riqueza produzida pelos megaprojetos em Moçambique é proporcional ao grau de retenção e absorção de parte dessa riqueza gerada no país. Nesta aceção, através das políticas de incentivos e isenção de impostos pouco ou nada é reinvestido no país, postergando assim para abstração futura, investimentos em áreas essenciais como educação, moradia, saúde, etc, e basilares para prossecução da erradicação da pobreza.

Não obstante a inversão de gigantescos investimentos e incomensurável geração de riqueza no país, e a despeito do grau de envergadura destes projetos de extração de minério e energia no território, a pergunta que se deve fazer é a seguinte: em meio a tanto jorrar de recursos, quem são os reais beneficiários dos megaempreendimentos? Seriam as empresas e as elites locais [políticas e empresariais]? Seriam os cotistas das bolsas de valores localizadas nos centros do poder e beneficiários do fluxo de capital especulativo? Ou será que é aquela comunidade que foi desalojada e que agora vive em condições precárias na área destinada para o seu confinamento? A resposta pode parecer óbvia. Mas a verdade é que os beneficiários dessa “abundância maldita” e do “ciclo da orgia de recursos” (Santos, 2012)¹⁷ camuflam-se por meio de acordos de ajuda internacionais e tratados de cooperação para o desenvolvimento económico regional. Do mesmo modo, indigitam-se personagens, mas ninguém sabe ao certo quem são. As elites sempre quando questionadas parecem não entender a pergunta e apontam para o povo; as empresas quase sempre têm explicações matemáticas e económicas para confirmar suas perdas de produtividade; e a comunidade local, infelizmente está até agora na expectativa de que se concretize as promessas recebidas no momento de sua consulta.

Apesar da aparente cristalização dos eventos transformadores e do fatalismo das desgraças anunciadas, há atualmente no mundo mais ferramentas de transformação e reinvenção da realidade do que em qualquer outra época. Neste sentido, a sociedade civil organizada, despida de seu estoicismo utópico, buscando elevar seu espírito transformador por meio das possibilidades materiais compartilhadas, baseada no bem comum, mostra-se instrumentalmente apta para a realização desta façanha.

O caso da Vale em Moçambique pode ser considerado paradigmático unicamente pelo fato de ser uma grande empresa originada na periferia do sistema mundo, num país também periférico, porém passando por rápidas transformações [assim como outros emergentes], com aspirações imperialistas e inserido num mundo em profundas e céleres mudanças.

Dessa forma, terminado o paradigma colonial nos anos 70 pela via da independência, passando pela implantação e experiência malsucedida do socialismo em Moçambique (e noutros países africanos) e a adoção do capitalismo neoliberal no país nos finais dos 80/90, uma proposição que pode ser feita é que as formas de lidar com as diferentes *praxis* sociais e cosmogónicas relativas às comunidades rurais continuam, em grande medida, as mesmas. Através do discurso de um tipo de desenvolvimento, procedeu-se sempre a práticas estatais de remanejamento forçado (ou não) de comunidades camponesas inteiras de seus locais de origem, numa tentativa de ocultação e descrédito do “outro” como forma de um processo de

¹⁷ O artigo “A maldição da Abundância?” de Boaventura de Sousa Santos pode ser conferido em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5699

inviabilização das práticas e costumes (possivelmente) ancestrais. Tais ações, percebidas como a manutenção de uma colonialidade do poder, demonstraram e revelaram uma cegueira epistemológica que, por meio da elaboração da não-coevidade e da imputação de uma pecha de “atrasado”, produziu uma lógica atroz contida no discursivo do desenvolvimento de todas essas épocas, o qual choca-se brutalmente de frente com os conhecimentos, lógicas e cosmovisões dos povos sedentários ou nômadas das áreas onde pululam interesses empresariais, causando dessa forma o que Boaventura de Sousa Santos chama de um intenso processo de epistemicídio.

No tempo que passei em Tete, pude perceber que as pessoas esperam muito pelas benesses concedidas pelas empresas, mas que foram prometidas e propagandeadas muitas delas pelo Estado. Dentre estes anúncios, posso citar o aumento do emprego e da renda. Contudo, a cada ano que passa o setor que demanda mais mão-de-obra vai se encurtando, ou seja, o de criação das infraestruturas. O que é de se esperar é que quando toda estrutura para exploração for cem por cento concluída, não se precisará mais do que poucas dezenas de funcionários para apertar alguns botões e fazer rodar as máquinas totalmente automatizadas e robotizadas, acarretando a saída de milhares de funcionários, muitos destes jovens recrutados nos reassentamentos, e que lá estiveram nesses poucos anos.

Deste modo, visto que estes projetos de exploração têm uma data determinada para encerrar suas operações, a primeira pergunta que se pode fazer é: qual o destino dessa população quando o carvão acabar? E para onde vão a quantidade crescente de desempregados nos próximos anos se não tem mais machambas para trabalhar? Uma das respostas para esta controvérsia pode está no fortalecimento de vários setores da sociedade civil, mas com diálogo intenso e de forma a colocar suas agendas próprias em segundo plano e priorizando o interesse e a emancipação da maioria, e para que toda essa promessa de desenvolvimento não seja mais um grande buraco deixado na esperança daqueles que sempre esperam por um dia melhor.

Referências

Borges Coelho, João P. (2004), “Estado, comunidades e calamidades naturais no Moçambique rural”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento. Capítulo III.

Castelo-Branco, Carlos N. (2008), “Os mega projetos em Moçambique: que contributo para economia nacional?”, in Fórum da Sociedade Civil sobre a Indústria Extrativa. Maputo: S/P, 1-17.

Downing, John D.H. et al. (2001), *Radical Media: Rebellious Communication and Social Movements*. Thousand Oaks: Sage.

Hanlon, Joseph (1997), *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Moçambique: Imprensa Universitária UEM.

Mendes, José M. O.; Seixas, Ana M. (2005), “Ação coletiva e protesto em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127.

Mosca, João (1999), *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget. (Coleção: Estudos e Documentos).

Quijano, Anibal (2010), “Colonialidade do poder e classificação social”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 73-116.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), «Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63: 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.), *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.

Scott, James C. (1990), *Domination and the art of resistance: hidden transcripts*. Yale University Press.

Conservação da arquitectura e do ambiente urbano modernos: o jardim tunduru em maputo¹

Lisandra Franco de Mendonça,² Universidades de Coimbra (CES-III) e de Roma 'La Sapienza'
lisandramendonca@gmail.com

Resumo: O texto põe o enfoque no antigo Jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura, peça estruturante na composição do espaço urbano, que acompanhou a transição da antiga vila de Lourenço Marques para a moderna cidade portuária, capital de província, nas últimas décadas do século XIX.

Atualmente, reconhecida a sua importância como conjunto urbano e paisagístico (ver Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro; Lage e Carrilho 2010; *Projeto de Reabilitação do Jardim Tunduru* 2012 e *Plano Parcial de Urbanização de Maputo* 2014), quer pela sua antiguidade, quer pelo facto de se afirmar como o único jardim público no centro da cidade (Morais *et al.*, 2012: 80), é objeto de uma intervenção paisagística e arquitectónica abrangente. Não desmerecendo a necessidade de acudir a um espaço em constante metamorfose – com a manutenção corrente das espécies verdes, dos trilhos pavimentados, sistemas de captação, adução e distribuição de água, entre outros -, tornar-se-á evidente que a substituição dos vários elementos construídos e o aumento do volume edificado, ameaçam o equilíbrio visual do conjunto.

Como jardim histórico, produto e testemunho de formas de fazer e pensar humanos, o seu restauro deveria procurar a manutenção da boa leitura do documento e o usufruto sustentável do conjunto. Trata-se, afinal, de um repositório de cultura e de história - do saneamento da antiga vila, da permuta transnacional no campo da botânica e da arquitetura de jardins -, que pela sua importância tornou-se facilmente apropriável pelo poder, ao longo do tempo, para efeitos comemorativos - no IV Centenário da morte de Vasco da Gama (1924), na 1.ª visita presidencial à colónia (1939) e em coerência, no período pós-colonial, para a homenagem ao 1.º presidente, formalizada no monumento a Samora Moisés Machel (1933-1986), tendo suportado eficazmente apropriações sucessivas.

Palavras-chave: Maputo, Jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura, Jardim Tunduru

¹ Texto no âmbito do IX Congresso Ibérico De Estudos Africanos, em Coimbra, de 11 – 13 de Setembro de 2014, no Painel “Arquitetura e cidade nos PALOP’s: do moderno ao contemporâneo”.

² Doutoranda em 'Patrimónios de Influência Portuguesa' e em 'História e Restauro da Arquitetura' em regime de cotutela nas Universidades de Coimbra (CES-III) e de Roma 'La Sapienza'. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/ 73605/2010). Concluiu a especialização em 'Restauro dos Monumentos' na antiga Escola de Especialização em Restauro dos Monumentos da Universidade de Roma 'La Sapienza', com uma tese sobre restauro da arquitetura do vinténio mussoliniano: "Análise Histórica e Projeto de Restauro da Piscina Pênsil do Complexo do C.O.N.I., no Foro Itálico, Roma", sob a orientação do Professor Giovanni Carbonara (2001-2003) e a licenciatura em Arquitetura na Universidade do Porto em 1998. Desenvolveu atividade de projetista e no acompanhamento de obra desde 1996, autonomamente e em vários ateliers de arquitetura, em Portugal e em Itália. Desde 2010 desenvolve investigação sobre as particularidades (ideológicas, técnicas e materiais) inerentes à conservação da arquitetura e dos ambientes urbanos do século XX em contexto pós-colonial, com enfoque em Moçambique.

O Jardim da Sociedade de Horticultura e Floricultura

1. O Jardim Botânico

O tema do jardim botânico serve de argumento à exploração do espaço não como um “receptáculo “natural” ou neutro para objetos, imagens ou atos, mas resultado de um processo que o produz como tal”, mais precisamente como lugar “onde a comunidade ergue (ou onde lhe são erguidos) símbolos, imagens, monumentos, memórias, nos quais se revê” (Verheij, 2011: 13-14).

Podemos genericamente identificá-lo como o “lugar” do espaço social, o espaço de relações e atos sociais; tem assim uma dimensão política na medida em que (re)distribui relações sociais implícitas neste espaço. [...] Se projetar a cidade é pensá-la politicamente, naquilo e naqueles que representa, são as disciplinas artísticas da cidade – arquitetura, escultura, as artes ditas decorativas, desenho urbano, urbanismo... – que dão uma forma concreta a este espaço. (*ibidem*, 15)

Como refere Edward Said,

We live of course in a world not only of commodities but also of representation, and representations – their production, circulation, history, and interpretation – are the very element of culture. (Said, 1994: 56)

2. Antecedentes

2.1. A Sociedade de Horticultura e Floricultura e a secção de Obras Públicas: o arranjo urbanístico e o saneamento da vila nas últimas décadas do século XIX

A ideia de um jardim para Lourenço Marques surgiu em 1885 com a Sociedade de Horticultura e Floricultura fundada nesse mesmo ano.³ O objetivo da Sociedade era a arborização do pântano que separava a povoação da terra firme (Fig. 1) e a execução de um jardim (Longle, 1887:20). Armando Longle, condutor de Obras Públicas na província e promotor da Sociedade, refere que a Sociedade pretendia “tratar de todos os assumptos relativos à cultura no Districto, como saneamento por meio de plantações, fixação de dunas, introdução de plantas industriaes e uteis que p[udessem], [...] produzir uma nova fonte de riqueza publica” (Longle, 22 de julho de 1887). Referia ainda, que os trabalhos da Sociedade em Lourenço Marques tinham “continuado e de tal maneira” que por essa altura, “as mattas de eucalyptos principia[va]m a cobrir terrenos outr’ora encherçados [sic] e milhares de arvores de varias qualidades t[inha]m sido introduzidas” (*ibidem*).

³ “Há pouco tempo que os moradores de Lourenço Marques, reunidos a convite do Sr. Augusto de Castilho, resolveram pedir ao governo um terreno, afim de nele criar um jardim. A subscrição aberta entre eles deu logo uma importância bastante elevada. O Governo de Lisboa consultado respondeu aprovando não só essa ideia, mas fazendo-a sua, e declarando que ele mesmo promoveria esse melhoramento sem recorrer á subscrição. Infelizmente as cousas não passaram d’aí e o jardim não se fazia. Tempo depois, quando recolheu a segunda expedição de estudos do caminho-de-ferro no Transval, foi novamente submetida a mesma proposta aos habitantes reunidos na residência do Governo. Devia chegar dentro em pouco, nomeado Governador-geral, o Sr. Augusto de Castilho, e era de presumir que não recusaria o seu apoio a uma instituição que ele mesmo tinha promovido enquanto deputado. Efetivamente, sendo decidida a criação do jardim, fizeram uma subscrição que foi bastante avultada, pois que muitos contribuíram com quantias não inferiores a dez libras; [...], e do governo provincial obtiveram uma verba de 450\$000 réis ao mesmo tempo que uma faixa de terreno suficiente.” (Longle, 1887: 27-28)

O saneamento da povoação era uma preocupação antiga, mas só com a chegada da expedição das Obras Públicas (em 7 de Março de 1877) se puderam ultimar trabalhos necessários a esse fim.⁴ A “PLANTA GERAL COMPREHENDENDO, Planta da nova povoação, Projecto de esgôto do pantano, Progeto de melhoramentos na povoação antiga e porto”, de 1878 (cf. Morais, 2001: 76) e o “PLANO do projectado esgoto e aterro, do PANTANO DE Lourenço Marques, por S. T. HALL, Dezembro 1886. Cópia de Augusto de Castilho. Escalla do Plano e Secção Horizontal 200 pés, vertical 10 pés” (AHM cota D1.03/2021), registam os primeiros traçados do esgoto do pântano, levado a cabo a partir de meados de 1877, e que se arrastou, com grandes dificuldades humanas, técnicas e orçamentais (cf. Machado, 1881: 31-32; 47-52) até às primeiras décadas do século XX (cf. Galvão, 1920:18-21). Um sofisticado sistema de valas guarda-mato, junto ao sopé “das colinas, passaram a recolher águas despejadas pelas nascentes e transportadas ao coletor central por valas de derivação, passaram a ser despejadas ao mar” (Lima, 1968: 48). O “Estudo do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques”, do engenheiro Cerdeira Soeiro – a cargo da expedição do Conselheiro Mariano de Carvalho⁵ –, descrevia bem a condição dos terrenos baixos nas imediações da povoação:⁶

Estes terrenos [do Maé] eram alagados pelas águas salgadas até à construção do dique marginal em que assenta o caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transval, e neles se acumulavam também as águas doces da encosta da zona alta, que, formando fontes no sopé, vinham misturar-se com as salgadas, originando um pântano misto de consequências bem perniciosas para a salubridade da população. (Soeiro, 1895: 5)

⁴ Nos anos imediatos à chegada da expedição das Obras Públicas, procederam-se a inúmeros estudos que interessavam o saneamento da povoação, nomeadamente, o levantamento da Planta de Lourenço Marques, o projeto de enxugamento do pântano do Maé, estudos do traçado do caminho-de-ferro de Lourenço Marques ao Transval, entre outros, ver Machado, 1881: 44-45. As obras do caminho-de-ferro, permitiram enxugar uma área considerável a montante da povoação, cf. Soeiro, 1895: 5. A construção do “esgoto de pantanos” iniciou-se em 24-5-1877, segundo capítulo referente do “Mappa dos trabalhos executados no mez de janeiro de 1879, Obras Publicas da Provincia de Moçambique”. AHU, Moçambique Cx. 1387/1L.

⁵ Mariano Cirilo de Carvalho “Ministro de Estado honorário, antigo deputado da nação, lente da Escola Politécnica de Lisboa”, foi encarregado de, “na qualidade de comissário régio, fazer os estudos necessários nas Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique para a organização administrativa e económica do Ultramar”, decreto de 24.5.1890, publicado no Diário do Governo, de 27.5.1890, 1193.

A expedição de Mariano de Carvalho a Moçambique, teve “[...] em atividade três brigadas [...], uma no Ibo para estudo e pesquisas de carvão, outra em Inhambane para estudos agrícolas e outra em Lourenço Marques para estudo de saneamento e outros diversos assuntos, [...]” Manuel Moreira Feio, *O Popular*, 25.10.1905 cit. in Paixão, 1965: 4-5.

Para a composição da equipa de Mariano de Carvalho, em Moçambique, ver Borges (2011: 88).

⁶ Apesar do empenho nas obras de enxugamento e aterro da baixa do Maé, a área permaneceu, até à primeira década do século XX, com uma enorme superfície sem escoante, a uma cota inferior à do nível do mar (Longle, 1887: 14), onde as águas continuaram a acumular-se (Soeiro, 1895: 5). O custo implicado no saneamento de uma área daquela dimensão, obrigou a protelar sucessivamente o movimento de terras necessário para o realçamento da área, executado em empreitadas parciais. Segundo António Enes, em 1895, pouco “[...] se havia feito do lado do pântano do Maé, que, todavia, também já estava dividido em ruas e quarteirões... no papel-tela. O [...] casario particular da cidade, apesar da míngua de terreno, parou aquém, enfileirada à espera que a engenharia e a ciência financeira resolv[essem] o problema de secar, consolidar, sanificar alguns milhões de metros quadrados de lameiros pestilenciais com os recursos disponíveis de um município que t[inha] 80 contos de réis de receita anual, ou de uma província que costuma[va] ter centenas de contos de défice orçamental.” Ennes (1945: 33-34).

Conformada a uma pequena língua de areia, Lourenço Marques⁷ apresentava, no último quartel do século XIX, uma condição muito símile à do presídio da Beira, fundado por essa altura, na foz do rio Pungué, separado da terra firme pelas águas salobras do Chiveve.⁸

O Governo entregou à Sociedade de Arboricultura e Floricultura um terreno,⁹ às portas da vila, com uma superfície total de pouco mais de treze hectares, “confrontando pelo norte com a Estrada da Ponta Vermelha; sueste, com o Cemitério dos Mouros; sudoeste, com a vala do esgoto, e noroeste, com a avenida projetada pela dita sociedade” (Santos, 1943: 62). O terreno era todo alagado na parte inferior, “o que junto à grande quantidade de detritos vegetais, dava uma terra humosa, riquíssima”, mas na parte mais alta era seco e arenoso (Longle, 1887:28). Por volta de novembro de 1885, a Sociedade deu início às obras: o terreno foi delimitado por uma cerca, o mato decapado, e trataram de enxugar a parte alagada por meio de drenos “n’um comprimento total de mais de 200 metros” (Longle, 1887: 28). Escavaram, na parte mais baixa, um lago grande sobre o pântano, abriram ruas e principiaram as plantações, mas, uma vez que as obras tinham iniciado já em plena época das chuvas, “só na gestão seguinte, é que se formaram os primeiros viveiros” (Longle, 1887: 29).

⁷ Cf. “A Survey of DELAGOA BAY or Lorenzo Marques [...]”, Owen 1833 vol. I; e o levantamento de “Lourenço Marques, em 1876, Escala 1: 5000”, executado pelo engenheiro Richard Thomas Hall, AHM cota 2002/D.25.

⁸ Em 14 de Junho de 1884 foi decretada a criação do posto militar de Aruângua (também conhecido por Pungué), considerado a porta natural para a pretendida pacificação e ocupação do território interior centro de Moçambique, segundo proposta da Sociedade de Geografia de Lisboa ao ‘Governo da Nação’, ver Costa, 1940: 60 e 231.

A instalação do posto militar na “Ponta Chiveve” “no interior de uma pobre paliçada de paus e matope, nas terras desabitadas do Bangoé, só viria a dar-se em Agosto de 1887.” Fernandes, 2010: 510.

Em 1892, o posto foi declarado povoação urbana e concessionado, juntamente com o restante território de Manica e Sofala, à Companhia de Moçambique, cf. Costa, 1940: 60; 62 e 231.

Em 1893, por iniciativa do major de engenharia Joaquim José Machado, à época governador-geral da província de Moçambique, foi delineada a primeira planta da Beira. A Beira conformar-se-ia, tal como Lourenço Marques, a uma matriz regular ajustada à configuração do espaço disponível.

Ver também, Cianotipo da Beira, ca. 1886, de Alfredo Augusto Freire de Andrade, consultado em 10.7.2014, em http://grandmonde.blogspot.com/2006_12_01_archive.html; e a carta do “Reconhecimento hydrografico da foz do Pungue e do Buzio, com parte do curso deste rio: província de Moçambique: Costa Oriental d’Africa/Commissão de Cartographia; levantado em Novembro de 1890, pelo guarda marinha Guilherme Ivens Ferraz. - Escala [ca 1:66000], 6 milhas [marítimas] = [16,90 cm]. - [Lisboa]: C[ompanhi]a N[acion]al Editora, 1891”, BNP cota cc-44-v, consultada em 7.9.2014, em <http://purl.pt/1594/3/>.

⁹ “[...] pela portaria n.º 367, de 15 de Novembro de 1885, publicada no Boletim Oficial n.º 47, de 21 do mesmo mês e ano, firmada pelo Secretário Geral José Joaquim de Almeida, em nome do Governador geral, nos termos do artigo 7.º do Regulamento de 10 de Outubro de 1865, foi dada a devida posse e feita entrega à Sociedade de Arboricultura e Floricultura do Distrito de Lourenço Marques de um terreno sito na “Machamba dos Soldados” e “Machamba do Governador”, que lhe foi concedido por portaria n.º 290, de 3 de Setembro do referido ano, com a superfície de 13 hectares, 87 ares e 15 centiares, [...]. Nesse terreno, foi, mais tarde, instalado o Jardim Público.” Santos, 1943: 62.



Figura 1. Extrato da “Carta de Lourenço Marques”, 1887, por J. Armando Longle (Longle 1887), S.G.L., fot. Carlos Ladeira. A carta assinala as obras de saneamento previstas: a cor salmão, os aterros, e a cor verde, a plantação de eucaliptos. Entre a Estrada da Ponta Vermelha e a povoação, assinalava-se o jardim da Sociedade, limitado a sul pela vala do esgoto que descarregava na orla da Machaquene.

Em meados de abril de 1886, em carta dirigida ao engenheiro Joaquim J. Machado, a Sociedade demandava plantas e sementes da Europa para o novo jardim (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, vol. 1, 2012: 3; ver também, Sousa, 1951: 59-60). "Afim de satisfazer a requisição do Director das Obras Públicas de Moçambique" foi preparado um "pequeno caixote com sementes [...]" de várias espécies¹⁰ (Ofício da Direção Geral de Agricultura, 3.11.1886, n.º 217). Armando Longle, requereu ainda ao Ministério do Ultramar, a atribuição de uma pequena verba à Sociedade, para esta poder continuar os trabalhos e ensaiar a cultura de "diversos productos" com "a introducção de outras plantas dos paizes mais perto do Cabo e Natal e a criação de novos viveiros", esperando constituir um exemplo para outros distritos de Moçambique (Ofício da Direção Geral de Agricultura, 3.11.1886, n.º 217). O parecer técnico do Ministério, face à pretensão de Armando Longle, lembrava "que os massiços de eucalyptos [...] plantados em Lourenço Marques sahiram dos viveiros do jardim, de maneira que não foram baldados os sacrificios de tempo e dinheiros" (Parecer do Ministério do Ultramar, 28.7.1887). Elogiando a iniciativa da sociedade, sugeria-se que, para além das plantas que podiam ser enviadas de Portugal, seria "de toda a vantagem [pelo preço em conta das plantas, do frete e dos cuidados] a introducção de plantas da Colonia do Cabo,

¹⁰ A "Relação das sementes enviadas à Direção Geral do Ultramar", refere seis espécies de *Eucalyptus* (*amygdalina*, *gunnii*, *falcata*, *globulus*, *goniocalyx*, *obliqua*), *Acacia melanoxylon* e *Juglans nigra* (nogueira-preta). Ofício da Direção Geral de Agricultura, 3.11.1886, n.º 217. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

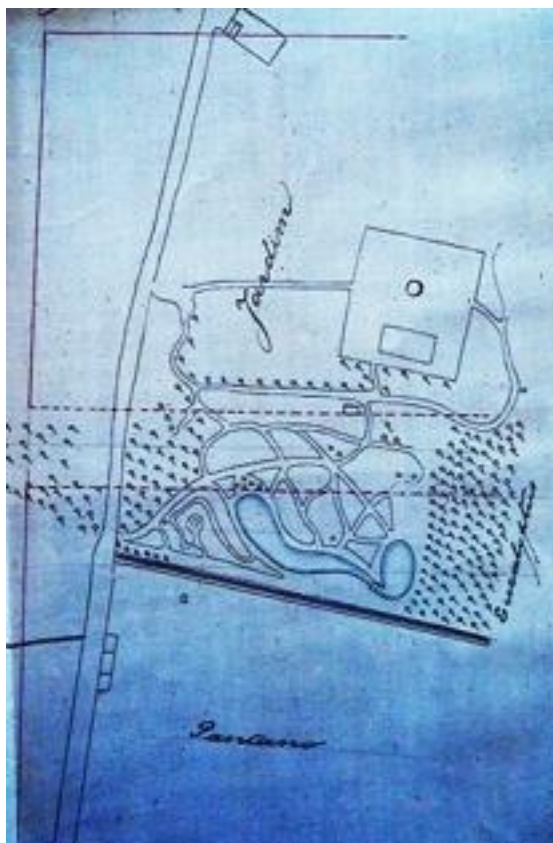
Port Elisabeth, Natal e Pietersmarisburg" (Parecer do Ministério do Ultramar, 28.7.1887) e reconhecia-se que,

O melhor meio de se obter um resultado util e se proceder à introdução das plantas no paiz, era a sociedade do jardim poder dispôr de uma certa quantia mensal que lhe permittisse receber, conforme as estações, um certo numero de plantas da colonia visinha. [...] a fim de poder continuar desassombradamente no caminho seguido, introduzindo plantas novas, ensaiando culturas mais proprias ao clima, continuando a fornecer eucalyptos para o saneamento dos lugares paludosos. (Parecer do Ministério do Ultramar, 28.7.1887)

A Sociedade preparou vários viveiros, com sementes e plantas de várias espécies e proveniências (cf. Longle, 1887: 39), e o jardim recebeu a primeira plantação, de uns duzentos pés, formando uma pequena mata com diversas espécies (Longle, 1887: 32). A Sociedade propôs então ao Governo do distrito e ao Município – proposta aceite –, fornecer-lhes até quatro mil pés de plantas por ano, prontas para “transplantar no terreno, e com altura não inferior a 0^m, 25, recebendo por cada 225rs” (Longle, 1887: 32). Foram preparados vários viveiros, em diferentes épocas do ano, e em pouco tempo a Sociedade pôde dispor milhares de pés. Os pés para transplante em redor da vila, foram entregues depois, pelo Governo do distrito e pelo Município, à Secção de Obras Públicas, para a plantação definitiva (Longle, 1887:31). Algumas espécies (e.g. a *casuarina tenuissima*) foram usadas para fixar as dunas situadas ao sul da vila e que, constantemente movidas pelo vento, iam obstruindo a estrada da Ponta Vermelha “ocasionando sérias e nunca acabadas despesas” (Longle, 1887: 37). Já para as áreas alagadas e paludosas serviu a plantação intensiva de eucaliptos.

Em pouco tempo, devido à grande influência da Sociedade e da repartição de Obras Públicas, os terrenos baixos da povoação receberam cerca de cinco mil pés de eucaliptos e nas imediações da Estação Telegráfica do Cabo Submarino, cerca de mil (Longle, 1887:33). A exemplo do jardim da Sociedade, outros viveiros de eucaliptos sugeriram em Lourenço Marques, incentivando a plantação da espécie, à semelhança do que acontecia nas planícies admiravelmente aculturadas pelos bóeres, além do Vaal (cf. Longle, 1887: 24-25). Muitos desses velhos exemplares podem ser observados ainda espalhados por Maputo, junto das antigas áreas alagadas da baixa de Machaquene – na área da antiga FACIM¹¹ –, ou no antigo parque José Cabral/Continuadores da Revolução, na Polana, onde também existiam pântanos (cf. *A Concessão Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a “Delagoa Bay Lands Syndiccate, Limited”* 1953).

¹¹ A FACIM – Feira Agropecuária, comercial e industrial de Moçambique, foi inaugurada no dia 24 de julho de 1964, entre a antiga Av. da República/Av. 25 de Setembro e a frente de rio (Av. 10 de Novembro). No mesmo local foi preparada anteriormente a Exposição do Mundo Português, que recebeu a visita do General Óscar Carmona aquando da sua viagem oficial à então Colónia de Moçambique. O Restaurante Zambí - projetado por Amâncio d'Alpoim Miranda Guedes (1925 -) - , e os edifícios que albergam parte do Ministério da Juventude e Desportos, faziam parte das instalações criadas para esse certame. A partir de 1971, FACIM passou a designar Feira Internacional de Lourenço Marques, atualmente designa Feira Internacional de Maputo. Cf. site da FACIM (<http://www.facim.org.mz>), consultado a 7.6.14.



Figuras 2 e 3. Extrato da "Planta da Avenida António Augusto de Aguiar, 29 d'agosto de 1887", 3.ª Repartição de Obras Públicas, assinada por José António de Araújo, (AHU, Moçambique, Cx. 1389); e desenho do "Jardim de Horticultura e Floricultura de Lourenço Marques", 1887 (Sousa 1951).

À composição orgânica do conjunto paisagístico, situado na zona de transição entre a parte alta e a parte baixa da cidade, impôs-se sucessivamente a moldura regular do quarteirão definido pelo 'Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques'¹² (1887-1895), truncada sucessivamente, a norte, pela diagonal que tomou o nome de Rua do Jardim (atual Rua do Hotel Clube). Nesse novo quarteirão, a norte, instalou-se o Hotel Clube¹³ (atual Centro Cultural Franco-Moçambicano), iniciado em 1898, e já no final da década de 1960, a "Casa de Ferro"¹⁴ (atual Direção Nacional do Património Cultural do Ministério da Cultura),

¹² "PROJECTO de AMPLIAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, Escala 1.2000, Dezembro 87", pelo major de engenharia "António José de Araújo, Director de Obras Públicas de Lourenço Marques" (AHM, cota D1.02/2020). O anteprojeto do plano de ampliação, concluído em dezembro de 1887 (Longle, 1887: 12), foi aprovado pela portaria n.º 598, de 1 de dezembro de 1892, do Governado-Geral Rafael de Andrade (cf. Boletim Oficial de Moçambique, n.º 49, 3.12.1892). Antes de essa data conhecem-se vários outros planos de urbanização, que não chegaram a ser aplicados na íntegra ou simplesmente não passaram do papel, cf. Viana, 2008: 145. Sobre os vários planos de urbanização para Lourenço Marques precedentes, ver Morais, 2001: 74 ss.; Fernandes, 2005: 26 ss.; Fernandes, 2010: 554 e Viana, 2008: 145 ss. Para uma descrição do "Projecto de ampliação", de 1887, a sua implantação no terreno e a comparação com planos de urbanização contemporâneos implementados nos restantes territórios africanos sob a tutela portuguesa, ver Morais, 2001: 85 ss. e Fernandes, 2010: 554 ss.

¹³ Sobre este edifício, ver Lage e Carrilho, 2010: 20-21.

¹⁴ Sobre este edifício, ver Lage e Carrilho, 2010: 76-77.

"demonstrando um sentido de articulação e continuidade paisagística com o Jardim" (Morais *et al.*, 2012:80). Segundo Morais, "No anteprojecto elaborado pelo serviço de Urbanização Colonial, o Jardim passaria a ocupar também a área compreendida entre a Rua de Henrique de Sousa [atual Rua do Hotel Clube] e a Avenida de Samora Machel" (Morais *et al.*, 2012: 55), tendo-se inclusivamente projetado "uma biblioteca pública no plano marginal com a Praça de Mouzinho de Albuquerque, que pressupunha a demolição do Hotel Clube [...]" (*ibidem*: 80), o que não chegou a concretizar-se.

O jardim, avançando para poente, transpondo a antiga Estrada das Maotas, assumiu as seguintes partilhas: a nordeste, a Avenida de El-Rei D. Manuel/Rua da Rádio, a sudoeste, a Avenida de Pedro Alvares Cabral/Zedequias Manganhela, a sudeste, o terreno de Gerard Pott¹⁵, a noroeste, a Avenida Aguiar/Samora Machel e a Rua do Jardim/Tenente Henriques de Sousa/do Hotel Clube (Fig. 7).



Figura 4. Extrato da “Planta da Cidade de Lourenço Marques e seus arredores, Escala 1/10.000”, Expedição Conselheiro Marianno de Carvalho, Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Desenhos, s.d. [1890]. Assinalo a parcela do jardim a cor-de-laranja.

A "Casa de Ferro", construção pré-fabricada de origem belga, foi transferida dos antigos Serviços Geográficos e Cadastrais para o quarteirão junto ao Jardim Tunduru, pela Comissão dos Monumentos Nacionais para servir à instalação do Museu Geográfico Gago Coutinho, em 1972. Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, Arquivo Museológico, Código Casa de Ferro 2, 14.4.1982, Pasta Maputo Cidade, ARPAC.

¹⁵ No terreno de Gerard Pott - último cônsul da República do Transval em Lourenço Marques -, com cerca de 17.000 m², foi edificada, em 1890, a sua residência, a Vila Joia. A Vila, foi adquirida pelo Governo da Província em 1914 e recebeu o Museu Provincial até este ser transferido, em 1933, para o Museu Álvaro de Castro (atual Museu de História Natural). A antiga Vila Joia, "Serviu de Tribunal da Relação durante o período colonial e passou a ser Tribunal Supremo de Moçambique a partir de 25 de Junho de 1975" (Lage e Carrilho, 2010: 41). Sobre este edifício ver Lima, 1966: 51 e Lage e Carrilho, 2010: 40-41.

Gerard Pott deixou duas obras de arquitetura marcantes na cidade, refiro-me à já nomeada Vila Joia, sita na Avenida Vladimir Lenine, e ao Prédio Avenida ou Prédio Pott, edificado entre 1903 e 1905 (devoluto), sito no cruzamento das Avenidas Samora Machel e 25 de Setembro, cf. Lage e Carrilho 2010: 46-47.



Figure 5. Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, fot. C.S. Fowler (Fowler 1887). Em pano de fundo, encontra-se a linha de defesa e a povoação, e mais próximo, a vedação do jardim com sebes e colunas de alvenaria (cf. Sousa, 1951: 60), o lago e um pequeno coreto, rodeados de pequenos canteiros de desenho irregular e pequenos eucaliptos.



Figura 6: Panoramas de Lourenço Marques, Jardim da Sociedade de Arboricultura e Floricultura, 1887, fot. C. S. Fowler (Fowler 1887). Trata-se da parte plana e mais antiga do jardim, junto ao limite sudoeste da parcela. O arranjo paisagístico era marcado por um pedestal com o busto de Vasco da Gama (Pereira, 2013: 111).

Em 1887 existia já um viveiro em ótimas condições e uma pequena mata no Jardim (Longle, 1887:38), no entanto, e apesar dos reconhecidos esforços da Sociedade de Horticultura e Floricultura, os encargos com a manutenção do espaço tornaram-se

incomportáveis e o jardim iniciou a degradar-se. O lago passou a ser utilizado como tanque pelos nativos, o coreto para a banda da música não chegou a ser concluído, e a fonte pública¹⁶ secou completamente (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro* vol. 1, 2012:3). O jardim passou então para a gerência da Câmara Municipal, inaugurando-se como Jardim Público, em 1900.

3. A interpretação e a modificação da natureza como ato de cultura

[...] acclimatisation is less an unconscious adaptation of the physiology of the individual than an intelligent adaptation of his habits [...]. (Sir Patrick Manson apud Plano Geral de urbanização de Lourenço Marques, 1955 vol. II: 30).

Não cabe ao argumento aprofundar as consequências gravosas da plantação intensiva de eucaliptos na erosão dos solos da futura cidade, mas interessa levar em conta que, à época, esta era considerada uma medida com enormes vantagens na higienização do meio – devido às propriedades purificadoras atribuídas à baga do eucalipto e à enorme capacidade da planta em absorver a água dos solos -, e ser economicamente mais vantajosa que a construção e a manutenção, muito onerosa, de mecanismos para o escoamento de áreas extensas (Longle, 1887: 34 e 20), no caso, as terras baixas do Maé e da Machaquene.

As soluções urbanísticas materializadas no terreno representam o modo como aquela cultura específica percebeu, explicou e modificou o ambiente espacial e natural, de um espaço cultural e geográfico *outros* (ver King, 1976 97), com referente noutras manifestações da empresa imperial (cartografia, medicina, literatura, fotografia, artesanato, materiais de construção etc.). Pode-se afirmar que o sistema de conhecimentos que permitiu àquela cultura específica entender e explicar a relação do homem com a natureza também a levou a melhorar, em termos tecnológicos, essa relação. O conceito de tecnologia que utilizo é descrito por Anthony King e “includes any modification of the environment by means of built structures, the spatial arrangements between them, the clearing of vegetation or similar activity” (1976: 97).

No entendimento europeu do final do século XIX, as febres palustres que ameaçavam a fixação dos europeus no assentamento colonial de Lourenço Marques explicavam-se sobretudo, pela presença de terrenos infectos na povoação¹⁷ (Longle, 1887: 6). Os clínicos conheciam a importância de tratar previamente a água para consumo e as condições nefastas, para a higiene pública, em que se encontrava a cidade,¹⁸ mas avançavam outras explicações

¹⁶ A ‘Fonte do Jardim’, no interior do jardim da Sociedade, e a ‘Fonte Castilho’, na Avenida D. Carlos, junto ao cruzamento com a Avenida Aguiar, eram as únicas fontes da vila até à chegada da expedição Conselheiro Mariano de Carvalho a Lourenço Marques e forneciam diariamente 34 metros cúbicos de água (Soeiro, 1895: 6). Em 1891 estabeleceram-se as fontes da Abegoaria e do Quartel (Soeiro, 1895: 6).

Para a imagem da “Fonte do Jardim”, ver a coleção “África Oriental - Província de Moçambique. Colónias Portuguesas - Lourenço Marques. Commissionado do Governo Portuguez em Moçambique”, realizada pelo fotógrafo Manoel Romão Pereira, IICT/ AHU doc. 196-5087, consultada em 21.7.14, em <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD6375>.

¹⁷ Em meados de 1888, cerca de três quintos do Corpo Policial (151 elementos no total, dos quais 91 enfermos de paludismo), desembarcado em Lourenço Marques entre 17 de maio e 1 de junho de 1888, encontravam-se internados no Hospital Civil e Militar, cf. Pereira, 20.7.1888.

A sistematização do tratamento e profilaxia do paludismo pela quinina (e fervura e filtração da água para beber, de forma a evitar a febre biliosa hemoglobinúrica) nas ex-colónias portuguesas de África iniciou-se apenas na terceira década do século XX. Ver, Barradas, 1938:15.

¹⁸ Não havia sistema de esgotos na cidade e as águas perdidas corriam livremente à superfície do solo, cf. Soeiro (1895: 7). A população residente servia-se do sistema de fossas fixas ou móveis (esvaziadas periodicamente no mar, na Ponta Vermelha),

para o alastrar do paludismo, que se prendiam, sobretudo, com a manipulação do terreno - as escavações em curso, para a abertura das novas avenidas e a implantação de novos edifícios -, decorrente da implantação do 'Projecto de Ampliação da Cidade de Lourenço Marques'.¹⁹ Pode-se afirmar que, a construção de infraestruturas adequadas ao estabelecimento e desenvolvimento da colónia europeia em Lourenço Marques, era, também, entendida contemporaneamente como a causa de efeitos nefastos para a sobrevivência dos colonos. O eficaz saneamento da cidade passava por resolver, o enxugamento dos terrenos alagados, o regular abastecimento de água potável e a instalação de uma rede de esgotos eficiente, operações que, por razões técnicas e económicas, foram sucessivamente proteladas até às primeiras décadas do século XX.

4. O jardim nas primeiras décadas do século XX

A definição de um desenho de conjunto para o jardim municipal, levada a cabo ao longo da primeira década do século XX, coube ao horticultor inglês Thomas Honney²⁰ (Sousa, 1946:37). Por essa altura, o governo provincial adquiriu a Vila Joia a Gerard Pott (em 1914), adaptando-a a Museu Provincial, e anexando sucessivamente as áreas de terreno afetas à Vila e a respectiva casa do caseiro ao Jardim Municipal (Fig. 7). Essas áreas, a norte e a sul da Vila, receberam um novo desenho paisagístico e dois novos atravessamentos sobre a Avenida Elias Garcia/Vladimir Lenine. A partilha sudeste do Jardim avançou então para a antiga Avenida Castilho/Elias Garcia, salvaguardando-se a parcela ocupada pela Vila Joia/Museu Provincial (sequente Tribunal Supremo) com acesso condicionado.

e a falta de latrinas públicas, para os que em grande número visitavam diariamente Lourenço Marques, gravavam a insalubridade dos terrenos próximos das residências e a contaminação do subsolo. Cf. Correspondência do Governador-geral, 3.8.1900 e Soeiro (1892, vol. 6: 4-5).

A população de Lourenço Marques, então de 2.285 indivíduos - estatística da cidade em 30 de junho de 1891, "feita pelo pessoal do corpo de polícia" (Soeiro, 1892, vol. 6: 3) - abastecia-se de água das chuvas, que recolhia em tanques de ferro e em cisternas, e das nascentes que brotavam na encosta em que assentava a zona alta da cidade, Soeiro, 1895: 6. Contava ainda com as fontes do Jardim, do Castilho, da Abegoaria e do Quartel, as duas últimas abertas em 1891. Cf. Soeiro (1892, vol. 6: 3).

¹⁹ "É pois compreensível que n'esta terra, paludoza por excellencia [...], exactamente na occasião em que por toda aparte se escavava o terreno para a formação das avenidas e ruas e fabricações das casas, [...] [os habitantes europeus fossem atacados pelo paludismo]", Pereira, 20.7.1888.

²⁰ Jardineiro chefe do Jardim Municipal entre maio de 1907 e fevereiro de 1920. Ver Sousa (1951: 74).

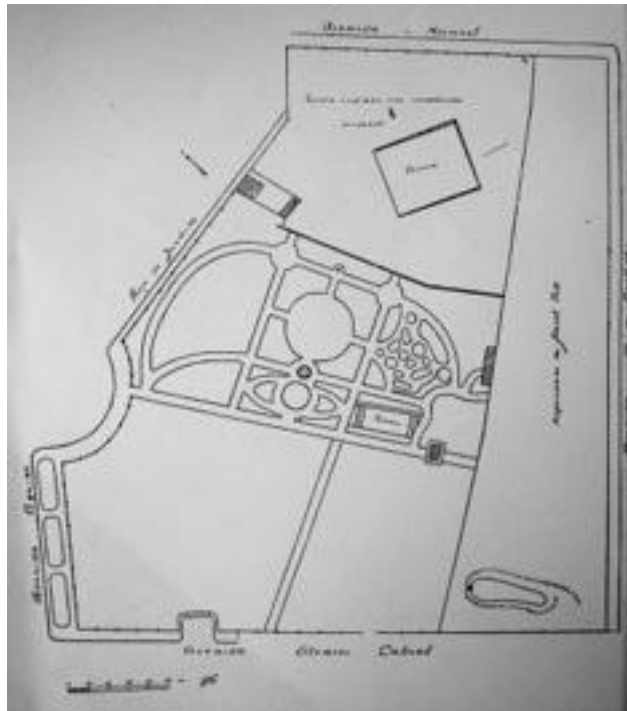


Figura 7. Desenho do Jardim Municipal, 1910 (Sousa, 1951). Por essa altura, o jardim assumia a sua conformação geométrica definitiva (com exceção da partilha sudeste). Junto à avenida de El-Rei D. Manuel/Rua da Rádio, a nordeste, situavam-se os campos de ténis. Junto à Avenida de Pedro Alvares Cabral/Zedequias Manganhela notava-se ainda o nicho com o antigo chafariz (demolido). A sudeste situava-se a propriedade de Gerard Pott (destacada a amarelo).

A parcela do jardim tomou então a configuração "de um pentágono irregular com superfície de 64 mil metros quadrados, aproximadamente" (Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro, vol. 1, 2012: 4), desenvolvendo-se em três plataformas, em cotas distintas, circundada por um muro e colunas de alvenaria, encimado por gradeamento de ferro, revestido por buganvílias. O jardim passou a dispor de cinco entradas, com elegantes portões trabalhados em ferro de fundição inglesa (da Felber Jucker & Co, Manchester): "a principal pela avenida Samora Machel [assinalada por um portal monumental neomanuelino], uma pela rua da Rádio, duas pela avenida Vladimir Lenine e uma pela avenida Zaquequias Manganhela" (*ibidem*: 4). Sobre a avenida Zaquequias Manganhela, sensivelmente a meio da frente de rua, encontra-se uma sexta entrada.

Para a plataforma intermédia do jardim, Thomas Honney definiu um desenho italianizante (Fig. 7), que se desenvolve segundo um eixo central de simetria pela praça do coreto. Esta plataforma, é limitada, a sudoeste, pela alameda pedonal que segue o acesso principal do jardim e a nordeste, na parte mais elevada do conjunto, por um muro de suporte, assinalado por uma pérgula coberta por buganvílias. O desenho da plataforma central, desenvolve-se em amplo contraste com o desenho orgânico de inspiração romântica inglesa, onde serpenteiam córregos de água e árvores frondosas, do jardim primitivo, circunscrito a uma faixa de terreno plana, confinante com a avenida de Pedro Alvares Cabral/Zedequias Manganhela. Nessa parte baixa, existem vários lagos: "o da pérgula, [...], e dois, circulares, de margem baixa" (Sousa, 1951: 62-63). A nascente, situa-se o lago maior, que "[...] está situado próximo da entrada da Avenida Elias Garcia [atual Vladimir Lenine]; tem a forma elíptica, fundo de areia e uma nascente" (*ibidem*: 62-63).

Na década de 1940, no limiar sul da plataforma central, foi construído um terraço de forma circular, que faz a transição para a parte baixa do jardim. No extremo norte desse terraço, tangente à alameda central, encontra-se uma fonte de fundição francesa, do final do século XIX, chamada “Templo das Quatro Deusas”, símil à que se encontra no extremo sul da praça do Rossio, em Lisboa.

A plataforma norte do complexo, de conformação mais recente, junto à Rua da Rádio, foi também objeto de um novo arranjo paisagístico na década de 1930, recebendo uma torre com um depósito de água de betão armado, uma zona de viveiros e um novo atravessamento para a Rua Elias Garcia (cf. "Arborização e Jardins", Notícias, 23.6.1930:1), pondo em comunicação as duas partes do Jardim (cf. "Jardim Municipal", Notícias, 17.7.1930: 5). As obras em curso no jardim (com conclusão prevista para novembro de 2014) dotaram essa zona de uma nova torre/depósito de água, situada a poucos metros da antiga, para servir o abastecimento da zona.



Figura 8. Planta do Jardim Vasco da Gama, 1946 (FAPF - CEDH). Assinalo as parcelas que não fazem parte do jardim: a Vila Joia/Tribunal Supremo (a laranja) e o antigo edifício da Assistência Pública, atual Secretaria da Rádio Moçambique (a amarelo).

No desenho podem identificar-se três plataformas, que correspondem a estruturas conceptuais e temporais distintas. A sudoeste, a conformação mais antiga do conjunto (1), com um desenho de inspiração inglesa, com percursos sinuosos, pequenos lagos encobertos pela vegetação, o todo pontuado por árvores de grande porte e córregos de água cristalina; e no centro (2), um desenho sucessivo, delineado por Thomas Honey.

A diferença de cota entre a parte superior do jardim, junto ao cruzamento da Rua da Rádio com a Avenida Vladimir Lenine, e a parte mais baixa, junto à Av. Zedequias Manganhela, é de cerca de 15 metros (Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro vol. 1, 2012:4).

O ‘Plano Araújo’ veio valorizar esta área periférica da povoação associada ao jardim, primeiramente pela abertura da grande alameda arborizada – a Avenida Aguiar/Samora Machel (Fig. 2) –, e de seguida pela Avenida Castilho, que por muito tempo marcou o limite leste da expansão da cidade (devido à presença da área non aedificandi em redor do paiol, sito na colina da Machaquene). Colocada no seguimento do eixo da Travessa da Fonte (ver Moraes, 2001: 90 e 93) (com referente na antiga Fonte Castilho), a Avenida Aguiar foi a "primeira artéria de acesso da Cidade Baixa à colina do Maxaquene, quando pelo lugar onde hoje se encontra a Av. da República (então chamada Av. D. Carlos) [atual Av. 25 de Setembro] passava um largo braço do pântano e este se não encontrava ainda inteiramente aterrado" (Lima, 1968: s.p. [20]).

A abertura da Avenida Aguiar antecedeu a deslocação formal do centro administrativo e representativo da cidade, na década de 1940 – da baixa, para a Praça Mouzinho de Albuquerque/ da Independência²¹ –, onde, lado a lado, poderes político e religioso - Câmara Municipal (1947) e Catedral (inaugurada em 1944, pelo Cardeal Patriarca de Lisboa) –, passaram a guardar, sobranceiros, o velho rossio, a antiga Praça da Picota/7 de Março/25 de Junho, e a entrada do Espírito Santo.²²

²¹ No centro da praça foi erigido o monumento a Mouzinho de Albuquerque: a primeira pedra foi colocada em 28 de dezembro de 1936, data que assinalava o “quadragésimo primeiro aniversário da prisão do régulo Gungunhana em Chaimite”, Moçambique, 1936, 8: 148. O monumento foi inaugurado em 29 de dezembro de 1940. Ver também, "Crónica do Trimestre, Glorificação de Mousinho de Albuquerque", 1940: 93.

Segundo Gerbert Verheij, "Considering the official investment in this work, the place where it was installed and the political role it would fulfil, it is arguably the most important monument placed in the former colony of Mozambique" Verheij 2013.

²² A antiga Praça da Picota, aberta para o Espírito Santo até à chegada do caminho-de-ferro, era a entrada primitiva da povoação para quem chegava por mar. Ao longo do século XIX, a praça - um simples terreiro de areia coberta de mato -, recebeu o edificado mais representativo da povoação (repartições públicas, casa do governador do distrito, bancos e casas comerciais, etc.), e continuou efetivamente com esse protagonismo até às primeiras décadas do século XX.



Figura 9. Lourenço Marques, parte norte do Jardim Vasco da Gama com os campos de ténis (Silva 1956). Sobre o local onde se erigia a antiga igreja paroquial de N.ª S.ª da Conceição, demolida em 1936 (ver Corvaja, 2003: 68), construiu-se, na década de 1940, o edifício da Rádio Clube de Moçambique. Por essa altura, o topo do Jardim encontrava-se já com a sua conformação definitiva.

No conjunto paisagístico, podem observar-se vários elementos arquitectónicos e escultóricos dispersos,²³ com vários referentes e temporalidades que interessa averiguar, para além de um espólio ‘natural’ riquíssimo, com grande variedade de espécies que lhe atribuíram "um estatuto de “jardim botânico” com duas estufas, junto da pérgula mais baixa" (Morais, 2011:105). O enfoque neste pequeno repositório de desenho paisagístico e ambiente urbano permite ponderar a formalização do espaço político e social da cidade nas suas várias temporalidades:

- uma fonte de fundição francesa do final do século XIX – intitulada “Templo das quatro deusas”;
- um arco monumental em alvenaria em estilo neomanuelino, erigido em 1924, junto à entrada principal, que assinalou o IV centenário da morte de Vasco da Gama, passando o Jardim a chamar-se Vasco da Gama (com a independência de Moçambique, o jardim foi renomeado Tunduru)²⁴;
- uma estufa/laboratório de feição modernista (Figs. 10 e 11), em estrutura mista de ferro e betão (coberta com treliças de ferro e painéis translúcidos, de onde pendiam candeeiros de vidro). A estufa desenvolve-se em vários níveis e conta com um arranjo paisagístico sofisticado, onde se destacam, uma fonte com cascata, um espelho e percurso de água, vários percursos em calçada portuguesa e uma escultura em mármore de Leopoldo de Almeida (1971);

²³ “Cerca de um décimo da superfície do Jardim Vasco da Gama é ocupado por edificações: Vila Jóia, [...], as casas de habitação do chefe e do guarda do jardim, o Club de Ténis com dois campos de jogos, a casa onde está actualmente instalada a Assistência Pública, primitivamente escola primária, e um coreto.” Sousa, 1951: 63. De nomear, também, a estufa e antigo laboratório (Figs. 10 e 11), junto à Vila Joia.

²⁴ Tunduru era o nome de uma base da FRELIMO no sul da Tanzânia, no distrito de Tunduru, na região do Rovuma, junto à fronteira com Moçambique, onde se refugiavam as famílias e se educavam os filhos dos combatentes.

- dois campos de ténis (na parte norte do complexo, junto à entrada sobre a Rua da Rádio), com serviços de apoio;
- um coreto de desenho modernista, bem conservado;
- um parque infantil;
- vários percursos e zonas de estar marcados por calçada portuguesa;
- pérgulas com buganvílias;
- um belveder;
- um lago de grande proporção, onde existiram cisnes;
- inúmeras espécies botânicas autóctones e exóticas;

Do complexo do jardim fazem parte ainda, a antiga casa do jardineiro da Vila Joia (junto à estufa), uma construção (em reabilitação) ao longo da Rua do Hotel Clube e um depósito de água em betão armado, junto ao ângulo da Rua da Rádio com a Av. Vladimir Lenine, perto do qual foi edificado outro, nos últimos meses. O jardim contava também com um pequeno jardim zoológico, transferido para a saída da cidade para Marracuene, em 1937 (Sousa, 1945: 39).



Figura 10. Jardim Tunduru, interior da estufa, 2013, fot. candidata.



Figura 11. Jardim Tunduru, a estufa, obras de reabilitação em curso, 2014, fot. FAPF - CEDH.

A entrada principal do Jardim ficou assinalada, no remate da Av. Fernão de Magalhães, por uma placa semicircular ajardinada, que recebeu o ‘Padrão da Visita Presidencial’. O padrão, inaugurado em 20 de julho de 1939, da autoria de Silva Pinto (Esc.) e Able Pascoal (Arq.), assinalava, numa lápide, a visita de Óscar Carmona à então colónia de Moçambique. Construído em cimento armado revestido, imitando granito, “De dimensões irregulares, o padrão foi inspirado [...] nos padrões das Descobertas. Os Louros decorativos e o escudo das Armas Nacionais numa composição idealizada pelo autor do projecto, foram executados por Mestre Silva Pinto” (*Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro*, vol 1, 2012: 3).

Durante o Governo de Transição (1974-1975), Lourenço Marques assistiu à reformulação de grande parte das suas praças e edifícios públicos, com a remoção faseada dos símbolos mais evidentes do colonialismo, alheios aos referentes do novo Estado. Na entrada monumental do Jardim Vasco da Gama foram removidas as esferas armilares e as cruzes de Cristo do arco neomanuelino. O padrão comemorativo da visita presidencial foi demolido e no seu lugar, anos depois, erigiu-se simbolicamente um monumento ao primeiro presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel (inaugurada em 1989), sob projeto (arranjo do conjunto) de José Freire. A estátua foi executada por artistas norte-coreanos em Maputo e constitui uma versão menor (em escala) daquela produzida na Coreia e erigida posteriormente na placa central da vizinha Praça da Independência (em 2011), assinalando os 25 anos do desaparecimento de Samora Machel, precisamente, onde anteriormente se erguia o monumento a Mouzinho de Albuquerque.

Na partilha confinante com a Avenida de Pedro Alvares Cabral, o muro de vedação formava um nicho (que marcava o antigo atravessamento das Maotas, a partilha oeste primitiva do jardim) onde saía um curso de água, que deu origem a um chafariz para beberagem dos animais de carga (Sousa, 1951: 63). O chafariz foi demolido em 1948 e o espaço respetivo englobado no jardim (*ibidem*: 63). A presença dessa linha de água alimentava a flora ribeirinha primitiva da qual resta um sicómoro gigante (*Ficus Sycomorus L.*) junto à entrada axial sobre a antiga Avenida Alvares Cabral, referenciado como uma das árvores mais antigas do jardim (Sousa, 1951: 64-65). Atualmente, nessa zona, um córrego de água perdida mantém permanentemente alagado o passeio da Avenida Zedequias Manganhela

e arredores, possivelmente proveniente da mesma nascente que alimentou o fontenário desaparecido.

No último ano, por iniciativa do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, iniciaram-se obras para a reabilitação global do jardim, que ainda estão em curso, substituindo-se os percursos pavimentados (calcetados anteriormente em basalto e calcário) por blocos de cimento, os sistemas de adução e captação de água, e procedendo-se à substituição da cobertura (em treliças de aço e placas translúcidas) e revestimentos (em ripas de madeira) das estufas. O projeto prevê, de forma incompreensível, a construção, junto à Avenida Zedequias Manganhela, de um bloco de serviços de apoio ao jardim (restaurante/lojas), que criará uma nova frente edificada no complexo. Modificar-se-á definitivamente, a relação entre esta parte baixa primitiva do jardim e a rua, causando estranheza que se aumente a superfície impermeabilizada de um jardim histórico que constituiu um ambiente único, já cercado pela construção impressionante em curso, de alta densidade, da restante cidade de Maputo.

O jardim como documento, mas também como ambiente privilegiado da vivência da cidade, procurado pelas mais variadas camadas da população, não foi objecto de reconhecimento dos seus valores estético e artístico que privilegiasse a manutenção do equilíbrio do conjunto nos materiais de construção enriquecidos pela patina do seu percurso histórico, em harmonia com a composição botânica vetusta. Procedeu-se à substituição indiferenciada dos pavimentos, das vedações, dos revestimentos... homogeneizando-se tudo, quando essencialmente se deveria ter preservado as suas qualidades espaciais, estéticas e botânicas, impedindo-se, a todo o custo, nova edificação (e com que contrapartidas?) no interior do complexo.



Figura 12. Planta do Jardim Tunduru, 1998 (FAPF - CEDH).

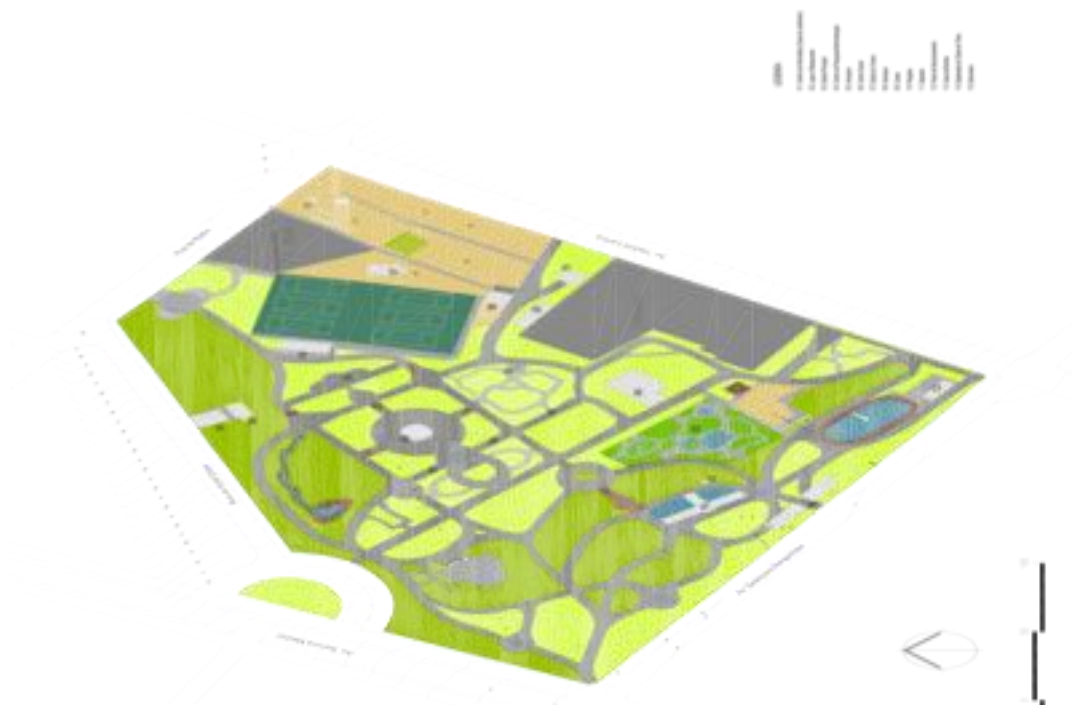


Figura 13. Planta de Implantação, Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro (2012), (FAPF - CEDH).

Referências bibliográficas

A concessão sommerchild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited, Pref. António Aires, 1953. Lourenço Marques: Tip. Minerva Central.

Alguns aspectos da viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, S. Tomé, Moçambique e Angola e da visita do chefe de estado à União Sul-Africana, realizadas em Junho, Julho, Agosto e Setembro de 1939 (1940), vol.1, Agência Geral das Colónias, 114 ss.

"Arborização e Jardins", Notícias (23.6.1930), 1.

Barradas, António (1938), "Aspectos científicos do Congresso Médico de Lourenço Marques", *Moçambique: Documentário Trimestral*, 16, 5–35.

Borges, Fernandes, Paulo (2011), "A súbita vocação “africanista” de um ex-ministro: A viagem de Mariano de Carvalho a Moçambique em 1890", *Africana Studia*, 17, 88.

Correspondência do Governador Geral ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (3.8.1900), ofício n.º 327 da Secretaria Geral do Governo Geral da Província de Moçambique, Processo n.º 19/1900. AHU cota 3038_1A_SEMU_DGU_MÇ_1904-1908.

Corvaja, Luigi (2003), *Maputo: Desenho e Arquitectura*. Maputo: FAPF.

Costa, Mário Augusto da (1940), *Do Zambeze ao Paralelo 22º: Monografia do Território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique*. Beira: Imprensa da Companhia de Moçambique.

"Crónica do Trimestre, Glorificação de Mousinho de Albuquerque" (1940), Moçambique: Documentário Trimestral, 24, 93.

Ennes, António (1945), *A Guerra de África em 1895 (Memórias)* [Pref. de Afonso Lopes Vieira; Estudo de Paiva Couceiro]. Lisboa: [s.n.], [2.ª ed.].

Feio, Manuel Moreira (25 de outubro de 1905), *O Popular*, cit. in Braga PAIXÃO, "Moeda e Alfândegas de Moçambique (A Missão de Mariano de Carvalho em 1890)", Separata do Boletim n.º 62 – *Serviço e Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino*. Lisboa, 1965, 4-5.

Fernandes, José Manuel (2005), *Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio.

Fernandes, José Manuel (2010), "Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura", in José Mattoso (org.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 183-591.

Fowler, C. S. (1887), *Views of lourenço marques (delagoa bay) and transvaal railway: presented by colonel e. Mc murdo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Galvão, João Alexandre Lopes (1920), *Província de Moçambique: As Obras Públicas e o Fomento da Província em 1918/ Relatório da Inspeção das Obras Públicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

"Jardim Municipal", Notícias (17.7.1930), 5.

King, Anthony (1976), *COLONIAL URBAN DEVELOPMENT: Culture, social power and environment*. Londres - Boston: Routledge & Kegan Paul Ltd.

Lage, Luís; Carrilho, Júlio (coord.) (2010), *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: Edições FAPF.

Lei n.º 10/88 de 22 de dezembro. Boletim da República I Série - n.º 51-1988. Maputo.

Lima, Alfredo Pereira de (1966), *Edifícios Históricos de Lourenço Marques*. Lourenço Marques: Livraria e Tipografia Académica.

Lima, Alfredo Pereira de (agosto de 1968), "Casas que fizeram Lourenço Marques", *Separata de STVDIA – Revista quadrimestral*, 24.

Longle, Armando (22 de julho de 1887), Carta dirigida ao Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

Longle, Armando (1887), DO SANEAMENTO/ E/ ALARGAMENTO/ DA VILLA DE/ LOURENÇO MARQUES/ Pelo Conductor d'Obras Publicas da provincia de Moçambique/ ARMANDO LONGLE/ S. S. G. L. Lisboa: Typografia de A. da Costa Braga.

Machado, Joaquim José (1881), *Relatório das obras públicas e outros documentos*, 1.º vol., II Série. Lisboa: Imprensa Nacional.

Moçambique: Documentário Trimestral (1936), 8, 148.

Moçambique: Documentário Trimestral (1937), 12, 139.

Morais, João Sousa (2001), *Maputo, património da estrutura e forma urbana, topologia do lugar*. Lisboa: Livros Horizonte.

Morais, João Sousa *et al.* (2011), *Maputo - património arquitectónico*. Lisboa: Caleidoscópio.

Ofício n.º 217 da Direção Geral de Agricultura (3.11.1886), (dirigido ao Diretor Geral, Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva). AHU, Moçambique Cx. 1389/1L.

Ofício n.º 520 das Obras Públicas de Lourenço Marques (3.10.1888), Officios dando conta das obras em construcção, 1888, Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

Owen, Capitain William Fitz William (1833), NARRATIVE OF VOYAGES/ To explore the shores of/ AFRICA, ARABIA,/ and/ MADAGASCAR;/ performed in H.M. Ships Leven and Barracouta,/ under the direction of/ CAPTAIN W. F. W. OWEN, R. N./ By command of the Lords Commisioners of the Admiralty, vol. I. Londres: Richard Bentley, New Burlington Street.

Paixão, Braga (1965), "Moeda e Alfândegas de Moçambique (A Missão de Mariano de Carvalho em 1890)", *Separata do Boletim n.º 62 – Serviço e Estudos Económicos do Banco Nacional Ultramarino*, 4-5.

Parecer do Ministério do Ultramar (face à exposição de Armando Longle) (28.7.1887), 3.ª Rep., pasta 27/87. AHU, Moçambique, Cx. 1389/1L.

Pereira, António Aluisio Jervis (Facultativo do quadro da província de Moçambique) (20.7.1888), "Relatório sobre as condições higiénicas do aquartelamento provisório de praças do Corpo Policial da cidade de Lourenço Marques", in Ofício n.º 520, 3-10-1888, 1.ª e 3.ª Rep, in Officios dando conta das obras em construcção (1888). Lourenço Marques: Obras Públicas da Província de Moçambique, Secção de Lourenço Marques. AHU, Moçambique Cx. 1389/1L.

Pereira, Luísa Villarinho (2013), MOÇAMBIQUE: Manoel Pereira (1815-1894), Fotógrafo comissionado pelo Governo Português. Lisboa: Ed. de Autor.

Plano Geral de urbanização de Lourenço Marques (1955), vol. II, 30.

Plano Parcial de Urbanização para a Requalificação da baixa da cidade de Maputo (2014). Maputo: Conselho Municipal da Cidade de Maputo (Cardno-DCU-CEDH).

Projecto de Reabilitação do Jardim Tunduro (2012), *Peças Escritas*, vol. 1. Maputo: Conselho Municipal da Cidade de Maputo.

Said, Edward W. (1994), *Culture and Imperialism*. Nova Iorque: Vintage Books.

Silva, Carlos Alberto Vieira da (ed.) (1956), *The city of Lourenço Marques Guide*. Lourenço Marques: [s.n.].

Soeiro, António Cerdeira d'Almeida (1892), *Expedição Conselheiro Mariano de Carvalho Estudos do Saneamento da Cidade de Lourenço Marques, Peças Escritas*, vol. 6: 4-5. AHU cota 3038_1A_SEMU_DGU_MÇ_1904-1908.

Soeiro, António Cerdeira de Almeida (1895), *Estudo do saneamento da cidade de Lourenço Marques*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sousa, António de Figueiredo Gomes e (1945), "Jardins de Moçambique", *Moçambique: Documentário Trimestral*, 44, 13–45.

Sousa, António de Figueiredo Gomes e (1951), "O JARDIM MUNICIPAL VASCO DA GAMA/ DE/ LOURENÇO MARQUES/ NOTÍCIA COMEMORATIVA DO SEU CINQUENTENÁRIO", *Bol. da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 68, 59–74.

Verheij, Gerbert (2011), Monumentalidade e espaço público em Lourenço Marques nas décadas de 1930 e 1940: Dois casos de estudo, dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Verheij, Gerbert (2013), "Art and politics in the former "Portuguese Colonial Empire". The monument to Mouzinho de Albuquerque in Lourenço Marques", *RIHA Journal - Journal of the International Association of Research Institutes in the History of Art*, 65. Versão electrónica, consultada a 7.2.14, em <http://www.riha-journal.org/articles/2013/2013-jan-mar/verheij-mouzinho-monument-marques>.

Viana, David (2008), MAPUTO: TRANSFORMAÇÃO DE UMA ESTRUTURA URBANA DE ORIGEM PORTUGUESA: UM CONTRIBUTO PARA A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, [repositório da Biblioteca Nacional de Portugal], tese de doutoramento em Urbanismo/ Ordenamento do Território, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Instituto Universitario de Urbanística, Universidade de Valladolid.

Abreviaturas

AHM - Arquivo Histórico de Moçambique (Maputo)

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)

ARPAC - Arquivo do Património Cultural/ Instituto de Investigação Sociocultural (Maputo)

CEDH - Centro de Estudos de Desenvolvimento de Habitat (Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo)

FAPF - Faculdade de Arquitetura de Planeamento Físico, Universidade Eduardo Mondlane (Maputo)

IICT - Instituto de Investigação Científica e Tropical (Lisboa)

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa)



Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro. A Cescontexto-Debates está orientada para a memória escrita de eventos.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt

• U



C •

